

MEMÓRIA DO FÓRUM DA CIDADE

UMA DÉCADA DE LUTA PELO DIREITO
À CIDADE EM FLORIANÓPOLIS 2001 – 2011

Sidiane dos Santos Alvaristo

Maria Teresa dos Santos

Iliane Kohler

Zulamar Maria Bittencourt e Castro



PPGSS/UFSC Publicações
2022

Sidiane dos Santos Alvaristo
Maria Teresa dos Santos
Iliane Kohler
Zulamar Maria Bittencourt e Castro

MEMÓRIA DO FÓRUM DA CIDADE

UMA DÉCADA DE LUTA PELO DIREITO
À CIDADE EM FLORIANÓPOLIS 2001 – 2011

PPGSS/UFSC Publicações
2022

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Ubaldo Cesar Balthazar – Reitor

Catia Carvalho Pinto – Vice-Reitora

Centro Socioeconômico – CSE

Irineu Manoel de Souza – Diretor

Maria Denize Henrique Casagrande – Vice-Diretora

Departamento de Serviço Social – DSS

Carla Rosane Bressan – Chefe

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS

Tânia Regina Krüger – Coordenadora

Revista Katálysis – PPGSS – UFSC

Telefone: +55 48 3721 6524

E-mail: revistakatalysis@gmail.com

Websites:

<https://katalysis.ufsc.br>

<http://www.scielo.br/rk>

Editor-Chefe

Ricardo Lara

Vice-Editora Chefe

Michelly Laurita Wiese

Coordenação Editorial

Fatto Edições Digitais

Projeto gráfico, capa e diagramação

Martina Hotzel

Formatação e Revisão da Normalização

Berenice Petry Braun

Assistente em Administração

Newton de Mendonça Barbosa Jr.

Comissão Editorial

Beatriz Augusto de Paiva, UFSC, Brasil.

Marisa Camargo, UFSC, Brasil

Dilceane Carraro, UFSC, Brasil

Cristiane Luiza Sabino de Souza, UFSC, Brasil

Edivane de Jesus, UFSC, Brasil

Jaime Hillesheim, UFSC, Brasil

Suplentes

Heloísa Teles, UFSC, Brasil

Fabiana Luiza Negri, UFSC, Brasil

Keli Regina Dal Prá, UFSC, Brasil

Sirlândia Schappo, UFSC, Brasil

Conselho Editorial Científico

Aldaíza Sposati - PUC-SP, Brasil

Ana Elizabete Mota - UFPE, Brasil

Ângela Maria Quintero Velásquez - UdeA, Colômbia

Beatriz Gershenson - PUCRS, Brasil

Berenice Rojas Couto - PUCRS, Brasil

Claudia Sandra Krmpotic - UNLAM, Argentina

Cristina González - UNC, Argentina

Denise Bomtempo Birche de Carvalho - UnB, Brasil

Edvânia Ângela de Souza Lourenço - UNESP, Brasil

Estela Grassi - UBA, Argentina

Fábio Machado Pinto - UFSC, Brasil

Fernanda Rodrigues - UCP, Portugal

Irene Rizzini - PUC-Rio, Brasil

Ivanete Boschetti - UnB, Brasil

Jorge Manoel Leitão Ferreira

Jussara Maria Rosa Mendes - PUCRS, Brasil

Lígia Helena Hahn Lüchmann - UFSC, Brasil

Manuel Jesús Sabariego Gómez - UPO, Espanha

Maria Carmelita Yazbek - PUC-SP, Brasil

Maria da Glória Gohn - UNINOVE, Brasil

Maria do Rosário de Fátima e Silva - UFPI, Brasil

Mariangela Belfiore Wanderley - PUC-SP, Brasil

Marilda Villela Iamamoto - UERJ, Brasil

Marta Silva Campos - PUC-SP, Brasil

Mónica Solange de Martino Bermúdez - UDELAR, Uruguai

Nora Aquín - UNC, Argentina

Paulo Marques Alves - ISCTE, Portugal

Potyara Amazoneida Pereira Pereira - UnB, Brasil

Raquel Carneira Varela - IHC/UNL, Portugal

Ronaldo Vielmi Fortes - UFJF, Brasil

Sergio Lessa - UFAL, Brasil

Sueli Bulhões da Silva - PUC-Rio, Brasil

Susana Cazzaniga - UNER, Argentina

Susana Malacalza - UNLP, Argentina

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra - UFRJ, Brasil

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS

Centro Socioeconômico - CSE

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Campus Reitor João David Ferreira Lima

Trindade - Florianópolis/SC

ppgss@contato.ufsc.br

<https://ppgss.ufsc.br>

© 2022 (e-book) UFSC Publicações

© 2022 (impresso) UFSC Publicações

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da Universidade Federal de Santa Catarina

M533 Memória do Fórum da Cidade [recurso eletrônico] : uma década de luta pelo direito à cidade em Florianópolis 2001-2011 / Sidiane dos Santos Alvaristo ... [et al.]. – Florianópolis : PPGSS/UFSC Publicações, 2022. 280 p. : il.

E-book (PDF)
ISBN 978-65-998218-1-3

1. Política urbana – Florianópolis (SC). 2. Participação social – Florianópolis (SC). 3. Sociedade civil – Organização – Florianópolis (SC). 4. Brasil. Estatuto da cidade (2001). 5. Serviço social. I. Alvaristo, Sidiane dos Santos. II. Santos, Maria Teresa dos. III. Kohler, Iliane. IV. Castro, Zulamar Maria de Bittencourt e.

CDU: 34:711.4

Elaborada pelo bibliotecário Fabrício Silva Assumpção – CRB-14/1673



Este livro está sob a licença Creative Commons, que segue o princípio do acesso público à informação. O livro pode ser compartilhado desde que atribuídos os devidos créditos de autoria. Não é permitida nenhuma forma de alteração ou a sua utilização para fins comerciais.

br.creativecommons.org

*Para quem constrói
a resistência na cidade desigual.*

AGRADECIMENTOS

Foi na relação dos segmentos organizados da vida associativa do campo popular do município de Florianópolis - Santa Catarina e da universidade pública que o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop), do Departamento de Serviço Social (DSS), integrante do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio dos projetos de mobilização sociopopular para construção de políticas urbanas participativas e democráticas e de assessoria ao Fórum da Cidade, estabeleceu ações de extensão universitária com o Fórum da Cidade. Marcou, assim, presença ativa na articulação e na formulação de ações coletivas por uma compreensão crítica das contradições históricas que tensionam a vida na cidade.

A sistematização do período 2001-2011 do Fórum da Cidade de Florianópolis é expressão de uma experiência político-pedagógica intensamente vivida e oportuniza fixar na memória individual e coletiva um breve período da luta coletiva e popular pelo direito à cidade.

Ainda que se revele uma descrição parcial na linha de seu tempo, seja o presente texto para cada leitora e leitor um alento e um vislumbrar de possibilidades à ação coletiva.

O Fórum da Cidade contém um legado político e afetivo para replicar sonhos, esperanças e análise crítica das tensões que dinamizam a ação transformadora.

Agradecemos ao movimento sociocomunitário, particularmente à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco) e às lideranças comunitárias que se colocaram na linha de frente da construção do Fórum da Cidade.

Agradecemos às e aos colegas dos Cursos de Serviço Social, Ciências Sociais, Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Sanitária e Ambiental, Engenharia de Controle e Automação da UFSC, que se fizeram sujeitos atuantes dessa extraordinária experiência de luta por uma política urbana participativa e democrática.

Agradecemos à Berenice Petry Braun pelo empenho na revisão do texto.

Agradecemos à equipe do Nessop pelos esforços na concretização dos resultados finais desta publicação.

Agradecemos, ainda, à Proex, ao CSE e DSS/UFSC pelo permanente apoio e viabilização dos recursos necessários à presente publicação.

Nossa homenagem!

Nossos agradecimentos!

SUMÁRIO

Apresentação	13
Introdução	22
Capítulo 1	
O movimento sociocomunitário e o projeto “experiências em cena”: a origem do Fórum da Cidade	27
Capítulo 2	
O primeiro evento: I Fórum da Cidade um olhar do movimento sociocomunitário	36
2.1 Seminários Regionais do Fórum da Cidade.....	46
2.2 O processo em andamento: planejando o II Fórum da Cidade	51
Capítulo 3	
Por uma gestão democrática e participativa da cidade: o II Fórum da Cidade	59
Capítulo 4	
Pelo direito à cidade que queremos: O III Fórum da Cidade	76
4.1 A busca de processos organizativos internos do Fórum da Cidade em 2005 e a Campanha “Acorda Floripa”	84
Capítulo 5	
O Fórum da Cidade e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis... ..	92
5.1 O IV Fórum da Cidade: Florianópolis frente ao Plano Diretor e à Gestão Democrática da Cidade	95
5.2 A participação do Fórum da Cidade no Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo de Florianópolis	99
5.3 Fórum da Cidade: resistência e reorganização	105
Capítulo 6	
Congresso da Cidade: a sociedade civil e o futuro de Florianópolis após 10 anos da aprovação do Estatuto da Cidade – 2011	120
A luta continua...	129

REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE 1	143
ANEXOS	145
ANEXO A - Projeto Experiências em Cena III	145
ANEXO B - Carta do Evento III Experiências em Cena: “A cidade que queremos um olhar dos sujeitos as organizações sociocomunitárias de Florianópolis”	147
ANEXO C - Folder do I Fórum da Cidade	150
ANEXO D - Documento Final do I Fórum da Cidade	151
ANEXO E - Carta à Câmara Municipal de Florianópolis – 12 De Dezembro 2001	170
ANEXO F - Folder II Fórum da Cidade	177
ANEXO G - Síntese do II Fórum da Cidade de Florianópolis	178
ANEXO H - Manifesto do Fórum da Cidade aos Cidadãos Florianopolitanos para uma Construção Democrática e Participativa da Cidade Que Queremos	192
ANEXO I - Carta Tribuna Livre – Câmara Municipal de Florianópolis – 01/12/2003	198
ANEXO J - Carta III Fórum da Cidade – 2004	201
ANEXO K - Propostas Populares para o Planejamento e Gestão da Cidade – Setembro de 2004	202
ANEXO L - Relatório Final do III Fórum da Cidade – 2004	206
ANEXO M - Campanha “Acorda Floripa”	221
ANEXO N - Propostas do IV Fórum da Cidade de Florianópolis – 2006	223
ANEXO O - Regimento Interno do Fórum da Cidade	228
ANEXO P - Carta Aberta do I Seminário do Transporte de Florianópolis	233
ANEXO Q - Relatório-Síntese do Congresso da Cidade - 2011	236
SOBRE AS AUTORAS	280

APRESENTAÇÃO

Carlos Magno Nunes

Assistente Social/Militante do Fórum da Cidade

Falar do Fórum da Cidade, de seus primeiros dez anos, é falar sobre algo muito especial, algo inédito, é falar sobre um movimento orgânico que reuniu as organizações populares da sociedade civil, Universidade Federal de Santa Catarina e inúmeros ativistas das causas sociais e ambientais desta cidade.

Todos estes atores tinham e têm em comum um espírito de solidariedade, compromisso com a vida em plenitude para todos, portanto, consciência da necessidade urgente de justiça social e de preservação ambiental, tendo a cidade como cenário em toda sua complexidade.

O processo em si foi consequência da extensão universitária da UFSC, mais especificamente a partir do Departamento de Serviço Social, através do Nessop. Foi a academia, preocupada e comprometida com a formação de lideranças e assessoria às organizações populares da sociedade civil, o estopim do processo e, mais do que isso, foi o apoio a partir de docentes e estudantes da graduação do Curso de Serviço Social.

O Fórum da Cidade foi e continua sendo o braço histórico do movimento de reforma urbana em Florianópolis e a luta pelo direito à cidade, a função social da propriedade e se esteia na aplicação correta do Estatuto da Cidade, marco legal que disciplina o uso e usufruto do espaço urbano e, como consequência disto, o direito à habitação digna, com saneamento básico, água tratada, salubridade, energia elétrica acessível, com transporte público de qualidade, com respeito à natureza, com equipamentos urbanos, tais como escolas, parques, áreas de lazer e abastecimento a disposição dos cidadãos, enfim, com qualidade de vida para todos.

A par de suas conquistas, as presentes memórias traduzem algo que marca a trajetória do Fórum da Cidade – o seu processo e sua metodologia de trabalho. Este foi inteiramente coerente com os princípios que defendia. Sempre funcionou de forma democrática, em uma horizontalidade freiriana. Todos os saberes eram e são valorizados. Sua estrutura interna e o modo de tomada de decisões sempre foram pautados pelo amplo debate, pela busca dos melhores caminhos apontados por este coletivo. Sempre foi um espaço sem hierarquia, portanto, um espaço aberto à diversidade e à alteridade e ao respeito à autonomia das organizações sociais. O que uniu e ainda une esses atores são seus valores, seus princípios e objetivos socioambientais, no contexto urbano.

Esta forma de trabalho foi pedagógica e aprimorou a formação de todos os participantes. Mais do que falar em democracia, experienciá-la a partir das atividades desenvolvidas pelo Fórum da Cidade foi algo muito marcante. O respeito ao outro, o saber escutar, dialogar, a busca de sínteses a partir da discussão horizontal foi uma escola de vida, creio que para todos.

Quanto aos seus resultados nos primeiros dez anos, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o Plano Diretor Participativo de Florianópolis ocorreu em grande medida por ação sociopolítica empreendida pelo Fórum.

Todo o processo de construção se inicia no primeiro evento do Fórum e vai ganhando consistência, visibilidade e credibilidade pelas ações bem concatenadas nos eventos subsequentes.

Da discussão inicial do Estatuto da Cidade, passou-se para a fase de divulgação desse conhecimento jurídico tão importante para potencializar a organização da sociedade civil. Nesse sentido realizam-se inúmeros eventos de formação em parceria com o Ministério das Cidades e a Universidade Federal de Santa Catarina. Foram cursos, seminários, assembleias, congressos e algumas manifestações públicas.

Sempre ligado no contexto político local, o Fórum levou suas proposições e ideias para a classe política e promoveu o debate de suas propostas na busca de comprometimento dos então candidatos a cargos proporcionais e majoritários, por ocasião do pleito que acabou elegendo Dário Berger.

Antecipando-se ao próprio processo do Plano Diretor Participativo promoveu seminários nas regiões definidas a partir da Ufeco. Isso deu coesão e espírito de corpo às comunidades do município e muniu-se de conhecimento, organização e reconhecimento das lideranças locais.

O ápice desta trajetória foi a constituição do núcleo gestor com uma ampla representatividade da sociedade civil proporcional ao poder público federal, estadual e municipal. Este desenho apresentado pela Ufeco foi gestado pelo coletivo do Fórum da Cidade e, em nossa concepção, deveria ser a base para a formação do futuro Conselho da Cidade de Florianópolis.

A partir daí foi desencadeado, de fato, o processo de formatação do Plano Diretor com reuniões periódicas do núcleo gestor e as assembleias, encontros regionais para a definição das prioridades e propostas às demandas locais. Esse processo de levantamento das demandas populares deveria fundamentar as definições maiores do Plano Diretor.

De fato, esse processo representou um real avanço da democracia participativa na definição da sociedade civil organizada em consonância com o poder público, a partir do Plano Diretor, bem de acordo com os ditames do Estatuto da Cidade.

Havia motivo para regozijo, porém se sabia que a definição final caberia a Câmara de Vereadores e do prefeito pelo seu poder de veto. A Câmara Municipal em Florianópolis sempre foi dominada pelos interesses da construção civil e do setor de turismo e hotelaria, maiores responsáveis pela degradação ambiental e especulação imobiliária.

Isso nos levou a definir como prioridade elegermos na Câmara um vereador, alguém que fosse a voz do Fórum, a voz das comunidades, a garantia da aplicação do Estatuto da Cidade, o que culminou na eleição do professor Lino Peres. Afinal, seria a Câmara de Vereadores que teria a palavra final e esta era, e é, um campo minado, dominado pelo capital especulativo.

A partir da reeleição de Dário Berger e com a inflexão ao nível federal com o controle do Ministério das Cidades sendo cedido pelo então governo de coalizão, e com a retirada de Olívio Dutra como ministro, sendo colocado um indicado do Partido Progressista, nossa força local se viu sem a retaguarda que até então possuía. Diante deste novo contexto político, o prefeito simplesmente deu por acabada a participação popular, encerrou os trabalhos do Núcleo Gestor e fechou os espaços, os escritórios dos núcleos regionais. Com uma ação arbitrária e em total desacordo com o compromisso assumido, contratou a fundação argentina Centro de Estudos e Planejamento Ambiental (CEPA) para ultimar o Plano Diretor.

Essa postura do poder público resultou em ações judiciais, em negação da proposta do CEPA no histórico levante do Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) e redundou em um plano desfigurado em muitos aspectos distantes das propostas defendidas pelas organizações sociais, porém algumas conquistas, alguns avanços ocorreram.

Somente a título de ilustração seguem algumas das ações exitosas: o projeto de ocupação pelo setor imobiliário do Campo de aviação do Campeche foi impedido; a venda da Penitenciária para o setor imobiliário foi revertida com nossa participação inclusive em audiências públicas; o Movimento Ponta do Coral também impediu sua doação para um projeto Turístico imobiliário daquela área; o apoio à desocupação da Vila Santa Rosa resultou em uma indenização mais justa aos ocupantes da área; o movimento “Acorda Floripa” e o Movimento “Moeda Verde Nunca Mais” foram marcos na explicitação dos desmandos e das irregularidades perpetradas na cidade pelos detentores do capital imobiliário com o beneplácito do poder público. A legislação ambiental foi mais respeitada, o gabarito dos prédios na área da Lagoa da Conceição permaneceu no máximo de dois andares, sem ático e pilotis, dentre tantas outras tantas conquistas.

A luta segue, pois esta nunca cessa. É uma luta por vezes quixotesca, uma luta desigual com o poder econômico que faz da cidade um espaço regulado para reprodução do capital e, de outro lado, a cidadania consciente entendendo a cidade como o espaço para o pleno desenvolvimento humano, um espaço de convívio, de crescimento, de troca, de solidariedade, de justiça social. Um território que propicie qualidade de vida e oportunidades para todos. Um espaço de inclusão, um espaço que não segregue e que não crie ou alimente privilégios.

A semente plantada germinou, a planta segue viva, segue crescendo sempre açoitada pelos ventos da cobiça, do desrespeito à natureza, da exclusão social, da naturalização da injustiça e da violência, mas a utopia segue viva e continuamos a olhar para esse horizonte e nos negamos a aceitar esta realidade imposta. Não, isso não é natural! É algo que não queremos, que não aceitamos e que podemos e iremos um dia mudar!

Modesto Azevedo

Presidente da Ufeco (2002- 2006) e militante do Fórum da Cidade

Se você ainda me pergunta aonde é que eu quero chegar, se há tantos caminhos na vida e pouquíssima esperança no ar
(Raul Seixas)

Com esta pergunta feita pelo cantor “aonde eu quero chegar” nesta opção de vida que escolhi e vendo tantos caminhos, fui percebendo ao longo de minha militância que sem a participação do coletivo as pouquíssimas esperanças tendem-se a ampliar em constantes transformações, abrindo novas e vastas esperanças a conquistar, rompendo com o egoísmo humano secular.

Tendo isto em mente, foi na prática que despertei minha consciência política e social. Morador de favela na cidade de São Paulo, nos anos de 1970, só foi possível conquistar o direito de ter água e luz no meu barraco a partir de uma luta coletiva de todos os favelados da cidade que se unificaram para sua causa comum, abrindo horizontes e possibilidades de ampliar essa experiência para meu local de trabalho, enxergando no movimento sindical também estas esperanças de conquistas efetivas e coletivas na relação entre o capital e trabalho e no movimento social/popular entre o Estado e a população por conquista do bem-estar social coletivo.

Percebi também que no jogo da vida deve-se utilizar sempre as ferramentas adequadas com as devidas estratégias nas mais variadas lutas populares, partindo sempre do coletivo para o indivíduo. Se todo ser humano tiver essa disposição de abrir mão do individual e pensar no ser coletivo, construiremos definitivamente o novo homem, tão sonhado em nossas utopias.

Deixando a cidade de São Paulo para trás, onde tudo começou com minha militância no movimento de favela, da moradia, saneamento básico, etc. já no final da década de 1990, viajei para o Rio Grande do Sul, para uma estadia em Porto Alegre, no Instituto

Pastoral da Juventude. Depois de seis meses, resolvi mudar para a cidade de Florianópolis, fixando minha moradia no bairro Tapera, Sul da Ilha, dando início a uma nova etapa na minha vida.

Um bairro com dotação mínima de infraestrutura básica naquela época, com apenas duas ruas pavimentadas, me levou a procurar uma organização comunitária e já de imediato participar do processo eleitoral do Conselho Comunitário da Tapera com um grupo de moradores, do qual saímos vitoriosos, derrotando a chapa da situação. Assumimos o mandato de 2000 a 2002, quando ocupei o cargo de secretário-geral, implementando uma política arrojada com denúncias na Câmara Municipal através da Tribuna Livre e cobranças junto ao poder público sobre o estado de abandono no bairro.

Naquele mesmo ano em que assumimos o Conselho Comunitário, houve também eleição na União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco) sendo convidado para compor e integrar a nova diretoria que se iniciava com lideranças dos setores mais progressistas do movimento comunitário da cidade, sob a presidência da companheira Albertina de Souza. Cumprindo as deliberações tomadas, a Ufeco realizou vários cursos de formação de lideranças comunitárias mobilizados regionalmente pelos seus diretores.

No período seguinte, encerrou-se o mandato da companheira Albertina de Souza e, assim, assumi a presidência da Ufeco e como não deixar de lembrar dos demais diretores: Ivânio da Luz, Marcio Porto, Ângela Liuti, Albertina de Souza, Jair dos Santos, Jose Thomaz, Helio Carvalho e, pra fazer justiça, destacar também os demais diretores regionais. A partir desse momento, nós da diretoria, aprovamos em nossas instâncias o plano de ação, tendo como eixo central o resgate da credibilidade de nossa entidade junto às suas filiadas (entidades comunitárias), pois havia a constatação de um grande hiato entre a direção da Ufeco e suas filiadas, além do investimento massivo em cursos periódicos de formação de lideranças. Neste aspecto, a parceria com o Nessop foi fundamental para a prestação de assessoria metodológica com a participação ativa de estudantes do Curso de Serviço Social da UFSC.

Elaboramos uma agenda de visitas às entidades comunitárias, oferecendo sem imposição, nossa assessoria com acompanhamento em seus processos eleitorais e adequação de seus estatutos ao

novo Código Civil recentemente em vigor, além de mediar os conflitos em suas disputas internas eleitorais, participando como membro das comissões eleitorais de modo a garantir a democracia interna à luz dos artigos de seus estatutos sociais.

Para além disso, estabelecemos vínculos com o movimento sindical, apoiando suas pautas específicas, assim com os movimentos ambientais da cidade, pela preservação dos manguezais que estavam sendo ocupados por construções de grandes shopping centers (Santa Mônica e Floripa Shopping), construção de um campo de golfe no Norte da ilha com possibilidade de afetar o aquífero, comprometendo a água potável, devido o uso de pesticida na conservação da grama do campo que seria construído.

Participamos da luta pela moradia, defendendo os moradores da Vila Santa Rosa que estavam ameaçados de despejo, intervindo judicialmente na suspensão de despejo e politicamente junto à Câmara de Vereadores, onde mediamos e negociamos uma indenização justa de 75 mil reais a cada família, lhes garantindo um recomeço de vida estabilizado. Atuamos na Vila do Arvoredo (Favela do Siri), cujos moradores em dunas sofriam com a movimentação das mesmas, sugerindo ao poder público a desapropriação de área e alocação das famílias em risco iminente, apoiando e participando de suas mobilizações populares.

Encampamos a luta para impedir a construção de uma subestação elétrica da Celesc em local inadequado que prejudicaria os moradores no entorno. Após muitas negociações e entendimentos, viabilizamos outro local seguro para atender a demanda levantada pela empresa no atendimento à cidade.

Como resultado deste trabalho, fui reeleito para o 2º mandato, juntamente com os demais diretores pelo processo eleitoral. No momento seguinte ocorreram intensas mobilizações na cidade com o surgimento do Movimento Passe Livre, na luta pela redução da tarifa e pelo passe livre para estudantes, assim como a implantação do novo modelo de integração de terminais urbanos na cidade, ocasionando muitos transtornos aos seus usuários. Lá estava a Ufeco, atuando institucionalmente no Conselho Municipal de Transporte, na defesa dos usuários, se posicionando e votando contra os aumentos abusivos das tarifas, no referido

Conselho onde tínhamos assento com dois conselheiros representantes que, simultaneamente, com nossos diretores somavam e participavam ativamente das grandes manifestações que tomaram as ruas da cidade.

Denunciamos o esquema que resultou na intervenção da Polícia Federal, batizada de “Operação Moeda Verde”, com repercussão na mídia nacional, o que resultou na prisão de vários empresários do setor imobiliário que em um esquema de corrupção compravam políticos e agentes públicos para obtenção de licenças ambientais em áreas inadequadas para construção civil.

No final de 2002, tivemos a eleição do presidente Lula, que tomou posse em 2003, desencadeando todo o processo motivador de participação popular, iniciando uma nova etapa de expectativas e desafios para os movimentos sociais.

Em meio a todo esse processo, participamos ativamente da criação do Fórum da Cidade, movimento de articulação das lutas realizadas sempre em defesa do direito à cidade. Outras demandas apareceram, outras lideranças surgiram e foram envolvidas na disputa permanente do espaço urbano na cidade, exigindo da Ufeco sempre sua atuação cada vez mais intensa, o que mudou a cara da cidade a partir do surgimento do Fórum da Cidade, atingindo sua maioria com mais de vinte anos de existência, vindo a se consolidar definitivamente na cidade de Florianópolis até nos dias de hoje como espaço aglutinador de articulação, discussão e debates dos movimentos sociais. E ainda não terminou...

INTRODUÇÃO

A ideia do direito à cidade [...] surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero [David Harvey¹].

Na atual conjuntura brasileira de retrocesso dos direitos sociais e políticos, previstos na Constituição Federal de 1988 é fruto de um amplo processo participativo dos setores populares, torna-se fundamental recuperar as experiências dos movimentos sociais que, desde então, vêm lutando para a efetivação destes direitos, particularmente aqueles relativos à política urbana. Nesta direção é que se propõe, aqui, apresentar a experiência do Fórum da Cidade – Organização Popular e Social de Florianópolis-SC².

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 – o capítulo "Política urbana" – da Constituição Brasileira de 1988, em Florianópolis-SC, constituiu-se o Fórum da Cidade, uma articulação de iniciativas de sujeitos coletivos e individuais em torno do direito à cidade, que se expressou em eventos, atividades, manifestações e documentos, especialmente no período de 2001 a 2011.

O presente texto teve como principal base parte da monografia de conclusão de curso de graduação em Serviço Social de Sidiane dos Santos (2013), elaborada a partir da experiência de estágio na assessoria ao Fórum da Cidade pelo Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop), vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1 HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana (2014)

2 Para facilitar a leitura ao longo deste texto, será denominado apenas como "Fórum da Cidade".

O Nesson, em relação ao Curso de Serviço Social da UFSC, originou-se na dinâmica da extensão universitária que na relação com o ensino e a pesquisa contribui no processo civilizatório, na melhoria da qualidade das condições de vida da população, especialmente das classes subalternizadas.

O Nesson, desde os anos de 1990 vem contribuindo com as organizações populares em Santa Catarina, mais especificamente com o movimento sociocomunitário em Florianópolis e com a formulação de um plano diretor mais inclusivo, participativo e democrático como expressão do Estatuto da Cidade.

O direito à cidade é aqui compreendido como o direito das classes subalternizadas a usufruir plenamente o espaço urbano. A questão urbana é evidenciada na medida em que a especulação imobiliária e os interesses do mercado colocam-se na contramão do direito à cidade.

A forma como o capital se apropria do território urbano, como elemento fundamental à produção, circulação e reprodução da mercadoria, implica em segregação do espaço em áreas nobres e áreas precárias, áreas com toda infraestrutura e outras sem infraestrutura alguma. Segundo Ianni (1991, p. 10), “[...] a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social”.

A questão urbana configura-se assim como expressão da questão social, revelada na desigualdade das cidades, e como um dos mais complexos desafios no campo das políticas públicas.

Em Florianópolis-SC, nas últimas duas décadas, a disputa por diferentes projetos para a cidade tem se acirrado, isto na mesma medida de seu crescimento e dos rumos que se apontam a partir daí. De um lado, crescem as investidas da construção civil pela ocupação desenfreada de todos os espaços urbanos, compreendidos como nichos de mercado. De outro, o movimento social urbano, aqui identificado como os diversos atores coletivos organizados em diferentes frentes – desde o transporte público aos coletivos ambientalistas – que se organizam na defesa das políticas públicas de viabilização da cidade.

Importante lembrar o significado da palavra “fórum”, que remete a um espaço de debate público sobre determinadas questões, como as orientações do Fórum Social Mundial para fóruns sociais locais, para o qual, os fóruns devem respeitar a diversidade, a pluralidade, a troca de experiências e as relações horizontais e democráticas entre participantes, bem como a possibilidade de articulações que superem as divisões entre organizações (FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 2013).

Neste contexto, o Fórum da Cidade, articulação de movimentos e entidades que lutam pelo direito à cidade desde 2001 em Florianópolis, apresenta uma trajetória de lutas em defesa da cidade. Trajetória feita não sem dificuldades, marcada por avanços e recuos, evidenciando a complexidade de um processo que visa à democracia e à participação.

Os principais marcos dos caminhos percorridos pelo Fórum da Cidade entre 2001 e 2011 foram adensados nesta publicação, a partir do trabalho de Sidiane dos Santos (2013), no intuito de registrar a memória de um importante movimento em defesa do direito à cidade. Também contou com depoimento de Modesto Azevedo, importante liderança popular da Ufeco e do Fórum da Cidade.

Os dados apresentados baseiam-se, ainda, em pesquisas anteriores e documentos de fonte primária que registram as ações do Fórum ao longo dos anos, como relatórios de reuniões, atas, eventos, regimento, convites, e-mails, além dos relatórios produzidos por estudantes do curso de Serviço Social da UFSC no âmbito dos estágios obrigatórios, da disciplina de Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito e estudantes participantes dos projetos de extensão de mobilização social para o Fórum da Cidade.

Dentre as pesquisas, destacam-se as importantes contribuições de registro e análise sobre o Fórum da Cidade em vários trabalhos de conclusão do curso de graduação³ e dissertações de mestrado em Serviço Social da UFSC (relacionados no Apêndice 1), além de artigos publicados em periódicos e em anais de eventos de docentes e discentes, que constam nas referências deste trabalho.

3 Ver Adriano João dos Santos (2005), Andrea dos Santos (2007), Deise Vicente Oliveira (2003), Carla Janaina Abraão Ehlers (2002), Jiana Thomaz Moro (2007).

A exposição dessa trajetória está organizada em seis capítulos.

No primeiro capítulo, busca-se conceituar e caracterizar o movimento sociocomunitário em Florianópolis que precedeu e oportunizou a emergência do Fórum da Cidade. Nas três seções subsequentes, considera-se como marcos os primeiros eventos realizados pelo Fórum da Cidade.

O segundo capítulo, tendo como referência o “Fórum da Cidade – um olhar do movimento sociocomunitário”, contempla os dois primeiros anos da trajetória do Fórum da Cidade (2001-2002), da sua constituição à sequência de ações importantes no âmbito local. As ações do Fórum da Cidade no período seguinte e a realização do II Fórum da Cidade, denominado “Por uma gestão democrática e participativa da cidade”, foram abordadas no terceiro capítulo. No quarto capítulo, privilegiou-se a busca dos processos organizativos internos do Fórum da Cidade em 2005 e a dinâmica de organização e realização do III Fórum da Cidade “Pelo direito à cidade que queremos”.

O quinto capítulo aborda as ações do Fórum da Cidade mais diretamente relacionadas ao processo de discussão do novo Plano Diretor Municipal, cujas discussões e embates perduraram por mais de uma década em Florianópolis, iniciando-se na segunda metade da década de 2000. O período relatado, contempla a realização do IV Fórum da Cidade “Florianópolis frente ao plano diretor e a gestão democrática da cidade” em 2006 e o V Fórum da Cidade, ocorrido em 2009, denominado “Políticas públicas, participação e controle social”.

O sexto capítulo tem como objeto o processo de organização e realização do I Congresso da Cidade “A sociedade civil discutindo o futuro de Florianópolis passados 10 anos da aprovação do Estatuto da Cidade”, na conjuntura dos debates em torno da temática do Plano Diretor da Cidade em 2011.

No item final “A luta continua” se destaca algumas considerações e percepções sobre a pertinência do movimento, alguns aspectos observados ao longo da trajetória do Fórum da Cidade e a atualidade das pautas que implicam na continuidade das lutas.

Para complementar e ilustrar a rica e intensa atuação do Fórum da Cidade ao longo do período delimitado nesta publicação, avaliou-se a importância de incluir nos anexos vários documentos e imagens que ajudam a vislumbrar pelo menos uma parte de sua trajetória de lutas, configurando-se assim como uma espécie de “dossiê”, que ora apresentamos.

Capítulo 1

O MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO E O PROJETO “EXPERIÊNCIAS EM CENA”: A ORIGEM DO FÓRUM DA CIDADE

A criação do Fórum da Cidade insere-se no contexto do tensionamento das relações político-sociais em Florianópolis, particularmente, no que se refere à política urbana no âmbito municipal. Para tanto, neste primeiro momento, se buscará contextualizar o movimento sociocomunitário⁴, *locus* da emergência do Fórum da Cidade.

Para entender a formação do movimento sociocomunitário em Santa Catarina, é importante considerar a influência da cultura europeia que açorianos, italianos e alemães trouxeram ao estado.

Conforme destaca Castro (1997, p. 27), a formação da sociedade brasileira estruturou-se de acordo com o interesse do comércio europeu e foi nesse contexto econômico e social que o estado de Santa Catarina apareceu na história do país.

⁴ Neste trabalho adotou-se a denominação “movimento sociocomunitário” compreendendo que essa concepção é mais abrangente do que o “movimento comunitário”, à medida que o “trabalho empírico com a realidade, com os problemas dos indivíduos e grupos das classes subalternas é o primeiro elemento que neste momento gostaríamos de destacar como sendo proveniente da “práxis comunitária” e que pode e deve ser articulado pela “práxis social” tendo em vista a superação da realidade presente” (MARTINS, 2007, p. 121).

Santa Catarina foi-se configurando, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, através de regiões (geoeconômicas) que tiveram formas próprias de organização econômica e sociocultural em decorrência do tempo histórico em que foram chegando os grupos populacionais, das características culturais trazidas por eles de diferentes países e regiões europeias, e das transformações econômicas e políticas que, atravessando o mundo europeu, vieram rebater, de forma particular; em cada uma dessas regiões.

Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina⁵, foi colonizada no século XVIII por açorianos que tinham como atividades o cultivo de pequenas terras agrícolas familiares e a pesca, mas que realizavam, também, atividades comerciais, religiosas e associativas, por meio das quais se configurava a sensação de pertencimento a um espaço urbano local, a comunidade, traço importante na formação do associativismo no estado.

Nas primeiras décadas do século XX, intensificou-se a urbanização da Ilha de Santa Catarina⁶, tendo como marco decisivo nesse processo a construção da Ponte Hercílio Luz, em 1926. A ligação entre a ilha e o continente impulsionou o desenvolvimento e a expansão da urbanização de Florianópolis.

A partir da década de 1960, com o processo de industrialização brasileira, outros acontecimentos impactaram a realidade local, com a implantação do campus da Universidade Federal de Santa Catarina no bairro da Trindade e das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (Eletrosul). Tais mudanças refletiram no desenvolvimento de atividades econômicas, bairros residenciais, investimentos,

5 A cidade originalmente foi denominada Meimbipe pelos indígenas da nação tupi-guarani que habitavam a região, depois Nossa Senhora do Desterro pelos colonizadores portugueses. O nome da cidade foi alterado para Florianópolis pela Lei n. 111 de 01/10/1894, assinada por Hercílio Luz, então governador de Santa Catarina, após o massacre de diversos ilhéus e fim do revolucionário Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, que havia se insurgido numa guerra civil contra o governo central do marechal Floriano Peixoto (TONERA, 2004).

6 O município de Florianópolis, na contemporaneidade, é constituído pelas áreas continental e insular, esta última denominada “Ilha de Santa Catarina”. Para detalhamento ver: Cecca, 1997.

tecnologia e, conseqüentemente, um exacerbado crescimento populacional. Passou-se a ocupar as regiões próximas a Florianópolis (como os municípios de São José, Palhoça e Biguaçu), enquanto a região sul da ilha era ocupada pela população local e a região norte potencialmente utilizada pelo setor do lazer e do turismo.

A ilha e os seus arredores começaram a perder suas características próprias originais, sofrendo com a ocupação dos mangues, especulação imobiliária, ocupação habitacional de morros e cumes, perda dos patrimônios arquitetônicos, ocupação privada ilegal de áreas públicas e mercantilização dos espaços. Florianópolis segue, portanto, o modelo de segregação socioespacial predominante no país, como é ressaltado por Lüchmann *et. al.*, (2004, p. 62):

[...] além de receber migrantes do interior dos estados do sul do país que, sem perspectivas de trabalho em seus locais de origem, vêm ocupando as regiões mais carentes da cidade, Florianópolis acolhe também famílias de classe média e alta que buscam um bem-estar que julgam ter desaparecido em suas cidades de origem. Em consequência disso, a ocupação do solo ocorre de forma desordenada, alvo muitas vezes da especulação imobiliária. O poder estatal, além de não responder às demandas de serviços das comunidades que crescem, está fortemente orientado para a defesa dos interesses de empreiteiras e grandes empresas de turismo.

Na conjuntura de reivindicações e efervescência dos movimentos sociais no país na década de 1980, Florianópolis – guardadas as particularidades – também foi palco de ações coletivas na busca pelo reconhecimento das demandas populares, algumas de modo pontual e outras de maneira mais ampla. Tais ações coletivas partiam especialmente das organizações comunitárias, num movimento definido por Lüchmann (2004, p. 58) como:

[...] o conjunto de organizações (Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, etc...) que visam representar os interesses dos moradores de suas localidades, bairro ou região. Trata-se de um tipo de associativismo que apresenta uma especificidade, qual seja, a articulação e organização de moradores tendo em vista discutir e demandar melhorias urbanas. O elemento de identificação – e diferenciação frente a outros movimentos sociais – é, portanto, o compartilhamento do local de moradia (ser morador do bairro, da região, município).

O processo de urbanização de Florianópolis, seus impactos e suas contradições no cotidiano da população contribui por impulsionar formas de resistência ao crescimento acelerado da cidade ao se constituir em uma articulação das organizações comunitárias para compor um movimento sociocomunitário, contexto em que foi criada em 1987 a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco), fundada por 33 entidades – 23 Associações de Moradores e 10 Conselhos Comunitários⁷. O intuito era constituir um órgão democrático com autonomia e efetiva representação nos bairros.

Assim, esse breve histórico do movimento sociocomunitário da cidade favorece a compreensão das experiências participativas em Florianópolis. Intrínseco a essas experiências de luta está o processo de construção dessa participação popular, que não é linear e acabado, mas instituído coletivamente e, por conseguinte, permeado por avanços e recuos. Dentre os avanços, encontram-se experiências de participação significativas na construção de canais de debate e ações articuladas na política pública urbana.

7 Sobre a trajetória da Ufeco, ver Lüchmann (1997).

Em 1990, o Centro de Evangelização e Catequese (CECA)⁸, organização não governamental ligada à Igreja Católica originada no Rio Grande do Sul, surge em Santa Catarina “como um ator significativo no processo de construção de uma política urbana para a cidade de Florianópolis” (OLIVEIRA, 2003, p. 63). A organização voltou-se para questões sociais, políticas e ambientais visando um compromisso coletivo e o fortalecimento dos movimentos pastorais no estado, surgindo daí uma primeira proposta de um fórum que reunisse diferentes segmentos da sociedade civil organizada em Florianópolis.

Em seus dois primeiros anos de existência em Florianópolis, [o CECA] participa ativamente de fóruns de debates promovidos por diversas iniciativas. A partir de seu envolvimento com as questões mais diversas da cidade, debatidas nestes eventos, traz à tona a primeira proposta de criação de um Fórum da Cidade de Florianópolis, com o objetivo de fortalecer e articular a sociedade civil organizada. Contudo, a proposta não chegou a se concretizar e a organização seguiu no trabalho de assessoria às causas do movimento comunitário e atuando, também, com pesquisas na área social (CARDOSO, 2006, p. 31).

8 “O Centro de Evangelização e Catequese (CECA) nasce em 1969 em Caxias do Sul e, em 1983, em São Leopoldo, é fundado formalmente, obtendo personalidade jurídica própria. Inicialmente desenvolvia trabalhos na área de comunicação, no entanto em 1987 almejando uma maior autonomia em relação à igreja católica, o CECA/RS passou a chamar-se Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria, e com isso iniciou a prestação de serviços de assessoria a movimentos populares, sindicais e atividades pastorais da igreja cristã, sobre temas nas áreas de teologia-ecumênica, sócio-política e metodológica” (OLIVEIRA, 2003, p. 63). Ainda de acordo com Oliveira (2003), o CECA sofreu diversas mudanças de nomenclatura: em 1992 chamava-se Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria – Núcleo Santa Catarina. A partir de 1993, passa a se chamar Centro de Assessoria Popular e Alternativa (CECA/SC) e em 1995 muda para Centro de Estudos Cultura e Cidadania – CECCA – que se destacou pela promoção do Seminário “Uma Cidade numa Ilha”, de fundamental importância para a compreensão da problemática socioambiental da cidade. Para maior conhecimento sobre o CECA, sugere-se a consulta a Stoffel (2006).

A segunda tentativa de criação de um fórum da cidade de Florianópolis ocorreu durante o mandato do Prefeito Sérgio Grandó (Coligação Frente Popular: PPS, PT, PC do B, PCB, PSB, PDT, PSDB e PV), no período de 1993-1996, na retomada do processo de implantação do orçamento participativo, que consistia numa ferramenta que permitia à população decidir sobre as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano pela prefeitura⁹. Com a possibilidade de construção de novas relações com o poder municipal, tentou-se mobilizar um espaço articulador das lutas da sociedade civil florianopolitana.

Apesar do compromisso formal do governo para um processo de democracia participativa, colocando o movimento como sujeito do processo de construção da cidade, surgiram dificuldades que impossibilitaram a efetivação de um processo democrático de acordo com aquilo que era esperado pelo movimento. Houve, contudo, uma ‘abertura’ para o diálogo (CARDOSO, 2006, p. 31).

Com a eleição de Ângela Amin, da coligação “Força Capital” (PPB, PSDB e PTB), para a gestão municipal no período de 1997-2000, a ideia de participação popular na elaboração do orçamento municipal sofre um retrocesso. Na nova conjuntura político-partidária municipal, o processo de participação popular foi interrompido e a elaboração do orçamento municipal retornou aos moldes antigos (SANTOS, 2007).

Em meio ao retrocesso que representou as eleições municipais ao processo participativo, cabe destacar que a história não se faz sem resistência e luta. Um exemplo importante de organização popular e de enfrentamento aos desmandos do poder público municipal foi a experiência inédita do Movimento Campeche Qualidade de Vida (MCQV), fundado em agosto de 1997 pelos moradores do bairro Campeche em Florianópolis e que passa a coordenar os embates com o executivo municipal. O movimento articulava várias associações e grupos representativos da região, promovendo de forma democrática e participativa um processo de Plano Diretor alternativo ao

⁹ A primeira experiência de orçamento participativo na cidade aconteceu na gestão do prefeito Edison Andrino (1986-1988).

Plano elaborado pelo executivo municipal para aquela região e que previa a exploração turística e imobiliária da região¹⁰.

Nesta conjuntura, inicia-se em Florianópolis, a construção do “Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis”¹¹ por meio do Decreto nº 246/97. Realizaram-se encontros nas diversas regiões do município com o intuito de diagnosticar e discutir os problemas locais, mobilizados pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (Floram). No entanto, esse processo, que se iniciou com intensa participação da sociedade civil organizada, foi interrompido em 1999 por iniciativa da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Em 2000, o movimento comunitário que participou do desenvolvimento dos trabalhos da Agenda 21 Local posicionou-se contrário à atitude do poder público municipal. Em encontro que reuniu mais de 25 grupos comunitários no dia 23 de fevereiro de 2000, “[...] foi estabelecida uma Comissão para coordenação de um ‘Fórum Popular/Comunitário da Cidade’” (OLIVEIRA, 2003, p. 70). De acordo com Santos (2007), foi elaborado um documento final da Agenda 21, mas sem a participação ampla das comunidades na plenária de aprovação. Encaminharam, então, uma carta aos órgãos responsáveis pela coordenação da Agenda 21 manifestando repúdio à forma como o processo estava sendo conduzido em Florianópolis.

Estas tentativas de criação de um espaço público e articulado de diferentes representantes da sociedade civil para debates sobre a cidade refletem as dificuldades de construção de um processo participativo. Entretanto, inspiraram a permanência de ações por uma articulação do movimento comunitário e de fóruns para a discussão da questão urbana na Grande Florianópolis.

10 As reflexões e memórias das lutas do Campeche encontram-se detalhadas na obra “O campo dos peixes e os senhores do asfalto”, organizado por Janice Tirelli, Raúl Burgos e Teresa Cristina Barbosa (2007).

11 A Agenda 21 foi deflagrada no Brasil em 1992 a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo principal de buscar um equilíbrio entre as necessidades econômicas, sociais e ambientais para a proteção do planeta e seu desenvolvimento sustentável (ONU, 2013). A Declaração da Conferência pode ser consultada no site da ONU-Brasil (<<http://www.onu.org.br/>>).

Nesta direção, a retomada de um processo de articulação foi propiciada pelo debate do movimento comunitário sobre as problemáticas urbanas locais e regionais durante a realização do projeto de extensão universitária denominado “Experiências em Cena” em sua terceira edição em 2001.

O Projeto “Experiências em Cena”, desenvolvido pelo Nesson, objetivou oportunizar visibilidade pública às experiências participativas do movimento social/popular/comunitário de Florianópolis e região metropolitana. O projeto previa a realização de encontros nesse Núcleo para troca de saberes, debate e interlocução pública acerca das demandas sociais, proposições e ações no âmbito do movimento social/comunitário/popular (NESSOP, 2000). No período de 2000 a 2006, foram realizadas sete edições do Projeto.

e assim, a nossa Diretoria do Conselho Comunitário da Tapera foi convidada pelo Nesson da UFSC para participar de um evento denominado de ‘Experiências em Cena’, realizado no ano 2000, cujo objetivo era reunir o máximo de lideranças comunitárias da cidade para a troca de experiências, de suas lutas em comum, com o poder público e a possibilidade de fortalecer coletivamente, na perspectiva da constituição, uma espécie de rede de unificação de suas lutas comunitárias idênticas (Modesto Azevedo).

A socialização das experiências das organizações comunitárias, no âmbito do Projeto Experiências em Cena III, aconteceu no dia 2 de junho de 2001 com o tema “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações comunitárias de Florianópolis”, contando com a presença de 215 participantes, entre eles, 79 líderes comunitários representando 34 organizações comunitárias¹² (NESSOP, 2001).

A programação do evento abordou os seguintes temas:
a) organizações comunitárias – suas origens e razão de ser e
b) organizações comunitárias participando da qualidade de vida na cidade: projetos e planos urbanos (Folder, Anexo A).
Diante das apresentações, críticas e aspirações das entidades

12 Mais detalhes sobre o evento podem ser encontrados em Ehlers (2002).

comunitárias, “[...] foi proposta a criação de um fórum permanente para articular a discussão sobre a cidade” (CARDOSO, 2006, p. 52). Ao final, elaborou-se uma “carta do evento” (Anexo B) com suas principais proposições, destacando-se aquelas diretamente relacionadas à necessidade de articulação dos movimentos comunitários na Grande Florianópolis, como:

- Realização de seminários regionais no município de Florianópolis, metodologicamente, assessorados pelo Nessop, para construir um movimento comunitário propositivo, articulado e com autonomia;
- Realização através de mediação do Nessop/UFSC, de um Fórum ou Congresso de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade que queremos com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana e metropolitana, com participação popular e gestão descentralizada e democrática (NESSOP, 2001, s/p).

Diante destas proposições do movimento comunitário, apontou-se a necessidade de lutas mais amplas voltadas para a cidade como um todo, sendo o Fórum da Cidade um espaço de articulação, na direção de uma gestão participativa da cidade a partir de bases comunitárias (OLIVEIRA, 2003, p.81).

Dentre as várias resoluções aprovadas no evento ‘Experiências em Cena’, teve-se como destaque principal a proposta de organizar um encontro amplo de vários segmentos sociais e comunitários para pensar a cidade e seus desafios que seria denominado I Fórum da Cidade. [...] Diante disto, a Comissão Preparatória do Encontro, eleita no referido evento, decidiu que seria importante o conhecimento mais aprofundado deste novo instrumento jurídico legal, considerando seus avanços como ferramenta de apropriação da sociedade na sua implementação no planejamento urbano (Modesto Azevedo).

Para o cumprimento desses objetivos criou-se a Comissão Organizadora do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento socio-comunitário”, realizado em outubro de 2001.

Capítulo 2

O PRIMEIRO EVENTO: I FÓRUM DA CIDADE UM OLHAR DO MOVIMENTO SOCIOCOMUNITÁRIO

Em 2001, a homologação do Estatuto da Cidade criou uma conjuntura especial à política urbana. Em Florianópolis, esse momento foi importante na constituição de um cenário de debates, impulsionado pela criação do Fórum da Cidade.

A construção de um Fórum ou Congresso da Cidade – proposto no âmbito do Projeto Experiências em Cena III em junho de 2001 – partiu de uma comissão composta por diversos movimentos e entidades com apoio da UFSC para articular e organizar um encontro e promover o debate sobre as questões emergentes da política urbana em Florianópolis.

A articulação comunitária, então denominada pró-Fórum da Cidade, foi composta pelas seguintes organizações e respectivos representantes: Associação Comunitária do Loteamento João Gonzaga da Costa – Saco Grande, Teodoro José da Silva; Associação de Moradores do Campeche, Janice Tirelli Sousa; Associação de Moradores e Amigos do Itacorubi, Maria Estela Conceição; Associação de Moradores do Morro da Penitenciária, Argeu Goulart; Associação de Moradores do Pântano do Sul, Murilo Mariani; Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, Joel Ivo Balconi; Conselho Comunitário da Tapera, Modesto Azevedo; Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses, Vanisa T. Widholzer; Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc), Albertina de Souza; Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, Padre Vilson Groh; Fundação Lagoa, Jeffrey Hoff; Movimento Ilhativa/Ingleses, Gleycy M. Fedrizzi; Rede Sol, Domingos Fortuna; Movimento Campeche Qualidade de Vida, Teresa C. P. Barbosa e Instituto Ambiente Sul, Carla M. Caldas.

Na primeira reunião pró-Fórum da Cidade, realizada no dia 12 de julho de 2001, firmou-se a participação de estudantes e de professoras/es da UFSC, a saber: Arquitetura e Urbanismo, Prof. Lino Peres; Departamento de Sociologia e Ciência Política, Prof^a. Lígia Helena Lüchmann e pelo Departamento de Serviço Social a Prof^a. Teresa K. Lisboa e mais especificamente do Nesson/DSS, as Prof^{as} Zulamar Maria Bittencourt e Castro, Iliane Kohler e o Prof. substituto Carlos Magno Nunes, além da assistente social, Simone Matos Machado. Os departamentos de ensino, também foram representados por estudantes atuantes em projetos de extensão universitária. Nessa mesma reunião, avaliou-se a necessidade de apropriação do Estatuto da Cidade pelo movimento comunitário para compreensão de suas implicações no Plano Diretor e na Lei Orgânica do Município.

A proposta da comissão resultou na realização do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sociocomunitário” nos dias 5 e 6 de outubro de 2001, no Auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, atual Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), situado à Avenida Mauro Ramos, 950, Centro, Florianópolis. (Folder, Anexo C).

O I Fórum da Cidade teve os seguintes objetivos:

- Conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito como instrumento do movimento social popular comunitário;
- Potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade;
- Fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos;
- Discutir, construir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis;
- Construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários (FÓRUM DA CIDADE, 2001a).

A programação do I Fórum contemplou palestras, debates e trabalhos em grupos temáticos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Programa do I Fórum da Cidade - 2001

Programa I Fórum da Cidade “Um olhar do movimento sociocomunitário”

Dia 5 outubro de 2001 – Sexta feira

18h30 às 19h00	Inscrições e momento cultural
19h00 às 19h15	Sessão de abertura
19h15 às 20h15	Conferência: "O Estatuto da Cidade"
	Clóvis Ilgenfritz – Deputado Federal – RS
	Nabil Bonduki – Vereador – São Paulo – SP
20h15 às 21h30	Debate
21h30	Coquetel de confraternização

Dia 6 outubro de 2001 – Sábado

08h30 às 10h30	Mesa Redonda: "A cidade à luz do Estatuto da Cidade"
	Raquel Rolnik – Laboratório de Habitação – PUC Campinas – SP
	Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis
	Centro de Estudos de Cultura e Cidadania – CECCA
	Sindicato da Indústria da Construção Civil – SC
	Prefeitura Municipal de Florianópolis
	Instituto de Arquitetos do Brasil – SC
	Representações dos Movimentos Sociocomunitários
10h30 às 11h30	Debate
11h30 às 12h00	Organização dos grupos de trabalho
12h00 às 13h00	Almoço temático
13h00 às 15h00	Grupos de trabalho
15h00 às 16h30	Exposição dos resultados dos grupos de trabalho
16h30 às 16h45	Intervalo temático
16h45 às 19h00	Agenda de lutas e encaminhamentos

Fonte: Folder I Fórum da Cidade.

O I Fórum contou com a participação de 220 pessoas, contando com 81 entidades representadas: Associações de Moradores, Conselhos Comunitários, universidades da área metropolitana de Florianópolis (UFSC, Udesc e Unisul), sindicatos, entidades ambientalistas, ONGs, institutos e algumas representações políticas. Dentre os participantes no evento, aproximadamente 39 eram associações de moradores e conselhos comunitários, evidenciando a presença significativa do movimento sociocomunitário no início do Fórum da Cidade.

Os trabalhos em grupo foram organizados a partir de 10 temas específicos em subgrupos de acordo com a perspectiva do Estatuto da Cidade, relacionando-os na temática “a cidade que queremos”, a saber: 1. Moradia/regularização/urbanização; 2. Saneamento básico e recursos hídricos; 3. Ocupação das encostas (problemas específicos dos morros); 4. Relação entre urbanização e natureza na Grande Florianópolis (proteção aos ecossistemas especiais da região, Áreas de Preservação Permanente/Unidades de Conservação, recursos hídricos e as ameaças de urbanização); 5. Acessibilidade/transporte urbano; 6. Direito de participação, os instrumentos do Estatuto – Audiências Públicas, Estudos de Impacto Ambiental, Estudos de Impacto de Vizinhança (como usar a Lei para proteger nossos bairros e nossas cidades); 7. Projetos e Planos Urbanos; 8. Cultura e lazer, espaços e equipamentos públicos; 9. Como fortalecer o movimento comunitário da grande Florianópolis para construir uma participação verdadeira e decisiva e 10. A garantia dos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade em nível municipal (FÓRUM DA CIDADE, 2001b).

As conclusões dos grupos e do I Fórum foram sistematizadas em um documento intitulado “I Fórum da Cidade: documento final”, referendado pela plenária, realizada em 27 de outubro de 2001 (Anexo D).

Os objetivos do I Fórum da Cidade são ratificados em seu documento final, tendo como referência o então recém homologado Estatuto da Cidade, com a finalidade de “[...] discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática” (FÓRUM DA CIDADE, 2001c, p. 3).

A síntese dos debates do I Fórum da Cidade apontaram elementos importantes sobre as questões de: moradia; cultura e lazer; movimento sociocomunitário; direito à participação e regulamentação do Estatuto da Cidade.

A concepção de moradia foi compreendida na sua vinculação ao significado mais amplo do conceito de habitação como direito ao acesso aos serviços e às condições físico-sociais de habitabilidade, saneamento e inserção na cidade. Enfatizou-se que a implementação do Estatuto da Cidade não pode acontecer de forma desarticulada à outras políticas públicas, uma vez que sua efetivação se insere na luta por uma efetiva reforma urbana (FÓRUM DA CIDADE, 2001c).

No que se refere à cultura e lazer, as conclusões são contundentes. Os debates apontaram limitações da gestão pública nesse âmbito, considerando a insuficiência de espaços públicos de lazer e cultura, registro da história, falta de projetos de estímulo à arte e à cultura, bem como a falta de gestão democrática e de discussão das prioridades nessa área, junto às comunidades locais (FÓRUM DA CIDADE, 2001c).

O fortalecimento do movimento sociocomunitário, como meio para estimular a participação popular na Grande Florianópolis, foi outro aspecto importante debatido e sistematizado no I Fórum. A partir do questionamento “por que a falta de participação?”, apontou-se o clientelismo, o autoritarismo, o custo do transporte para deslocamento, a postura centralizadora das lideranças, o imediatismo em face das reivindicações, os limites na representatividade no regime democrático, entre outros aspectos, como limitadores da participação popular (FÓRUM DA CIDADE, 2001b e 2001c).

Os debates acerca do direito à participação popular nos processos decisórios relativos especialmente às audiências públicas, Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV), instrumentos urbanísticos previstos no art. 36 do Estatuto da Cidade, remeteram à criação de mecanismos de legitimação da participação no âmbito municipal (FÓRUM DA CIDADE, 2001b).

Nessa perspectiva, propõe-se a criação de uma comissão de sistematização para conduzir as discussões e encaminhar uma proposta para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, com participação assegurada do Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade nesse processo. Os trabalhos dessa Comissão resultaram na elaboração de uma carta endereçada aos vereadores de Florianópolis, em 12 de dezembro de 2001, conforme se verifica no Anexo E.

Assim, observa-se que o Fórum da Cidade protagonizou a reivindicação da implementação do Estatuto da Cidade em Florianópolis, o que indica, portanto, que suas diretrizes de ação expressas no documento final do I Fórum da Cidade são norteadas pelo debate acerca do Estatuto da Cidade, que vem reconhecer e regulamentar a política urbana “dando corpo jurídico à legitimidade social desta cidade ‘ilegal’ que se construiu ao longo dos anos como solução a não solução, por parte principalmente do Estado, da grave e histórica problemática habitacional e urbana das populações pobres e excluídas” (FÓRUM DA CIDADE, 2001c, p. 6).

Os debates acerca da natureza do Fórum da Cidade culminaram na proposta de sua organização, explicitada no documento final no item princípios de participação:

- O Fórum da Cidade deve articular e mobilizar os movimentos sociocomunitários na direção de sua proposta – a cidade que queremos;
- Não deve perder de vista sua natureza ética – os seus vínculos com os movimentos sociopopular e comunitários;
- A participação dos sujeitos coletivos deste movimento é que dará qualificação ao Fórum da Cidade;
- Pedagogicamente é imperativo criar e realimentar vínculos aproximativos entre estes sujeitos coletivos, como protagonistas do Fórum da Cidade, e destes com os movimentos sociopopular e comunitários;

- A construção do Fórum da Cidade deve se fazer na direção de um procedimento, também pedagógico e participativo; sua estrutura não deve ser rígida, formal, ainda que deliberativa; mais importante é tecer um processo participativo, um movimento que irá desenhando sua organização e suas ações;
- A estrutura do Fórum da Cidade deverá ser orgânica, constituindo-se em um espaço de participação e procedimentos democráticos; sua composição deverá ser dinâmica, sem os vícios de uma representatividade estabelecida;
- O Fórum da Cidade deve resguardar sua independência nas ações e na autonomia política em relação ao Estado e aos partidos políticos. (FÓRUM DA CIDADE, 2001C, p. 11).

Também vale destacar que, no mesmo documento acima mencionado, são apresentados os objetivos do Fórum:

- Alimentar e manter um debate permanente sobre a cidade que queremos;
- Assegurar o direito de participação popular nas decisões da Cidade, com a consolidação da cidadania e o aperfeiçoamento sociopolítico desta instância de participação;
- Instrumentalizar jurídica e pedagogicamente o direito da participação popular nas decisões da cidade e a democratização do processo legislativo da cidade;
- Articular e dar encaminhamento, com base na definição de prioridades em plenárias do Fórum da Cidade, às agendas de lutas (na relação com a cidade que queremos), aos órgãos públicos, legislativos, executivo e judiciário
- As agendas de lutas devem ter suas raízes nas comunidades, sustentadas por seus diagnósticos (perfil socioeconômico e pelos dispositivos legais do Estatuto da Cidade e outros). Poderão ser debatidas em Plenárias Comunitárias sobre temáticas específicas (ex. a questão fundiária) e sistematizadas, com definição de prioridades em plenárias do Fórum da Cidades e feitos encaminhamentos (FÓRUM DA CIDADE, 2001, p. 11-12).

Os encaminhamentos do I Fórum da Cidade indicaram que, para além de eventos específicos, o Fórum se constituiria como um espaço permanente de debates sobre a cidade, por meio de reuniões, plenárias e eventos com o objetivo de discutir amplamente a elaboração, execução e o controle social das políticas urbanas do município de Florianópolis, na direção da democracia, cidadania, justiça social e desenvolvimento sustentável.

Como resultado final, a plenária do I Fórum da Cidade deliberou várias bandeiras de lutas a serem implementadas e com destaque de priorizar através da Ufeco, a realização de Cursos de Capacitação de Lideranças Comunitárias em todas as regiões da cidade assessorada pelo Nesson, visando aprimorar a formação das lideranças comunitárias nas suas relações com o Estado, nas esferas municipal, estadual e federal (Modesto Azevedo).

Para tanto, a agenda de lutas sistematizou propostas de ações a curto e médio prazos com pautas comuns do movimento comunitário e dos demais segmentos envolvidos nas lutas urbanas, tais como:

- Exigir da Prefeitura levantamento cadastral e geoprocessado das áreas que se enquadrem na condição de ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento, áreas de risco; áreas de proteção ambiental ocupadas; áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e à concessão especial de uso;
- Mobilizar os moradores para realização de estudos locais e levantamento cadastral para subsídio das propostas gerais da comunidade;
- Tomar medidas administrativas ou judiciais que assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco;
- Realizar assembleias comunitárias para as questões específicas (usucapião, regularização de áreas ocupadas...);

- Realizar Estudos sobre o Estatuto da Cidade mobilizando as comunidades locais através de capacitação de lideranças comunitárias, para instrumentalizar a população como multiplicadora dos seus princípios e garantia de seus direitos;
- Realizar fóruns e ou seminários regionais para discutir com as comunidades “A cidade que queremos” à luz do Estatuto da Cidade e as agendas de lutas para serem encaminhadas ao poder público. A metodologia indicada para estes seminários tem como orientação o processo participativo desde a sua concepção ao seu desenvolvimento (FÓRUM DA CIDADE, 2001, p. 14).

Observou-se que os temas principais dessa agenda de lutas convergiam para a regulamentação do Estatuto da Cidade, na perspectiva da efetivação de uma política urbana para Florianópolis¹³.

Na sequência dos trabalhos, após encerramento do primeiro Fórum da Cidade, constituiu-se uma Comissão Executiva para planejamento das atividades do Fórum da Cidade, em seu caráter permanente.

13 É importante ressaltar que nessa mesma ocasião, o Fórum da Cidade, atendeu convite para expor seu projeto em ampla reunião de associações de moradoras/es do Município de São José (SC). Visualizava-se uma possível abrangência do Fórum da Cidade na Região Metropolitana. Acrescenta-se que o Nessop/DSS na época, foi representado pelo professor e assistente social Carlos Magno Nunes e pela assistente social da UFSC Simone Matos Machado, para participarem do Grupo de Trabalho (GT) da Prefeitura Municipal de São José, composto por arquitetos, advogados e assistentes sociais. Este GT tinha como atribuição a coordenação da formulação de um dos primeiros planos diretores participativos de Santa Catarina. Concluído os trabalhos, houve dificuldade de aprovação da proposta em sua totalidade na Câmara de Vereadores, mas, a experiência pode ser considerada exitosa, pois ofereceu subsídios metodológicos para que os profissionais do GT realizassem experiências similares em outros municípios catarinenses. Nesta experiência considerou-se que a contribuição de assistentes sociais foi fundamental na construção da metodologia participativa do processo, uma das competências dessa categoria profissional. Em 2015, o município de São José retomou a discussão do Plano Diretor Participativo.

Por fim foi eleita a Coordenação Provisória do Fórum da Cidade, ficando responsável em coordenar as deliberações e preparar no prazo de até dois anos para assim realizar o II Fórum da Cidade (Modesto Azevedo).

Assim, durante todo o ano de 2002, o Fórum da Cidade realizou intensos debates, com diferentes estratégias para planejamento de suas ações e dar consequência à agenda de lutas do I Fórum, que culminaram na organização do II Fórum da Cidade e em sua consolidação como espaço permanente de lutas voltado à efetivação da regulamentação do Estatuto da Cidade no âmbito local.

Nos dias 25 de maio, 8 e 22 de junho de 2002, no Departamento de Arquitetura da UFSC, realizaram-se reuniões ampliadas com o objetivo de planejar as ações do Fórum para o segundo semestre de 2002. Essas reuniões foram coordenadas por Joel Balconi, arquiteto e na época vice-presidente do Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, contando com 32 participantes, entre lideranças comunitárias, docentes e estudantes da UFSC. Na ocasião, formaram-se quatro grupos para definir as propostas de ação do Fórum: 1 organização do Fórum da Cidade; 2 movimentos comunitários; 3 moradia, cultura e lazer; e 4 direito de participação e Estatuto da Cidade (OLIVEIRA, 2003).

Dentre estas primeiras propostas, destacaram-se as apresentadas pela Comissão Executiva, que previam uma organização do Fórum para articular entidades e suas lideranças apontando para a criação de um núcleo executivo com a tarefa de dar sequência às deliberações, sendo a plenária de entidades, a instância máxima de deliberação. Reafirmou-se a estrutura do Fórum da Cidade em comissões, como já apontava o documento final do I Fórum. Indicou-se a criação da Comissão de Secretaria e Finanças; da Comissão de Comunicação; da Comissão Jurídica e da Comissão de Mobilização e Participação Sociocomunitária constituída por: Ufeco, Famesc, Nesson/DSS e Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

A partir desses encontros de planejamento, as reuniões do Fórum passaram a acontecer quinzenalmente, às quartas-feiras, na sala do Nesson, no Departamento de Serviço Social da UFSC.

2.1 Seminários Regionais do Fórum da Cidade

A partir de julho de 2002, a Comissão Executiva do Fórum priorizou a realização de seminários regionais num movimento de retorno às bases populares para a discussão de temas emergentes, específicos das diferentes realidades do município, dando visibilidade às diversidades que deveriam ser contempladas pelo Estatuto da Cidade. A finalidade desses seminários seria o levantamento de subsídios para a realização do II Fórum da Cidade, delimitando-se os seguintes objetivos:

- Incentivar a participação dos moradores no planejamento urbano;
- Conhecer e divulgar o Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257), que estabelece diretrizes básicas da política urbana (uso e posses das terras urbanas, moradia, saneamento, transporte, serviços públicos, direito da população de participar das decisões sobre política urbana e preservação ambiental);
- Identificar as prioridades regionais;
- Incentivar a participação da população e a democratização das entidades comunitárias e estimular a participação das entidades no Fórum da Cidade e articulação entre si (FÓRUM DA CIDADE, 2002a).

Nessa perspectiva, definiu-se a pauta dos seminários a partir de três eixos: apresentação do Fórum da Cidade e da Ufeco; interpretação do Estatuto da Cidade; e debates sobre prioridades e proposições referentes às questões regionais (OLIVEIRA, 2003).

Para tanto, a Ufeco indicou os respectivos coordenadores regionais para participar das reuniões de planejamento e discussões sobre táticas de mobilização para o evento, juntamente à Comissão de Organização do evento. Também foram envolvidos neste processo estudantes da quarta fase do curso de Serviço Social da UFSC por meio da Disciplina “Processo de Trabalho em Serviço Social: Movimentos Sociais e Conselhos de Direitos”, desenvolvida em uma perspectiva de articulação ensino-extensão com a mediação do Nesson/DSS/UFSC.

Assim, realizaram-se no decorrer do mês de agosto de 2002, os seminários regionais do Fórum, seguindo a lógica de organização territorial da Ufeco:

- Seminário Regional da Bacia da Lagoa “A Lagoa que amamos na cidade que queremos”, em 20 de agosto de 2002, na Sociedade Amigos da Lagoa (SAL), Lagoa da Conceição;
- Seminário Regional do Continente, em 21 de agosto de 2002, no Centro de Ciências da Saúde e do Esporte (Cefid/Udesc), no Bairro Coqueiros;
- Seminário Regional Norte da Ilha de Santa Catarina, em 23 de agosto de 2002, no Centro de Tecnologia e Automação e Informática (CTAI), no Bairro Saco Grande;
- Seminário Regional Sul da Ilha, em 24 de agosto de 2002, no Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares, no Bairro Rio Tavares;
- Seminário Regional Centro – Itacorubi em 31 de agosto de 2002, no Fórum Norte da Ilha, no Bairro Trindade.

Os seminários regionais contaram com participação significativa, sobretudo na região da Bacia da Lagoa, conforme ilustra o Quadro 2.

Quadro 2 – Seminários Regionais do Fórum da Cidade

Região	Entidades Participantes	Nº Participantes
Bacia da Lagoa	49	242
Continente	20	48
Norte	21	78
Sul	25	113
Centro/Itacorubi	22	95
Total	137	576

Fonte: Oliveira (2003, p. 93), adaptação do original.

De acordo com os problemas, as prioridades e propostas apresentadas em cada região, elaborou-se um resumo geral dos seminários, conforme Quadro 3.

Os seminários levantaram questões prioritárias de cada região e apontaram a necessidade de formulação de um Plano Diretor integrado da cidade, incluindo as particularidades, potencialidades e demandas de cada região (OLIVEIRA, 2003).

Quadro 3 – Resumo Geral dos Seminários Regionais

DIAGNÓSTICO POR EIXOS

Moradia/Regularização Fundiária

Ocupação desordenada de áreas para fins comerciais; ocupação desordenada de morros e encostas, moradias irregulares, casas sem infraestrutura (água, luz, coleta de lixo), erosão e desabamento em áreas residenciais, construção de shoppings e mega empreendimentos sem estudos de impactos (vizinhança, ambiental...), verticalização do espaço urbano, superlotação de áreas sem infraestrutura, exploração imobiliária.

Transporte

Problemas de trânsito engarrafamentos, construção de estradas (via-expressa) com impacto ambiental, dificuldades de locomoção dos pedestres (falta de calçadas, passarelas, etc), falta de estacionamento, vias de acesso precárias, falta de calçamentos em muitas ruas, poucos pontos e horários de ônibus.

Saneamento Básico

Falta de tratamento de esgoto, consumo de água não tratada, falta de coleta de lixo em várias localidades (morros), falta de lixeiras nos bairros, má utilização de coleta seletiva de lixo, degradação/poluição – Beira-mar, praias, rios e lagoas, desmatamento generalizado, devastação de reservas biológicas, privatização de áreas verdes, poluição sonora e visual, aglomerados urbanos com grande comprometimento ambiental.

Segurança

Aumento da violência/criminalidade, tráfico de drogas, falta de postos policiais, precariedade de estrutura policial, policiamento insuficiente.

Cultura e Lazer

Falta de áreas de lazer/esportes; carência de espaços e atividades culturais; falta de áreas verdes, praças, bosques, pistas de caminhada/ciclismo; perda da identidade da ilha; falta de áreas de convivência para a juventude (aumento consumo de drogas, dependência química, gravidez; crianças e adolescentes nas ruas...)

Educação

Grandes carências de creches e escolas (ensino básico e profissionalizante), precárias condições das instalações educacionais existentes (necessidade de mais profissionais, aumento vagas e melhoria na infraestrutura), alfabetização de adultos, educação ambiental.

Saúde

Carências de hospitais e postos de saúde, precariedades dos postos de saúde existentes, necessidades de ativar Conselhos de Saúde;

Gestão democrática/Relação com o poder público

- “Só se consegue alguma coisa com brigas, ameaças e passeatas”;
- “O Estado não assume e não cumpre o seu papel”;
- “Há um abandono do poder público”;
- “Os projetos e ações dos órgãos públicos são feitos e implementados sem a discussão da comunidade”;
- “As comunidades são várias ilhas dentro de uma ilha. Temos que ver e atacar os problemas na totalidade”;
- “Faltam espaços/sedes para as organizações comunitárias”.

PROPOSTAS

- Preservar áreas verdes e sítios arqueológicos existentes;
- Garantir a não contaminação dos mananciais e recuperar os poluídos;
- Disciplinar o uso das águas, melhorar as condições de drenagem atuais;
- Parar ou reduzir o atual ritmo de crescimento (construções até que a região tenha adequado sistema de saneamento básico, novo zoneamento, estabelecendo melhor as áreas comerciais, residenciais e de preservação, aumento de fiscalização das construções);

- Incentivar transporte de barco, melhorar as vias atuais, criar estacionamentos, ciclovias...;
- Ampliação e melhoria da rede de ensino em todos os níveis;
- Regulamentação, no âmbito do município, do Estatuto da Cidade;
- Criação de um dossiê sobre as situações que acontecem na cidade e que contrariam o Estatuto da Cidade, e que se acompanhe com um jornal, tendo em vista publicitar estas situações;
- Abertura de ações no Judiciário e Ministério Público responsabilizando a administração municipal;
- Criação e articulação de uma assessoria jurídica às associações comunitárias;
- Implementação de audiências públicas;
- Cobranças, junto ao Legislativo, da regulamentação do Estatuto da Cidade e outras denúncias de problemas de nossa cidade;
- Aprovação do Plano Diretor Comunitário;
- Tornar os Seminários Regionais de caráter permanente;
- Regulamentação do Estatuto da Cidade no município;
- Rádio e TV comunitária;
- Ampliação de campo de estágio da Universidade (trabalhar com crianças, etc...);
- Intensificar participação junto às Associações dos Moradores/Fórum da Cidade;
- Reflorestamento em torno das comunidades;
- Regulamentação dos terrenos.

Fonte: LÜCHMAN (2003), adequação do original¹⁴

14 A síntese geral dos debates realizados nos Seminários Regionais – Florianópolis/2002, foi sistematizada pela comissão executiva do Fórum da Cidade, composta por representantes da Ufeco e UFSC (Nessop/DSS, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Departamento de Ciências Sociais) (LÜCHMANN, 2003).

No dia 16 de outubro de 2002, o Fórum da Cidade realizou uma reunião para avaliar os seminários regionais. Estiveram presentes nessa reunião 22 participantes, entre coordenadoras/es regionais da Ufeco, lideranças comunitárias, professoras/es e estudantes. Avaliou-se que os objetivos de interpretação do Estatuto da Cidade e o levantamento das questões prioritárias de cada região foram atingidos e que, por conseguinte, o Fórum da Cidade ganhou maior visibilidade.

2.2 O processo em andamento: planejando o II Fórum da Cidade

Em um contexto que nacional e internacionalmente discutiam-se os impactos dos primeiros Fóruns Sociais Mundiais (2000, 2001, 2002) e as viabilidades de construção de um novo mundo possível. Em âmbito local esse debate repercutiu na concepção e organização de fóruns como um dos espaços estratégicos de articulação de segmentos populares da sociedade civil organizada na luta pela “cidade que queremos”.

Conforme relatos e correspondência interna dos participantes da Comissão Executiva do Fórum, nesse contexto, verificou-se que ainda não havia um consenso sobre a “natureza” e os “objetivos” do Fórum da Cidade, o que de certa forma impunha a necessidade de aprofundamento das discussões sobre esses aspectos fundamentais à efetivação do planejamento em curso¹⁵.

A materialização desse debate ocorreu nas reuniões e via Internet pelos membros do Fórum que, naquele momento, dispunham de contas de e-mail. Propunham, inicialmente, no processo de planejamento, em junho de 2002, algumas questões para debate, a saber: a) o que é o Fórum da Cidade? b) qual é seu objetivo principal? e c) qual deve ser sua organização e sua forma de agir para alcançar tais objetivos?

15 Informações verificadas em texto elaborado por prof. Raúl Burgos, representante do Movimento Campeche Qualidade de Vida no Fórum, que serviu de referência para debate virtual e presencial sobre os objetivos do Fórum (BURGOS, 2002).

Considerando-se a Internet como uma importante ferramenta de comunicação, a rede de e-mails do Fórum configurou-se como um canal privilegiado de troca de informações. Conforme Gohn (2003, p. 37), “[...] os recursos tecnológicos são as grandes armas estratégicas utilizadas na organização e mobilização do movimento”, portanto, como um meio de interação e comunicação alternativo aos demais naquele momento.

Os primeiros resultados desse debate via e-mail foram sistematizados pelos membros da comissão do Fórum da Cidade, como:

a) O que é o Fórum da Cidade?

Opinião 1: É uma federação de entidades sociocomunitárias (associações de moradores, ONGs, movimentos etc).

Opinião 2: É um espaço de articulação, uma forma de coordenação e potenciação das reivindicações e das ações das organizações sociocomunitárias.

b) Qual é o seu objetivo principal?

Opinião 1: Apoiar, promover e impulsionar e organizar ações reivindicativas dos movimentos sociocomunitários.

Opinião 2: Fornecer um espaço de intercâmbio de experiências e de articulação de lutas e organizações. Estabelecer algumas instâncias orgânicas conjuntas: sistema de comunicações, boletim, assessorias jurídicas etc.

c) Qual deve ser sua organização e sua forma de agir para alcançar tais objetivos?

Opinião 1: Estabelecer uma estrutura orgânica mais estável e permanente (no limite, com registro de CNPJ, estatuto etc).

Opinião 2: Evitar a institucionalização burocrática. Estabelecer o estilo mais “solto” do trabalho (BURGOS, 2002).

Em novembro de 2002, no processo de organização do “Seminário de Avaliação e Planejamento do Fórum da Cidade” para o ano de 2003, as questões preliminarmente sistematizadas são retomadas e ampliadas na consulta virtual com perguntas como: Tendo em vista os objetivos delineados no I Fórum da Cidade (evento) e a agenda de lutas proposta, como você avalia a ação do Fórum da Cidade até aqui? Você se sente participante do Fórum da Cidade?¹⁶

O retorno dos questionamentos trouxe análises e propostas para atuação do Fórum, dentre as quais se destaca novamente a necessidade de estruturação das comissões anteriormente mencionadas. À pergunta “Para você, o que é o Fórum da Cidade”? destacam-se algumas respostas:

- Local de debates [...] e encaminhamento dos anseios e das necessidades, buscando uma qualidade urbana, no macro e micro espaço (Joel Balconi, arquiteto, representante da Associação dos Moradores de Sambaqui, Florianópolis-SC);
- É um espaço de articulação, uma forma de coordenação e potenciação das reivindicações e das ações sociocomunitárias (Prof. Raúl Burgos, representante do Movimento Campeche Qualidade de Vida e membro do Nessop/DSS/UFSC);
- É a articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que busca pensar e atuar junto às políticas urbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social (Profa. Ligia Lüchmann, representante do Núcleo de Movimentos Sociais - CFH/UFSC);

16 Conforme Trabalho de Conclusão de Curso de Deise Vicente Oliveira, intitulado “O Fórum da Cidade de Florianópolis”, Curso Serviço Social, UFSC (2003) e correspondência interna do Fórum da Cidade, de 20 de novembro de 2002 (FÓRUM DA CIDADE, 2002b, documento não publicado).

- É um espaço de debates e formação de agendas de lutas, instrumentalizado pelo Estatuto da Cidade, na direção da política urbana (Plano Diretor, Conselho de Desenvolvimento Urbano) com participação e gestão democrática da Sociedade Civil (Profa. Zulamar Maria Bittencourt e Castro, membro do Nessop/DSS/UFSC);
- Um foro de discussão suprapartidário e voluntário, onde estamos sempre em conjunto para trabalhar na busca da conscientização da população florianopolitana quanto aos seus direitos e na busca de uma cidade mais justa e igualitária (Isabel Adriana Botega Höltz, estudante do curso de Serviço Social, participante do Fórum no ano 2002);
- É um espaço de discussão das questões da cidade, construído através da Nessop/UFSC e as associações comunitárias de Florianópolis (Cristina Nunes, representação da Associação Moradores dos Ingleses, Florianópolis-SC);
- Fórum da Cidade é um espaço coletivo onde profissionais, acadêmicos e dirigentes do movimento sociocomunitário elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaço de atuação militante e estágio de prática acadêmica (Paulo Guilherme Ruver, representante da Associação dos Moradores do Itacorubi/Ufeco) (OLIVEIRA, 2003, p. 100).

O questionamento seguinte foi: “Você se sente participante do Fórum da Cidade?”, que teve respostas unânimes no sentido afirmativo, contudo, na condição do tempo disponível dos e das participantes (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

A terceira pergunta foi: “Como você vê a organização e estrutura do Fórum da Cidade?”, e as respostas contemplaram a busca de caracterização de sua estrutura, bem como, a avaliação do processo de organização do Fórum em andamento, evidenciando os desafios que se colocavam naquele momento à estruturação do Fórum:

- Temos sempre a tendência a idealizar a organização, representação, grau de legitimidade, reconhecimento, impactos etc, porém, analisando o pouco tempo de atuação do Fórum e as atividades até aqui desenvolvidas (I Fórum, Seminários [Regionais], assessorias locais etc), parece que o Fórum tem apresentado uma grande capacidade de atuação. A assessoria, principalmente do Nessop, tem sido central para a realização das atividades propostas. Neste sentido, vejo com muito otimismo a atuação do Fórum na medida em que se constitui num desafio a uma lógica dupla (no mínimo), qual seja: a) o peso da tradição clientelista local, que tem historicamente minado as bases do associativismo comunitário (sem falar da própria configuração atual do poder público); b) a lógica competitiva e individualista das sociedades contemporâneas e todos os impedimentos (que sentimos diretamente na carne) dela provenientes. Acho que é em cima dessas e outras variáveis e dificuldades que devemos avaliar a estrutura e organização do Fórum (Profa. Ligia Lüchmann);
- O Fórum é uma tentativa de articulação nova e, portanto, em busca de uma forma organizativa própria. Nesta busca, as opiniões do Fórum da Cidade se moveram entre duas alternativas:1) estabelecer uma estrutura orgânica, mais estável e permanente (no limite com o registro de CNPJ, estatuto etc) ou 2) evitar a institucionalização burocrática. Estabelecer o estilo 'mais solto' do trabalho. A decisão foi pela segunda alternativa que continuo achando a correta. Contudo, esta forma que impede as cristalizações burocráticas tem sua contrapartida nas dificuldades em estruturar e conduzir as atividades permanentes. Um dilema difícil de ser solucionado (Prof. Raúl Burgos);
- Sua estrutura não é linear, tem avanços e retrocessos, dada a sua sustentação em um processo de participação e de exercício democrático (Profa. Zulamar Maria Bittencourt e Castro);
- Quanto à organização, considero o trabalho até agora realizado muito bom. Falta é estrutura para poder divulgar melhor este espaço pela cidade (Cristina Nunes) (OLIVEIRA, 2003, p.101).

Na sequência, indagava-se “Quais os objetivos prioritários para o Fórum da Cidade na atual conjuntura?”. Algumas respostas evidenciam a amplitude das finalidades do Fórum, como as abaixo destacadas:

- Poderíamos definir os objetivos como: 1. políticos e 2. político-organizativos.
- 1. **Políticos:** me parece que a atividade do Fórum ainda não atingiu um aspecto que deverá ocupar um lugar destacado nas ações da próxima etapa imediata: trata-se da operacionalização da luta por três aspectos fundamentais trazidos pelo Estatuto da Cidade: 1) Plano Diretor Integrado; 2) órgão gestor do desenvolvimento urbano democrático participativo e deliberativo; 3) regulamentação municipal do Estatuto da Cidade;
- 2. **Político-organizativos:** me parece que o objetivo central do Fórum hoje é, em primeiro lugar, estabelecer, organizar e SUSTENTAR as condições dessa articulação ainda embrionária que é o Fórum da Cidade. Em segundo lugar, estabelecer sólidas relações político-organizativas com as entidades nacionais que lutam pelos mesmos objetivos (Fórum da Reforma Urbana, FASE, Polis etc). Em terceiro lugar, estabelecer vínculos estáveis com as ONGs ambientalistas da cidade e do estado que ainda não participam do Fórum da Cidade. Em quarto lugar, a partir do anterior, devemos ganhar capacidade para a partir das inúmeras e variadas necessidades de cada comunidade ou associação, organizar e realizar as ações políticas comuns (Prof. Raúl Burgos);
- Elaborar proposta de regulamentação do Estatuto. Estudar, participar de eventos, fortalecer o movimento em nível nacional, debater a conjuntura local e subsidiar os movimentos sociais (Paulo Guilherme Ruver);
- Fazer com que efetivamente se concretize a comissão no legislativo e paralelamente tenhamos o MARCO representativo da lei sendo aplicado pelo Ministério Público, obrigando o executivo cumprir não só esta legislação, mas inclusive as da própria prefeitura (Joel Balconi).

A quinta e última pergunta também voltou-se aos objetivos e sua avaliação: “Tendo em vista os objetivos delineados no I Fórum da Cidade (evento) e a agenda de lutas proposta, como você avalia a ação do Fórum da Cidade até aqui?”, e explicita o processo contínuo de avaliação do movimento naquela conjuntura:

- A agenda de lutas está de acordo com os objetivos. A questão é como conseguir viabilizar a agenda de lutas com a prefeitura que temos? Não recebemos retorno das nossas retificações (Cristina Nunes);
- Com certeza o possível foi feito, considerando os momentos, o contexto e a pauta da cidade, que independe de controle; houve visibilidade das ações. O Fórum já é mencionado em vários eventos, tem visibilidade. Talvez uma ação mais contundente para MARCAR e dar credibilidade de conduta, seja um dos passos a seguir (Joel Balconi);
- O Fórum da cidade está jogando um importantíssimo papel na difusão e discussão do Estatuto da Cidade. Ao mesmo tempo, faz um ano que se sustenta como espaço de articulação comunitária. Esses são os grandes méritos até agora. Vários pontos do plano de lutas, estabelecidos em novembro (2001) e reforçados em maio de 2002, foram atingidos, mas não é possível afirmar que o Fórum conquistou algum lugar na vida política geral ou na opinião pública da cidade. Agora deve acontecer um salto que permita colocar o Fórum da Cidade nesse lugar de destaque para poder atuar na política local, senão permanecerá um lugar de discutir boas intenções, mas incapaz de fazer ouvir suas reivindicações. Se isso ocorrer será o fim de mais uma tentativa de articulação comunitária em Florianópolis (Prof. Raúl Burgos).

Esses indicativos evidenciam expectativas em torno do Fórum da Cidade como um espaço de articulação, de debates e ações sobre a política urbana participativa.

Nesse processo, a Comissão da Secretaria do Fórum da Cidade assumiu, de maneira mais sistemática, a articulação e coordenação das reuniões, nas quais os debates e as deliberações direcionaram a realização do II Fórum da Cidade.

Oliveira (2003, p. 104) destaca que no primeiro semestre de 2003 “[...] o Fórum da Cidade seguiu com avanços, com reuniões mais participativas e outras menos; alguns participantes se afastando, outros chegando”. Com a formulação de uma nova edição prevista para 2003, o “Fórum da Cidade vive um novo impulso, uma nova ênfase em sua dinâmica organizativa/participativa [...]”.

Para realização do II Fórum da Cidade, a coordenação do evento constituiu-se pelos seguintes sujeitos: Carlos Magno Nunes, Modesto Azevedo, Zulamar Maria Bittencourt e Castro, Simone Matos Machado, Jeffrey Hoff, Lígia Helena Lüchmann, Raúl Burgos, Janice Tirelli P. de Souza, Lino Peres, Ana Luiza Vaz, Leonardo Pessina, Iliane Kohler, Tereza Cristina Barbosa, Clara Meirelles Caldas, Andréa Panozzo e Andriu Nobre (OLIVEIRA, 2003). A representatividade desses sujeitos é referendada pelas suas respectivas vinculações com entidades comunitárias, Ongs e a UFSC.

Capítulo 3

POR UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA CIDADE: O II FÓRUM DA CIDADE

O ano de 2003 tem início com a promessa de avanços no campo democrático popular com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT), eleito presidente do Brasil no ano anterior com 61% dos votos válidos, contra 39% de José Serra, candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), para sua primeira gestão (2003-2006). Segundo estudos de Carreirão (2004), uma das principais variáveis que influenciaram o eleitorado na escolha de Lula foi o descontentamento da população brasileira com o desempenho de Fernando Henrique Cardoso, especialmente em seu segundo mandato (1999-2002), num cenário de desvalorização do real, altas taxas de desemprego e manutenção de desigualdades sociais.

No que se refere à política urbana no Brasil, um marco importante foi a criação do Ministério das Cidades já no primeiro ano do governo Lula, que instituiu por decreto presidencial as Conferências Nacionais das Cidades, sendo que a primeira aconteceu de 23 a 26 de outubro de 2003, em Brasília. A Conferência Nacional seria precedida de etapas municipais e estaduais, com eleição de representantes da sociedade civil no Conselho Nacional das Cidades.

No plano local, em Florianópolis, a primeira Conferência da Cidade, convocada pelo executivo municipal, aconteceu em agosto de 2003, com limitada participação popular. Foi contestada por movimentos e organizações sociais, conforme se tratará mais adiante.

Em 5 de fevereiro de 2003, o Fórum da Cidade participou de debate público, em atividade organizada pelo Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Florianópolis-SC denominada “Agenda Pública de

Discussão: Florianópolis em busca da inclusão social – o outro lado da qualidade de vida”, por ocasião da visita do Secretário Nacional de Direitos Humanos em Florianópolis naquela data. Especificamente, o Fórum da Cidade, representado pelo Prof. Lino Peres participou de uma mesa de debates chamada “Florianópolis em busca da inclusão social e da gestão democrática”.

É nesse cenário que se organiza o II Fórum da Cidade, intitulado “Construindo movimentos, visando uma gestão democrática e um Plano Diretor Participativo e sustentável para Florianópolis”, entre os dias 4 e 5 de julho de 2003, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, conforme folder do evento (Anexo F).

No período que imediatamente antecedeu o II Fórum, a Comissão de Mobilização Comunitária do Fórum, juntamente ao Fórum Nacional da Reforma Urbana e Nesson, realizaram o Curso de Multiplicadores do Estatuto da Cidade: “[...] destinado aos representantes comunitários dispostos a realizar um trabalho de divulgação e capacitação, na sua área de atuação, de acordo com a Lei Federal nº 10.257/2001 que regulamenta o Estatuto da Cidade” (FORUM DA CIDADE, 2003a). O curso ocorreu em 10 de maio de 2003, no CSE/UFSC, sendo ministrado por Leonardo Pessina (arquiteto), Lino Peres (professor), Tereza Barbosa e Ana Luiza de Lyra e Vaz (professoras) e Isabel (assistente social). Participaram do curso aproximadamente 26 pessoas, que avaliaram positivamente a iniciativa, conforme relatórios do evento: “excelente nível, é um embrião” (participante 1); “fundamental para auxiliar na comunidade e para continuar o trabalho bem motivado” (participante 2)¹⁷.

Evidenciava-se naquele momento a necessária construção de uma agenda de lutas dos movimentos, considerando os novos direitos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, ainda não reconhecidos pelos executivos municipais de Florianópolis e região. Algumas manifestações, logo na abertura do II Fórum, ilustram o cenário e expectativas em relação ao evento¹⁸:

17 Conforme Avaliação do Curso de Multiplicadores do Estatuto da Cidade (FÓRUM DA CIDADE, 2003b).

18 Depoimentos extraídos de transcrição do evento do II Fórum da Cidade (NESSOP, 2003).

os objetivos dos trabalhos de hoje e amanhã não são fazer mais listas de problemas. O objetivo é que a gente sente junto e faça estratégias, identifique metas e estabeleça agendas. Precisamos nos conhecer melhor, trocar ideias e juntar esforços, sempre com respeito pelas diferenças em nossas realidades e perspectivas (Jeffrey Hoff, representante da Fundação Lagoa da Conceição).

Outra intencionalidade importante foi a de superação de práticas isoladas do movimento comunitário na construção de agenda de lutas mais abrangentes na direção de uma gestão participativa da cidade, considerando as diretrizes do Estatuto da Cidade:

O povo do Estreito não vai poder enfrentar o sistema de transporte integrado que está sendo jogado na gente sem um mínimo de consultas. Precisamos de um movimento municipal com a representação de cada bairro para analisar as propostas do governo e criar espaço para nossas palavras na hora de decidir tarifas, horários e rotas. Não precisamos aceitar quietos o plano do governo. O Estatuto da Cidade deixa claro que toda administração urbana tem que ser participativa (Jeffrey Hoff, representante da Fundação Lagoa da Conceição).

Assim, com o objetivo de fortalecer a participação popular na gestão da cidade, o evento abordou o Estatuto da Cidade e seus instrumentos, oportunizou a socialização do diagnóstico das demandas da cidade e a construção de propostas a partir de grupos temáticos, conforme programação explicitada na Quadro 4.

Quadro 4 – Programa II Fórum da Cidade - 2003

Programa II Fórum da Cidade: Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis

Dia 4 de julho de 2003 – Sexta feira

18h00 às 19h00	Inscrições e recepção
19h00 às 19h30	Sessão de abertura: resgate histórico do Fórum da Cidade de Florianópolis e objetivos do evento
19h30 às 21h00	Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos de uma política urbana democrática participativa Palestrante: Raquel Rolnik – Secretária de Programas Urbanos do Ministério das Cidades
21h00	Debate

Dia 5 de julho de 2003 – Sábado

08h30 às 9h00	Café
9h00 às 10h30	Painel: Diagnósticos de Florianópolis e seus movimentos
10h30 às 11h00	Síntese do painel
11h00 às 11h30	Esclarecimentos
11h30 às 12h00	Formação e iniciação dos trabalhos dos grupos temáticos
12h00 às 13h00	Atividade cultural
13h30 às 15h30	Grupos temáticos, propostas e ações/movimentos e lutas
15h30 às 16h45	Plenária: apresentação das ações propositivas dos grupos temáticos; formulação da agenda de luta
16h45 às 17h00	Café
17h00	Leitura da Carta da Cidade Encerramento

Fonte: Folder II Fórum da Cidade (adaptação do folder original)

A mesa de abertura do II Fórum foi coordenada por Modesto Azevedo, 1º Secretário da Ufeco, além de representantes de organizações nacionais e locais: Leonardo Pessina, do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR); Albertina de Souza, presidente da Ufeco (Gestão 2002-2003); Carlos Magno e Jeffrey Höff, representantes do Fórum da Cidade. Destacaram a importância do evento, ressaltando na perspectiva da linha do tempo a importância da efetiva participação popular na construção da política urbana em Florianópolis e região.

Em sua palestra de abertura Raquel Rolnik¹⁹ abordou a importância do Estatuto da Cidade como instrumento de regulação urbana e gestão da cidade, considerando sua função social, o direito à moradia que em síntese é o direito à cidade. Outro tema importante abordado pela palestrante foi a construção do Conselho Nacional das Cidades, como interlocutor da formulação da política urbana que contemplasse a questão habitacional, de saneamento e de transporte, mas cuja proposta deveria ser construída:

debaixo para cima, ou seja, a partir das conferências municipais e conferências estaduais das cidades que culminarão [...] com uma conferência nacional das cidades em Brasília, com delegados eleitos desde [as conferências] municipais para as estaduais e da estadual para a nacional (ROLNIK, 2003, p.22).

No segundo dia do evento, 5 de julho de 2003, os trabalhos foram abertos com a apresentação de um resumo geral dos problemas da cidade pela Profa. Lígia Lüchmann, em conformidade aos resultados dos Seminários Regionais explicitados no Quadro 3, que indicaram a necessidade de elaboração de um Plano Diretor integrado da cidade, respeitando as particularidades locais, de acordo com o previsto no Estatuto da Cidade.

19 Arquiteta e Urbanista, Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Foi Secretária Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, entre 2003 e 2007.

A partir da apresentação do diagnóstico, o Prof. Lino Peres fez exposição de uma análise crítica da situação da cidade, que foi seguida pela apresentação das experiências de lutas locais pelos representantes de organizações, a saber: Maciço do Morro da Cruz (assistente social, Kelly Cabral e Padre Vilson Groh, respectivamente, secretária executiva e coordenador do Fórum do Maciço do Morro da Cruz); Lagoa da Conceição (Alécio dos Passos Santos e Sérgio Murad); Carmocris (Osmar de Freitas); Cacupé (Ester Eloísa Adson)²⁰.

Os grupos temáticos reuniram-se nas sequências dos trabalhos, debatendo e encaminhando propostas sobre os temas da moradia e regularização fundiária; transporte público; saneamento básico e meio ambiente; instrumentos de gestão e planejamento urbano democrático; segurança; cultura e lazer. Os resultados das discussões foram apresentados em plenária no II Fórum, sob a coordenação de Janice Tirelli, representante do Movimento Campeche Qualidade de Vida, com assessoria do Prof. Osvaldo Agripino.

As apresentações dos grupos temáticos suscitaram o debate sobre questões que tensionavam o movimento naquela conjuntura, como a necessária construção de um plano diretor. Nos moldes do previsto no Estatuto da Cidade, com uma campanha na câmara dos vereadores que suspendesse qualquer iniciativa de regularização de áreas específicas em nome de ‘planos diretores parciais’: a proposta de revitalização do Parque da Luz; a proposição da Ponta do Coral e da Ponta do Goulart, como áreas públicas com destinação às atividades de cultura e lazer; o aprofundamento do debate das contradições de regularização de áreas ocupadas por população de baixa renda, como a da Rua do Siri, nas dunas da Praia dos Ingleses e a problematização de proposta de criação de conselho municipal de “usuários” do transporte coletivo, quando já se tinha avançado na concepção e organização de conselhos mais amplos em todo país, a partir da Constituição Federal de 1988.

Os resultados dos trabalhos dos grupos temáticos e debates foram sistematizados pela Comissão Executiva do Fórum da Cidade de Florianópolis em um documento síntese das conclusões do II Fórum da Cidade (Anexo G).

20 Vide detalhamento no relatório de transcrição do evento (NESSOP, 2003) e no Trabalho de Conclusão de Curso de Adriano João dos Santos (2005).

O II Fórum ensejou no fechamento dos debates a aprovação de moções que foram apresentadas no decorrer dos debates, a saber: a) contra um possível movimento de empresários pela emancipação do norte da ilha que ocasionaria a cobrança de pedágio e o aumento da especulação imobiliária e a favor de plebiscito para suprir a falta de comunicação dos órgãos gestores municipais com a comunidade; b) apoio à família de Carlos Agostinho Cardoso, exilado político da violência do narcotráfico e pela ausência de política de segurança pública no estado; c) adequação do sistema integrado de transporte coletivo à lógica do Estatuto da Cidade.

Em que pese a indicação à leitura da carta da cidade prevista na programação do evento, em função do adiantado do horário, a coordenação da mesa dos trabalhos finais justificou que não se realizaria tal leitura, indicando a versão impressa do documento, disponível no material entregue a cada participante no início do evento. Cabe registrar que a carta, em questão, refere-se ao “Manifesto do Fórum da Cidade aos cidadãos florianopolitanos para uma construção democrática e participativa da cidade que queremos” (Anexo H).

Considerando a riqueza dos trabalhos em grupo, a complexidade de questões e polêmicas levantadas, a coordenação da mesa final do evento, convocou os membros dos grupos temáticos que participaram da construção de propostas a se reunirem posteriormente com a coordenação do Fórum da Cidade

para que se construa um novo patamar de organização do Fórum da Cidade, que ele assuma, dê um salto de qualidade no sentido de encaminhamento de propostas... se a gente não for encaminhar essas propostas, se a gente não der esse salto, nada vai acontecer [...] temos que assumir no concreto as nossas posições. É hora de não fazer discurso, mas de realizar as coisas (Carlos Magno, membro do Nesson e representante da Associação de Moradores do Canto Lagoa).

Ao passo que se realizava o evento do II Fórum, questões importantes e urgentes eram debatidas na cidade e exigiram o posicionamento do Fórum, como o debate sobre a destinação da área do Complexo Penitenciário de Florianópolis, à luz do Estatuto da Cidade, contra a privatização e em defesa de áreas públicas de lazer e uso múltiplo:

Acreditamos que através da criação de espaços públicos de uso múltiplo, englobando manifestações culturais como a dança, o teatro, a música, o cinema, o folclore e as atividades desportivas que privilegiam os segmentos sociais subalternizados e as camadas populacionais em situação de risco social, estaremos realizando ações efetivas de resgate da cidadania e agindo preventivamente em relação à segurança pública (FÓRUM DA CIDADE, 2003c).

Outra demanda imediata que se colocava ao Fórum naquele momento foi a realização da primeira conferência da cidade de Florianópolis.

A I Conferência da Cidade de Florianópolis foi convocada pela Prefeitura Municipal por meio do Decreto nº 1992, de 27 de junho de 2003, para o dia 15 de agosto de 2003. Contudo, o processo de sua organização não atendia aos preceitos de participação popular, previstos para a realização das conferências municipais, estaduais e nacional, o que motivou intensa mobilização do movimento popular na cidade.

Nesta direção, foram empreendidas várias ações do Fórum na perspectiva de garantir a participação de representantes dos segmentos populares na referida Conferência:

- Em 25 de julho de 2003, a Ufeco, referendada pelos resultados do II Fórum da Cidade, encaminha ofício ao Coordenador Estadual da Conferência Nacional das Cidades, Theo Augusto Guardiano, requerendo a transparência acerca da composição da comissão preparatória municipal da Conferência da Cidade, uma vez que até aquele momento não se tinha “informações do regimento interno, critérios de participação e local de realização”²¹;
- Em 31 de julho de 2013, o Coordenador Estadual da Conferência Nacional das Cidades, Theo Augusto Guardiano, remete ofício ao Sr. Giovani Amboni, coordenador da comissão preparatória municipal da I Conferência da Cidade de Florianópolis-SC,

21 Ofício 013/2003 - Ufeco, de 25 de julho de 2003, assinado pelo segundo secretário da entidade, Modesto Azevedo e pelo arquiteto Loureci Ribeiro.

solicitando a inclusão da Ufeco e do Fórum da Cidade na referida comissão, além de reforçar a participação aos diferentes segmentos da sociedade civil como uma das principais características das conferências municipais ²²;

- Em 07 de agosto de 2013, o Fórum da Cidade, juntamente a outras organizações, emitem recurso à comissão preparatória da conferência municipal de Florianópolis, reivindicando a ampliação das entidades comunitárias e profissionais e órgãos públicos (Ufeco, Fórum da Cidade, Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Movimento popular do Plano Diretor, UFSC, Udesc, Cedep, IAB-SC, Senge, Sintraturb e organizações não governamentais atuantes nas questões ambientais, sociais e de combate à discriminação racial), portanto, a garantia do princípio da universalidade de participação na conferência; garantia da proporcionalidade de participação na mesa dos trabalhos e relatoria; a ampliação da data do evento de 15 de agosto para 16 e 17 de agosto de 2003, para a viabilização da participação popular; a transferência do local programado para 15 de agosto, do plenarinho da Assembleia Legislativa, para um lugar mais amplo, e que o processo fosse amplamente divulgado às entidades e aos veículos de comunicação de massa²³;

Vale lembrar que o Regimento da primeira Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis previa a composição da comissão preparatória com as seguintes entidades: Agenda 21 Local do Município de Florianópolis; Associação Catarinense para o Desenvolvimento Social; Associação Florianopolitana de Deficientes Físicos; Câmara dos Lojistas de Florianópolis; Câmara de Vereadores do Município de

22 Ofício DIHA nº 011/03, de 31 de julho de 2003, assinado por Theo Augusto Guardiano, Coordenador Estadual da Conferência Nacional das Cidades.

23 Documento de recurso sobre a Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis, assinado por: Ufeco, Sintraturb, Fórum Cidade, Fórum do Maciço Central, Cedep, Direção do Curso de Arquitetura da UFSC, IAB-SC, Núcleo de Estudos Negros, Movimento Negro Unificado, Movimento Ilhativa, Conselho Comunitário Comunidades Balneário Ingleses, Comitê Operacional Fome Zero – Ação Cidadania, Movimento Campeche Qualidade de Vida, Instituto Socioambiental Campeche, Amocape, Amsal, e Conseg Costa do Sol Poente, em 7 de agosto de 2003.

Florianópolis; Companhia de Melhoramentos da Capital; Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; Formaco Ltda; Governo Municipal de Florianópolis; Movimento dos Desportistas de Florianópolis; Sindicato da Indústria da Construção Civil e Sulcatarinense Ltda.

Não obstante aos protestos dos setores populares locais, efetivou-se a realização da Conferência da Cidade de Florianópolis na data prevista – 15 de agosto de 2003 – o que motivou o Fórum da Cidade e a Ufeco, com apoio de diversas entidades, a elaborarem um documento denominado “Conferência Municipal das Cidades é inválida”²⁴.

Assim, realizou-se a leitura desse manifesto no plenário da Conferência organizada pela Prefeitura, apontando os erros no seu processo. Reforçando a conduta antidemocrática adotada, o coordenador dos trabalhos retirou-se da mesa. O teor do documento justifica seu título ao ressaltar o convite seletivo de participação, a limitação do evento a somente um dia e, como agravante, dia útil, inviabilizando a ampla participação, impossibilitando o aprofundamento dos temas. Dessa forma, a orientação do Ministério das Cidades, que estabelecia a importância da participação universal

24 O Documento “Conferência Municipal das Cidades é inválida” foi assinado pela Ufeco e pelo Fórum da Cidade, com apoio das seguintes entidades: Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc); Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias de Energia Elétrica (Sinergia); Sindicato dos Previdenciários (Sindprev); Sindicato dos Trabalhadores na Educação de Santa Catarina (Sinte); Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Água e Saneamento de Santa Catarina (Sintae); Sindicato dos Trabalhadores das Empresas de Correios e Telégrafos (Sintec); Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Municipal (Sintrasem); Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Processamento de Dados (Sindpd); Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual (Sintespe); Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Sindicais (Sindes); Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing (Sintratel); Sindicato dos Trabalhadores na Justiça Federal de Santa Catarina (Sintrajusc); Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Estadual de Santa Catarina (Sindijusc); Sindicato dos Vigilantes de Santa Catarina (Sindvest); Sindicato dos Empregados em Asseio e Conservação (Seac); Sindicato dos Farmacêuticos de Santa Catarina (Sindfam); Sindicato Nacional dos Servidores na Educação Federal Básica e Tecnológica – Seção Sindical de Santa Catarina (Sinasef) e Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Santa Catarina (Seeb).

de moradores das cidades, foi ignorada. Criticava-se ainda o Regimento da Conferência, que restringia a participação de delegadas e delegados por segmento de representação. Por conseguinte, as entidades não convidadas pela prefeitura não puderam ser credenciadas no evento.

Além disso, também se enfatizou a ausência de órgãos executivos considerados vitais na gestão da cidade, como a Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis e Núcleo de Transportes na comissão preparatória da Conferência.

A inflexibilidade do poder público municipal em atender às reivindicações populares expressas, principalmente pelo Fórum da Cidade e Ufeco, fizeram com que estas organizações e outras entidades do movimento popular e sindical contestassem formalmente a Conferência e protocolassem um recurso à Comissão Preparatória Estadual para mediação junto ao Executivo Municipal pela ampliação da Comissão Preparatória da Conferência Municipal, conforme documento datado em 18 de agosto de 2003²⁵.

O documento reitera que a composição da Comissão Preparatória da Conferência proposta pelo Executivo Municipal não assegurava a representação política e proporcional dos diversos segmentos da sociedade historicamente envolvidos com as demandas de políticas urbanas da cidade. Assinalou-se a exclusão das associações de moradores, centros comunitários, sindicatos, entidades de classe e da sociedade civil em geral no processo de preparação da Conferência Municipal, que considerava apenas as entidades alinhadas politicamente com o poder executivo municipal.

25 Documento assinado por: Ufeco, representada por Modesto Azevedo; Amocape, Amsal, Amubes, Conseg da Costa Sol Poente, representadas por Ester Eloísa Addison; Associação de Moradores da Vila Aparecida, representada por Ester Andrade e interessados Osvaldo Agripino de Castro Junior; Ailton Laureano Teixeira, Tania Maria Ramos; Rodolfo Antonio Silva e Edson Vicentin.

Tais embates foram sintetizados por Cardoso (2006, p. 59), da seguinte maneira:

No decorrer do processo de organização da I Conferência da Cidade, a Ufeco e o Fórum da Cidade, representando as entidades organizadas da sociedade civil florianopolitana, procuram interferir no processo buscando assegurar a representação dos diversos segmentos na Comissão Preparatória, ampliar a divulgação e estender o evento de um para três dias (15, 16 e 17 de agosto de 2003), de modo a propiciar a participação e o aprofundamento dos debates sobre os temas propostos. Para isso, cartas e recursos são encaminhados às Comissões Municipal e Estadual antes da realização da I Conferência. Ignorando completamente os apelos das organizações, o evento foi realizado nos moldes estabelecidos pela Prefeitura Municipal.

O descaso com a construção democrática da Conferência, como estabeleciam os regimentos estadual e nacional, ficou evidente²⁶. A disputa de interesses pela composição desse espaço certamente incidiu sobre os moldes da Conferência da Cidade de Florianópolis, uma vez que a conferência municipal deveria, além de analisar políticas urbanas locais, nomear delegados para a conferência estadual, que por sua vez nomeava delegados para a conferência nacional.

26 Descaso também explicitado pelo não reconhecimento do Executivo e da Comissão Preparatória do texto “Guia Nacional sobre a temática da Conferência”. De acordo com o determinado pelo Regimento Nacional, o citado texto deveria ser distribuído previamente aos participantes das conferências municipais, o que não foi feito em Florianópolis. O Texto Base com o tema “Cidades para todos”, elaborado pelo Ministério das Cidades (Gestão Ministro Olívio Dutra), era composto por duas partes. Na primeira, pondera-se sobre a questão política mais geral e a segunda apresenta os princípios, diretrizes, objetivos e ações norteadoras da Política de Desenvolvimento Urbano. Destaca-se no texto que a 1ª Conferência Nacional das Cidades elegerá o 1º Conselho Nacional das Cidades, com atribuição de propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional de desenvolvimento urbano. Além disso, a primeira Conferência iria deliberar sobre o caráter do Conselho e sobre o número de membros e a paridade a ser estabelecida entre os diversos segmentos, devendo definir quais seriam considerados.

Diante do claro direcionamento excludente da Prefeitura no processo da Conferência, o Fórum e a Ufeco redigiram uma “Carta Aditiva ao Processo de Impugnação da 1ª Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis”, encaminhada à Comissão Preparatória Estadual no dia 20 de agosto de 2003. Essa comissão, então coordenada pelo diretor de Habitação da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente – Théo Augusto Guardiano, era responsável por validar as conferências municipais, realizadas em todo o estado e credenciá-las para a Conferência Estadual das Cidades, que foi realizada em Florianópolis no período de 28 a 30 de setembro de 2003.

O documento questionava a legitimidade da Conferência realizada pela Prefeitura, diante da falta de participação popular, e criticava “a participação seletiva de setores atrelados ao governo, a ausência de uma divulgação ampla e antecipada, a duração do evento e a sua realização numa sexta-feira, dia útil, o que dificulta a participação das pessoas” (BURGOS, 2005 apud CARDOSO, 2006, p. 60), documento esse que teve como resultado a impugnação da Conferência em 27 de agosto de 2003 (CARDOSO, 2006).

Em face da anulação, nas esferas estadual e federal, da Conferência da Cidade convocada e realizada pela Prefeitura Municipal no dia 15 de agosto de 2003, uma comissão preparatória, organizada pelo movimento popular, deu início ao processo de preparação daquela que seria denominada “1ª Conferência Democrática da Cidade de Florianópolis”. A comissão foi composta por: Modesto Azevedo (coordenador, Ufeco); Ester Eloísa Addison (Fórum da Cidade); Fernando Cabral (UFSC); José Erasmo Viera (Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto de Santa Catarina, Sintaem); Amaro José da Silva e Carmem Lucia Capel (representantes da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional); Paulo Borges Rizzo (Apufsc), Jeferson (Diretório Central dos Estudantes, UFSC); Juan Carlos Pinedo e Maria de Lourdes Mina (Movimento Negro Unificado); Loureci Ribeiro (Ceped) e Alcenira Vanderlinde (Câmara Municipal de Florianópolis).

No dia 2 de setembro de 2003, realizou-se a primeira reunião preparatória da Conferência com entidades e movimentos para definir a composição da comissão de organização – com base no Regimento Estadual – e as etapas de apoio à realização da Conferência.

A “Conferência Democrática da Cidade de Florianópolis” aconteceu nos dias 12 e 13 de setembro de 2003, organizada pelo Fórum da Cidade, Ufeco, Famesc, Centro de Educação Popular (Cedep), Núcleo de Estudo Negro (NEN), Movimento Negro Unificado (MNU), Fundação Água Viva, Fundação Lagoa, Fórum Municipal do Transporte e Fórum do Maciço do Morro da Cruz. A Conferência foi realizada no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e teve como coordenador geral dos trabalhos, Modesto Azevedo – Secretário do Conselho Comunitário da Tapera e membro do Fórum da Cidade e contou com a seguinte programação, conforme Quadro 5:

Quadro 5 – Programa da I Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis

Programa: I Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis

Dia 12 setembro de 2003

18h00	Início do credenciamento
19h00	Abertura e reflexão sobre os temas: habitação, saneamento, programas urbanos e trânsito, transporte e mobilidade urbana

Dia 13 setembro de 2003

09h00	Grupos de Debate e encaminhamento de propostas sobre os 4 temas
13h30	Sistematização do documento final
17h00	Debate e reflexão final
17h30	Escolha de delegados para a Conferência Estadual

Fonte: Comissão preparatória da 1a. conferência municipal da cidade de Florianópolis, 2003.

A mesa de abertura contou com a presença e o pronunciamento de Albertina de Souza, presidente da Ufeco; Carlos Magno Nunes, representante Fórum da Cidade; Professor Fernando Cabral, membro da Comissão Preparatória da Conferência Municipal; Deputado Federal Mauro Passos (PT), representando o Congresso Nacional; Deputado Estadual Afrânio Boppré, representando a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Vereador Márcio de Souza, representando a Câmara de Vereadores do Município de Florianópolis e Deomar A. Feroldi, representando a Caixa Econômica Federal.

A primeira mesa de trabalho foi coordenada pelo Prof. Paulo Borges Rizzo, do Departamento de Arquitetura da UFSC, com representações do Fórum do Maciço, Associação Comercial de Florianópolis (ACIF), Nessop/DSS, MNU e Sinergia, que enfocaram a percepção da cidade de Florianópolis sob a ótica de cada entidade.

No dia 13 de setembro daquele ano, pela manhã, a dinâmica da Conferência contou com grupos de trabalho sobre os temas Programas Urbanos; Transporte e Mobilidade Urbana, Saneamento e Meio Ambiente; Habitação e Moradia. No período da tarde, retomaram-se os trabalhos com a presença da representante do Ministério das Cidades, Grazia de Grazi. Cada grupo apresentou os relatórios produzidos, que foram apreciados pela Plenária²⁷. Na sequência os segmentos da sociedade civil organizada presentes, reuniram-se e elegeram suas representações, delegadas para a Conferência Estadual.

Esse processo, judicializado desde o início, oportunizou uma situação única no país, no que se refere à realização das Conferências Municipais das Cidades, visto que neste ínterim o executivo municipal contestou a impugnação da 1ª Conferência, realizada em agosto daquele ano e

após recorrer à justiça, a Prefeitura Municipal conseguiu reconhecer a conferência oficial. Com isso, Florianópolis foi a única cidade no país a realizar duas Conferências Municipais, ambas com direito de participação dos seus delegados eleitos na Conferência Estadual (BURGOS, 2005 apud CARDOSO, 2006, p. 60).

A 1ª Conferência Estadual das Cidades, em Santa Catarina aconteceu nos dias 28 e 29 de setembro de 2003, no Clube Paula Ramos em Florianópolis, tendo como delegados eleitos pela Conferência Democrática Popular, Carlos Magno Nunes (Fórum da Cidade), Modesto Azevedo (Ufeco) e Leonardo Pessina.

27 Os relatórios dos grupos temáticos foram complementados e encaminhados por meio de ofício (nº 026/2003) da comissão preparatória local à Comissão Preparatória Estadual da Conferência das Cidades/SC, em 23 de setembro de 2003.

O processo de realização da I Conferência da Cidade de Florianópolis demonstra o enfrentamento da sociedade civil diante do autoritarismo do Executivo Municipal, consagrando as lutas do movimento sociocomunitário, com a realização de uma nova Conferência. Nesse contexto, o Fórum da Cidade destacou-se no processo de defesa da gestão democrática da cidade.

O Fórum da Cidade, como espaço permanente de luta nesse momento pós-conferências, encontra-se com demandas diversas, desde sua organização interna, com a construção de uma agenda coletiva de trabalhos e as necessidades de intervenção direta de seus agentes nos processos de embate com o executivo municipal, que continuava desrespeitando preceitos do Estatuto da Cidade.

Dentre as urgências, encontravam-se projetos que tramitavam na Câmara de Vereadores de Florianópolis, como a construção de dois grandes Shoppings²⁸ e o Sapiens Park, alteração de zoneamento do Ribeirão da Ilha, do Campeche (campo de pouso) e de outros projetos que alterariam o Plano Diretor. Propôs-se, como forma de enfrentamento, uma ação civil pública, junto ao Ministério Público²⁹. Além disso, propunha-se investir em ações de mobilização da população para acompanhamento e pressão junto à Câmara Municipal para impedir localmente os avanços de aprovação de tais projetos.

As questões que se colocavam à coordenação do Fórum voltavam-se, então, às suas questões organizativas internas, à emergência de ações de enfrentamento político e jurídico ao poder público municipal que contrariavam as diretrizes do Estatuto da Cidade, bem como a manutenção da agenda de lutas previstas no II Fórum.

Assim, no período de outubro a dezembro de 2003, o Fórum da Cidade realizou uma série de reuniões de avaliação e planejamento de ações a curto prazo, demandadas pela conjuntura política, concretizadas em diferentes ações, viabilizadas pelas comissões de trabalho:

28 Floripa Shopping na SC-401 e Shopping Iguatemi, atualmente Villa Romana Shopping no bairro Santa Mônica.

29 Em reunião, realizada em 17 de dezembro de 2003, foi informado por representante do Fórum que a Procuradoria da União em Santa Catarina, por questão de competência, não poderia intervir para impedir ações da Prefeitura Municipal recomendando gestões junto ao Ministério Público Estadual.

- a. Elaboração de documento à Câmara Municipal onde se reivindicava “enterrar definitivamente o planejamento parcelado e sem participação da comunidade e construir um **Plano Diretor** (grifos originais) integrado, democrático, participativo e socioambiental que permitam a sustentabilidade da cidade”, conforme anexo I;
- b. Realização de 4 (quatro) encontros regionais, nos seguintes locais: Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares (regional sul); Cesusc (regional norte); sala de reuniões da Escola Técnica Federal (regional do Maciço Central) e Escola Dutra Machado (Carmocris). Nos encontros regionais, privilegiou-se a discussão sobre os antecedentes do I e II Fóruns, o processo da Conferência Municipal, a discussão das propostas do II Fórum, discussão do documento a ser apresentado pelo Fórum na tribuna livre da Câmara Municipal e a mobilização para participação das respectivas regionais na tribuna livre da Câmara;
- c. Participação na tribuna livre da Câmara Municipal de Florianópolis em 2 de dezembro de 2003, com a leitura do documento assinado pelo Fórum da Cidade e Ufeco, representados por Carlos Magno Nunes e Modesto Azevedo.

Percebe-se, portanto, nesse período, considerado inicial do Fórum, sua emergência na cidade como espaço de debate que se propunha a articular movimentos e pautas em torno da política urbana. A realização do I e II Fóruns da Cidade deram visibilidade e publicidade às problemáticas de Florianópolis do ponto de vista do movimento comunitário, pautando a gestão democrática e participativa da cidade.

Percebe-se ainda que, já em seu momento inicial, o Fórum da Cidade expressou a discordância de segmentos populares por sua exclusão dos processos decisórios locais, sobretudo na realização da I Conferência da Cidade, configurando-se como um ator de resistência nesta conjuntura.

Observa-se, por fim, nesse momento do Fórum da Cidade, a necessidade de implementar, mesmo que minimamente, uma estrutura organizativa interna, onde se evidenciasse a demanda por ampliar a participação tanto no processo de decisão quanto na execução, constituindo-se então um núcleo executivo, ao qual competiria encaminhar as ações.

Capítulo 4

PELO DIREITO À CIDADE QUE QUEREMOS: O III FÓRUM DA CIDADE

A prática e a experiência política de militantes e sujeitos coletivos em torno das pautas de luta do Fórum da Cidade permitiram seu amplo envolvimento na arena de debates e embates na disputa pelo Plano Diretor de Florianópolis. Essas experiências foram retomadas a partir da gestão do Prefeito Dário Berger, em 2005.

É importante mencionar que desde 2001 o Fórum da Cidade já se destacava no processo de defesa da gestão democrática da cidade. No contexto das eleições municipais de 2004 e no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, o Fórum consolidou-se como um dos importantes sujeitos políticos da sociedade civil organizada na gestão mobilizadora e democrática da cidade.

Apesar de avanços e retrocessos, resultantes da correlação de forças com outros segmentos, o Fórum continuou buscando mobilizar o debate sobre a política urbana de Florianópolis, sobretudo no processo de elaboração do Plano Diretor Participativo.

Na continuidade do processo planejamento, execução das ações e avaliação do Fórum, entre o final do ano de 2003 e o início de 2004, verificou-se em documentação interna do movimento, o plano de ação para o ano de 2004, com a indicação de algumas temáticas a serem trabalhadas no decorrer daquele ano, como: a organização interna do Fórum, sua composição, mobilização, a realização do III Fórum da Cidade de Florianópolis, a construção de assessoria técnica, o avanço no debate sobre a questão fundiária, o Plano Diretor integrado e o conselho de desenvolvimento urbano, a campanha eleitoral de 2004, o sistema de transporte coletivo e política urbana (FÓRUM DA CIDADE, 2004).

As ações correspondentes a cada temática foram organizadas por grupos de trabalhos específicos, além das exigências de mobilização do grupo em frentes emergentes, como a preparação para participação em audiência pública sobre a cessão do terreno para o Sapiens Park (junho 2004) e o apoio à Associação de Moradores da Vila Santa Rosa em ação contra ordem de despejo à comunidade.

Neste contexto, o III Fórum da Cidade colocava-se como uma prioridade, tendo em vista as eleições municipais previstas para aquele ano. Conforme proposta do grupo de trabalho constituído para este fim, composto por Ana Luiza de Lyra Vaz, Gert Schinke, Hélio Carvalho Filho e Paulo Ruver:

o Fórum da Cidade, espaço público, democrático, em sua preocupação com uma cidade mais democrática, quer, na realização do III Fórum, resgatar as propostas do I e II Fórum, sistematizá-las e realizar reuniões regionais para discutir essas propostas e ampliá-las pelo debate. Pretende-se nos encontros regionais mobilizar a participação dos vereadores locais e outros e conseguir o seu comprometimento ao documento/proposta do III Fórum da Cidade, ao qual serão convidados a participar. (FÓRUM DA CIDADE, 2004)³⁰.

Nesse contexto das eleições municipais de 2004, o “III Fórum da Cidade: pelo direito à cidade que queremos” foi organizado em nove eventos, conforme Quadro 6.

30 Ata da reunião do Fórum da Cidade de 7 de julho de 2004.

Quadro 6 – Programa do III Fórum da Cidade - 2004

Programa III Fórum da Cidade: Pelo direito à cidade que queremos

Data	Horário	Atividade/Local
19/08/2004	15h00	Sessão de lançamento – Câmara Municipal de Florianópolis
01/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Norte da Ilha
02/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Centro e Maciço
04/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Bacia da Lagoa
06/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Sul da Ilha
08/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Continente
09/09/2004	19h00	Debate com candidatos a vereador: Itacorubi e Sambaqui
25/09/2004	14h00	Debate com candidatos a prefeito no primeiro turno Centro de Cultura e Eventos da UFSC
27/10/2004	18h00	Debate com candidatos a prefeito no segundo turno: Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Florianópolis/SC

Fonte: elaboração própria.

Com uma sessão de lançamento, que ocorreu em 19 de agosto de 2004 na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis, desdobrada em debates regionais com as candidaturas ao legislativo e executivo municipais, no primeiro e segundo turnos do pleito daquele ano, conforme detalhamento abaixo. O intuito era buscar o comprometimento público de candidatas e candidatos com as propostas levantadas pelo Fórum da Cidade durante os debates e embates realizados em seus três anos de existência. Para isso, foi elaborado um documento com as propostas desenvolvidas durante a discussão sobre temas como plano diretor, moradia, segurança pública, meio ambiente, saúde, saneamento educação, cultura e transporte público.

O III Fórum da Cidade contou com o apoio financeiro, logístico e estrutural da administração da UFSC, Nesson/DSS/UFSC, da Tractebel Energia, da Eletrosul, do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e da Associação dos Professores da UFSC (Apufsc). As entidades promotoras do III Fórum foram: Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc), União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco), Aliança Nativa, Centro de Assessoria à Autogestão Popular (CAAP), Associação Caeté – Natureza e Cultura, Fundação Lagoa, Grupo Pau-Campeche, InMan, Movimento Campeche Qualidade de Vida e Instituto Socioambiental Campeche.

O processo de divulgação e mobilização para a realização do III Fórum foi desencadeado por comissão específica para este fim³¹, com o apoio de estudantes do curso de Serviço Social da UFSC, vinculados ao evento por meio de projeto de ensino-extensão. Tais ações consistiram na produção e distribuição de cartazes (Anexo J), 15 mil jornais impressos, serviço de som móvel em motocicleta, elaboração de *releases* e informes aos principais meios de comunicação da cidade, entrevistas e publicidade nas rádios locais, convite para associações comunitárias filiadas à Ufeco, convite às organizações não governamentais ambientalistas e outras afins, além de mensagens eletrônicas a grupos virtuais³².

Segundo o relatório do evento, as candidaturas foram oficialmente convidadas por meio de ofícios protocolados nas respectivas sedes dos partidos e comitês das respectivas campanhas.

31 Conforme relatório de reunião, a comissão de mobilização foi composta por Ana Luiza Lyra Vaz, Gert Schinke, Paulo Ruver, Albertina Souza, Luiz José Dietrich, coordenações regionais da Ufeco, além de outros membros apenas identificados como Regina, Lourdes e Moacir (Ata da Reunião do Fórum da Cidade de 7 de julho de 2004).

32 Relatório Final do III Fórum da Cidade (2004).

O ato de lançamento do III Fórum da Cidade aconteceu no Plenário da Câmara Municipal de Florianópolis. Estiveram presentes cerca de 40 pessoas, entre representantes de alguns partidos (PT, PC do B, PSB, PMDB, PL, PV e PTC), candidatas e candidatos, estudantes e representantes de entidades da sociedade civil e movimentos sociais. Nesse evento foram apresentados os objetivos do III Fórum da Cidade e o cronograma dos debates com candidatos a vereador e prefeito de Florianópolis, bem como as regras para os mesmos (FÓRUM DA CIDADE, 2004)³³.

Os debates regionais com as candidaturas à vereança aconteceram no período de 1 a 9 do mês de setembro de 2004 em seis regiões de Florianópolis, visando facilitar o acesso e a presença dos moradores e moradoras, conforme Quadro 7.

Quadro 7 – Debates regionais com candidaturas a vereador segundo o número de participantes setembro de 2004

Data	Região	Total de participantes	Total de candidatos
01/09/2004	Norte da Ilha	100	09
02/09/2004	Centro e Maciço	45	08
04/09/2004	Bacia da Lagoa	78	12
06/09/2004	Sul da Ilha	87	12
08/09/2004	Continente	82	07
09/09/2004	Itacorubi e Sambaqui	51	05
Total		443	53

Fonte: elaboração de Sidiane dos Santos, com base no Relatório final do III Fórum da Cidade (2004).

Esses debates regionais foram estruturados basicamente com abertura, apresentação pessoal das candidaturas, leitura das Propostas Populares para o Planejamento e Gestão da Cidade, respostas às perguntas encaminhadas por escrito pelo público participante e encerramento (FÓRUM DA CIDADE, 2004).

33 Relatório Final do III Fórum da Cidade (2004).

Conforme o relatório do III Fórum da Cidade, desde a origem do Fórum levantou-se diversas propostas de cunho democrático para o planejamento e a gestão da cidade de Florianópolis. Tais propostas foram divididas nos temas: mobilidade urbana, gestão ecológica, gestão democrática, moradia e regularização fundiária, saúde e saneamento, educação, cultura e lazer e segurança pública, conforme divulgado no boletim informativo do III Fórum da Cidade.

Nos debates regionais, realizados em setembro de 2004, essas propostas populares para o planejamento e a gestão da cidade foram sintetizadas, totalizando 36 propostas. Juntamente com um texto introdutório, essas propostas foram lidas e apresentadas em cada debate e entregues sob a forma de carta compromisso, a todos os candidatos a vereador presentes, solicitando-se dos mesmos a indicação das propostas de sua concordância e a subscrição com assinatura. Além disso, foram encaminhados documentos por outras organizações da sociedade civil organizada para serem incorporados à sua agenda de reivindicações, que revelaram, segundo o relatório final do evento, “congruência nas aspirações, criando uma sensação de unidade entre as lutas” (FÓRUM DA CIDADE, 2004, p. 8).

Esses debates regionais, dos quais participaram ao todo 443 pessoas, possibilitaram a apresentação de propostas populares às candidaturas (Anexo K), buscando comprometê-las com estas demandas no planejamento e na gestão do município, tomando-as como referência. Com esse mesmo objetivo, realizaram-se debates com os candidatos a prefeito no primeiro e segundo turnos das eleições municipais de 2004.

As eleições municipais aconteceram em outubro de 2004 e Florianópolis contou com oito candidaturas para o cargo de prefeito. De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, os candidatos foram Afrânio Tadeu Boppré (PT – Coligação Florianópolis Como Você Quer – PT/PL/PC do B); Dário Elias Berger (PSDB – Coligação Avança Florianópolis – PMN/PSDB); Francisco de Assis Filho (PP – Coligação Florianópolis Sempre Mais – PP/PSL/PSC/PFL/PAN/PRTB); Gerson Antonio Basso (PV); Gilmar Salgado dos Santos (PSTU); Osmar Pickler (PTC – Coligação Aliança Trabalhista Municipal/ATM – PTN/PTC); Pedro Eduardo dos Santos (PT do B) e Sérgio José Grandó (PPS – Coligação Todos por Florianópolis – PDT/PTB/PMDB/PPS/PSB).

No primeiro turno das eleições municipais, o debate com os candidatos a prefeito aconteceu no dia 25 de setembro de 2004 no Centro de Cultura e Eventos da NESSOP e reuniu 700 participantes. Compareceram nesse debate todos os candidatos, exceto Dário Berger. Com o resultado do primeiro turno das eleições, ocorrido no dia 3 de outubro de 2004, disputaram o segundo turno os candidatos Francisco de Assis Filho (PP/PFL/PSC/PSL/PAN/PRTB) e Dário Berger (PSDB/PMN).

O debate no segundo turno da campanha para prefeito aconteceu no dia 27 de outubro de 2004, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, com a presença de 65 participantes, representando 37 entidades, entre associações de moradores, conselhos comunitários, institutos, ONGs e Oscips, partidos políticos, movimentos e grupos sociais. De acordo com a relação de entidades presentes, 48% dessas entidades eram associações de moradores/as e conselhos comunitários. Com relação às candidaturas, apenas o candidato Francisco de Assis Filho compareceu.

No segundo turno das eleições, realizado no dia 31 de outubro de 2004, Dário Berger foi eleito prefeito de Florianópolis para a gestão 2004-2008 com 118.644 votos, correspondentes a 58,47% dos votos válidos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2013)³⁴.

Na Câmara Municipal de Vereadores, o resultado final das eleições de 2004 atribuiu quatro vagas à Coligação Sempre Florianópolis (PP/PSC/PRTB), três vagas à Coligação Florianópolis Como Você Quer (PT/ PL/PC do B), três vagas à Coligação Avança Florianópolis (PMN/PSDB), três vagas à Coligação Florianópolis Para Todos (PMDB/PTB) e três vagas à Coligação Capital No Rumo Certo (PFL/PSL/PAN).

34 Reeleito para a gestão 2009-2012, o governo de Dário Berger perpassou os debates e embates do Fórum da Cidade, sobretudo a partir de 2006 com o início do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis.

Em que pese a vitória de Dário Berger nas eleições municipais, único candidato a prefeito naquele pleito a não comparecer aos debates organizados pelo Fórum da Cidade, o processo desencadeado no III Fórum da Cidade fez parte do movimento de afirmação e reconhecimento de direitos e de reivindicação pela efetiva gestão democrática da cidade, que possui como pressuposto a participação e a interlocução da sociedade civil e do poder público.

O evento pautou o direito à cidade por meio das propostas populares apresentadas aos candidatos, reivindicando que a cidade deve ser planejada e gerida de acordo com o interesse coletivo. Conforme destaca o documento final do evento (Anexo L), os encontros possibilitaram espaços fundamentais de confrontação de ideologias e práticas.

Conforme destacado por Cardoso (2006), a inserção de novos membros no Fórum da Cidade, a partir do ano de 2004, também trouxe novos desafios à gestão do Fórum, considerando que, além das entidades caracterizadas como movimento comunitário, passam a integrar esse espaço as organizações não governamentais ambientalistas e de assessoria popular. Essa nova configuração enriqueceu o processo de debate e articulação em face dos objetivos do Fórum, mas exigiu encaminhamentos sobre sua organização interna, como a realização de um encontro de planejamento no final de 2004, tendo vista as ações do Fórum em 2005.

Cardoso (2006) destaca que o processo de incorporação de novos e novas participantes é permeado por pontos de tensão acerca da dinâmica interna do Fórum: “[...] os pontos de conflito eram: critérios de participação e votação nas reuniões plenárias; composição e atribuições da comissão executiva”.

A participação de militantes com formação profissional e especialização nas questões ambiental e urbana, possibilitou a ampliação e o fortalecimento da discussão sobre as questões da cidade, agregando conhecimento e força ao movimento. Por outro lado, essa nova formação com qualificação técnica acabou provocando certo distanciamento das bases comunitárias (CARDOSO, 2006).

O encerramento das atividades do Fórum da Cidade, no ano de 2004, ocorreu com uma plenária no dia 15/12/2004, quando se pautou a necessidade de discutir a estrutura de funcionamento do Fórum. Após debate, deliberou-se pela criação de uma comissão que organizaria um encontro de planejamento das ações do Fórum para 2005, bem como sua estrutura organizativa. A comissão desenvolveria uma proposta preliminar de planejamento e estrutura até março de 2005, bem como seria responsável por conduzir o encontro no qual a proposta seria objeto de discussões.

4.1 A busca de processos organizativos internos do Fórum da Cidade em 2005 e a Campanha “Acorda Floripa”

A luta do Fórum da Cidade pela “cidade que queremos” não foi interrompida após o intenso trabalho que resultou no III Fórum da Cidade. Já nos meses iniciais de 2005, a comissão constituída para organizar o encontro geral de planejamento do Fórum, composta por Alexandre Lemos, André Geraldo Soares, Carlos Magno Nunes, Carla Rosana Meirelles Caldas, Flavio Tessari e Márcio dos Santos Porto, reuniu-se nos dias 6/1, 19/1, 2/2, 16/02, 2/3, 9/3 e 15/3/2005, “[...] para debater e encaminhar a Programação, a Proposta de Estrutura Organizacional e Política, a escolha de data e local do evento e demais pormenores” (FÓRUM DA CIDADE, 2005), conforme decidido em plenária realizada em dezembro do ano anterior.

O encontro de planejamento ocorreu nos dias 18 e 19 de março de 2005, nas dependências do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e contou com a participação significativa de 46 pessoas, a saber: Alexandre Lemos, Ana Luiza de Lyra Vaz, André Geraldo Soares, Ângela Maria Liuti, Armando de Melo Lisboa, Brenda Teresa Porto de Matos, Carla Rosana Meirelles Caldas, Carlos Magno Nunes, Edson Luis Cattoni, Emerson Silva da Silva, Flavio Tessari, Gert Schinke, Hélio Carvalho Filho, Iliane Kohler, Isadora Marques Crochik, Janaína D’Aquino, Janaína de Oliveira Ribeiro, Janete Ely, Janete Teixeira, Jeferson David, Jeffrey Hoff, José Bado, June Maria Zuanazzi, Lino Fernando Bragança Peres, Luis Roberto Marques da Silveira, Luiz José Dietrich, Marcelo Leão, Márcio da Silva, Márcio de Souza, Márcio dos Santos Porto, Osvaldo Agripino de Castro

Junior, Paula Maria Posenato Garcia, Paulo Guilherme Ruver, Paulo Minardi, Rodolfo Antonio da Silva, Rudnei Hinkel, Salete Terezinha Batista, Sara Janini B. Almeida, Semíramis Celeste Borges Pintado, Simone Lolatto, Taise Zanotto, Tânia Maria Ramos, Tibério da Costa Mitidieri, Vitor Schmitt Silveira, Viviane França Syrozinski e Zulamar Maria e Bittencourt Castro (FÓRUM DA CIDADE, 2005).

O Encontro teve como pauta duas temáticas a serem discutidas e deliberadas: 1) Definição do planejamento do Fórum da Cidade para 2005; e 2) Definição da estrutura organizacional e política do Fórum da Cidade.

Na abertura, no dia 18 de março de 2005, no período noturno, foi disponibilizado às/aos participantes o documento elaborado pela Comissão Organizadora intitulado “Base para os trabalhos em grupo: definição de prioridades”, que tinha por finalidade introduzir o debate, assim como disponibilizou-se o Jornal do III Fórum da Cidade e o documento “Propostas populares para o planejamento e Gestão da Cidade”, utilizado nos debates com os candidatos a prefeito em 2004.

Os trabalhos daquele primeiro dia de debates foram organizados a partir da divisão em grupos para a discussão das propostas de prioridades de ação para o Fórum em 2005, entregando os respectivos apontamentos à comissão organizadora do Encontro (FÓRUM DA CIDADE, 2005).

No segundo dia de trabalho, as atividades no período da manhã contemplaram a apresentação dos relatórios produzidos pelos respectivos grupos de trabalhos; a apresentação pela Comissão Organizadora da sistematização do planejamento para 2005, documento elaborado a partir dos relatórios de trabalho de cada grupo, que foi seguido de debate pelos participantes.

Os debates da manhã resultaram na definição das seguintes prioridades para a ação do Fórum em 2005:

participar da elaboração do Plano Diretor da cidade de Florianópolis e defender que o mesmo seja realizado de forma integrada e participativa; criar o Observatório da Cidade, para acompanhar as ações do poder público; elaborar estratégias para o Fortalecimento do Fórum da Cidade; intervir em questões emergenciais e de grandes empreendimentos (FÓRUM DA CIDADE, 2005).

Em continuidade ao planejamento e conforme a programação, no período da tarde de 19 de março de 2005, o tema de debate no Encontro foi a estrutura organizacional e política do Fórum da Cidade. A comissão organizadora do evento apresentou uma proposta de estrutura do Fórum com a finalidade de subsidiar o debate, proposta esta que, segundo a Comissão, buscou contemplar as discussões e tendências expressadas no ano anterior pelos integrantes do Fórum da Cidade.

A proposta apresentada pela Comissão Organizadora do Fórum previa a estruturação de grupos de trabalho por temáticas específicas, com a renovação de representantes a cada seis meses, conformando um conselho gestor, substituindo a secretaria executiva existente. O direito ao voto nas plenárias seria concedido para quem que tivesse participação nos grupos de trabalho. A outra proposta apresentada indicava a livre participação nas plenárias, mas estando o direito ao voto restrito à representação de entidades e/ou movimentos, condicionado à participação assídua no Fórum.

A proposta apresentada pela Comissão Organizadora recebeu ampla maioria de votos, definindo-se a partir daí pela

formação dos grupos de trabalho, cada um com uma temática específica: Observatório da Cidade; Plano Diretor; Grandes Empreendimentos e Intervenções Emergenciais; Comunicação, Formação e Mobilização; Administrativo, Jurídico e Financeiro. Cada grupo de trabalho deveria ser formado por, no mínimo, quatro integrantes, e as reuniões se dariam quinzenalmente, intercalando plenárias e reuniões dos grupos de trabalho (CARDOSO, 2006, p. 66).

Conforme Cardoso (2006), outro assunto que causou tensão na plenária realizada no dia 25 de abril de 2005, foi a discussão sobre o grupo virtual do Fórum da Cidade (lista de e-mails do Fórum). O assunto dividiu as opiniões naquele momento e resultou na decisão de limitar a participação nesta rede de discussão. Ponderou-se a preocupação com o interesse de certos setores da sociedade não identificados com o debate pelo direito à cidade em conhecer o teor dos debates do Fórum e de suas deliberações e ações. Parte das e dos presentes defendeu que qualquer pessoa poderia ingressar

livremente no grupo, tendo em vista o caráter aberto do Fórum, e outra parte avaliou a necessidade de cuidado com o eventual uso indevido das informações veiculadas no grupo. Deliberou-se que o acesso à rede virtual do Fórum seria limitado, sendo novas pessoas aceitas desde que recomendadas, indicadas e/ou apresentadas por membros do Fórum, ingressantes de um grupo de trabalho (GT) ou que comparecessem presencialmente a uma Plenária, para apresentação e manifestação de seu desejo e motivos para participar dos debates no grupo eletrônico. Decidiu-se ainda que as pessoas que se retiraram formalmente do Fórum, não mais participariam da rede. Tal decisão foi considerada como contrária aos princípios de caráter público e democrático da organização³⁵.

Para além das questões internas organizativas, outras questões externas e recorrentes se apresentavam ao Fórum, demandando acompanhamento, como a judicialização da disputa em torno do Costão Golf [que foi objeto de solicitação de embargo com Ação Civil Pública na Justiça Federal, movida pela Procuradora da República, Analucia Hartmann] e também a declaração do prefeito Dário Berger, noticiado pelo Jornal AN Capital, sobre o início do Plano Diretor do Maciço do Morro da Cruz³⁶.

Outro debate importante naquele momento e que demandava o envolvimento do Fórum da Cidade era a construção do Shopping Center Santa Mônica³⁷, que exigia ações contrárias uma vez que não se tinha conhecimento da elaboração do Estudo de Impacto de Vizinhança, instrumento previsto no Estatuto da Cidade, na construção de empreendimentos desta natureza (FÓRUM DA CIDADE, 2005b).

35 Depoimentos sobre estes assuntos podem ser verificados na Dissertação de Mestrado de Michelly Nezilda Cardoso, intitulada *Desafios da sociedade civil para a construção dos espaços públicos em Florianópolis: configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade (2006)*.

36 Esta situação representava a fragmentação do Plano Diretor, proposta antagônica àquela defendida pelo Fórum da Cidade de Plano Diretor Integrado, conforme previsto no Estatuto da Cidade (FÓRUM DA CIDADE, 2005a).

37 Posteriormente o Shopping foi construído e denominado Shopping Iguatemi. A partir de 2021, passou a denominar-se Villa Romana Shopping.

No decorrer de 2005, as Plenárias do Fórum discutiram também os trabalhos dos GTs (Observatório da Cidade; Plano Diretor; Administrativo, Jurídico e Financeiro; Comunicação, Formação e Mobilização) e questões do cenário da época, tais como, a realização da II Conferência Municipal da Cidade e a Campanha “Acorda Floripa”, que se constituíram em frentes de trabalho do Fórum naquele ano.

A Campanha “Acorda Floripa” foi lançada no dia 27 de julho de 2005, na “esquina democrática”, entre a Rua Felipe Schmidt e a Rua Deodoro, na região central de Florianópolis, com o objetivo de provocar a reflexão das pessoas sobre os problemas da cidade, sobretudo com relação ao interesse especulativo e a capacidade de ação dos grandes setores da construção que, aliados ao poder executivo e legislativo, pontuaram mudanças de zoneamento, alterando a paisagem e a configuração da cidade.

Apesar da fragilidade de alguns registros, como documentos que não indicam o nome completo das pessoas, foi possível identificar nas atas de reuniões do Fórum da Cidade em 2005 que, inicialmente, a Comissão da Campanha “Acorda Floripa” foi composta por: Sr. *Lelo (Aurélio)*, presidente da Associação de Moradores da Lagoa (Amola); Affonso Alles, presidente da Associação Amigos da Galheta; Gilson Tessaro, Núcleo de Ecopedagogia Mungaru; Edson Catone, Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); Karla Simm, Escola da Fazenda e Movimento Campeche Qualidade de Vida; *Carlos, Apufsc*; Zulamar Maria B. e Castro; Brenda Teresa Porto de Matos; Ana Luiza de Lyra Vaz; Angela Liutti; Paulo Minardi; Lino Fernando Bragança Peres; André Geraldo Soares; Marcelo Leão; Jair Batista Ramos; Hélio Carvalho; *Vinícius* e Carlos Magno.

No desenvolvimento da “Campanha Acorda Floripa”, destacou-se Jeffrey Hoff, membro da Fundação Lagoa³⁸ e do Conselho Articulador do Fórum da Cidade, explicando a motivação dessa campanha,

38 Organização sem fins lucrativos, criada em meados dos anos de 1990, promovendo ações de defesa do meio ambiente (ZERO –, Jornal laboratório do Curso de Jornalismo – UFSC – dezembro de 1997 – edição especial).

chamando a atenção para o grande desenvolvimento da cidade em detrimento da qualidade de vida, sobre o interesse especulativo e a capacidade de ação dos grandes setores da construção, aliados aos poderes executivo e legislativo, pontuando mudanças de zoneamento de maneira rápida, alterando a paisagem e a configuração da cidade, gerando pressões, ao invés de chamar o plano diretor integrado e participativo; afirmou ser impossível fazer o acompanhamento deste processo de mudança, sendo necessário o embargo das grandes obras e um grande esforço para construir novos aliados e parcerias, estender o convite a outras Associações de Bairro, OAB, CREA, etc (FÓRUM DA CIDADE, 2005c).

A Campanha propôs um planejamento coerente com as leis urbanas e ambientais para o crescimento sustentável da cidade, considerando a capacidade real de infraestrutura e serviços públicos (Anexo M). As metas da campanha incluíram:

- A elaboração de um diagnóstico socioambiental da cidade para determinar sua capacidade e seus limites;
- Um Plano Diretor Municipal Integrado e Participativo, elaborado e gerenciado de acordo com o Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001;
- O fim das mudanças isoladas no zoneamento municipal;
- Audiências públicas e estudos de impacto ambiental e de vizinhança antes da aprovação de qualquer obra que provoque impacto no trânsito, infraestrutura e serviços urbanos;
- Legislação municipal e estadual que permita referendos populares e projetos de lei de iniciativa popular.

A campanha desenvolveu-se com ampla divulgação na imprensa escrita, rádio e televisão locais, além da confecção de adesivos para automóveis e cartazes. Tema como o Dia Mundial Sem Carro (22 de setembro) foi debatido internamente no Fórum, desdobrando-se em ações conjuntas com outras entidades, segmentos organizados e com a Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Com a previsão de término previsto para o final de agosto de 2005, as metas suscitadas pela Campanha “Acorda Floripa”, foram objeto de discussões nas plenárias do Fórum da Cidade. Considerando a natureza intrínseca e orgânica das temáticas com os objetivos do próprio Fórum, as propostas da Campanha foram apresentadas e debatidas no IV Fórum da Cidade e remetiam à elaboração do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, como se verá mais adiante.

Na II Conferência da Cidade, etapa municipal de Florianópolis, que aconteceu entre 29 e 31 julho de 2005, abordou-se o tema “Reforma Urbana: Cidade para Todos”. A Conferência foi convocada oficialmente por meio do Decreto Municipal nº 3440, de 19 de maio de 2005. Dentre os subtemas abordados, o Plano Diretor foi o tema central dos debates considerando a necessidade da regulamentação do Estatuto da Cidade naquele momento, como também a revisão do Plano Diretor então vigente que expiraria em outubro de 2006³⁹. Matéria divulgada no portal eletrônico da UFSC enfatizava que “[...] a grande aspiração social hoje é a necessidade de que esse processo seja o mais amplo e participativo possível e que aponte para a construção de uma cidade sustentável, considerando a particularidade ambiental insular do município” (REPRESENTAÇÃO..., 2005).

39 A II Conferência da Cidade teve como temas específicos de discussão o Financiamento das Políticas Urbanas nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal; a Participação e o Controle Social; a Questão Federativa, além do tema do Plano Diretor Participativo, conforme matéria divulgada em: <https://noticias.Ufsc.br/2005/07/representacao-da-Ufsc-junto-a-comissao-preparatoria-da-2%C2%AA-conferencia-municipal-das-cidades-convocada-para-reuniao/>.

De forma distinta à I Conferência Municipal, a II Conferência da Cidade e também a etapa estadual, foram permeadas por um processo democrático, contando com a participação proporcional de diversos segmentos da sociedade civil local, desde a fase preparatória. Integrantes do Fórum da Cidade, juntamente a outros setores da sociedade civil e do poder público municipal, participaram ativamente e diretamente do processo de planejamento da Conferência e de sua realização. O Fórum da Cidade foi representado na comissão organizadora do evento por Carlos Magno Nunes e Marcelo Leão como titulares; Paulo Minardi e Lino Peres como suplentes⁴⁰.

Na perspectiva de segmentos dos movimentos populares e avaliação do Fórum da Cidade, o principal resultado da II Conferência teria sido a construção do consenso sobre a importância do Plano Diretor Integrado e Participativo e do Conselho da Cidade como instrumento fundamental à gestão participativa da cidade. Contudo, as propostas derivadas dessa conferência, sistematizadas por comissão específica juntamente ao IPUF e que foram entregues ao Prefeito Dário Berger, foram ignoradas pelo chefe do executivo municipal (TIRELLI; BURGOS; BARBOSA, 2007, p 74 e FÓRUM DA CIDADE, 2005d).

40 “a Ufeco foi convidada para indicar dez representantes (cinco titulares e cinco suplentes), integrantes dos movimentos sociais para formar a “Comissão Preparatória para a 2ª Conferência da Cidade”, sendo indicados pela diretoria, como titulares Azevedo, Albertina e Ivone Perassi, e como suplentes Armando, Jair e Luís Bevacqua; informou ainda que deliberaram que quatro representantes fossem indicados pelo Fórum da Cidade, tendo como critérios: disponibilidade de tempo, envolvimento, experiência, participação no Fórum e participação na 1ª Conferência, levando em conta que a característica da comissão é de ajudar a organizar a Conferência” (Ata Fórum da Cidade/Acorda Floripa de 15/06/2005).

Capítulo 5

O FÓRUM DA CIDADE E O PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE FLORIANÓPOLIS

O acúmulo político e organizativo dos sujeitos coletivos em torno das pautas de luta do Fórum da Cidade permitiram seu amplo envolvimento na arena de debates e embates na disputa pelo Plano Diretor de Florianópolis, discussão retomada a partir da gestão do Prefeito Dário Berger, em 2005.

Desde a sua origem, o Fórum da Cidade foi atuante junto às ações de mobilização da população florianopolitana para que esta, de acordo com o Estatuto da Cidade, atuasse no processo de formulação do Plano Diretor Participativo da cidade, instrumento fundamental da política urbana no município:

o plano diretor é um instrumento da reforma urbana: [...] é a principal lei do município que trata da organização e ocupação do seu território. Mais do que isso, no Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é resultado de um processo político, dinâmico e participativo que mobiliza o conjunto da sociedade, todos os segmentos sociais, para discutir e estabelecer um pacto sobre o projeto de desenvolvimento do município (BRASIL, 2005, p. 16).

Para a compreensão do Fórum como um dos sujeitos coletivos que participa do processo do Plano Diretor de Florianópolis buscando garanti-lo como efetivamente participativo, faz-se necessário contextualizar brevemente os Planos Diretores anteriores.

O primeiro Plano Diretor de Florianópolis foi formulado em 1952, aprovado em 1954 e vigente oficialmente até 1976, projetado na direção da industrialização para o desenvolvimento da cidade.

No contexto da ditadura militar, em 1969, com o esgotamento evidenciado do Plano Diretor de 1952, tem início a elaboração de um novo plano diretor, a partir da criação do Escritório Catarinense de Planejamento Integrado (Esplan), coordenado pelo arquiteto e urbanista Luiz Felipe da Gama Lobo d’Eça.

Na intenção de realizar um planejamento regional, o Esplan elabora o Plano de Desenvolvimento da Área Metropolitana de Florianópolis (Pdampf), que tinha como uma das principais propostas a implantação de uma grande área portuária que acabou não se efetivando. Entretanto, está no Plano Diretor de 1969 a proposta da Ponte Colombo Salles, a Via Expressa Sul e o aterro da Baía Sul.

O Plano Diretor de 1969 somente foi aprovado como a Lei Municipal nº 1440/76 na gestão do prefeito Esperidião Amin (1975-1978), nomeado pelo governador do Estado de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis (Gestão 1975-1979), pautado no Projeto Catarinense de Desenvolvimento do Governo do Estado⁴¹.

Em 1994, no contexto da administração de Sérgio Grando, a Prefeitura Municipal de Florianópolis enviou à Câmara Municipal um Projeto de Lei do Plano Diretor de Florianópolis – Uso e Ocupação do Solo – Distrito Sede, elaborado pelo IpuF. Em abril de 1996, a Comissão de Obras e Viação da Câmara de Vereadores elaborou um substitutivo global ao projeto do executivo, que propunha elevar o gabarito dos prédios para 18 pavimentos (SILVA; TEIXEIRA, 1999). Diante da colocação de problemas de várias ordens, organizou-se o “Movimento pela Participação Pública no Plano Diretor”, contrário à proposta de generalizar na cidade o gabarito de 18 andares. Em junho de 1996, essa proposta foi rejeitada e, em 1997, a recém empossada prefeita Ângela Amin (gestão 1997-2000, reeleita para gestão 2001-2004) sancionou um novo Plano Diretor de Florianópolis, Lei Complementar nº 01/97.

Em todo o país, a participação popular como elemento fundamental à gestão democrática da cidade é reconhecida efetivamente com a homologação em 5 de julho de 2001 do Estatuto da Cidade, inaugurando uma nova fase do planejamento urbano no Brasil.

⁴¹ Para maior detalhamento, ver Cunha (2013) e Pereira (2010).

Com o Plano Diretor instituído pelo Estatuto da Cidade como obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, estabeleceu-se que o planejamento das cidades deveria “[...] reunir os diferentes segmentos sociais e o poder público em torno da elaboração de estratégias condizentes com a realidade socioeconômica local, em conformidade com o Estatuto da Cidade” (BRASIL, 2009, p. 81). Além da elaboração do Plano Diretor, o Estatuto instituiu uma série de instrumentos de política urbana, antes aplicados de maneira dispersa.

Feitas tais considerações, e como já se vem demonstrando no registro da trajetória do Fórum da Cidade, esse momento é marcado pelo interesse e pela organização de diversos segmentos da sociedade civil na discussão do planejamento urbano, processo tenso e de disputa em torno dos rumos da cidade.

Dentre os sujeitos coletivos, envolvidos neste debate com distintos posicionamentos, estavam de um lado, emblematicamente, o Fórum da Cidade que congregava organizações como a Ufeco, entidades do Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Movimento Campeche Qualidade de Vida, entre outras, na defesa de um plano diretor participativo. De outro lado, na perspectiva da cidade-mercadoria, com a retórica da “sustentabilidade”, encontravam-se o Sindicato da Construção Civil de Florianópolis (Sinduscon), a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (Acif) e a Associação FloripAmanhã, fundada em 2005, que busca “ser a principal instância não governamental para pensar e propor soluções para a cidade” (FLORIPAMANHÃ, s/d), entre outras organizações, em defesa dos valores da burguesia local.

Observa-se neste momento que, ao mesmo tempo que o Fórum continuamente buscava uma melhor estruturação e organização interna que possibilitasse a representatividade e participação de seus membros em diferentes frentes de lutas, também se apresentava uma conjuntura política local que exigia o engajamento e a concentração de suas forças nos debates do PDP de Florianópolis. A realização do IV Fórum Cidade aconteceu como parte desse processo, como veremos a seguir.

5.1 O IV Fórum da Cidade: Florianópolis frente ao Plano Diretor e à Gestão Democrática da Cidade

No início do ano de 2006, particularmente no mês de maio, discutiu-se nas reuniões do Fórum da Cidade a realização do IV Fórum. O evento contou com a contribuição de estudantes da disciplina de Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos de Direito e com o apoio estrutural do Nessop/DSS/UFSC, bem como o apoio financeiro da Tractebel Energia e da Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (Apufsc).

A mobilização para o IV Fórum da Cidade foi realizada por meio de distribuição de cartazes em vários locais da cidade, divulgação na imprensa (jornais, rádios, televisão) e envio de carta-convite e programação do evento a todas as associações comunitárias filiadas à Ufeco, bem como à Câmara de Vereadores e aos Conselhos de Direito (SANTOS, 2007).

No contexto Florianópolis frente ao Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade do segundo ano do governo municipal de Dário Berger, o IV Fórum da Cidade, apresentava como objetivo:

debater os processos de construção do Plano Diretor Integrado e Participativo e do Conselho da Cidade para o município de Florianópolis, com os segmentos representativos dos movimentos comunitários e da sociedade civil, da sociedade política e do poder público, oportunizando mais um avanço nas discussões sobre o Plano Diretor e a gestão democrática da cidade (SANTOS, 2007, p.54).

O evento aconteceu nos dias 23 e 24 de junho de 2006, no Salão de Atos da Reitoria da UFSC, com a programação descrita na Quadro 8⁴².

42 A programação do IV Fórum da Cidade foi reajustada especialmente no primeiro dia, em função da participação de Grazia de Grazia, Gerente de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, presença confirmada apenas poucos dias antes do evento.

Quadro 8 – Programa do IV Fórum da Cidade – 2006

Programa IV Fórum da Cidade: “Florianópolis frente ao Plano Diretor e a Gestão Democrática da Cidade”

Dia 23 junho de 2006 – Sexta feira

18h30 às 19h00	Abertura solene – Pronunciamento inicial dos segmentos participantes no encontro
19h00 às 19h30	O Plano Diretor e as lutas do Fórum Nacional de Reforma Urbana, com Grazia de Grazia, do Ministério das Cidades e Leonardo Pessina, do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU)
19h30 às 22h00	Processos participativos de planejamento urbano regionais em Florianópolis – análise de seus limites: metodologia, principais contribuições do Plano Diretor Integrado e Participativo e síntese de seus resultados; principais problemas e potencialidades

Dia 24 junho de 2006 – Sábado

08h00 às 9h00	Recepção
09h00 às 10h00	Mesa: A conjuntura urbana de Florianópolis e sua sustentabilidade
10h00 às 10h15	Intervalo
10h15 às 12h15	Painel: As propostas para a construção do Plano Diretor sob a ótica do poder público e da sociedade civil
12h15 às 13h45	Almoço
13h45 às 16h00	Debate
16h00 às 17h00	Construção do Plano Diretor Integrado e Participativo e do Conselho da Cidade de Florianópolis
17h00 às 18h30	Plenária final para aprovação das propostas e agendas comuns
18h30	Encerramento

Fonte: Fórum da Cidade (2006).

No dia 23 de junho de 2006, a mesa de abertura do evento contou com a participação de representantes de segmentos da sociedade civil e do Poder Público de Florianópolis: professor Vladimir Piacentini – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica de Santa Catarina (Fapesc); Mauricio Blasi – Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF); professor Paulo Rizzo – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); vereador Jaime Tonello; Modesto Azevedo – (Ufeco); João de Deus Medeiros – Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC); Clélia Pfeifer – Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); vereador João Batista e Ildo Rosa – Instituto do Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF).

Após a abertura solene, a segunda mesa desdobrou-se em dois momentos. O primeiro momento foi dedicado à exposição sobre o Plano Diretor e as lutas do Fórum Nacional de Reforma Urbana, por Grazia de Grazia, assistente social, gerente de desenvolvimento urbano do Ministério das Cidades e Leonardo Pessina, representante do Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU), quando se destacou a importância do Ministério das Cidades, como parte das conquistas do FNRU, tal como o próprio Estatuto das Cidades e o que ele representa na construção da política urbana no Brasil.

Num segundo momento, abordou-se os processos participativos de planejamento urbano-regionais em Florianópolis – análise de seus limites: metodologia, principais contribuições ao Plano Diretor Integrado e Participativo e síntese de seus resultados (principais problemas e potencialidades). A coordenação dos trabalhos foi realizada por Angela Liuti (Fórum da Cidade); padre Vilson Groh – representante do Maciço do Morro da Cruz e representantes distritais: professor Raúl Burgos – representante do Campeche; Pedro Simas – representante do Pântano do Sul; Joel Ivo Balconi – representante de Santo Antônio de Lisboa; Marcio Porto – representante do Norte da Ilha e Jeffrey Hoff – representante da Bacia da Lagoa. Cada representante distrital ressaltou as conquistas e as dificuldades enfrentadas na trajetória de lutas de suas regiões, contribuindo para a discussão do evento (SANTOS, 2007).

No dia 24 de junho de 2006, a programação do evento iniciou sob a coordenação da professora Zulamar Maria Bittencourt e Castro, com o painel introdutório sobre o tema “Conjuntura Urbana de Florianópolis e sua Sustentabilidade” e com a explanação dos seguintes professores: Lino Fernando Peres, do Departamento de Arquitetura da UFSC; Paulo Rizzo, da Pós Graduação de Urbanismo e Arquitetura da Cidade da UFSC e Edson Cattoni, arquiteto urbanista, com experiência em construção de metodologia de participação comunitária no Plano Diretor (SANTOS 2007).

A segunda mesa do período da tarde abordou as propostas para a construção do Plano Diretor Participativo e Integrado de Florianópolis sob a ótica do poder público e da sociedade civil, com o objetivo de apresentar, debater e deliberar propostas. Estiveram presentes representantes parlamentares, do poder executivo, do empresariado e da sociedade civil organizada: coronel Dalbosco, da Polícia Comunitária de Santa Catarina; vereador João Batista Nunes, da Câmara de Vereadores de Florianópolis; Hélio Bairros, do Sindicato da Indústria da Construção Civil; José Rodrigues da Rocha, do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF); Cléia Pfeifer, do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Maurício Blasi, Associação Comercial e Industrial de Florianópolis (ACIF); Teresa Barbosa, Jeffrey Hoff e Lino Fernando Peres, do Fórum da Cidade; Modesto Azevedo, da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (Ufeco) e João de Deus Medeiros, da Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC).

Segundo Santos (2005, p. 110), enfatizou-se nas falas a “[...] participação de todos os representantes da sociedade civil na construção de um Plano Diretor, em que o trabalho técnico juntamente com o trabalho comunitário, sejam respeitados pelo poder público (legislativo e executivo)”. A participação desses diferentes sujeitos políticos demonstra o potencial mobilizador do tema do planejamento urbano, já anunciando o debate do plano diretor como uma verdadeira arena de enfrentamentos entre segmentos que têm objetivos diferenciados e, por vezes, antagônicos em relação ao direito à cidade.

O encerramento do evento aconteceu com a plenária final para aprovação de propostas. A partir do debate foram elencadas 38 propostas e 13 moções, que foram reunidas num único documento

intitulado Propostas do IV Fórum da cidade de Florianópolis (Anexo N), que privilegiaram o debate do Plano Diretor do município e a constituição de um núcleo gestor plural que, minimamente, contemplasse as representações do Fórum da Cidade, Ufeco, FEEC, CREA, IAB, ACIF, Sinduscon, Consegs, universidades, Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), IPUF, SUSP, Floram e representações regionais, reforçando o Plano Diretor Participativo como bandeira de luta que marca a trajetória da cidade.

5.2 A participação do Fórum da Cidade no Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo de Florianópolis

Em 2006, iniciou-se em Florianópolis a construção do novo Plano Diretor Participativo para tratar do zoneamento e do uso do solo da cidade, de acordo com o Estatuto da Cidade. Segundo a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o processo participativo do Plano Diretor foi iniciado oficialmente com a realização da 2ª Conferência da Cidade de Florianópolis em 2005, sendo constituído em 2006 um Núcleo Gestor Municipal (NGM) com a função de acompanhar e avaliar as distintas fases do processo do Plano Diretor.

A discussão do Plano Diretor de Florianópolis, sob a luz da lei 10.257 (O Estatuto da Cidade), mereceria um capítulo à parte do que foi o papel da Ufeco e do Fórum nos embates travados com o poder público, setores empresariais fundiários e imobiliários na sua elaboração o que levou vários processos judiciais por longo anos até; principalmente pelo descumprimento do Poder Executivo e Legislativo, referente aos artigos que asseguram o direito de participação popular da sociedade civil organizada em todas as suas etapas de sua elaboração (Modesto Azevedo).

A proposta para composição do Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor Participativo (NGM/PDP), deliberada no IV Fórum da Cidade, foi apresentada na primeira audiência do Plano Diretor Integrado e Participativo, que ocorreu no dia 1º de agosto de 2006, no Teatro Álvaro de Carvalho, tinha por pauta a definição da composição do Núcleo Gestor e a aprovação do cronograma de realização das reuniões comunitárias nos Distritos.

A audiência pública, do dia 1º de agosto é reconhecida por militantes, políticos e moradores que acompanham o andamento da elaboração do Plano Diretor, como a audiência que alavancou o processo de elaboração do Plano Diretor, já previsto desde 2001 pelo Estatuto da Cidade, mas deflagrado pelo município apenas em 2006, ano em que expiraria o prazo previsto pelo Estatuto da Cidade (MORO, 2007, p. 49).

Na referida audiência, foram apresentadas três propostas para composição do Núcleo Gestor: do IPUF, da Ufeco e da FEEC. As propostas da Ufeco e da FEEC diferenciavam-se apenas em relação ao número de entidades proposto para seu respectivo segmento, enquanto a do IPUF se distinguia significativamente, sobretudo, por não considerar representações de entidades ambientalistas, do movimento de mobilidade e acessibilidade e do movimento cultural, conforme Quadro 9.

Quadro 9 - Propostas de composição para o Núcleo Gestor

PROPOSTAS	IPUF	UFECO	FEEC
Representantes	Número	Número	Número
Poder Público	10	10	10
Movimentos Comunitários e ONGs	7	5	4
Entidades Empresariais	3	2	2
Entidades de Classes	3	2	2
Entidades Acadêmicas e Conselhos Municipais	3	3	3
Entidades Ambientalistas		2	3
Movimento Cultural		1	1
Movimento de Mobilidade e Acessibilidade		1	1
TOTAL	26	26	26

Fonte: Santos (2007, p. 120).

A proposta com maior votação foi a da Ufeco, configurando uma grande conquista dos movimentos sociais e destacando o protagonismo desse segmento na luta pela gestão democrática da cidade. Conforme Moro (2007), a proposta apresentada pela Ufeco foi elaborada em reuniões, após a realização da primeira reunião pública do Plano Diretor Participativo, convocada pelo IPUF, em 6 de julho de 2006.

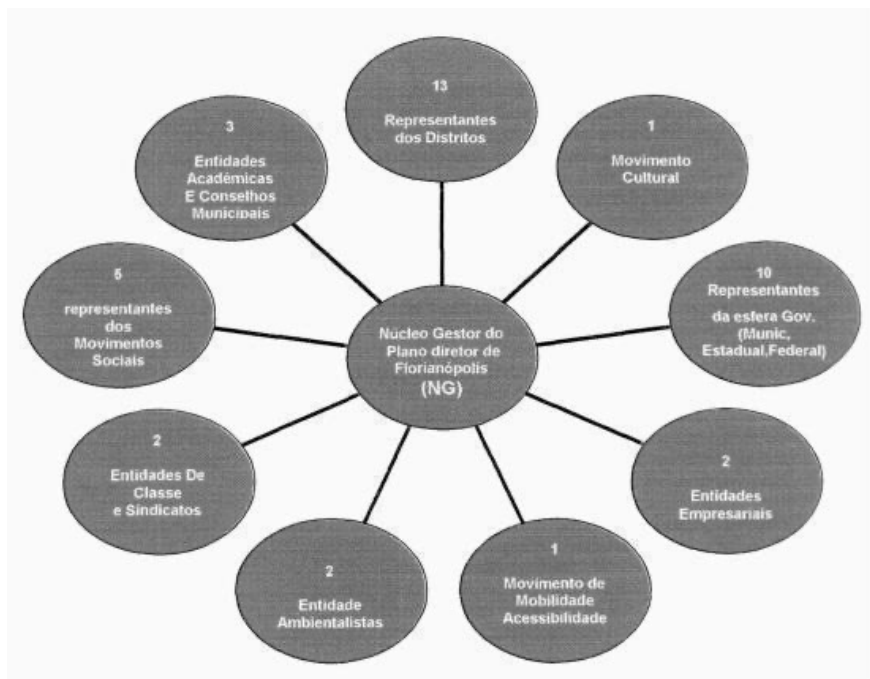
a proposta apresentada pela Ufeco foi elaborada em reuniões que ocorreram após a Reunião Pública no dia 06 de julho; nestas reuniões estavam diversas entidades, incluindo IPUF, movimento ambientalista, representantes do Pântano do Sul, Fórum do Maciço, Fórum da Cidade e Conselho Popular do Campeche (MORO, 2007, p. 47).

Garantiu-se ainda na audiência de 1º de agosto de 2006 que cada um dos 13 Núcleos Distritais da Cidade⁴³, cuja representação estava prevista no NGM/PDP, definisse seus representantes em audiências públicas locais⁴⁴. Dessa forma, a composição final do Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor de Florianópolis constituiu-se de 39 representantes (Figura 1).

43 Sede, Barra da Lagoa, Cachoeira do Bom Jesus, Campeche, Canasvieiras, Ingleses, Lagoa da Conceição, Pântano do Sul, Ratones, Ribeirão da Ilha, Rio Vermelho, Santo Antônio de Lisboa e Continente (SANTOS, 2007).

44 A descrição do processo de escolha dos representantes distritais no Núcleo Gestor Municipal pode ser consultada no trabalho de Moro (2007).

Figura 1 – Representações que compõem o Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor de Florianópolis



Fonte: Santos (2007, p. 121).

Nesse contexto, o Fórum da Cidade é definido como um dos representantes dos movimentos sociais no NGM/PDP, evidenciando seu reconhecimento e legitimidade sociopolítica nesse cenário de disputas e lutas pela cidade.

A criação dos Núcleos Distritais contemplou uma das propostas do IV Fórum:

que o Plano Diretor integrado leve em consideração a identidade de cada distrito. O Plano deve ser de toda a cidade, mas que considere na sua gestão a criação de um comitê distrital com base local de discussão (do distrito para a cidade como um todo) (FÓRUM DA CIDADE, 2006a, s/p).

De acordo com o Estatuto da Cidade, embora a Lei que regulamenta o Plano Diretor seja votada na Câmara de Vereadores, o processo de elaboração do Plano deve ser participativo. Nesse sentido, o Núcleo Gestor é um espaço fundamental no acompanhamento do processo, na medida em que deve primar pela sua elaboração, de acordo com o previsto pelo Estatuto da Cidade.

O Núcleo Gestor Municipal do Plano Diretor de Florianópolis foi instituído pelo Decreto Municipal nº 4.215 de 12 de junho de 2006, que estabelecia no Art. 3º que o Núcleo Gestor deveria ser composto por representante do Grupo Executivo do Plano Diretor⁴⁵ e da sociedade civil, tendo como responsabilidade acompanhar as distintas fases de elaboração, execução e controle do Plano Diretor.

Conforme análise de Moro (2007, p. 53),

O processo para a elaboração do PDP em Florianópolis é caracterizado por uma relação complexa entre democracia direta e democracia representativa. Este é o perfil da experiência democrática a partir da instalação do Núcleo Gestor Municipal, pois congrega instâncias participativas diretas como os Núcleos Distritais, e a representação no Núcleo Gestor Municipal. Em ambas as instâncias, a da democracia direta e da representativa, foi possível verificar debates intensos sobre a 'qualidade' da deliberação democrática.

A primeira etapa do processo participativo do Plano Diretor ocorreu durante 2006 e 2007, com a realização de leituras comunitárias.

45 Conforme Art. 1º do Decreto Municipal nº 4.215/2006, são membros permanentes do Grupo Executivo do Plano Diretor os titulares dos seguintes órgãos e entidades municipais: I - Secretaria Municipal de Governo; II - Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos; III - Secretaria Municipal da Habitação e Saneamento Ambiental; IV - Secretaria Regional do Continente; V - Secretaria Municipal da Criança, Adolescente, Idoso, Família e Desenvolvimento Social; VI - Secretaria Municipal de Obras; VII - Secretaria Municipal dos Transportes e Terminais; VIII - Procuradoria Geral do Município; IX - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, IPUF; X - Fundação Municipal do Meio Ambiente, Floram.

O objetivo dessa fase é visualizar a “cidade que temos”, a partir de questões presentes na escala da comunidade e do bairro, sem esquecer de integrá-las em maior escala, e com o cuidado de ‘espacializar’ as questões, quer dizer: de descrevê-las no espaço, de modo que possam ser mapeadas; esse é o meio pelo qual se constrói uma leitura que retrate de forma mais fidedigna a realidade vivida da cidade. Nessa etapa, devem-se identificar as principais questões locais da cidade, como as compreendem os que ali vivem. Dessa maneira, consegue-se dimensionar e qualificar pontos fundamentais para o processo de planejamento urbano voltado para uma cidade mais justa (BRASIL; CONFEA, 2005, p. 48).

Organizadas nos bairros e distritos, as comunidades de Florianópolis elaboraram leituras comunitárias e diretrizes referentes ao que vislumbravam localmente, algumas com maior êxito e profundidade que outras, devido às particularidades de cada região. Essa etapa é fundamental para a elaboração e posterior implantação do Plano, tendo em vista que deve ocorrer a integração dessa leitura comunitária com as leituras técnicas. Nesse processo, caberá ao Núcleo Gestor supervisionar, sistematizar dados e preparar a discussão popular (BRASIL; CONFEA, 2005).

No processo de enriquecimento dos debates sobre o planejamento urbano, o Fórum da Cidade, juntamente com outras organizações como Ufeco, Aliança Nativa, Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Movimento Ilhativa e FEEC, com o apoio do IPUF, realizaram o “Seminário Floripa Real” com o objetivo de construir coletivamente um pré-diagnóstico da situação de Florianópolis, na perspectiva dos movimentos sociais. O evento ocorreu nos dias 25, 26 e 27 de julho de 2007 e constou no calendário oficial do PDP, representando uma das contribuições dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil nesse processo (MOREIRA, 2009).

Percorrido mais de um ano da deflagração do processo de elaboração do Plano Diretor em Florianópolis, em dezembro de 2007 ocorreram três audiências públicas para consolidação das diretrizes das leituras comunitárias realizadas nos distritos do Pântano do Sul, Campeche e no Distrito do Rio Vermelho, respectivamente em 12, 13 e 14 de dezembro de 2007.

Segundo a avaliação de Moro (2007, p. 69), se o final do ano de 2007 foi concluído com êxito a partir das audiências de consolidação das leituras comunitárias realizadas, demonstrou também quão complexo seria a elaboração do PDP de Florianópolis, já que nem todos os distritos apresentavam o mesmo nível de organização naquele momento, pois parte dos demais – como o Sede Ilha, por exemplo, ainda estava efetivando suas primeiras oficinas de leituras comunitárias, demonstrando os diferentes estágios de mobilização entre os distritos do município.

5.3 Fórum da Cidade: resistência e reorganização

A construção da prática democrática no processo de construção do PDP exigia um intenso envolvimento dos representantes do Fórum da Cidade e demais segmentos populares representados no NGM/PDP nesse período, que foi marcado tanto por disputas internas nos Distritos, como por denúncias deflagradas pela “Operação Moeda Verde”⁴⁶ que envolvia funcionários públicos e o próprio presidente do IPUF naquele momento – Ildo Rosa⁴⁷.

O período foi atravessado por protestos, outras iniciativas de debates e de reorganização interna do Fórum, como se verificará a seguir.

5.3.1 Balanço do Plano Diretor: eventos de debate e mobilização

Na trajetória de debates e organização dos segmentos populares da sociedade civil no NGM/PDP, o Fórum da Cidade e Ufeco promoveram em 14 e 15 de dezembro de 2007 o evento “O movimento real do planejamento urbano participativo e o processo de construção da gestão democrática da cidade”, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH/UFSC).

46 A “Operação Moeda Verde” foi “deflagrada pela Polícia Federal (PF) em maio de 2007, que investigou o pagamento de propina a servidores públicos para obtenção de licenças ambientais e de autorizações de empreendimentos irregulares em Florianópolis, mais especificamente na praia de Jurerê Internacional” (OPERAÇÃO MOEDA VERDE, 2019).

47 Maiores detalhes sobre o assunto podem ser verificados nos estudos de Danuza Labanca Rocha (2015).

O evento teve como objetivo realizar um balanço geral do processo de construção do Plano Diretor Participativo iniciado em 2006. O encontro visava a participação de associações de moradores, conselhos comunitários, movimentos sociais, fóruns regionais, Ongs e representantes distritais do Núcleo Gestor para debater as proposições, avanços e obstáculos ao processo de planejamento do Plano Diretor da Cidade.

Cabe registrar que, no contexto político das eleições municipais ocorridas em 2008, o prefeito Dário Berger (PMDB) se reelegeu no segundo turno do pleito municipal com 57,68 % dos votos válidos sobre o candidato opositor – Esperidião Amin (PP)⁴⁸.

Na sequência dos resultados das eleições daquele ano e contraditoriamente ao previsto pelo Estatuto da Cidade, em dezembro de 2008, a Prefeitura Municipal de Florianópolis interrompeu o processo participativo do Plano Diretor e firmou uma parceria público-privada com o Centro de Estudos e Planejamento Ambiental (CEPA), empresa de consultoria Argentina⁴⁹.

A proposta elaborada pelo CEPA, evidenciou a ruptura da gestão municipal com o processo participativo desenvolvido até então, com conteúdo divergente em termos técnicos e ambientais. A partir disso, por uma decisão da administração municipal, prevaleceu a visão tecnicista na elaboração do Plano, secundarizando o produto da leitura comunitária dos diferentes distritos de Florianópolis e, conseqüentemente, privilegiando o mercado imobiliário. “A Prefeitura suspendeu as reuniões do NGM e tomou os equipamentos até então cedidos aos distritos, inclusive com o uso de violência em algumas comunidades” (COELHO, 2013, p. 12).

48 Conforme informações disponíveis em <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dario-berger-pmdb-e-reeleito-em-florianopolis-e-bate-recorde,266968>. Acesso em: 15 de outubro de 2021.

49 Fundación Centro de Estudios y Proyectos del Ambiente (CEPA), empresa argentina, com sede em La Plata, “[...] já estava atuando em Florianópolis desde 2005 no projeto piloto para a implantação da Reserva da Biosfera Urbana (RBU) em Florianópolis, passaria, através da contratação pela prefeitura, a conduzir o processo de elaboração do Plano Diretor da cidade, que por sua vez, passaria a ser chamado de ‘Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Florianópolis’” (CUNHA, 2013).

Com o desmonte da estrutura organizada nas diferentes regiões pela prefeitura municipal, ficou explícita sua visão reducionista de que a participação deveria ser limitada à etapa de leitura comunitária, julgando não ter a população conhecimento necessário para dar sequência à participação nas demais etapas de elaboração do PDP. Visão equivocada e que provocou resistência dos setores organizados (COELHO, 2013).

Os desmandos da Prefeitura Municipal não ficaram sem resposta, ao contrário, desencadearam um processo de resistência da população, representada no NGM/PDP por lideranças distritais e de movimentos sociais, resistência essa que implicou na realização de debates e atos de oposição à postura antidemocrática da gestão municipal em curso naquele momento.

Como exemplo de reação do movimento popular, na primeira quinzena de dezembro de 2008, o Fórum da Cidade realizou o evento “Estado e Sociedade Civil: Gestão Democrática e Política Urbana/Conselho da Cidade” na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), com o objetivo de oportunizar o debate sobre as relações entre Estado/Governo e Sociedade Civil organizada na formulação, execução e no controle social da política urbana de Florianópolis.

Conforme folder do evento, o intuito era debater o sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor, elemento que deve estar contido no Plano Diretor, de acordo com o instituído no Art. 42 do Estatuto da Cidade, que se colocava como uma demanda local naquele momento no processo do PDP.

O Estatuto da Cidade descreve também em seu Capítulo III, Art. 40, § 4º que:

No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os Poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I – a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; II – a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; III – o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Com o desmonte da estrutura dos Núcleos Distritais e a interrupção dos trabalhos do Núcleo Gestor Municipal, pelo Prefeito Dário Berger em sua segunda gestão (2009-2012), membros do Núcleo Gestor, representantes dos segmentos populares, passaram a se reunir em autoconvocação, constituindo o Núcleo Gestor Municipal Autoconvocado do Plano Diretor de Florianópolis (NGMA/PDP), a partir de reunião realizada no dia 26 de março de 2009. Desde então, o NGMA passou a pressionar pela retomada do processo participativo.

Figura 2 – Primeira reunião do NGM Autoconvocado em 26.03.2009



Fonte: Foto cedida pelo Núcleo Distrital do Pântano do Sul (2013).

5.3.2 Busca do “consenso representativo” da cidade e reorganização do Fórum da Cidade

Simultaneamente à participação dos setores populares no intenso debate em torno do Plano Diretor Municipal, o Fórum da Cidade, como sujeito coletivo que buscava articular as diferentes forças progressistas na direção do direito à cidade, também passava por desafios internos na sua própria estruturação.

Em 11 de fevereiro de 2009, o Fórum realizou uma reunião que contou com a presença de diversos representantes de entidades de Florianópolis (**Quadro 10**) para um “movimento guarda-chuva” que foi denominada “Reunião do Fórum da Cidade: Articulação da Sociedade Civil”, quando se intencionava revitalizar a participação das organizações da sociedade civil no Fórum da Cidade⁵⁰.

A reunião teve início com a contextualização sobre a realidade de desarticulação, o enfraquecimento dos movimentos e a necessidade de fortalecer um espaço de articulação. Apontou-se que esse espaço deveria articular as perspectivas técnicas, ambientais e comunitárias pautadas na gestão democrática da cidade. Problematizou-se que esse espaço deveria unificar lutas e pautas comuns dos diversos movimentos sociais da cidade e como organizar uma estrutura para atingir esses objetivos.

Quadro 10 – Participantes da reunião de articulação realizada no dia 11/02/2009

Nome	Representação
Anderson Geraldo	Diretor do Sintraturb e do Sindicato de Motoristas e Condutores de Veículos
André Soares	Associação Caeté e Viva a Natureza e representante da Ufeco no Conselho de Transportes
André Luz Vitral Costa	União Catarinense dos Estudantes (UCE)
Angela Liuti	Presidente da Ufeco, membro do Fórum da Cidade e representante suplente da Ufeco no NGM/PDP

⁵⁰ As informações que constam no Quadro 10 estão disponibilizadas no material base da reunião do Fórum da Cidade de 11/02/2009.

Antônio Marcos Malachowski	Associação de estudantes Cefet e do bairro José Mendes
Carlos Magno Nunes	Fórum da Cidade no Plano Diretor
Célia Campos	Sintese e Ufeco
Edson Cattoni	Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do IAB
Eduardo	Estudante de Serviço Social/UFSC, membro do Partido Comunista do Brasil e presidente nacional da União da Juventude Socialista
Eleonora Kaczur	Gabinete do vereador Ricardo Vieira e do Fórum Social do Saco Grande
Fabrcio Alves	Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança Privada Prestadoras de Serviços no Município de Florianópolis - SINDVIG
Flora	Estudante de Psicologia/UFSC e integrante da ONG Integração
Gert Schinke	Instituto para o Desenvolvimento de Mentalidade Marítima INMM e do Pântano do Sul no NGM/PDP
Gilberto Del Pozzo	Presidente do PT
Guilherme Pontes	Fórum Social do Saco Grande, no Plano Diretor e coordenador da Pastoral da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis
Hélio	Diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Urbano, Rodoviário, Turismo, Fretamento e Escolar de Passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis (Sintraturb)
Hélio Carvalho Filho	Presidente Conjardim e membro do Fórum da Cidade
Jair Batista Ramos	Integrante do Fórum do Maciço do Morro da Cruz; da região no Plano Diretor e participante da Ufeco
Janice Tirelli Pontes de Souza	Instituto Socioambiental do Campeche e do Núcleo Distrital do Campeche no Núcleo Gestor Municipal
Jeffrey Hoff	Membro do Fórum da Cidade

Leonardo Reis	Estudante de Administração Pública/UDESC e secretário geral do PT
Lido Bursuk	Assessor da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa
Lino Fernando Peres	Membro do Fórum da Cidade
Marcio Silva	Membro da ONG Caetés
Marcos Pinar	Secretário dos Movimentos Populares do PT e diretor regional da Ufeco na região Continente/Sul
Modesto Azevedo	Membro do Movimento Moradia, Ufeco e representante no Plano Diretor Participativo
Murilo Silva	Fundador da Ufeco, secretário geral do PT de Florianópolis e membro do gabinete do Deputado Pe Pedro Baldicera
Natan	ONG Integração
Nelson Murilo Padilha	Integrante do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Ufeco no Conselho Municipal da Educação
Paulo Ruver	Associação de Bairro do Itacorubi
Raúl Burgos	Instituto Socioambiental do Campeche
Rosângela (Nina)	Fórum da Bacia do Saco Grande e vice-presidente do Conselho Comunitário do Saco Grande
Rui Alves	Fórum do Maciço do Morro da Cruz e do Distrito Sede no PDP
Tália	Estudante de Direito/Cesusc e UCE
Zulamar Maria Bittencourt e Castro	Fórum da Cidade

Fonte: elaboração Sidiane dos Santos (2013).

Nesta direção, discutiu-se os desafios e as dificuldades do trabalho na base e apontou-se como uma das problemáticas do Fórum da Cidade o seu afastamento desse trabalho. Com relação a isso, argumentou-se que o Fórum não é o espaço que faz a luta de base, mas a potencializa, por meio de debates, para que cada entidade participante e representada no Fórum mobilize suas bases.

A partir disso, discutiram-se duas proposições: a reestruturação do Fórum da Cidade e a criação de outro espaço de articulação com uma nova identidade.

Em defesa da manutenção do Fórum da Cidade como espaço de articulação dos movimentos sociais, argumentou-se que o Fórum representava a resistência e configurava um espaço com trajetória crítico-propositiva e de construção de alternativas para a cidade.

Por outro lado, defendeu-se a necessidade de criação de outro espaço de articulação devido ao dissenso entre seus participantes, que criaram uma divisão interna no Fórum da Cidade. Por isso, dever-se-ia não negá-lo, mas superá-lo com um novo espaço de articulação. Esclareceu-se que o Fórum da Cidade teria cumprido um importante papel em Florianópolis, mas que havia se esgotado no contexto de suas agendas de luta⁵¹. Nesta proposta, é expressa a necessidade de elaboração de uma agenda comum do movimento popular, para além de uma agenda exclusiva da política urbana.

Essa reunião de articulação de 2009 não foi conclusiva sobre encaminhamentos para a efetiva articulação dos movimentos, mas se destacou a necessidade de retomada, através do Fórum da Cidade, do processo participativo do Plano Diretor. Consensuou-se a elaboração de um documento endereçado à Prefeitura Municipal, requerendo a retomada do Plano Diretor – interrompido pelo executivo municipal em dezembro de 2008 – e da autoconvocação do Núcleo Gestor.

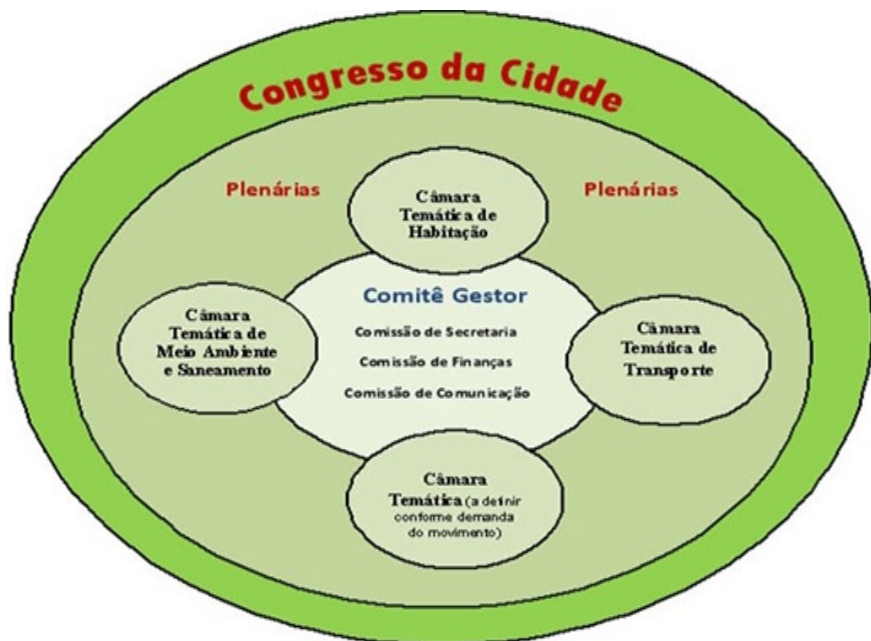
Devido à falta de acesso aos registros das reuniões que se seguiram a essa, não foi possível analisar os desdobramentos dessa tentativa de articulação. Todavia, foi possível apreender que o grupo (composto principalmente por membros da Ufeco) defendeu o Fórum da Cidade como espaço de articulação dos movimentos da cidade, buscou rearticulá-lo por meio de uma estrutura organizativa formada por instâncias deliberativas e executivas.

51 Em 2011, após a realização do Congresso da Cidade, pautou-se a formação de uma frente ampla de movimentos e esse elemento de tensão reapareceu e foi novamente ponto de embate interno acerca do Fórum da Cidade, como sendo um movimento ou como articulador dos movimentos.

Nessa perspectiva, elaborou-se em setembro de 2009 uma minuta de Regimento Interno segundo a qual o denominado “Fórum da Cidade – Organização Popular e Social de Florianópolis” – (Anexo O) não tem personalidade jurídica formal e atua atendendo às suas instâncias deliberativas, como consenso representativo da cidade de Florianópolis.

O documento previa que a organização do Fórum deveria oportunizar a participação dos movimentos sociais da cidade respeitando suas identidades, características, ideologias e articulando-os na concepção de rede social. Estabelecia como instâncias deliberativas o Congresso da Cidade, ao qual compete realizar um amplo diálogo com a sociedade civil de Florianópolis e debater sobre a cidade e a política urbana; e as Plenárias mensais. Previa, ainda, o Comitê Gestor e as Câmaras Temáticas como instâncias executivas do Fórum da Cidade (**Figura 3**).

Figura 3 – Estrutura do Fórum da Cidade a partir do seu Regimento Interno



Fonte: NESSOP (2010).

A partir dessa reformulação, o Fórum procura se constituir como articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que buscam participar do processo de elaboração, execução e controle social das políticas sociourbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania, justiça social e desenvolvimento autossustentável.

Nesta direção, dada a complexidade da política urbana, buscou-se estruturar Câmaras Temáticas sobre temas relevantes, priorizando: Meio Ambiente e Saneamento Básico, Transporte, Moradia e Regularização Fundiária, para propor políticas e ações específicas às respectivas temáticas. Nessa perspectiva, as plenárias deveriam articular o debate das Câmaras, bem como propor e encaminhar ações, sendo o Comitê Gestor articulador das ações do Fórum (FÓRUM DA CIDADE, 2009).

Dentre as principais ações das Câmaras Temáticas, podemos citar:

a. Câmara Temática do Transporte

No dia 11 de julho de 2009, o Fórum da Cidade promoveu o “Seminário de Transporte de Florianópolis”, com o objetivo de formular uma política pública de mobilidade e transporte para Florianópolis, debater uma proposta de Plano Diretor de Transporte (participativo), visualizar o Plano de transporte em relação ao Plano Diretor de Florianópolis e acompanhar, fiscalizar e sugerir políticas públicas à licitação. O evento abordou o diagnóstico e planejamento do transporte da cidade, o Plano Diretor de Transportes e Mobilidade e o processo de licitação das empresas de transporte coletivo (UFECO, 2013).

A partir do evento, elaborou-se uma carta aberta à população e às autoridades de Florianópolis (Anexo P) subscrita por diversas entidades, apontando a necessidade de adoção de um modelo público de gestão do sistema de transportes com um efetivo controle social.

A Câmara Temática de Transportes do Fórum da Cidade articulou-se em torno de questões específicas, com parcerias com o Grupo de Estudos de Mobilidade Urbana (Gemurb/UFSC).

b. Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento Básico

A Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade (CMAS-FC) organizou-se de forma sistemática, sobretudo em 2011 e 2012, pautando suas discussões em torno do avanço da ocupação de áreas de preservação, em prejuízo à preservação da paisagem natural/cultural, bem como da questão do saneamento básico.

Dentre as pautas da CMAS/FC, destacou-se a luta pela preservação das Três Pontas – Ponta do Coral, Ponta do Lessa e Ponta do Goulart – como áreas públicas. Nesse sentido, a Câmara – composta e articulada por várias entidades – propôs a criação do Parque Cultural das Três Pontas⁵², em contraposição à proposta do setor privado, para construção de empreendimento hoteleiro na Ponta do Coral, comprometendo o ecossistema e a paisagem da área.

Articulada ao Movimento Ponta do Coral 100% Pública, que conduz mobilizações sociais em defesa da Ponta do Coral desde 1980, a CMAS/FC realizou diversas atividades de ocupação da área para divulgação do projeto e do abaixo-assinado pela criação do Parque das Três Pontas.

Além disso, a CMAS/FC pautou em 2012 o debate acerca dos problemas das Estações de Tratamento de Esgoto de Florianópolis, denunciando seus problemas e irregularidades. Acompanhou os trabalhos do Conselho Municipal de Saneamento e participou de audiências públicas denunciando a crise no Saneamento Básico de Florianópolis.

c. Câmara Temática de Moradia e Regularização Fundiária

A Câmara Temática de Moradia e Regularização Fundiária do Fórum da Cidade reuniu-se algumas vezes no intuito de discutir questões como a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Florianópolis. Buscou-se articulação com representantes dos movimentos sociais no Conselho Municipal de Habitação e lideranças de movimentos populares e das comunidades, que traziam as demandas de habitação popular para participarem da formulação, execução e controle social da política pública de habitação popular do município de Florianópolis.

52 Para conhecimento detalhado do projeto, consultar o site do Parque Cultural das Três Pontas: <<https://parqueculturaldas3pontas.wordpress.com/quem-somos/>>.

5.3.3 O V Fórum da Cidade: políticas públicas, participação e controle social – 2009

Nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, aconteceu o “**V Fórum da Cidade: Políticas Públicas, Participação e Controle Social**”, no auditório do CSE/UFSC promovido pelo Fórum da Cidade e pela Ufeco, conforme programação descrita na Quadro 11.

Quadro 11 – Programa do V Fórum da Cidade – 2009

Programa V Fórum da Cidade: políticas públicas, participação e controle social

Dia 11 de novembro de 2009 – Quarta feira

18h00	Abertura
18h30	Estado, Sociedade Civil e Políticas Públicas
19h30	Gestão Democrática e Controle Social – Instrumentos
20h15	Intervalo
20h30	Debate e propostas

Dia 12 de novembro de 2009 – Quinta feira

18h30	Políticas Públicas em Debate – Um diagnóstico dos Conselhos de Direito do Município – Participação e Controle Social
19h30	O Conselho da Cidade de Florianópolis – Participação e Controle Social
20h15	Intervalo
20h30	Debate e propostas

Fonte: Folder V Fórum da Cidade (SANTOS, 2013).

Segundo declarações dos organizadores do V Fórum, ao Jornal Metropolitano, o evento teve por objetivo

trazer ao debate público os conflitos entre a atual conjuntura política do município e as dificuldades de ‘implementação’ dos princípios da Constituição Federal de 1988, no que se refere à participação popular e o controle Social, no desenvolvimento do atual Plano Diretor de Florianópolis e nos Conselhos de Direito (V FÓRUM, 2009).

Assim, os eventos organizados pelo Fórum, cumpriam um papel de aprofundar o debate acerca do complexo processo participativo na formulação do novo Plano Diretor, processo esse marcado por uma série de atrasos no cronograma inicialmente previsto pelo IPUF, em decorrência da morosidade na liberação de verbas e instalação das bases distritais, elaboração de cartilhas e dos desdobramentos da Operação Moeda Verde etc⁵³.

Posteriormente, o Fórum da Cidade, ainda na busca de sua identidade, procurou efetivar o seu Regimento Interno e avançar nos seus processos de organização e mobilização, condicionados à articulação entre as Câmaras Temáticas e o Comitê Gestor e suas pendências administrativas.

5.3.4 O “Levante do TAC”

Ao passo que o Fórum da Cidade discutia sua reestruturação interna, a Prefeitura Municipal de Florianópolis dava sequência à tentativa de rapidamente cumprir as etapas da construção do PDP da cidade. Assim “[...] Os estagiários do IPUF sintetizaram as 3.244 diretrizes da leitura comunitária em 33, sem metodologia e sem técnica alguma, e, em novembro de 2009, esta síntese foi apresentada à comunidade” (COELHO, 2013, p. 12).

No dia 18 de março de 2010, o IPUF realizou uma audiência pública no Teatro Álvaro de Carvalho (TAC) para a apresentação do Projeto de Lei do Plano Diretor de Florianópolis. Na ocasião, a população protagonizou o que ficou conhecido como “Levante do TAC”, ao denunciar a ilegalidade do processo e impedir a apresentação do projeto da Fundação CEPA.

53 Para aprofundamento do assunto, ver estudos de Adilson de Souza Moreira (2009).

Figura 4 – Foto do “Levante do TAC” (18/03/10)



Fonte: Sambaqui na rede 2, de Cristiane Mohr (2013).

Após tomar o palco e solicitar a retirada dos representantes do executivo municipal e da empresa contratada, o movimento organizado substituiu a lista de presença por um abaixo assinado que denunciava o processo como ilegal. Depois de algumas manifestações denunciando o processo, a audiência foi dada como encerrada com o aval de representantes do Ministério Público Federal e Estadual presentes. Seguem imagens sobre o evento, figuras 5 e 6.

Figura 5 – Foto “Levante do TAC” (18/03/10)



Fonte: Sambaqui na rede 2, de Cristiane Mohr (2013).

Figura 6 – Foto “Levante do TAC” (18/03/10)



Fonte: Núcleo Distrital do Pântano do Sul.

Esse período marca a trajetória do Fórum da Cidade como um dos sujeitos políticos relevantes na construção do direito à cidade e no processo democrático-participativo da política urbana de Florianópolis. A realização dos eventos “Fórum da Cidade” em seu conjunto representou um importante processo de diálogo de setores populares, junto ao poder público local, forjando o direito à participação na construção dos rumos da cidade, legitimados pelo significativo número de participantes e entidades presentes.

Capítulo 6

CONGRESSO DA CIDADE: A SOCIEDADE CIVIL E O FUTURO DE FLORIANÓPOLIS APÓS 10 ANOS DA APROVAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE – 2011

A partir do final de 2010, o Fórum pautou a necessidade de realizar o Congresso da Cidade previsto em seu Regimento Interno, para retomar o processo participativo de construção da política urbana de Florianópolis. Devido ao processo de fragilização da participação no Fórum e face à avaliação da necessidade de maior articulação para realização do Congresso, este mesmo Fórum deliberou pela mobilização de mais entidades, movimentos e representações para compor uma coordenação mais ampla e geral para a organização e execução do Congresso. Neste caso, o Fórum foi um dos promotores do evento.

Essa coordenação foi formada pelas seguintes entidades: Associação Metropolitana dos Consegs de Florianópolis (Amecom); Comitê Interuniversitário Unisul – Udesc – UFSC (Cominter); Fórum da Bacia do Itacorubi; Fórum da Cidade/Câmaras Temáticas (Transporte; Moradia e Regularização Fundiária; Meio Ambiente e Saneamento); Fórum Social do Saco Grande (FSSG); Movimento Saneamento Alternativo (Mosal); Nessop/DSS/UFSC; Núcleo Gestor Autoconvocado do Plano Diretor Participativo; Revista Pobres & Nojentas e União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (Ufeco).

No decorrer de 2011, as atividades do Fórum concentraram-se na realização do Congresso, que aconteceu em três momentos⁵⁴.

a) O primeiro momento do Congresso, intitulado “O Plano Diretor de Florianópolis à luz das diretrizes distritais” foi realizado nos dias 1º e 2 de julho de 2011 no Auditório da OAB-SC. Naquele momento o objetivo foi discutir o Plano Diretor de Florianópolis à luz das diretrizes distritais para o Plano Diretor Participativo, construídas no processo de audiências públicas.

A programação deste primeiro momento do Congresso contou na abertura com uma palestra proferida pelo Professor Elson Manoel Pereira⁵⁵ sobre os avanços e limites no planejamento das cidades. No segundo dia, os trabalhos continuaram com duas oficinas: a primeira sobre as Diretrizes Distritais, com foco na vocação e no uso e na ocupação do solo e a segunda sobre Contraposição das Diretrizes Distritais, com a Proposta do Instituto CEPA/PMF; esta última dividida em grupos de trabalho por região. O encerramento deste primeiro momento aconteceu com uma Plenária Síntese das Diretrizes da Gestão Democrática, com esboço de grandes lineamentos para o desenvolvimento da cidade.

Destaca-se como fato importante deste primeiro momento, na abertura do Congresso, a presença do então coordenador do PDP, Sr. Rodolfo Pinto da Luz, manifestando o compromisso da Prefeitura Municipal de retomada do processo participativo.

Desta forma, o primeiro momento do Congresso configurou-se como um importante espaço de encontro dos Núcleos Distritais, com a oportunidade de apresentação do andamento de seus trabalhos. Com isto pôde-se debater também os avanços e limites da participação popular no planejamento da cidade. Ao final do segundo dia, construíram-se resoluções que fortaleceram a retomada do processo do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, a saber:

54 O Congresso foi planejado inicialmente em dois momentos. Contudo, com a impossibilidade da conclusão dos trabalhos conforme previsto na programação, deliberou-se ao final do segundo momento pela realização de um terceiro momento.

55 Professor de Planejamento Urbano do Curso de Geografia da UFSC.

Em relação ao processo de retomada do PDP:

1 – Construir uma agenda objetivando finalizar o projeto do Plano Diretor Participativo (PDP) até o final do ano, incluindo um plano de comunicação/divulgação com orçamento, garantindo-se que, na mencionada agenda, conste o cronograma e as questões de organização tais como: relação com mídia, metodologias próprias da bancada dos movimentos sociais, etc.

2 – Exigir a reconstituição das bases distritais com a estrutura mínima adequada para garantir a qualidade desta nova etapa.

3 – Exigir transparência documental do poder público (sítio oficial do PDP) com toda a informação necessária ao processo, tanto a documentação produzida na 1ª etapa (leitura comunitária/audiências distritais), quanto os novos documentos relativos a 2ª etapa (leitura técnica) iniciada depois do decreto Nº. 9052, de 31 de maio de 2011.

4 – Exigir como requisito indispensável (*sine qua non*) para a retomada do processo de elaboração do PDP, o zoneamento oficial ambiental (não o do CEPA) das: Unidades de Conservação (UCs), Parques, Áreas de Preservação Permanente e Limitada; mata em estado de recuperação primária e secundária; mapa hídrico completo da cidade (lagoas, rios, córregos, valas); áreas alagáveis; aquíferos; manguezais com delimitação precisa das áreas “não-edificáveis”. Demarcar, EM CAMPO, as áreas não-edificáveis legalmente protegidas em Florianópolis.

5 – Solicitar toda a informação elaborada pelo Comitê de Gerenciamento Costeiro (GERCO) do Estado de Santa Catarina. Levantar publicamente questionamento da falta de representação social no GERCO. Garantir vinculação imediata da discussão do PDP de Florianópolis com o GERCO.

6 – Exigir que sejam respeitados o novo processo e as decisões construídas pelas bases distritais na 1ª etapa do processo do PDP, resultado de audiências distritais.

Em relação a Câmara de Vereadores e executivo municipal:

7 – Solicitar à Câmara Municipal de Florianópolis (CMF) para sobrestar até a aprovação do PDP os demais Planos Municipais em tramitação (saneamento, código ambiental e o bloco de 80 projetos de zoneamento acumulados e trazidos novamente à discussão da CMF pelo Req. 250/2011).

8 – Reafirmar a solicitação à CMF, realizada na 1ª etapa do PDP, de compromisso político dessa casa de representantes para acatar o projeto aprovado para o PDP no processo conduzido pelo Núcleo Gestor Municipal.

9 – Promover a articulação política e acompanhar o cumprimento dos parlamentares na Câmara, manter postura ativa no momento em que se reinstalar o Núcleo Gestor.

10 – Solicitar que o Núcleo Gestor (NG) Autoconvocado encaminhe o pedido de imediata intermediação da CMF para garantir a publicização dos novos dados produzidos pela Prefeitura/CEPA para o Plano Diretor.

11 – Reafirmar a exigência de “defeso amplo” para a Cidade de Florianópolis até a aprovação final do PDP, conforme já aprovação do Núcleo Gestor Municipal (NGM), exigindo-se também do governo municipal que nenhuma licença para construção seja dada se não observar a legislação referente ao lençol freático.

Em relação ao NGM:

12 – Sugerir que o NGM crie uma comissão composta por técnicos do próprio NGM para acompanhamento e controle social do trabalho da Comissão Especial para Coordenação, Acompanhamento e Encaminhamento do Anteprojeto do Plano Diretor Participativo Sustentável de Florianópolis/IPUF.

13 – Sugerir ao NG Autoconvocado esforço especial para a retomada dos contatos com os sindicatos para que estes retomem seu envolvimento na discussão sobre o PDP.

Em relação ao Congresso da Cidade

14 – Realizar divulgação na mídia das deliberações do Congresso da Cidade.

15 – Criar blog do Congresso da Cidade para a comunicação de tudo o que se refere ao Congresso e suas temáticas, disponibilizando a leitura comunitária realizada pelas bases distritais e de todas as propostas oriundas do movimento social em relação ao PDP, assim como todos os materiais pertinentes ao processo.

16 – Dedicar esforços do Congresso da Cidade para agregar outras forças populares, o movimento social e sindical na discussão do PDP.

17 – Formar comissão do Congresso da Cidade para contribuir na mobilização dos 22 representantes do NG Autoconvocado, garantindo-se que os Núcleos Distritais ausentes na primeira sessão do Congresso da Cidade e outras entidades (Ufeco, UFSC) apresentem suas temáticas e diretrizes encaminhadas ao NGM sobre o PDP e recebam assessoramento, se necessário (CONGRESSO DA CIDADE, 2011).

Essas deliberações apontam reivindicações referentes à retomada do processo do Plano Diretor, tais como o acesso aos materiais relativos ao Projeto do PDP (conforme previsto pelo Estatuto da Cidade Capítulo III, Art. 40, § 4º) e a reafirmação da exigência de uma moratória até a aprovação final do PDP, bem como o indicativo de articulação de entidades populares (movimentos sociais e sindicatos) em torno da discussão do PDP.

b) O segundo momento do Congresso priorizou o debate acerca dos diagnósticos sobre a cidade e realizou-se no período de 22 a 24 de setembro de 2011, no Auditório do Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC e nas dependências do CSE/UFSC, reunindo 138 participantes no primeiro dia, 56 no segundo e 52 participantes no terceiro dia.

Essa etapa teve como objetivos: a) formular uma síntese dos diagnósticos sobre a cidade elaborada pelos movimentos sociais a partir do Estatuto da Cidade e b) elaborar diretrizes e planos de ação para a construção de uma cidade social, cultural, ambiental, política e economicamente sustentável.

A programação do segundo momento do Congresso foi distribuída em quatro partes: a) Abertura – Tema: Políticas Públicas Urbanas e Gestão Democrática da Cidade; b) Perfil sociocultural e urbano da cidade; c) Grupos temáticos, Meio Ambiente e Saneamento; Habitação e Regularização Fundiária; Mobilidade e Transportes; Plano Diretor e Núcleo Gestor Autoconvocado; Segurança Pública e d) Plenária de apresentação, discussão e aprovação das propostas dos grupos de trabalho e deliberações.

Figura 7 – Grupo de Moradia e Regularização Fundiária (24/09/11)



Fonte: Página do Congresso da Cidade no Facebook.

Figura 8 – Grupo de Mobilidade e Transportes (24/09/11)



Fonte: Página do Congresso da Cidade no Facebook.

Figura 9 – Grupo Plano Diretor – Núcleo Gestor Autoconvocado (24/09/11)



Fonte: Página do Congresso da Cidade no Facebook.

Devido à impossibilidade de conclusão das discussões no último dia do evento, deliberou-se pela realização de uma Plenária Final em outra data, configurando-se como um terceiro momento do Congresso.

c) O terceiro momento do Congresso ocorreu no dia 8 de outubro de 2011, no Auditório do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina (Sinjusc), com a presença de 36 participantes na Plenária Final.

Nesta Plenária, realizou-se a apreciação e a discussão das propostas dos grupos de trabalho (Meio Ambiente e Saneamento; Mobilidade Urbana; Segurança Pública; Questão Fundiária e Plano Diretor). Divididas por temas, cada resolução foi lida e debatida. Nesta dinâmica, algumas foram aprovadas, outras rejeitadas e algumas não apreciadas. O intuito era reunir as deliberações do Congresso para utilizá-las como diretrizes e pautas de luta do movimento popular na disputa pelo direito à cidade. Entretanto, o relatório-síntese do Congresso só foi finalizado em 2013, a partir da sistematização dos dados pela equipe do Nesson/UFSC (Anexo Q).

O Congresso da Cidade reuniu uma frente ampla de movimentos, organizações e sujeitos no município para discutir, propor e deliberar sobre as bandeiras de luta para efetivação do direito à cidade a partir dos eixos já citados.

A realização do evento contribuiu para que alguns objetivos do Fórum da Cidade fossem alcançados, entre eles: a articulação em rede entre os diferentes atores coletivos atuantes no município na defesa do direito à cidade.

De maneira especial, o primeiro momento do Congresso, voltado à discussão do PDP foi de fundamental importância no processo e antecedeu à reconstituição do NGM. Neste sentido, o Congresso contribuiu para a retomada das discussões ao promover o encontro e o debate dos diferentes sujeitos comprometidos com os interesses populares na decisão dos rumos da cidade no que se refere ao planejamento urbano.

É importante destacar que o Congresso rearticulou o movimento e ocorreu concomitantemente à retomada das discussões do PDP de Florianópolis pela Prefeitura Municipal, resultante da pressão do movimento popular reunido em torno do Núcleo Gestor Autoconvocado. Assim, em novembro de 2011, com a reconstituição do Núcleo Gestor Municipal (NGM), Decreto nº 9413 de 10 de novembro de 2011) as representações sociais do campo popular voltaram a pautar a retomada dos processos participativos para aprovação do Plano.

A realização do Congresso da Cidade, organizado exclusivamente pelos movimentos sociais e segmentos organizados do município, foi fundamental para discussão, compreensão e pauta de lutas na construção da política urbana com efetiva participação popular, ou seja, o exercício do controle democrático da coisa pública. O Fórum da Cidade foi um importante ator na articulação e execução deste Congresso, como na luta pela gestão democrática da cidade, ao longo de sua existência.

No decorrer de 2012, até 2013, o Fórum da Cidade concentrou suas discussões no processo de retomada do Plano Diretor, buscando garantir que fosse de fato participativo. No início de 2012 (último ano da gestão do prefeito Dário Berger), foram realizadas Audiências Públicas temáticas do PDP, porém sem a devida mobilização da população e a disponibilização dos mapas e demais materiais


fundamentais para análise coerente do Plano⁵⁶. Com a realização das eleições municipais, alterou-se a coordenação⁵⁷ do NGM/PDP, e a representação popular da sociedade civil (“bancada popular”) apresentou algumas exigências para continuidade do processo.

O Fórum da Cidade identificado como membro do segmento popular no NGM tem atuado nas disputas e enfrentamentos pautando a função social e a gestão democrática da cidade. Nesse processo de luta/resistência por parte dos movimentos sociais, seguiu contribuindo na mobilização da participação popular, na construção do Plano Diretor, particularmente nos embates entre o projeto apresentado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e as diretrizes comunitárias.

56 Conforme divulgado no site do Jornal Notícias do Dia, no período de 9 a 12 de abril realizam-se os encontros temáticos do plano diretor. Serão debatidos os tópicos “modelo da cidade e gestão”, “uso e ocupação do solo e instrumentos urbanísticos”, “mobilidade e acessibilidade” e “meio ambiente e patrimônio cultural”. Em maio serão realizadas audiências públicas distritais. Em junho está prevista uma audiência pública final de aprovação do anteprojeto. Segundo um comunicado da prefeitura, “um plano diretor deve garantir o atendimento das necessidades do município e uma melhor qualidade de vida para a população, assim como preservar e restaurar os sistemas ambientais, promover a regularização fundiária e consolidar os princípios da reforma urbana”. Disponível em: <https://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/prefeitura-de-florianopolis-faz-audiencia-publica-para-apresentar-novo-plano-diretor>.

57 Com a saída de Rodolfo Pinto da Luz da coordenação, o processo para concorrer às eleições municipais como candidato a vice-prefeito pela coligação Florianópolis Ainda Melhor assumiu a coordenação dos trabalhos do PDP Salomão Mattos Sobrinho. A coligação Florianópolis Ainda Melhor foi formada pelos seguintes partidos: Partido Democrático Trabalhista (PDT); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Partido Social Liberal (PSL); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Popular Socialista (PPS); Partido Humanista da Solidariedade (PHS); Partido da Mobilização Nacional (PMN); Partido Trabalhista Cristão (PTC) e Partido Verde (PV). Os candidatos dessa coligação eram Gean Marques Loureiro (PMDB) e Rodolfo Joaquim Pinto da Luz (PMDB), que alcançaram 27,37% dos votos no primeiro turno das eleições, mas foram derrotados no segundo turno. Os eleitos foram César Souza Júnior (PSD) e João Amin (PP), coligação “Por uma Cidade Mais Humana” (TER-SC, 2013).

A LUTA CONTINUA...

 “Fórum da Cidade – Organização Popular e Social de Florianópolis”, configurou-se como um espaço de debate público sobre a política urbana na cidade de Florianópolis.

Essa experiência única e diferenciada de lutas pelo direito à cidade fez do Fórum da Cidade um protagonista sociopolítico urbano, importante e reconhecido.

Sua origem decorreu de debates sobre os planos e projetos urbanos locais e comunitários que deram visibilidade à demanda de um planejamento urbano, amplo, integrativo, participativo e democrático dos planos locais – comunitários.

A gestão democrática da cidade, fio condutor de sua trajetória, fez-se indissociável das lutas pelo Plano Diretor Participativo e Integrado de Florianópolis, cujos sujeitos e pautas estavam imbricados no processo de reivindicação ao direito à cidade.

Ao colocar-se como um espaço de debate público, que pretendia articular a diversidade de movimentos sociais e comunitários em torno do Plano Diretor, o Fórum da Cidade foi atravessado por conflitos inerentes ao processo participativo, mas avançou, constituindo-se como um processo pedagógico, incentivador de debates, decisões coletivas, participação democrática e deliberativa.

Pautando-se na concepção de cidadania, como garantia de direitos sociais, civis e políticos, o Fórum da Cidade fundamentou-se na compreensão da democracia, enquanto igualdade de todos e todas no acesso ao direito à cidade e às condições de vida com qualidade e dignidade humana.

Na recuperação da memória dos primeiros dez anos de luta do Fórum da Cidade, não se pretendeu esgotar o assunto, mas para além disso, inspirar as lutas que se colocam no cotidiano das classes subalternizadas, além de constituir-se numa importante fonte de estudos e pesquisas acerca da experiência participativa popular em Florianópolis nos anos 2000.

Neste sentido, ao finalizar este relato de parte da trajetória do Fórum da Cidade como sujeito coletivo que deixou marcos e marcas no debate público por meio da sua experiência na construção do direito à cidade em Florianópolis, sinalizamos alguns aspectos que conseguimos identificar nesse caminho:

- A conjuntura nacional no início dos anos 2000 foi determinante para a emergência do Fórum da Cidade, destacando-se: a) a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em suas três primeiras edições nos anos de 2001, 2002 e 2003; b) a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001; c) ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência da república em 2003, momento de avanço na implementação de políticas sociais estruturantes, dentre elas a política urbana, com a criação do Ministério das Cidades naquele ano;
- A constituição do Fórum como um espaço de articulação e debates, em torno da luta pelo direito à cidade, não se deu sem conflitos e conquistas, avanços e recuos. Ao longo da trajetória do Fórum, foi permanente o debate pela identidade do movimento, busca que se expressou nas reiteradas discussões sobre a estrutura interna do movimento. Percebe-se a importância de compreendê-lo como um espaço diferenciado de participação, para além dos tradicionais movimentos sociais, com hierarquias internas e fluxo de decisões coletivas consolidadas, o que significou caracterizar-se como um espaço de articulação dos movimentos existentes e não simplesmente mais uma organização formal;
- Por sua vez, em se moldando como uma “frente de lutas”, o Fórum conseguiu ser expressivo nas lutas sociais na cidade, como se pode atestar com a participação de representação em espaços formais de construção do planejamento urbano, como o Núcleo Gestor do PDP;
- Na construção das lutas, os sujeitos que compuseram o Fórum durante toda sua trajetória foram fundamentais e inumeráveis. A organização do Fórum contou com uma convergência de sujeitos com experiências e vivências que culminaram numa potência de iniciativas para fazer valer o que estava previsto no Estatuto da Cidade e que encontrava forte resistência no plano do poder local, seja no âmbito do poder público instalado, como na esfera privada, principalmente dos órgãos representativos patronais;

- Dentre os segmentos envolvidos destacaram-se os que lutavam e lutam no âmbito do movimento sociocomunitário, como a Ufeco; ambientalistas, como o Movimento Campeche Qualidade de Vida, Movimento Parque da Luz, Movimento Parque Cultural das Três Pontas, Ilha Nativa e Coletivo UC da Ilha; representantes locais do Fórum Nacional da Reforma Urbana e outros fóruns como Fórum do Maciço do Morro da Cruz, Fórum Social do Saco Grande, Fórum da Bacia do Itacorubi. Além dos citados, houve inúmeras outras organizações e movimentos que participaram dos eventos e debates promovidos pelo Fórum, como se atesta nas listas de presença de tais atividades;
- A relação universidade-sociedade, considerando a função social da universidade, expressou-se na efetiva materialização das dimensões da extensão, ensino e pesquisa no cotidiano do movimento popular. Exemplo disto foi a participação da Universidade Federal de Santa Catarina, representada especialmente pelos Departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Sociologia e Ciência Política, e Serviço Social, além da participação isolada de docentes de outros cursos como Geografia, Engenharia de Automação, Engenharia Sanitária e Ambiental. Também se contou com a decisiva participação de docentes da Udesc, especialmente dos cursos de Geografia e Pedagogia;
- No âmbito da UFSC, o Nesson foi um facilitador na criação do Fórum da Cidade, bem como no assessoramento ao longo dos primeiros anos do movimento, por meio de projetos de extensão universitária. Ao mesmo tempo o Fórum da Cidade, que integrou estudantes, representou um importante espaço de aprendizagem do curso de Serviço Social, nas atividades de formação em extensão, ensino e pesquisa. Certamente os ataques e o desfinanciamento à universidade pública ao longo dos últimos anos, impactaram diretamente a perspectiva da extensão universitária e, neste caso, na própria participação do Nesson, na assessoria ao Fórum da Cidade;
- Dentre as estratégias e táticas adotadas pelo Fórum da Cidade em suas lutas, foi possível perceber a importância das tecnologias de informação ao longo de sua trajetória, passando pela introdução de grupos de e-mail e a construção de site do Fórum.

As novas ferramentas tecnológicas, pouco conhecidas até então pela maioria dos e das participantes do Fórum, oportunizaram outras modalidades de mobilização, que imprimiram novo ritmo, dinamicidade e alcance nas lutas empreendidas pelo grupo.

Por fim, compreendemos que os movimentos e as lutas sociais não têm fim. Podem mudar sua configuração, suas estratégias, táticas e os sujeitos que se renovam, contudo, enquanto houver um modelo de sociedade onde a desigualdade seja sua marca estrutural, sempre haverá resistência e luta...

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Portal da transparência do governo federal:** Controle Social – Orçamento participativo. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controle-social/OrcamentoParticipativo.asp>>. Acesso em: 19 maio 2013.

BRASIL. **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em: 23 mar. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Conferência das Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/conferencia-das-cidades/528-1o-conferencia-das-cidades>> Acesso em: 27 maio 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Conselho das Cidades.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/index.php/o-conselho-das-cidades>>. Acesso em: 18 maio 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia. **Plano Diretor Participativo:** guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: CONFEA, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Eventos/OficinaRagularizacaoFundiarria/PlanoDiretor/Plano%20Diretor%20Participativo%20Guia%20para%20a%20elabora%C3%A7%C3%A3o%20pelo%20munic%C3%ADpio%20e%20os%20cidad%C3%A3os.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2013.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Programa Nacional de Capacitação das Cidades: Módulo Básico**. Brasília: Ministério das Cidades, 2009.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. **Plano Diretor Participativo**. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/imagens/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/PlanelamentoUrbano/PlanoDiretorParticipativoSNPU2006.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2013.

BURGOS, Raúl. **Discussão objetivo Fórum da Cidade**. Florianópolis [data provável conforme e-mail 19/06/2002] documento não publicado.

CARDOSO, Michelly Nezilda. **Desafios da sociedade civil para a construção dos espaços públicos em Florianópolis: configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade**. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0036.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2013.

CARREIRÃO, Yan. A eleição presidencial de 2002: uma análise preliminar do processo e dos resultados eleitorais. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 179-194, jun. 2004. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zzsbFkSmhyFdZfXDXwK6Xyb/?lang=pt> format=pdf. Acesso em 03/06/2021.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. Santa Catarina – raízes e traços. A singularidade de um cenário propício ao desenvolvimento de comunidade (1960-1980). **Revista Katálysis**, Florianópolis, nº 1, p. 13-30, junho de 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/147>> Acesso em 18 maio 2013.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. **Uma incursão à formação do estado de Santa Catarina – suas particularidades em relação ao país e contribuições explicativas ao desenvolvimento de comunidade**. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e. **Proposta de criação dos Núcleos de Estudos em Serviço Social do Departamento de Serviço Social/UFSC**: um currículo em processo... Um movimento de articulação do Ensino, Pesquisa e Extensão. Florianópolis, 1991 (documento não publicado).

CASTRO, Zulamar Maria de Bittencourt e; SANTOS, Maria Teresa dos; SANTOS, Sidiane dos. **Extensão universitária e o direito à cidade**: a experiência de assessoria ao Fórum da Cidade. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 5., 2011, Porto Alegre. Anais eletrônicos... Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0173-5/Index.html>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

CECCA. **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina . 2.ed. Florianópolis: Insular, 1997. 247 p

COELHO, Kellen da Silva. “Participação e ‘Não!’ ao Plano da CEPA”: uma Análise das Práticas Organizativas de Resistência à Nova Proposta de Plano Diretor Apresentada pelo Poder Público de Florianópolis. **XXXVII Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração** - EnAnpad - 2013. Rio de Janeiro - RJ: 07 a 11 setembro de 2013. Disponível em <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/68/2013_EnANPAD_EOR1916.pdf> Acesso em 16 out 2021.

COMISSÃO PREPARATÓRIA DA 1a. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS. **Convite da 1a. Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis**. Florianópolis, 05 de setembro de 2003 (documento não publicado).

CONGRESSO DA CIDADE. **Resoluções do primeiro momento**. Florianópolis, 2011. Disponível em: <<http://congressodacidade.wordpress.com/resolucoes-do-i-momento/>>. Acesso em 14 jun. 2013.

CUNHA, Luiz Felipe. **A esfera pública e o Plano Diretor Participativo de Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

EHLERS, Carla Janaina Abrão. **Projeto Experiências em Cena III: A Intervenção Teórico-Metodológica do Serviço Social**. 2002. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

FLORIPAMANHÃ. Quem somos. Disponível em <<https://floripamanna.org/quem-somos/>> Acesso em 30 de agosto de 2021.

FÓRUM DA CIDADE. **I Fórum da cidade**. Folder. Florianópolis, 2001a (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **I Fórum da cidade**. Relatório de construção da agenda de lutas. Florianópolis: 2001b (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **I Fórum da Cidade**. Documento Final Nesson/DSS/UFSC: Florianópolis, outubro de 2000c (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Convite Seminário Regional do Fórum da Cidade** - Região Centro - Itacorubi. Florianópolis: julho 2002a.

FÓRUM DA CIDADE. **Carta. Questionário**. Florianópolis: julho 2002b.

FÓRUM DA CIDADE. **Programação do IV Fórum da Cidade** - junho de 2005. Florianópolis, 2006 (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Propostas do IV Fórum da cidade de Florianópolis**. Florianópolis, 2006a (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Relatório Final III Fórum da Cidade**. Florianópolis, novembro de 2004 (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Reunião do Fórum da Cidade da Cidade: Articulação da Sociedade Civil – 11/02/2009**. Florianópolis, 2009 (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Síntese das conclusões do II evento do Fórum da Cidade de Florianópolis**. Florianópolis, 2003 (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Informativo** nº 01/2003. Florianópolis, 2003a (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Avaliação do Curso de Multiplicadores do Estatuto da Cidade**. Florianópolis, 2003b (documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Carta aberta do Fórum da Cidade sobre o destino do Complexo Penitenciário de Florianópolis**. Florianópolis, 2003c (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Ata reunião do Fórum da Cidade - 18 e 19 de março de 2005**. Florianópolis, 2005 (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Ata reunião do Fórum da Cidade - 13 de abril de 2005**. Florianópolis, 2005a (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Ata reunião do Fórum da Cidade - 04 de maio de 2005**. Florianópolis, 2005b (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Ata reunião do Fórum da Cidade**. Campanha Acorda Floripa - 15 de junho de 2005. Florianópolis, 2005c (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Ata reunião do Fórum da Cidade - 03 de agosto de 2005**. Florianópolis, 2005d (Documento não publicado).

FÓRUM DA CIDADE. **Relatório da reunião do Fórum da Cidade da Cidade**: Articulação da Sociedade Civil – 11 de fevereiro de 2009. Florianópolis, 2009 (documento não publicado).

FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br/index.php/quem-somos/historico.html>>. Acesso em: 17 maio 2013.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Como organizar fóruns sociais locais. Disponível em: < http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=organizar_forum_por>. Acesso em: 24 de junho. 2013.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Governadores de SC**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/governadores.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 5, n. 1, p. 02-10, jan./mar. 1991. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf>. Acesso em 23 mar. 2013.

LÜCHMANN, Lígia Helena. Subjetividade e democracia na organização da UFECO. **Revista Katálysis**, Florianópolis, nº 1, p. 13-30, junho de 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/issue/view/147>> Acesso em 19 jun. 2021.

LÜCHMANN, Ligia H. H. et. al. Identidades e diferenças no movimento comunitário de Florianópolis. In: SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara Maria (org 's). **Associativismo civil em Santa Catarina**: trajetórias e tendências: Insular, 2004).

LÜCHMANN, Ligia H. H. **Seminários regionais**. Mensagem recebida por <forumdacidade@yahoogrupos.com.br> em 02 de julho de 2003.

MARTINS, Marcos Francisco. Educação sócio-comunitária em construção. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n.28, p.106-130, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/5027/art08_28.pdf Acesso em 06 de dezembro de 2021.

MOREIRA, Adilson de Souza. **O processo participativo no plano diretor**: estudo de caso: Campeche/Florianópolis, SC - Brasil. Dissertação Curso de

Mestrado Profissional em em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2009.

MORO, Jiana Tomaz. **Breve contribuição sobre a gênese do processo de constituição do núcleo gestor municipal do plano diretor participativo de Florianópolis**. Florianópolis, SC, 2007. 75 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Serviço Social. Disponível em: <http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285747.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

NESSOP. **Carta do Evento** “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sociocomunitárias de Florianópolis”. Florianópolis, 2001 (documento não publicado).

NESSOP. **Relatório do II Fórum da Cidade “Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um plano diretor participativo e sustentável da cidade”**. Florianópolis, setembro 2003. 107p. (transcrição Nessop/documento não publicado).

NESSOP. **Projeto de extensão: Projeto Experiências**. Florianópolis, 2000 (documento não publicado).

NESSOP. **Relatório atividades Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade 2010**. Departamento Serviço Social/UFSC, 2011 (documento não publicado).

NESSOP. **Relatório atividades Projeto Assessoria ao Fórum da Cidade 2011**. Departamento Serviço Social/UFSC, 2011 (documento não publicado).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NÚCLEO DISTRITAL DO PÂNTANO DO SUL. **A saga do PDP**. Disponível em: <http://sagadopdp.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

OLIVEIRA, Deise Vicente. **O Fórum da Cidade de Florianópolis**. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

OPERAÇÃO Moeda Verde: TRF4 concluiu julgamento de recurso dos réus. 19 de junho de 2019. Portal Justiça Federal. Tribunal Regional Federal da 4ª. Região – TRF4. Disponível em https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=14555. Acesso em 30 de agosto de 2021.

PEREIRA, Elson Manoel. Qual o planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. **Geosul**, Florianópolis, v.25, nº 49, p. 103-121, jan./jun. 2010.

PORTAL JUSCATARINA. Parte da área do Sapiens Parque é alvo de disputa judicial em ação de usucapião; entenda o caso. 16/08/2020. Disponível em <JusCatarina | O portal da justiça e do direito em Santa Catarina>. Acesso em 14 de junho de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Decreto nº 1922, de 27 de junho de 2003**. Convoca a primeira Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis. Florianópolis, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Gabinete de Planejamento. **Regimento da Primeira Conferência Municipal da Cidade de Florianópolis**. Florianópolis, 21 de julho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Plano Diretor Participativo**: o processo participativo. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/index.php?cms=o+pr>,>

REPRESENTAÇÃO da Ufsc junto à comissão preparatória da 2ª Conferência Municipal das Cidades convoca para reunião. Disponível em <<https://noticias.ufsc.br/2005/07/representacao-da-ufsc-junto-a-comissao-preparatoria-da-2%C2%AA-conferencia-municipal-das-cidades-convoca-para-reuniao/>>. Acesso em 29 de novembro de 2021.

ROCHA. Danuza Labanca. **O direito à cidade e a organização social em torno do Plano Diretor de Florianópolis**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2015.

ROLNIK, Raquel. Palestra “Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos de uma política urbana democrática participativa” no Relatório II Fórum da Cidade “Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um plano diretor participativo e sustentável para a Cidade”. Florianópolis, setembro de 2003 (transcrição Nesson/UFSC).

SAMBAQUI NA REDE 2. **O levante do TAC**. Disponível em: <http://sambaquinarede2.blogspot.com.br/2010/03/blog-post_19.html>. Acesso em: 03 jul. 2013.

SANTOS, Adriano João dos. **O movimento sócio-popular comunitário de Florianópolis, na busca da cidade que queremos**: evento II Fórum da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.

SANTOS, Andréia dos. **Um olhar para a cidade que queremos**: IV Fórum da Cidade – Florianópolis frente ao Plano Diretor e a Gestão Democrática da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

SANTOS, Sidiane dos. **A luta pelo direito à cidade em Florianópolis**: a trajetória do Fórum da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.

SILVA, Jorge E.; TEIXEIRA, José Paulo (orgs.). **O futuro da cidade**. Florianópolis: Instituto Cidade Futura, 1999.

TIRELLI, Janice; BURGOS, Raul; BARBOSA, Tereza Cristina (orgs.). **O campo dos peixes e os senhores do asfalto**: memória das lutas do Campeche. Florianópolis: Cidade Futura, 2007.

TONERA, Roberto. A tragédia do desterro. História Viva. Ed. Nº 9 - julho de 2004. Disponível em <http://www.ivopitz.pro.br/?arquivo=texdesterro>. Acesso em 30 de maio de 2022.

TORTATO, Mari. **PF conclui inquérito da Operação Moeda Verde e aumenta lista de indiciados**. Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foha/brasil/ul-t96u336961.shtml>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - SANTA CATARINA. **Eleição Municipal 2012 - 1º Turno Resultado da totalização Florianópolis.** Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/fileadmin/arquivos/eleicoes/eleicoes2012/resultado_turno_1/relatorios_totalizacao_municipio/TOT2012_FLORIANOPOLIS.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Eleições 2004 - Sistema de Divulgação de Dados de Candidatos.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2004/divulgacao-de-candidaturas-eleicoes-2004>>. Acesso em: 04 jun. 2013.

UNIÃO FLORIANOPOLITANA DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS. **Arquivo de notícias:** Seminário de Transporte de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ufeco.org.br/index.php?mod=pagina&id=432>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

V FÓRUM debate na capital do estado política urbana e controle social. Jornal Metropolitano, São José – SC, 13 de novembro de 2009. Disponível em <<https://floripamanha.org/2009/11/v-forum-debate-na-capital-do-estado-politica-urbana-e-controle-social/>>. Acesso em 30 de agosto de 2021.

APÊNDICE 1

RELAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TIPO	REFERÊNCIA	DISPONÍVEL
Trabalho Conclusão Curso	EHLERS, Carla Janaina Abrão. Projeto Experiências em Cena III: A Intervenção Teórico- Metodológica do Serviço Social. 2002. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.	Acervo Nessonop
Trabalho Conclusão Curso	OLIVEIRA, Deise Vicente. O Fórum da Cidade de Florianópolis. (Trabalho de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.	Acervo Nessonop
Trabalho Conclusão Curso	SANTOS, Adriano João dos. O movimento sócio-popular comunitário de Florianópolis, na busca da cidade que queremos: evento II Fórum da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005.	Acervo Nessonop
Trabalho Conclusão Curso	SANTOS, Andréia dos. Um olhar para a cidade que queremos: IV Fórum da Cidade – Florianópolis frente ao Plano Diretor e a Gestão Democrática da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.	Biblioteca Universitária UFSC

<p>Dissertação Mestrado</p>	<p>CARDOSO, Michelly Nezilda. Desafios da sociedade civil para a construção dos espaços públicos em Florianópolis: configuração, obstáculos e perspectivas da experiência do Fórum da Cidade. 2006. 92 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.</p>	<p>http://www.tede.ufsc.br/teses/PGSS0036.pdf</p>
<p>Trabalho Conclusão Curso</p>	<p>MORO, Jiana Tomaz. Breve contribuição sobre a gênese do processo de constituição do núcleo gestor municipal do plano diretor participativo de Florianópolis. Florianópolis, SC, 2007. 75 f. TCC (Graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Serviço Social.</p>	<p>http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial285747.pdf</p>
<p>Trabalho Conclusão Curso</p>	<p>SANTOS, Sidiane dos. A luta pelo direito à cidade em Florianópolis: a trajetória do Fórum da Cidade. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2013.</p>	<p>Acervo Nessop</p>
<p>Dissertação Mestrado</p>	<p>ROCHA, Danuza Labanca. O direito à cidade e a organização social em torno do Plano Diretor de Florianópolis. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2015.</p>	<p>Disponível em https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/136307/335837.pdf?sequence=1&isAllowed=y</p>

ANEXOS

ANEXO A - Projeto Experiências em Cena III

PROJETO EXPERIÊNCIAS EM CENA III

O QUE É ?

— É o saber popular em debate, voltado à construção de processos democráticos participativos e estéticos, de melhoria da condição humana de existência.

— É um encontro vinculado a um projeto de extensão universitária, buscando viabilizar experiências de gestão e ações coletivas em resposta às necessidades comunitárias e populares da Grande Florianópolis e/ou do Estado catarinense e na relação global/local.

O QUE PRETENDE ?

— Propiciar o conhecimento e a interlocução pública das experiências de gestão sócio-comunitárias.

— Socializar projetos sócio-comunitários de ocupação do solo urbano, voltados para a construção de um modelo de desenvolvimento local com qualidade vida.

— Criar espaços na universidade pública para que os sujeitos do movimento sócio-comunitário e popular contribuam para a compreensão da realidade social local/global.

— Construir subjetividades identificadas com o conhecimento social e a sustentação de vínculos amorosos e solidários.

— Viabilizar a participação da UFSC em projetos que contemplem as demandas do movimento sócio-comunitário.

PROGRAMAÇÃO

8:30 às 9:00 Abertura

9:00 às 9:30 Palestra de abertura

9:30 às 10:30 PAINEL :

- . Movimento Campeche Qualidade de Vida,
- . Fórum do Distrito de Santo Antônio
- . Comissão da habitação em defesa das comunidades Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória

Temário: As Organizações Comunitárias - suas origens e sua razão de ser.

10:30 às 10:45 Intervalo

10:45 às 11:15 Continuação do painel

11:15 às 12:15 Grupos de debate (elaboração de questões e proposições à Carta do Evento)

12:15 às 13:30 Almoço

13:30 às 14:30 Plenária do painel da manhã

14:30 às 16:00 PAINEL:

- . Organizações sócio-comunitárias da Lagoa da Conceição
- . Movimento Campeche Qualidade de Vida
- . Movimento Ilhativa
- . IPUF (a confirmar)

Temário: As Organizações Comunitárias participando da qualidade de vida na cidade: Projetos e Planos urbanos.

16:00 às 16:15 Intervalo

16:15 às 17:00 Continuação do painel

17:00 às 18:00 Debate

18:00 às 18:30 Encerramento (leitura e aprovação da Carta do Evento)

18:30 às 22:00 Atividades artístico-culturais

PÚBLICO ALVO:

Agentes sócio-comunitários das Associações de Moradores e de outras formas de Organização Popular, Setores Universitários, Fóruns e Conselhos de Direito e Órgãos Governamentais vinculados à temática.

A CIDADE QUE QUEREMOS:

EQUIPE ORGANIZADORA:

- SIMONE MACHADO (NESSOP/UFSC –Coord.)
- MARIA ESTELA DA CONCEIÇÃO (Associação Moradores e Amigos do Itacorubi - Co-coord)
- GILSON PINHEIRO DO AMARAL (Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui)
- MARIA CECÍLIA F. DA SILVA (Comissão Pró-Cooperativa/Itacorubi)
- CARLA J. A. EHLERS (NESSOP/UFSC- estagiária de Serviço Social)

*UM OLHAR
DOS SUJEITOS
DAS ORGANIZAÇÕES
SÓCIO-COMUNITÁRIAS
DE FLORIANÓPOLIS*

*"HÁ HOMENS QUE LUTAM UM DIA
E SÃO BONS.*

*HÁ OUTROS QUE LUTAM ANOS
E SÃO MELHORES.*

*HÁ OS QUE LUTAM A VIDA
INTEIRA, E ESTES,
SÃO IMPRESCINDÍVEIS!*

(BERTOLD BRECHT)

DATA: 2 de junho de 2001

LOCAL: Auditório do Fórum Norte da Ilha
Campus Universitário
Florianópolis/SC

INFORMAÇÕES: 331-6525 - NESSOP
331- 9540

FAX : 331-9990

EMAIL: nessop@cse.ufsc.br

ANEXO B - Carta do Evento III Experiências em Cena: “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sociocomunitárias de Florianópolis”

CARTA DO EVENTO

“A CIDADE QUE QUEREMOS: UM OLHAR DOS SUJEITOS DAS ORGANIZAÇÕES SÓCIO-COMUNITÁRIAS DE FLORIANÓPOLIS”

O Evento “A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis”, ocorrido no dia 2 de junho no auditório do Fórum norte da Ilha/UFSC, foi promovido pelo projeto “Experiências em Cena” do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – NESSOP, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O Evento contou com a presença de 215 participantes, entre eles, 79 líderes comunitários representando 34 organizações sócio-comunitárias, alunos, alunas, professores e professoras da UFSC, representantes do poder legislativo municipal, bem como órgãos da imprensa falada e escrita.

A palestra de abertura lembrou nossos 500 anos de exploração, primeiro pelo colonialismo, seguido pela economia de mercado e pelo neoliberalismo, que transformam seres humanos em objetos descartáveis. Torna-se necessário resgatar o ser humano militante. A força do empobrecido na luta contra a exclusão social é a solidariedade e por isso, devemos recriar idéias e descobrir caminhos. Nossa história caminha por um percurso em que se questiona a forma pela qual a população é incluída nos processos de planejamento, avaliação e fiscalização das políticas públicas que atingem suas questões humanas e sociais.

Na contramão de um projeto que pretende, através do turismo, internacionalizar a Ilha de Santa Catarina, a cidade que queremos não pode perder a sua história comunitária, sua origem cultural, seus processos organizativos, sua humanização, incluindo a melhoria da qualidade de vida da sua periferia empobrecida. Queremos que a nossa cidade tenha rosto, pão e beleza. Sem matas depredadas,

sem meninas e meninos de rua. Que a cidade tenha a sua cor indígena, negra, açoriana; que a sua raiz comunitária rompa com o autoritarismo para construirmos relações democráticas com base na cultura da sociabilidade. Isto é, olhar a cidade que queremos com harmonia entre a humanidade e a natureza, com um planejamento urbano gerado a partir das demandas da sociedade civil organizada.

O segundo bloco de palestras referiu-se às origens, à razão de ser e às proposições sócio-comunitárias, privilegiando a relação destas com o poder executivo municipal. As propostas comunitárias para Ingleses Sul/Santinho, Santo Antônio de Lisboa e Região, Campeche, SOS Esgoto Sul, Vão central do Morro da Cruz e Lagoa da Conceição, devem ser debatidas e reconhecidas pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário Municipais. Em relação à prática técnico-política do Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF, indaga-se, qual é a sua lógica de poder? O processo de planejamento do Município necessita ter invertida a sua direção, isto é, incluir a participação popular e democrática sem perder, como órgão público, suas atribuições e competências.

Na região Monte Cristo as associações de moradores buscam avaliar com a Prefeitura Municipal de Florianópolis o Projeto Habitar Brasil frente às reais demandas da população local. Questionam os processos de participação e o atendimento dos reais interesses da população local. Consideram que a comunidade Chico Mendes corre o risco de desaparecer, cortada por traçados do referido Projeto. Não aceitam um projeto de moradia padrão, pois não existe família padrão. Trata-se de um projeto insustentável em relação à qualidade de vida e participação popular, uma falácia de democracia e cidadania.

O Evento foi encerrado com propostas, manifestações de apoio e questionamentos, abaixo transcritos, trazidos por aqueles que, no seu dia a dia, lutam voluntariamente, pela qualidade de vida no seu bairro e sua Cidade; muitos assessorados por professores e profissionais que se comprometem com a construção de uma condição humana de existência justa, digna, com inclusão social.

- Manifestação de apoio às iniciativas do NESSOP, professores e estudantes da UFSC, que têm participação em ações de consultoria, estágio e de apoio àquelas demandas que visam a melhoria da qualidade de vida, em especial das comunidades empobrecidas. Consideram que a Universidade de vê cumprir sua função pública de uma instituição crítica, autônoma e democrática, e exercer um papel fundamental de instância mediadora, pensante, de alternativas para a sociedade. Suas atividades de pesquisa e de extensão devem atuar na resolução das problemáticas sociais e urbanas, contribuindo para a produção de um saber em mão dupla entre comunidade e universidade.
- Necessidade da organização conjunta e articulada dos diversos movimentos comunitários da região da Grande Florianópolis, particularmente daqueles que têm surgido nos últimos anos à luz do combate aos mega projetos imobiliários, planos diretores impostos, obras e projetos que têm destruído os recursos naturais e que têm descaracterizado as culturas locais e/ou sua folclorização. Nesta direção, propõe-se:
 - Realização de seminários regionais no município de Florianópolis, metodologicamente assessorados pela UFSC, para seguirmos construindo um movimento sócio-comunitário propositivo, articulado e com autonomia.
 - Realização, através da mediação UFSC/NESSOP, de um Fórum ou Congresso de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental(ecológica) da cidade que queremos, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana e metropolitana, com participação popular e gestão descentralizada e democrática.
- Questionamento dos procedimentos democráticos da UFECO, enquanto representação do movimento comunitário da Cidade e sua participação junto aos Conselhos de Direito de âmbito municipal. Propõe-se que, em assembléia geral, a UFECO apresente e interprete sua atual proposta de gestão junto ao movimento sócio-comunitário do município de Florianópolis.
- Criação de um jornal para divulgar e articular as ações do movimento sócio-comunitários do município de Florianópolis.

ANEXO C - Folder do I Fórum da Cidade

Grande Florianópolis

O Planejamento Urbano da Grande Florianópolis tendo como base a sustentabilidade social e ambiental das comunidades lhe interessa?

Venha participar nos dias 5 e 6 de outubro, acompanhando a conferência, a mesa redonda, os grupos de trabalho e a programação cultural do I FÓRUM DA CIDADE.

O Cidadão da Grande Florianópolis terá a oportunidade de obter importantes informações para a construção da cidade que queremos.



Programação Visual: anq. Carla Meirelles Caldas
c_mcaldas@hotmail.com

I Fórum da Cidade

O QUE É O ESTATUTO DA CIDADE?

O ESTATUTO DA CIDADE, Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, regulamenta e estabelece diretrizes básicas da política urbana. Contempla todas as ações de ordenamento, uso e posse das terras urbanas, saneamento, transporte e serviços públicos. Trabalha efetivamente as normas da gestão sócio-ambiental participativa e democrática da cidade.

O QUE É O I FÓRUM DA CIDADE?

É um evento de iniciativa das organizações sócio comunitárias preocupadas com a construção de um projeto urbano sustentável.

QUAIS SÃO SEUS OBJETIVOS?

- Conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do Movimento Social Popular Comunitário;
- Potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à Luz do Estatuto da Cidade;
- Fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos;
- Construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis;
- Construir um rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

Organização

MOVIMENTOS SÓCIO COMUNITÁRIOS E ENTIDADES COMUNITÁRIAS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

COMISSÃO ORGANIZADORA

Associação Comunitária do Loteamento João G. da Costa Saco Grande - Teodoro José da Silva
Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi - Maria Estela Conceição
Associação de Moradores do Campeche - Tereza C. P. Barbosa
Associação de Moradores do Morro da Penitenciária - Argeu Goulart
Associação de Moradores do Pântano do Sul - Murilo Mariano
Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui - Joel Ivo Balconi
Conselho Comunitário da Tapera - Azevedo Modesto
Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses - Vanisa T. Wibholzer
Federação das Associações de Moradores SC - Albertina de Souza
Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz - Padre Wilson Groh
Fundação Lagon - Jeffrey Hoff
Ilha Ativa - Ingleses - Gleyce M. Fedrisi
Instituto Ambiente Sul - Carla M. Caldas
Rede Sul - Domingos Fortuna

APOIO ACADÊMICO DA UFSC

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR - NESP
Zulamar Castro, Elaine Kohler e Simone M. do Santos
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Carlos M. Nunes e Tereza K. Lisboa
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA
Lino F. B. Peres
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
Ligia H. Luchmann e Janice P. de Sousa
ACADÊMICOS DOS CURSOS DE ARQUITETURA, CIÊNCIAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

I FÓRUM DA CIDADE



01 Outubro - 1928 - TAVELA DA AMARAL

Um Olhar do Movimento Sócio Comunitário

5 e 6 de outubro de 2001
Florianópolis - SC

Programação

DIA 5 DE OUTUBRO - SEXTA-FEIRA

18:30 às 19:00 h Inscrições e momento cultural
19:00 às 19:15 h - Sessão de Abertura
19:15 às 20:15 h - Conferência:

“O Estatuto da Cidade”
Clóvis Ilgenfritz e Nabil Bonduk

20:15h às 21:30h - Debate
21:30 h - Coquetel de confraternização

DIA 6 DE OUTUBRO - SÁBADO

8:30 às 10:35 h - Mesa Redonda:
“A Cidade à Luz do Estatuto da Cidade”
▪ Raquel Rolnik - Laboratório de habitação PUC - Campinas/SP
▪ Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis
▪ Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA
▪ Sindicato da Indústria da Construção Civil - SC
▪ Prefeitura Municipal de Florianópolis
▪ Instituto de Arquitetos do Brasil - SC
▪ Representações dos Movimentos Sócio Comunitários
10:30 às 11:30 h - Debate
11:30 às 12:00 h - Organização dos Grupos de Trabalho
12:00 às 13:00 h - Almoço Temático
13:00 às 15:00 h - Grupos de Trabalho
15:00 às 16:30 h - Exposição dos resultados dos Grupos de Trabalho
16:30 às 16:45 h - Intervalo Temático
16:45 às 19:00 h - Agenda de Lutas e encaminhamentos

Informações

REDE SUL
com Maria Elena
Fone: 48 224 71 13 Ramal 30

INSCRIÇÕES
no local do evento

LOCAL
Auditório da Escola Técnica Federal de Santa Catarina
Av. Mauro Ramos, 950
Centro - Florianópolis

PÚBLICO ALVO
Entidades Comunitárias e Movimentos Organizados que desenvolvem ou estejam interessados em participar de ações relacionadas a planos diretores e projetos urbanos.

APOIO
Universidade Federal de Santa Catarina
Associação dos Professores da UFSC
Escola Técnica Federal de Santa Catarina
Federação das Associações de Moradores de SC
Instituto Ambiente Sul
Rede Sul

I FÓRUM DA CIDADE
Documento Final
Outubro de 2001

SUMÁRIO

I. Introdução	pag 03
II. A Metodologia do 1º Evento do Fórum da Cidade	pag 05
1. A organização dos trabalhos	pag 05
2. Os procedimentos e proposições dos debates	pag 06
III. Dossiê dos debates	pag 06
(Considerações gerais e Diretrizes de ações para agendas de luta a curto, médio e longo prazo).	
1. Moradia: regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco e de ocupação irregular	pag 06
2. Cultura e Lazer	pag 10
3. Movimento Sócio-Comunitário	pag 11
4. O direito de participação e a regulamentação do Estatuto da Cidade	pag 12
IV. Organização do Fórum da Cidade/ Florianópolis	pag 14
1. Princípios da Participação	pag 14
2. Objetivos do Fórum da Cidade	pag 15
3. Estrutura e Composição do Fórum da Cidade	pag 16
V. Agenda de lutas	pag 17

I. Introdução

A origem do I Fórum da Cidade decorreu de proposição de uma liderança do movimento sócio-popular comunitária, no Encontro Experiências em Cena, realizado em 02 de junho de 2001, pelo NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da Universidade federal de Santa Catarina.

Neste evento intitulado “*A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis*”, as lideranças e associações comunitárias realizaram uma discussão intercomunitária sobre seus projetos e planos urbanos comunitários no contexto da cidade. O debate mobilizou estes representantes populares para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. O documento final deste encontro propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano.

No mesmo encontro criou-se um grupo de trabalho composto de diversas entidades comunitárias¹, do NESSOP e de outros professores da Universidade Federal de Sta. Catarina que passou a organizar um novo encontro na perspectiva de estimular o envolvimento da cidadania com as questões sócio-ambientais e urbanas na grande Florianópolis.

1 Comissão organizadora: Associação Comunitária de Loteamento João G. da Costa Saco Grande., Assoc. de Moradores do Campeche, Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi, Assoc. de Moradores do Morro da Penitenciária, Assoc. de Moradores do Pântano do Sul, Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, Conselho Comunitário da Tapera, Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses, federação das Associações dos Moradores SC, Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, Fundação Lagoa, Movimento Ilhativa – Ingleses, Rede Sol , Movimento Campeche Qualidade de Vida, Instituto Ambiente Sul.

A proposta da comissão resultou na realização do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário”, tendo como referência a recente elaboração do Decreto Lei 10.257 de julho de 2001 que institui o Estatuto da Cidade. O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

Nos dias 5 e 6 de Outubro de 2001 no ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos períodos da manhã e da tarde, realizou-se o encontro dos movimentos sócio-comunitários que criou o I Fórum da Cidade, com a participação de 81 entidades comunitárias e a presença de 220 pessoas incluindo professores (as) alunos (as) das Universidades da área metropolitana de Florianopolitana.

A abertura do evento no dia 5 teve como palestrante sobre “O estatuto da Cidade” o deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz. No dia 6 o debate se realizou com o Vereador de São Paulo, Nabil Bonduk, representante do Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis, o CECCA - Centro de Estudos de Cultura e Cidadania, Sindicato da Indústria da Construção Civil de SC, Instituto dos Arquitetos e Movimentos Socio-Comunitários, seguindo-se de reunião dos presentes em 8 grupos de trabalho.

O resultado dos trabalhos foi apresentado na plenária final da tarde do dia 6, transferindo-se para o dia 27 de outubro, no mesmo local, a plenária de discussão dos grupos e a aprovação das proposições.

II. A Metodologia do 1º Evento do Fórum da Cidade

1. A organização dos trabalhos

Dias 5 e 6 de Outubro:

Foram realizadas palestras, debates e trabalhos em pequenos grupos por temas e plenárias para elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos. Os grupos foram os seguintes:

- Como fortalecer o movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis;
- Comissão de garantia e regulamentação do Estatuto da Cidade;
- Direito de participação: os instrumentos do Estatuto/ audiências públicas, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança;
- Projetos e plano urbanos;
- Moradia, regularização e urbanização;
- Ocupação das encostas;
- Cultura e lazer: espaços e equipamentos públicos;
- Transportes;
- Saneamento básico e recursos hídricos.

Dia 27 de Outubro:

Realizadas reuniões em pequenos grupos para ratificação das proposições e elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos para instauração do Fórum da Cidade.

2. Os procedimentos e proposições dos debates

As discussões em grupo apresentadas na plenária final do I Fórum da Cidade tiveram o caráter de

- Diagnosticar / identificar problemas e situações das comunidades;
- Esclarecimento de aspectos temáticos do Estatuto, principalmente no que diz respeito ao controle popular sobre as decisões, e disposições pontuais do EC;
- Iniciar proposições para encaminhamentos internos da pauta do Fórum, em termos de medidas jurídicas e também mais gerais, de sua atuação junto ao poder público no âmbito municipal.

As conclusões dos grupos de trabalho deram origem a um documento final provisório que foi apresentado, debatido e referendado na Plenária de Construção da Agenda de Lutas, realizado no dia 27 de outubro, e ainda acrescido de uma pauta de proposições, consolidada e aprovada na plenária final deste encontro de lideranças do movimento sócio-popular comunitário.

No presente documento, ressaltamos considerações conceituais, diretrizes de ação referentes às temáticas discutidas, subsídios para a organização do Fórum da Cidade de Florianópolis e indicações de Agenda de Lutas a curto, médio e longo prazo.

III. O Dossiê dos Debates

1. MORADIA. Regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco e de ocupação irregular.

1.1 Considerações gerais

- Para implementarem-se todos os dispositivos relacionados à regularização fundiária e programas de urbanização e melhoria de habitações localizadas em áreas irregulares, é necessário que se entenda que a problemática urbana e habitacional é parte de um processo de reprodução da desigualdade econômica e social, resultado de uma política econômica e social injusta.

- Toda política urbana e habitacional deve apoiar-se em um processo de desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável que ataque às raízes da desigualdade, e incorporar uma profunda reforma agrária e agrícola, em uma política efetiva de geração de renda e emprego. Portanto, a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade e, em particular, o inciso X do art. dois do Estatuto da Cidade que refere à adequação da “... política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política de geração de renda e emprego...”. Sendo assim, a luta pela implementação do Estatuto da Cidade insere-se na luta por uma efetiva reforma urbana articulada com um processo de distribuição não dos recursos e melhorias urbanas, mas fundamentalmente de renda, que integra a reforma agrícola e agrária e a geração de emprego e renda.
- O conceito de moradia é parte do entendimento amplo da habitação que implica a realização das condições de vida particularmente na cidade quanto ao direito ao acesso aos serviços, ao saneamento, às condições físico-sociais da habitabilidade entendida como casa e como sua inserção urbana na cidade.
- Toda ação que venha a garantir os direitos à habitação deve partir simultaneamente da garantia da regularização fundiária como base para a melhoria habitacional, e da garantia do processo de urbanização (construção, melhoria e urbanização habitacional).
- O Estatuto da Cidade finalmente veio a reconhecer e regulamentar os direitos legítimos dos assentamentos das famílias de baixos recursos em áreas irregulares, dando corpo jurídico à legitimidade social desta “cidade ilegal” que se construiu ao longo dos anos, como solução à não-solução por parte principalmente do Estado da grave e histórica problemática habitacional e urbana das populações pobres e excluídas.

1.2 Diretrizes de ação

- Assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos;
- Criar ou aprimorar a rede de associações de moradores, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos necessários para os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade.
- Trabalhar pela concretização de um Plano Diretor que respeite o direito dos moradores, conforme o mecanismo de proteção e melhoria habitacional, advindos deste novo Estatuto.
- Formular e acompanhar propostas populares do Plano Diretor da cidade que queremos
- Realização de estudos locais para apresentação de propostas gerais que aglutinem as demandas habitacionais e urbanísticas de cada comunidade.
- Ingressar com medidas administrativas ou judiciais para, em primeiro momento, regularizar todos os casos de moradias que preenchem os requisitos do Estatuto da Cidade (mínimo cinco anos de posse) e assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco.
- Implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. 9 ao 14) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001);
- Para implementar essas ações é necessário que a Prefeitura realize, em tempo determinado e discutido em acordo com as comunidades e sociedade em geral, um levantamento cadastral e geo-processado de:
 - ◇ Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
 - ◇ Áreas de risco;
 - ◇ Áreas de proteção ambiental ocupadas;
 - ◇ Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.

- Os moradores diretamente implicados devem exigir acompanhamento, fiscalização os levantamentos dos órgãos públicos municipais e estaduais, garantindo-se o direito das comunidades ter acesso às informações obtidas e/ou a assessorias técnicas gratuitas, para contrapor aos estudos técnicos oficiais. .
- As associações e conselhos comunitários e suas lideranças devem fazer discussões e proposições de encaminhamentos das questões fundiárias em assembléias das entidades comunitárias, e, após, em Assembléia Geral do Fórum da Cidade, submetendo à análise jurídica, o processo de regulamentação fundiária de todas as reivindicações a respeito deste assunto em todos os níveis e, a seguir, encaminhar o documento final à Câmara Municipal.
- Fazer recomendação à Câmara para efetuar o referendo popular para projetos e planos urbanos;

Em relação à ocupação das encostas:

- Dar encaminhamento a um plano diretor adequado à realidade das encostas e das comunidades;
- No caso do Maciço Central do Morro da Cruz, entender a dinâmica social dos morros e seu histórico, fazendo diagnóstico sócio-ambiental. Para o que, é necessário:
 - a. Fazer levantamentos adaptados à cultura e realidade de cada local;
 - b. Fortalecer o Fórum Permanente do Maciço central do Morro da Cruz e a participação das pessoas no processo.

Considerando a relação entre urbanização e a natureza e que todo e qualquer nível de planejamento necessita envolver e levar em conta a relação entre sociedade e planejamento propõe-se: unidades espaciais de planejamento, que reflitam realidades sócio-ambientais através de “bacias urbanas” sustentáveis; gestão democrática em processos participativos através dos comitês de “bacias urbanas”; integrar uma ou mais comunidades para ações comuns a partir de um elemento identificador; programas de educação ambiental “autênticos” que passem pelos níveis de percepção, conhecimento e/ou reconhecimento com autonomia comunitária; institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental comunitário.

2. CULTURA E LAZER

A Cidade de Florianópolis apresenta ausência de espaços públicos de lazer e cultura, de registro de história e cultura, de estímulo e reconhecimento à arte e cultura de cada região e inexistência de gestão democrática de cultura e lazer, no uso dos espaços públicos como o CIC (Centro Integrado de Cultura) e, de discussão das prioridades de cultura e lazer com as comunidades .

2.1 Diretrizes de ação:

- Participação das Associações Comunitárias na elaboração das Políticas e Planos da Prefeitura sobre cultura e lazer;
- Formulação junto aos órgãos governamentais de debates sobre políticas públicas de cultura e lazer garantindo o espaço e registro de nossa história. Debater sobre a Gestão democrática da Cultura.
- Estímulo e criação de arte e cultura da comunidade; promoção de oficinas de arte nas comunidades locais; bibliotecas livres; museus regionais para registro de memórias para valorizar a história dos bairros; museu interativo da ciência e projetos integrados nos bairros, com a UFSC e a Escola Técnica Federal; cinemas e espaços para apresentações, oportunizando-se o acesso de jovens (meia entrada); apoio às escolas e comunidades em direção de atividades culturais. Valorização das histórias de vida (depoimentos) com participação de idosos, e resgate da história original do boi de mamão (e sua relação com o boi bumbá);
- Criação de áreas destinadas a praças públicas: número de áreas destinadas praças públicas proporcionais ao número de habitantes; de espaços públicos para lazer; calçadas; ciclovias; identificação, mapeamento, inscrição e preservação de trilhas naturais;
- Mapeamento de áreas livres para cultura e lazer e diagnóstico de áreas e prédios públicos e particulares, que são subutilizados, com possíveis espaços de lazer e cultura;

- Fortalecer a legitimidade dos espaços culturais públicos sinalizando (criando símbolos) a ocupação desses espaços e divulgando suas atividades;
- Estabelecer redes de criação de espaços alternativos de comunicação com comunidades, com utilização de órgãos de imprensa, jornais, boletins, murais comunitários, programas de rádio e TVs Comunitárias.

3. O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO

3.1 Considerações gerais

O movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis levanta as seguintes questões: Falta de participação; clientelismo, individualismo, autoritarismo; custo do transporte; postura centralizadora das lideranças; tradições de intendentes/ imposição do poder local; Estratificação econômica e social; necessidade de participação do setor mais carente; tensões do tipo “manezinhos X estrangeiros”; influência/subordinação aos interesses partidários; falta de habilidade da esquerda em fazer trabalho popular; falta de objetividade e compromisso público/ comunitário das lideranças; imediatismo diante dos problemas e reivindicações. Diversidade e respeito à cultura como resultado das diferentes realidades; problemas de paralelismo/duplicidade de entidades; trabalhar a democracia representativa; papel e metodologia do movimento problemáticos.

3.2 Diretrizes de ação

- Ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários;
- Viabilizar a democracia e a representatividade das entidades, através da elaboração de textos, talvez estatutos;
- Fortalecer as comunidades para que sejam protagonistas;
- Realizar fóruns regionais nos bairros para diagnosticar e formular soluções e agendas de lutas;

- Instrumentalizar o movimento sócio-popular comunitário através de: levantamento das entidades da Grande Florianópolis para integrá-las às atividades, torná-las parte de um cenário transparente e facilitar sua autonomia; formação de lideranças; levantamento das necessidades locais adaptadas à realidade e à cultura de cada local;
- Discutir e mudar a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO e fortalecer a Vice Regional da Federação de Associações de Moradores de SC - FAMESC como coletivo e organização do movimento comunitários da região;
- Realizar um fórum - Universidade e Comunidade e dar continuidade das ações do I Fórum da Cidade.

4. O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

4.1 Considerações Gerais

O Fórum deve criar mecanismos de legitimidade ativa para que os movimentos populares, comunitários e sociais possam Ter suas decisões cumpridas frente aos dispositivos do Estatuto da Cidade e normas municipais, que regulam especialmente o art. 36;

4.2 Diretrizes de Ação

- Em todo o projeto de legislação municipal que venha regulamentar o estatuto da Cidade - Lei federal, n. 10.257, encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, deverá ser assegurada a participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de argüição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.
- Elaboração de um documento com as referências de leis municipais (divididas em 3 ou 4 grupos para estudos).
- Deve ser criada uma Comissão de Sistematização que conduzirá as discussões e o encaminhamento da proposta de regulamentação do Estatuto da Cidade à Câmara de Vereadores e Prefeitura.

O documento final da Comissão de sistematização deverá ser debatido e aprovado em Assembléia do Fórum da Cidade;

- O Fórum deve reivindicar da Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que venha a atuar em parceria com a Prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos.
- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei. Obs.: Solicita-se que os participantes das reuniões da Comissão tragam sugestões em função da suas experiências e façam pesquisas na internet, em outros municípios, em livros de Direito Urbanístico e Municipal, bem como leis já existentes que tratam do tema.
- A participação popular deve estar melhor qualificada e instrumentalizada. Para isso deve haver um trabalho disciplinado com o enfoque nas Plenárias Regionais Temáticas. Propõe-se um estudo jurídico que viabilize um projeto de lei de iniciativa popular como substitutivo global da Lei Complementar Municipal 28/98;
- Popularizar o Estatuto da Cidade: formar grupo de trabalho que viabilize uma pedagogia de entendimento para todos, através de cartilha, vídeo, cartazes, etc. Preparar pessoas da comunidade através de um processo pedagógico-participativo de conhecimento e aprofundamento do E.C., para que a população se aproprie e forme multiplicadores deste conhecimento.
- Realizar seminários regionais nos bairros, levando à discussão o Estatuto da Cidade e as Agendas de Lutas;
- Criar um grupo para estudos sobre a aplicação do E.C., nas áreas com problemas : - dunas, encostas...

- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei.
- Sistematização das propostas do Fórum da Cidade, na relação jurídica. O Estatuto da Cidade remete à uma legislação municipal; elaborar um documento sobre o E.C. para discuti-lo com as comunidade. É preciso reunir as comunidades para que façam suas propostas dentro da legalidade; cada comunidade é que conhece bem os seus problemas.
- O art. 49 do Estatuto da Cidade diz que os estatutos municipais têm o prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isto não aconteça, a Prefeitura após 60 dias pode, por decreto, regulamentar o E.C. Diante disto, propõe-se que antes de 12 de dezembro se faça um Ato Público, na Câmara de Vereadores, para entrega da pauta consolidada no plenário do Fórum ao presidente da Câmara, com a presença da imprensa.
- Propõe-se a criação de uma comissão de arquitetos e engenheiros para elaborar requisitos que deverão permear todas as questões referentes à impactos de vizinhança no município.

IV. A Organização do Fórum da Cidade

1. Princípios da Participação

- Fórum da Cidade deve articular e mobilizar os movimentos sócio-comunitários na direção de sua proposta – *a cidade que queremos*;
- Não deve perder de vista sua natureza ética – os seus vínculos com os movimentos sócio-popular comunitário;
- A participação dos sujeitos coletivos deste movimento é que dará qualificação ao Fórum da Cidade;

- Pedagogicamente é imperativo criar e realimentar vínculos aproximativos entre estes sujeitos coletivos, enquanto protagonistas do Fórum da Cidade, e destes com os movimentos sócio-popular comunitários;
- A Construção do Fórum da Cidade deve se fazer na direção de um procedimento, também, pedagógico e participativo; sua estrutura não deve ser rígida, formal, ainda que deliberativa; mais importante é tecer um processo participativo, um movimento que irá desenhando sua organização e suas ações;
- A estrutura do Fórum da Cidade deverá ser orgânica, constituindo-se em um espaço de participação e procedimentos democráticos; sua composição deverá ser dinâmica, sem os vícios de uma representatividade estabelecida;
- O Fórum da Cidade deve resguardar sua independência nas ações e autonomia política em relação ao Estado e partidos políticos.

2. Os Objetivos do Fórum

- O Fórum pretende alimentar e manter um debate permanente sobre a cidade que queremos;
- Assegurar o direito de participação popular nas decisões da Cidade, com a consolidação da cidadania e o aperfeiçoamento sócio-político desta instância de participação;
- Instrumentalizar jurídica e pedagogicamente o direito da participação popular, nas decisões da cidade e a democratização do processo legislativo da cidade;
- Articular e dar encaminhamentos às agendas de lutas, (na relação com a cidade que queremos), aos órgãos públicos, legislativo, executivo e judiciário.

- As agendas de lutas, devem ter suas raízes nas comunidades, sustentadas por seus diagnósticos (perfil sócio-econômico e pelos dispositivos legais do Estatuto da cidade e outros. Poderão ser debatidas em Plenários Comunitários sobre temáticas específicas (Xe- questão fundiária) e encaminhamentos; sistematizadas, com definição de prioridades em plenárias do Fórum da Cidade e encaminhadas aos órgãos públicos, executivo, legislativo e judiciário.

3. A estrutura e composição do Fórum

Para realizar uma gestão democrática, articular a cidade num processo participativo, viabilizar um caminho e proposições para a estruturação do Fórum da Cidade surgiram as seguintes diretrizes:

- Plenária das entidades comunitárias, com a representação das comunidades;
- Criar um *Núcleo Executivo Provisório* a ser formado a partir da comissão organizadora do I Fórum da Cidade que se constituirá na comissão executiva provisória de articulação e mobilização este Núcleo deverá ampliar-se e descentralizar-se em comissões e grupos de trabalho.
- O Núcleo terá as atribuições de articular e ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários na relação com o Fórum da Cidade, suas plenárias, comissões e grupos de trabalho. Deverá mobilizar e articular as comunidades em *Seminários ou fóruns regionais* para estudo do Estatuto para criar suas Agendas de Lutas a curto, médio e longo prazo e encaminha-las ou apoiar politicamente seus encaminhamentos aos órgãos públicos;
- Deverá, também, apoiar a criação de Fóruns Municipais, na região Metropolitana da Grande Florianópolis – S. José. Biguaçu e Palhoça e do Fórum Metropolitano para assuntos comuns dos Fóruns Municipais; e a criação do fórum: *Universidade e Comunidade*, através da criação da rede das universidades da grande Florianópolis- UFSC, UDESC, UNISUL, UNIVALI e outras, com objetivos de criar assessorias aos Fóruns Municipais e Metropolitano.

- Comissões/ grupos de Trabalho do Núcleo Executivo:
 - Comissão Jurídica – assessoria jurídica às ações globais do Fórum e às comunidades em suas agendas de lutas; com capacidade de implementar as ações jurídicas na justiça e viabilizar os respectivos acompanhamentos;
 - Comissão de comunicação - estabelecer um esquema de comunicação efetiva entre todas as entidades comunitárias; ampliar a lista de discussão virtual; estabelecer e alimentar o portal do Fórum da Cidade e o Banco de Dados;
 - Comissão de Educação, Saúde e Direito;
 - Comissão de Cultura;
 - Comissão de Infra-estrutura.
 - Comissão de estudos sobre os dispositivos do Estatuto da Cidade para instrumentalizar, na qualidade de Fórum da Cidade a regulamentação do estatuto da Cidade no âmbito municipal.
 - Grupos de Trabalho sobre transporte e Saneamento Básico.

V. Agenda de lutas

Uma aproximação a curto e médio prazo

Para a organização e funcionalidade do Fórum da Cidade de Florianópolis é preciso sistematizar uma Agenda de Lutas a médio e longo prazo de acordo com as suas diretrizes. Para tanto foi proposto:

- Formação de comissão para estudos sobre a regulamentação do EC tomando como orientação as suas disposições que asseguram a todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257 – encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, a garantia da participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, sob pena de argüição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.
- Reivindicar junto a Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que atue em parceria com a Prefeitura, Fórum, e movimentos sociais, para discussão e criação de mecanismos de participação

popular que visem a consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos. O art. 49 do Estatuto da Cidade dá um prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois, mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isso não aconteça a Prefeitura, após 60 dias, pode, por decreto, regulamentar o Estatuto da Cidade.

- Realização de um Ato Público na Câmara de Vereadores, antes de 12 de dezembro do corrente ano, para entrega da pauta do Fórum ao presidente.
- Criar grupo de trabalho com engenheiros e arquitetos para estudos referentes ao dispositivo do Impacto de Vizinhança para subsidiar a regulamentação do Estatuto da Cidade;
- Para implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. nove ao quatorze) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001) são necessárias as seguintes medidas;
- Exigir da Prefeitura levantamento cadastral e geo-processado das áreas que se enquadrem na condição de ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento, áreas de risco; áreas de proteção ambiental ocupadas; áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.
- Mobilizar os moradores para realização de estudos locais e levantamento cadastral para subsídio das propostas gerais da comunidade;
- Medidas administrativas ou judiciais que assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco;
- Realização de assembléias comunitárias para as questões específicas (usucapião, regularização de áreas ocupadas...).
- Realização de Estudos sobre o Estatuto da Cidade junto mobilizando as comunidades locais através de capacitação de lideranças comunitárias, para instrumentalizar a população como multiplicadora dos seus princípios e garantia de seus direitos;

- Realizar Fóruns e ou Seminários regionais para discutir com as comunidades “A cidade que queremos” à luz do E.C. e as agendas de lutas para serem encaminhadas ao poder público. A metodologia indicada para estes seminários tem como orientação o processo participativo desde a sua concepção ao seu desenvolvimento.
- Realizar evento no dia 23 de março de 2002, com enfoque na qualidade de vida em Florianópolis, priorizando a questão fundiária;
- Institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental-comunitário;

1. Propostas de Organização

- Criar ou aprimorar a rede de associações comunitárias;
- Fortalecer o movimento sócio-comunitário qualificando sua autonomia, sua representatividade e procedimentos democráticos participativos;
- Criar mecanismos de participação popular: levantamentos e cadastramento das entidades sócio-comunitárias; criação e fortalecimento de rede de associações comunitárias.
- Criar o Fórum da Cidade de Florianópolis e realizar Fóruns Regionais (no município) para estudos, diagnósticos e proposições sobre o bairro/cidade que queremos;
- Criar Fóruns nos municípios da Grande Florianópolis e Fóruns Metropolitanos para assuntos comuns dos fóruns da cidade;
- Criar o Fórum Universidade / Comunidades.
- Realizar o II Fórum da Cidade.

Florianópolis, Santa Catarina, 12 de dezembro de 2001

À CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
N/C

Prezado Vereador,

Nos dias 5 e 6 de outubro último, cerca de trezentos moradores de Florianópolis, representando oitenta e um grupos comunitários, reuniram-se na Escola Técnica Federal/SC para criar o **Fórum da Cidade** com objetivo de analisar o novo Estatuto da Cidade - **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, e as implicações dessa lei no âmbito do município, à luz das demandas, experiências de luta e, principalmente, visão de cidade que almejam para o presente e futuro. No encontro, os grupos reconheceram que há muitos problemas urbanos, sociais e ambientais em comum nos diversos bairros da nossa cidade, e que o Estatuto da Cidade oferece novos instrumentos para a participação dos moradores no planejamento e desenvolvimento do município de Florianópolis. Reconheceram e defendem também os princípios gerais que fundamentam essa lei que é a garantia de “..normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Bem como do equilíbrio ambiental” (**art. 1º das Diretrizes Gerais, Capítulo I**).

Deixamos claro que o advento do Estatuto da Cidade em Florianópolis, e também para sua região metropolitana, vem a reforçar e dar legitimidade legal às lutas e demandas que diversos movimentos comunitários vem implementando desde finais dos anos 80. Este diploma legal inaugura anos de tramitação no Congresso Nacional, do movimento social e popular pela reforma urbana e pela moradia que cresceram na fase preparatória e durante a constituinte de 1988, onde se conseguiu aprovar os **artigos 182 e 183**, os quais foram e são base de princípios e diretrizes para a regulamentação do Estatuto da Cidade. A Câmara Municipal e o Executivo de Florianópolis, além de fazer cumprir o que prescreve este dispositivo,

devem responder legal e democraticamente com esta nova cultura de direitos a uma cidade sustentável, “... entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (**inciso I, art. 1º, Capítulo I dessa lei**).

Nesse sentido, especificamente no **inciso II do art. 2**, a lei garante **“a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;”** .

Por isto, e com base em outros artigos da lei, entendemos que, a partir da vigência do Estatuto da Cidade, a população tem um instrumento importante para evitar o crescimento desordenado da cidade, a especulação imobiliária e o dano ambiental. Mas, para que isso ocorra, a sociedade civil organizada de Florianópolis deve ser muito mais ativa na aprovação de novos zoneamentos ou empreendimentos em nossos bairros, e que, em conjunto, a Câmara Municipal de Florianópolis e os grupos comunitários deverão elaborar leis municipais que regulamentem esta participação.

Como exemplo, podemos citar que a Câmara está considerando dezenas de propostas para mudança de zoneamento que podem Ter grandes impactos no futuro de nossos bairros e da cidade como um todo. Todavia, infelizmente, muitas vezes essas propostas não foram divulgadas publicamente para o conhecimento e consideração dos moradores atingidos. Essa política precisa mudar, pois a participação é um direito constitucional, agora regulamentado pelo Estatuto da Cidade.

Para evitar essa prática, em seu **artigo 40**, a lei determina: “No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;”

Além disso, a nova legislação também dispõe que no processo de licenciamento de empreendimentos públicos ou privados por transporte público, impacto na ventilação e iluminação, e sobre a paisagem urbana que impliquem em adensamento populacional, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda ou o patrimônio natural e cultural, o município deve estabelecer critérios para a elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para fornecer as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

Com base nos direitos estabelecidos por estas provisões da legislação, os grupos reunidos no Fórum da Cidade reivindicam que a Câmara trate com urgência a regulamentação do Estatuto da Cidade no âmbito municipal, para definir a operacionalidade das audiências públicas e dos Estudos de Impacto de Vizinhança, entre outras medidas previstas na **lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. As autorizações de licença para localização já devem observar o disposto na Lei Federal, e devemos evitar que estabelecimentos comerciais perturbem a vida de moradores, tais como, por exemplo, o Habib's da Beira-Mar Norte, cuja fila de automóveis de clientes congestionava o tráfego na região.

Assim sendo, para incorporar efetivamente o espírito do Estatuto da Cidade no cotidiano do município de Florianópolis e para que a nossa cidade não morra no futuro, como muitas cidades no Brasil, o Fórum da cidade reivindica:

1. A criação pela Câmara Municipal de **“Comissão especial de Regulamentação do estatuto da Cidade”**, que venha a atuar em parceria com a prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e à democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos. Esta comissão deverá constituir-se por membros da Câmara de Vereadores, entidades e associações comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos empresariais e universidade e outros setores sociais cuja participação seja necessária e discutida por todos.

2. Que em todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade - Lei Federal n. 10.257 - encaminhado por Vereadores ou pela prefeitura de Florianópolis, seja assegurada a participação popular e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário, com base na Constituição Federal e no Estatuto.
3. A realização de audiências públicas, na Câmara municipal, toda vez que for proposta uma mudança de zoneamento, especialmente na região afetada.
4. Que a Câmara, em conjunto com a sociedade civil, elabore regulamentação específica que garanta a verdadeira participação popular nestas audiências antes de todas as alterações de zoneamento, mesmo antes da conclusão da regulamentação municipal. As atuais audiências públicas da Câmara Municipal devem ser repensadas à luz dos princípios da gestão democrática estabelecidos no Estatuto da Cidade, onde está prescrita a participação da população desde a concepção até o acompanhamento dos planos diretores e todo o processo de discussão em tomo ao desenvolvimento urbano.
5. Que a Câmara Municipal, em conjunto com a população e associações representativas, estabeleça regulamentação sobre a elaboração de Estudos de Impactos de Vizinhança, e que essa regulamentação garanta todas considerações estabelecidas na Lei **10.257 (art. 36, 37 e 38)**, bem como que os Estudos de Impacto de Vizinhança e Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), já devam ser exigidos antes da regulamentação municipal.

Ainda que a sociedade civil possa entrar em ação civil contra empreendimentos de comprovado efeito negativo ao meio ambiente e social e que não tenham EIV, é obrigação do Poder Público definir que empreendimentos devem estar sob a égide do EIV. Chamamos a atenção dessa Casa Legislativa que particularmente em Florianópolis, as comunidades organizadas têm se mobilizado contra empreendimentos que têm tido comprovado impacto de vizinhança e também ambiental. Devemos partir da avaliação destas experiências como âmbito de reflexão conjunta no momento em que se legisla o Estatuto da Cidade.

6. Que em referência ao direito de moradia e terra urbana, garantido pelo Estatuto, várias medidas precisam ser tornadas pelo município. Neste sentido, para que se possa implementar os processos de regularização fundiária necessários para a adoção do usucapião em áreas privadas (**art. 9 ao 14**) e concessão especial de uso em terras públicas (**Medida Provisória 2220/2001**), é necessário que a prefeitura realize, em tempo determinado, e que seja discutido, em acordo com as comunidades e a sociedade em geral, um levantamento cadastral e geo-processado.; de:
- Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
 - Áreas de risco;
 - Áreas de proteção ambiental ocupadas;
 - Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitos a usucapião e concessão especial de uso;

No entanto, é necessário que fique claro que o Estatuto da Cidade garante o usucapião como instrumento de regularização fundiária, no âmbito da auto-aplicabilidade da lei. Trata-se, no entanto, de que a definição das áreas mencionadas não venham a servir de mecanismo de expulsão das comunidades carentes, ferindo-se o direito à terra urbana que é um dos princípios basilares do Estatuto. É importante lembrar que as ocupações são uma solução à não-solução do problema urbano e habitacional que a cada ano se agrava em nosso país; onde o Estado tem se omitido de sua função de definir uma efetiva política urbana e habitacional e adotar uma postura pública de resolver definitivamente

os problemas citados. Sem essa compreensão, leituras unilaterais e restritivas da lei podem tornar-se instrumentos ainda mais agravantes de segregação e exclusão sociais. A garantia à habitação e terra urbana são indissociáveis da sustentabilidade ambiental de nossas cidades. Deve-se também aplicar o princípio da equanimidade da aplicação da lei para a situação de ocupação irregular para todos os segmentos sociais, considerando que particularmente na ilha de Florianópolis quase toda sua ocupação fere terras da Marinha e da União. Temos assistido a processos de regularização fundiária que tem privilegiado setores sociais de alta renda, em detrimento de segmentos desfavorecidos da população.

Nossas solicitações partem do princípio de que a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do estatuto da Cidade, em particular o seu inciso X do art. 2 que se refere à adequação da “... **política econômica tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política e da geração de renda e emprego...**”. O artigo 2 do Estatuto também determina que **todos** têm direito: “ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos”.

7. Que ainda se regulamentem, em conjunto Executivo, Câmara Municipal e população organizada, os seguintes dispositivos:
 - a. **artigo 5, Seção II**, onde se prescreve que no Plano Diretor, se deve “...**fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação**”, no que diz respeito ao parcelamento, edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado;
 - b. **§ 1º do art. 25, seção III**, referente ao Direito à Preempção, em que estabelece que a “**Lei Municipal, baseada no Plano Diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito de preempção e fixará prazo de vigência...**”. Cabe a definição conjunta do Poder Executivo, Câmara Municipal e população organizada a definição debatida destas áreas, cuja finalidade está prescrita no art. 26 e seu parágrafo único.


- c. **Art. 28. Seção IX**, que determina que o “**Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado...**”. essas áreas não podem ser definidas somente pelos técnicos, como até hoje tem ocorrido, mas ser compartilhado este procedimento com o conjunto da sociedade.
- d. **Art. 32, Seção X**, onde prescreve que a “**Lei municipal específica, baseada no Plano Diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas**”. Para evitar-se que esta definição fique restrita somente ao Executivo Municipal, como tem acontecido na maioria das administrações municipais no país, deve-se contemplar, neste caso, o princípio também da gestão democrática, principalmente porque envolve geralmente empreendimentos de alto valor imobiliário e que devem ser vigiados pela sociedade, evitando-se a apropriação de resultados econômicos do processo de valorização imobiliária às custas dos investimentos públicos, ferindo-se o princípio basilar do Estatuto da cidade que é a garantia e preservação da natureza social da propriedade, conforme interesse cultural, histórico e social discutido e definido pelo conjunto da sociedade.

O Fórum da cidade deseja que a Câmara garanta e fortaleça o processo de gestão orçamentária participativa, contemplados nos instrumentos do Estatuto da Cidade, para envolver as comunidades na implantação de saneamento básico, transporte público, infra-estrutura urbana e serviços públicos, em geral, visando à consolidação do mencionado diploma legal na cultura política de Florianópolis, e reafirma o princípio da soberania popular em parceria com essa egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Pela Comissão organizadora do Fórum da Cidade

ANEXO F - Folder II Fórum da Cidade

<p>Fórum da Cidade</p>  <p>O Fórum da Cidade é um espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que busca pensar e atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social; um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sócio-comunitárias; de debates das questões da cidade e encaminhamento dos anseios e necessidades da população, buscando uma alta qualidade urbana. O Fórum da Cidade reúne dirigentes do movimento sócio comunitário, profissionais e acadêmicos que elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaços de atuação militante e realizam o compromisso social da academia. Trata-se de um movimento supra partidário de discussão de agenda de lutas, na direção da construção de uma política urbana participativa e democrática.</p>	<p>Comissão Executiva: Carlos Magno Nunes, Modesto Azevedo, Zulamar Maria de Bitencourt Castro, Simone Matos Machado Jeffrey Hoff, Lígia Helena Hahn Lúchmann, Raúl Burgos, Janice Tirelli Ponte de Sousa, Lino Peres, Ana Luíza Vaz, Leonardo Pessina, Iliane Köhler, Teresa Cristina Barbosa, Carla Meirelles Caldas, Andréa Panozzo, Andriú Nobre</p> <p>Informações NESSOP CSE (UFSC) Anexo II sala 07</p> <p>Telefone 48-3319453</p> <p>Site www.portalsocial.ufsc.br/forumdacidade</p> <p>E-mail forumdacidade@yahoo.com.br</p> <p>Apoios: Depto de Serviço Social/NESSOP/UFSC; Depto de Ciências Sociais/UFSC; Depto de Arquitetura/UFSC; APUFSC; UFEÇO; FAMESC; Fórum Nacional da Reforma Urbana; Assembléia Legislativa; Ministério das Cidades</p>	<p>II FORUM da CIDADE</p> <p>"Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis"</p>  <p>Data: 4 e 5 de julho</p> <p>Local: Assembléia Legislativa</p> <p>Promoção Fórum da Cidade de Florianópolis</p>
<p>II FORUM da CIDADE</p> <p>"Construindo movimentos visando uma gestão democrática e um Plano Diretor participativo e sustentável para Florianópolis"</p> <p>Programação</p> <p>dia 4 de julho</p> <p>18:00 horas - Inscrições e recepção</p> <p>19:00 horas Sessão de abertura: "Resgate histórico do Fórum da Cidade de Florianópolis e objetivos do evento" Palestrantes: Fórum da Cidade e UFEÇO</p> <p>19:30 horas "Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos de uma política urbana democrática participativa" Palestrante: Raquel Rolnik Secretária de Programas Urbanos do Ministério das Cidades</p> <p>21:00 horas Debate</p>	<p>dia 5 de julho</p> <p>8:30 horas - café</p> <p>9:00 horas - Painel:</p> <p>"Diagnósticos de Florianópolis e seus movimentos"</p> <p>1 - Síntese dos seminários Regionais</p> <p>2 - Análise crítica da cidade</p> <p>3 - Os movimentos sociais e suas lutas</p> <p>10:30 horas Síntese do Painel</p> <p>11:00 horas Esclarecimentos</p> <p>11:30 horas - Formação e Iniciação dos trabalhos dos Grupos Temáticos</p> <p>Almoço: 12:00 às 13:00 horas Atividade cultural (música, dança, etc)</p>	<p>13:30 - Grupos Temáticos: propostas e ações / movimentos e lutas</p> <ol style="list-style-type: none"> Moradia Regularização Fundiária Transporte Público Saneamento Básico Meio Ambiente Instrumentos de Gestão e Planejamento Urbano democrático Segurança Cultura e lazer <p>15:30 horas: Plenária</p> <p>Apresentação das ações propositivas dos grupos temáticos; Formulação da agenda de luta</p> <p>16:45 horas Café</p> <p>17:00 horas Leitura da Carta da Cidade</p> <p>Encerramento</p>

Síntese do II Fórum da Cidade de Florianópolis

Florianópolis, 04 e 05 de Julho de 2003

Eixo: Trânsito, Transporte e Mobilidade Urbana

A implantação do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Florianópolis (prevista em princípio para o dia 19 de julho deste ano) domina grande parte do tempo dedicado aos debates. De forma consensual, critica-se o processo de condução desenvolvido pela atual administração municipal de Florianópolis, notadamente nos seguintes aspectos:

- O envio e aprovação na Câmara de Vereadores da Lei Complementar nº 034/99, que, entre outras conseqüências negativas, prorrogou os contratos de concessão das empresas de ônibus que atuam no Município, sem o devido procedimento licitatório;
- Ausência de discussão na cidade sobre o formato do sistema integrado e da política tarifária; as audiências públicas que existiram, além de mal divulgadas, tiveram, por parte da Prefeitura, apresentações genéricas que não ajudaram a esclarecer a população; também não foram desenvolvidos os necessários estudos de impacto de vizinhança, preconizados pelo Estatuto das Cidades;
- O sistema integrado não está inserido num processo de discussão de política urbana, configurando uma ação isolada de intervenção no espaço urbano; ressalta a importância de se ter um Plano Diretor único e amplo para toda a cidade;
- O transporte hidroviário da Costa da Lagoa (único meio de transporte para o centrinho da Lagoa) não foi incorporado ao processo de integração;
- Devido a falta de informação, falta de horários, maior tempo despendido em deslocamentos, criou-se uma situação de insegurança quanto a mobilidade e descontentamento geral por parte da população usuária.

Propostas:

- Desenvolver um plano de mobilidade sustentável, que incorpore a priorização ao transporte de pedestres, cadeiras de rodas, ciclistas e outras alternativas de transporte não motorizadas;
- Incorporação do transporte hidroviário da Costa da Lagoa no Sistema Integrado de Transportes;
- Prever, na legislação, que a implantação de novos equipamentos urbanos seja condicionada a aprovação de um Conselho Técnico independente;
- Analisar a viabilidade de implantação de transportes alternativos para Florianópolis (transporte marítimo, aeromóvel, ...);
- Incorporar, na legislação específica, a necessidade de estudos demográficos por região da cidade, para subsidiar a implantação de horários das linhas de ônibus;
- Garantir a aplicação da legislação que prevê a obrigatoriedade de implantação de ciclovias e calçadas, quando da construção e/ou reformas de estradas ;
- Prever, na legislação específica, a existência de um passe de ônibus que tenha validade para o mês inteiro (não seja limitado ao número de viagens);
- Criação de uma Empresa Pública de Transportes, para servir de referência e para operar algumas linhas na cidade;
- Abertura de um processo de discussão para a implantação da tarifa única no transporte coletivo de Florianópolis;
- Garantir, por meio de lei, que os dados provenientes do sistema eletrônico de bilhetagem dos ônibus urbanos sejam disponibilizados para acesso público.
- Implantação de um Domingo gratuito por mês no transporte coletivo de Florianópolis (não houve consenso nesta proposta, em razão do custo da “gratuidade” ser coberto pela tarifa nos demais dias do mês, nos locais onde tal medida foi implantada).

Eixo: Saneamento e Meio-Ambiente

A questão da degradação ambiental decorrente do crescimento acelerado e desordenado da cidade sem, a devida fiscalização dos órgãos públicos e em particular a questão do saneamento ambiental principalmente a coleta, destino e tratamento do esgoto doméstico, é o tema mais referido nos debates promovidos pelo Fórum da Cidade, nestes quase três anos.

Propostas:

- Ter uma política de saneamento que estabeleça as prioridades para o município de Florianópolis;
- Formular um Plano Diretor de saneamento básico do município;
- Implantação imediata dos cinco parques requeridos pela comunidade Florianopolitana: Parque da Luz, Parque da Ponta do Coral, Parque do Campo de Aviação do Campeche, Parque da Região do Monte Cristo e Parque do aterro da Bahia Sul;
- Organizar um seminário específico sobre saneamento básico com os órgãos financiadores e promotores (CEF, CASAN, FUNASA);
- Utilizar e implantar o Conselho Local de Saúde, para exigir Saneamento Básico;
- Promover campanha municipal contra a capina com herbicida;
- Campanha municipal educativa pela eliminação dos coliformes fecais de animais nos mananciais de água e locais públicos;
- Promover campanhas municipais junto as comunidades para discutir e solucionar os problemas de animais soltos;
- Efetivar educação ambiental permanente nas escolas da rede pública municipal não só enquanto tema transversal, mas na grade curricular;
- Ampliação das ações relativas e políticas para a geração de trabalho e renda (cooperativas de catadores, de reciclagem, etc.).

Eixo: Habitação

Os debates ocorridos no âmbito do Fórum da Cidade, contemplaram de uma forma integrada as discussões da Moradia e da Regularização Fundiária em Florianópolis, pautando-se pela efetiva garantia de acesso à Moradia de qualidade e com a devida segurança jurídica como preceitua o Estatuto da Cidade ao regulamentar o Art. 182 e 183 da Constituição Federal.

Propostas:

Avaliação da situação de déficit e carência urbano-habitacional das comunidades em situação irregular em Florianópolis: diretrizes gerais de ação.

- A situação de pobreza, miséria e exclusão em que vivem os mais de 90 assentamentos em situação irregular e/ou de deficiência de serviços e infra-estrutura em Florianópolis é resultado de um modelo econômico, social e político concentrador, elitista e excludente de várias décadas na região, cujo processo territorial e urbano tem privilegiado as camadas da população de alta renda, principalmente a partir dos anos 80 e 90.
- * Os 15% de favelas no município e aproximadamente a metade da população que vive em situação fundiária irregular e localizados em áreas ambientais e/ou de risco, conformam a outra cidade que estruturalmente é indissociável da legal em termos de direito à cidadania social, urbana e cultural. Constituem-se de trabalhadores que têm construído a cidade sem a contrapartida que merecem no processo de concentração da riqueza que produzem.
- * Portanto, exigir o direito à moradia é exigir direito à cidade, entendendo que a habitação se insere no conceito de habitat, termo consolidado na Conferência da UNESCO em Istambul, 1996, como o conjunto de condições materiais, culturais e simbólicas de uma habitabilidade sustentável que garanta os direitos de acesso aos serviços, infra-estrutura e transporte para todos os cidadãos da cidade.

- * Por isso, é necessário que se aplique imediatamente os princípios e ações estabelecidos na Lei 10.257, Estatuto da Cidade, para fazer valer os direitos à moradia e à cidade que o país assinou em Istambul em 1996. Dentre estes princípios, as comunidades presentes no Grupo Regularização e Moradia, propõem a regularização imediata dos assentamentos em situação irregular com:
 - a. a implementação do usucapião em terras particulares, onde não for possível a transferência;
 - b. a aplicação do estatuto da concessão especial de uso em terras públicas, conforme assinala a Lei 2220;
 - c. a reurbanização destes assentamentos, contemplando os princípios das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) ou AIES (Áreas Especiais de Interesse Social) no processo de ampliação e detalhamento das ARP0 que constam no Plano Diretor de Florianópolis.

- * Toda a ação que se proponha neste relatório não será realizada, sem a luta cotidiana das comunidades para fazer valer os seus direitos aqui assinalados. Esta luta deve contar com o apoio indissociável e fundamental das comunidades que vivem em situação regular, mas que sofrem de uma forma ou de outra com carências ou em serviços ou em falta de participação nos destinos de seus bairros, ou outra forma de problema que queiram sanar.

- * As ações pela melhoria urbana e habitacional que tem como eixos imediatos a regularização e reurbanização devem trabalhar no campo da luta direta, coletiva e organizada das comunidades com as ações no campo institucional no sentido de demandar dos órgãos públicos principalmente governamental como o executivo, legislativo e judiciário, como o Ministério Público, as Procuradorias e Ouvidorias. Estas últimas devem ser acionadas como parceiras e guardiãs dos direitos defendidos pelas comunidades, sendo que os parlamentares devem ser pressionados para que respeitem os votos neles depositados. Devem-se promover convênios locais com órgãos para propiciar ações de regularização (CEF, SEBRAE, etc).

- * Deve-se desenvolver ações conjuntas com as universidades, principalmente públicas da região (UFSC e UDESC) no sentido de garantir o assessoramento acadêmico e técnico tanto no processo de levantamento e cadastro sócio-econômico das comunidades como das assessorias necessárias que orientam as ações de regularização e reurbanização.
- * No mesmo sentido assinalado anteriormente, devem as comunidades chamar todo o profissional que se sintonize e se solidarize com a situação de carência e exclusão em que vivem as comunidades, para propiciar as assessorias tão necessárias no processo de regularização e reurbanização. Órgãos profissionais como o IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil - Seção Santa Catarina), OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ACE (Associação dos Engenheiros do Estado de SC), SENGE (Sindicato dos Engenheiros) e outras entidades devem acompanhar e assessorar as comunidades, acionando algumas ações que já vêm realizando como a assessoria cidadã da OAB, por exemplo.

As ações acima assinaladas partem do pressuposto que as comunidades precisam exigir que os projetos de habitação popular, urbanização, levantamentos, etc, sejam feitos por profissionais competentes experientes na área e não levadas às pessoas leigas no estudo. Os projetos em geral são feitos por projetistas sem experiências, ocasionando a baixa da qualidade das edificações, agravando ainda mais a situação em que as comunidades já vivem. Moradia social não é sinônimo de baixa qualidade; ao contrário, deve-se articular o atendimento às necessidades básicas da habitação com o rigor técnico de qualidade. A população de baixa renda precisa mais do que qualquer grupo social de um ambiente sustentável, habitável e com qualidade.

- * As ações que assinalaremos neste documento devem ser priorizadas em curto, médio e longo prazo, definir a forma e estratégia de operação destas ações e que região priorizar trabalhar de imediato, como a comunidade de Vila Aparecida que este Fórum citou como objeto de ação imediata. este fórum deve posteriormente detalhar.

2. Ações relacionadas ao Plano Diretor

- * Luta por um Plano diretor democrático, transparente e global para todo o município que contemple a regularização e reurbanização sustentáveis;
- * Defesa do novo Plano Diretor que rompa com a fragmentação institucional, administrativa e centralismo técnico e institucional do atual PD;

3. Levantamento e diagnóstico da situação fundiária e de moradia das comunidades visando:

- macrozoneamento de todos os assentamentos que se encontram localizados, de forma irregular, em áreas públicas e privadas, em situação de risco e/ou com carência de serviços, infra-estrutura e equipamentos comunitários em geral e necessitando de melhoria habitacional de suas residências;
- obter um contraste entre a cidade legal e a ilegal. Não só a situação na cidade invisível, mas também na cidade ocupada legalmente.
- Com este levantamento, realizar uma mostra itinerante nas comunidades e centros formadores de opinião, do diagnóstico obtido, acompanhado de mostra fotográfica produzida pelos próprios jovens das comunidades levantadas.
- Mapear as Políticas Públicas para uma leitura coletiva das possibilidades de ocupação por populações de baixa renda ou que vivam em áreas de risco para fins de moradia, destinação de áreas de serviços, infra-estrutura, circulação e áreas de lazer e cultura, contemplando critérios adequados de localização.
- Realização de estudos locais em cada comunidade para apresentação de propostas gerais que aglutine as demandas habitacionais e urbanísticas de cada comunidade.

4. Ações institucionais:

- Edição de decreto municipal para regulamentar os procedimentos para outorga de concessão de uso especial para fins de moradia pela via administrativa.
- Cadastro das posses e imóveis públicos municipais, estaduais, e federais (Superintendência do Patrimônio da União - SPU) para facilitar a outorga de concessão de uso especial.
- Regulamentação da criação de assistência técnica e jurídica para assessorar a implementação do estatuto da Cidade através da Lei Municipal. (Art. 4, V, r do Estatuto da Cidade)
- Criação de Coordenadoria Especial de Implementação do Estatuto da Cidade no Ministério Público Estadual em cada Município (gestão junto ao Procurador Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina).
- Empenho das comunidades para constituir defensorias municipais e estaduais, no campo jurídico, junto ao Ministério Público.
- Ingressar com medidas administrativas ou judiciais no Ministério Público para, em um primeiro momento, regularizar todos os casos de moradia que preencham os requisitos do Estatuto da Cidade (mínimos 5 anos de posse) e assegurem a segurança com a transferência ou não (dependendo de cada caso e desde que consultadas as comunidades implicadas) para áreas próximas daquelas famílias situadas em áreas de risco.
- Neste sentido, discutir a regularização ou não em áreas de preservação permanente (APP), tendo em vista que já existe uma população e naqueles casos em que não for possível remover as comunidades do local. Este assunto deve ser objeto de aprofundamento em um próximo Fórum, particularmente um Fórum que trate da regularização e reurbanização.
- Criação de um Conselho Municipal de Reforma Urbana.
- Estabelecer convênios locais com órgãos para propiciar ações de regularização (CEF, SEBRAE, etc).

5. Ações específicas em comunidades:

- Regularização das posses da Vila Aparecida.
- Formação de uma equipe multidisciplinar técnica e jurídica para orientar as associações no processo de regularização fundiária e urbanística.
- Empenho das comunidades e associações pela obtenção de recursos para assistência técnica e jurídica das comunidades que de imediato mais precisam deste serviço. Esta ação deve ser exigida do Poder Público Municipal, que é uma atribuição constitucional que dever ser cumprida. No entanto, este trabalho não elimina a assessoria por parte das universidades e ONGs que se dispuserem a ajudar.

6. Lutas organizativas:

- Resgatar o CAPROM (Centro de Apoio ao Migrante) como forma de luta pela regularização e reurbanização;
- Para isso, é necessário que as entidades presentes no Grupo Moradia e Regularização se reúna imediatamente no final deste II Fórum da Cidade para organizar ações conjuntas de luta pela regularização e reurbanização.
- Que se constituam comissões de comunidades para discutir seus problemas e resgatar o CAPROM.
- Criação e aprimorar da rede de associações de moradores, como a UFECO, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos e jurídicos necessários para os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade.

7. Campanhas:

- Não alteração do atual Plano Diretor de Florianópolis, até que se aprove o próximo PD democrático, global e sustentável apoiado em referendun popular.
- Jornadas e mutirões municipais de lutas pela regularização fundiária e pelo direito à moradia.

8. Pela realização de um *Fórum pela Regularização e Reurbanização sustentáveis*:

- Após a Conferência Nacional das Cidades, marcada para outubro de 2003, realizar um “Fórum pela Regularização Fundiária e Reurbanização Sustentável”, visando:
 - a. Detalhar as ações que estão sendo neste documento assinaladas, estipulando prazos e áreas implicadas nas ações;
 - b. Diretrizes e equipe de elaboração de um projeto de Lei Municipal de iniciativa popular de regulamentação das comunidades em situação irregular, destacando-se:
 - * a regulamentação de todas as áreas que, depois de consultadas suas comunidades, resolverem permanecer em seus lugares, garantindo-lhes a adequada reurbanização, dentro do princípio da aplicação do usocapião (terras particulares) e/ou concessão especial de uso (terras públicas) e do princípios urbanos das ZEIS;
 - * a regulamentação da assessoria jurídica e técnica gratuita para comunidades carentes; regulamentação daqueles princípios que regem a gestão democrática da cidade;
 - c. Este projeto de lei deve ser aprovado no próprio Fórum ou um posterior para aprová-lo definitivamente, para que seja em seguida respaldado em mais de 5% dos eleitores do município, mais ou menos 10 000 assinaturas com ou não título eleitor para o encaminhamento do projeto de lei na Câmara Municipal.

Eixo: Programas Urbanos

As discussões ocorridas no âmbito do II Fórum da Cidade, que podem ser enquadradas dentro deste eixo temático genérico proposto para a Conferência das Cidades, subdividem-se em três sub-temas básicos: Segurança Pública, Cultura e Lazer e Instrumentos de Gestão e Planejamento Urbano Democrático.

Segurança Pública

O problema da Segurança Pública, ou a falta desta, deve ser entendida como conseqüência da ineficiência ou da falta de políticas públicas que atendam as enormes carências concentradas principalmente nas periferias urbanas, nas áreas de risco, nas encostas e nas áreas de mangues. As ações verdadeiramente eficazes são as preventivas consubstanciadas através de programas e projetos que promovam o pleno desenvolvimento das potencialidades sociais e individuais da juventude e adolescência. A violência urbana é de fato uma construção social, filha do descaso público e da ineficiência gerencial. Nesse sentido, a cultura e o lazer apresentam-se como espaços privilegiados para ações preventivas que resgatem autoestima e possibilitem a inserção e integração dos jovens de uma maneira produtiva e positiva na vida societária.

Propostas:

- Implementação da filosofia da Política Comunitária e seus trabalhos efetivos, e a constituição dos Conselhos de Segurança Comunitária, de acordo com as especificidades geográficas e regionais;
- Melhor capacitação dos policiais civis e militares que já estão nas corporações e daqueles que deverão ser contratados para atender adequadamente a população;
- Remuneração adequada para os policiais;

- Implementação de uma Política Nacional Estadual e Municipal de gerações de trabalho e renda;
- Inserção dos Sindicatos e Associações da categoria dos policiais no movimento sócio- comunitário;
- Criação de um Fórum de discussão sobre a descriminalização e legalização do comércio de drogas.

Cultura e Lazer

Na concepção adotada pelo Fórum da Cidade existem alguns princípios norteadores na discussão do tema, primeiro a noção de multiculturalismo, ou seja, o respeito a diversidade e a pluralidade cultural, riqueza maior de uma sociedade verdadeiramente democrática. Outro princípio fundamental é a cultura enquanto direito e que deve ter garantido o seu acesso à todos os segmentos populacionais, através de políticas públicas e não só enquanto mero produto a ser comprado. Como colorário dos princípios anteriores, deve-se democratizar o acesso a produção, a memória e aos bens culturais.

Propostas:

- Ampliação do orçamento municipal destinado à cultura e lazer;
- Criação de um conselho municipal de cultura e lazer com representação comunitária/popular;
- Destinação, tombamento e ocupação de espaços públicos para cultura e lazer em cada bairro objetivando a criação de um centro cultural gerido por um conselho local;
- Abertura para uma discussão aprofundada sobre o projeto do sapiens parque;
- Criação de espaços públicos para cultura e lazer, principalmente para as comunidades periféricas localizadas na cidade informal, como forma de integração e prevenção da violência urbana.

Instrumentos de Gestão e Planejamento Urbano Democrático

A gestão democrática participativa constitui-se em ação estratégica fundamental na formulação, execução e controle social da política pública urbana e, na construção e ampliação de processos político-organizativos da sociedade civil que oportunizem publicizar as diferentes demandas dos segmentos populacionais, em particular dos mais carentes. O Estatuto da Cidade tem exigências com sistemáticas ações de mobilização social para um debate e modo de participação sócio-política qualificadas a partir de importantes instrumentos à vida cidadã, tais como: audiências públicas, conferências, orçamento e planejamento participativos, criação de conselhos de desenvolvimento urbano, plebiscitos e referendo popular.

Propostas:

- Realizar um plano diretor integrado, democrático, participativo e sócio-ambiental;
- Criar uma metodologia para elaboração de um plano diretor integrado, participativo aos moldes do que está sendo implementado pela Prefeitura do Município de São José;
- Definição imediata e demarcação de todas as áreas de patrimônio ambiental, em parceria com ONG'S, Universidades, CREA e IAB e representações sócio-comunitária;
- Retirada do projeto de lei complementar 442/2003 que regulamenta o Estatuto da Cidade;
- Construção de um substitutivo global ao projeto do executivo municipal que contemple integralmente o disposto no Estatuto da Cidade;
- Produzir uma profunda reforma no funcionamento e renovação de recursos humanos dos órgãos municipais de planejamento e fiscalização, que permita a integração dos mesmos;
- Criar mecanismos de controle social dos órgãos de planejamento e fiscalização municipal;

- Criar um Conselho de Desenvolvimento Urbano contemplando as diretrizes do Estatuto da Cidade e também conselhos “regionais” integrantes do conselho municipal;
- Implementação imediata de um processo de orçamento participativo para a elaboração do orçamento municipal de 2004, segundo estabelece o estatuto da cidade;
- Fortalecer os Conselhos Gestores de Políticas Públicas já existentes, divulgando suas experiências, estabelecendo uma relação orgânica com o Conselho de Desenvolvimento Urbano;
- Criar projeto de lei suspendendo modificações de zoneamento no Plano Diretor até que se aprove um novo Plano Diretor participativo e democrático.

Agosto de 2003

Comissão Executiva Fórum da Cidade de Florianópolis

Manifesto do Fórum da Cidade aos cidadãos florianopolitanos

PARA UMA CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DA CIDADE QUE QUEREMOS

O desenvolvimento desenfreado, descontrolado, socialmente injusto e ecologicamente degradante da cidade de Florianópolis que há vários anos vem acendendo a luz do perigo, agora faz soar o sinal de alarme, convocando a todos para uma urgente mudança na gestão do planejamento urbano e do desenvolvimento da cidade. Fruto de séculos de dominação de uma cultura autoritária e clientelista do Estado na sua relação com a sociedade, o processo de decisão sobre o destino do nosso município tem se caracterizado por um distanciamento pronunciado entre os órgãos de governo (executivo, legislativo e judiciário) e a população que, por isso mesmo, está deliberadamente desprovida do exercício pleno de sua cidadania.

Acompanhando a trajetória da organização popular dos principais centros urbanos do país, o movimento sócio-comunitário de Florianópolis vem se constituindo num ator social e político de primeira magnitude. Convém lembrar que, pelo menos desde os primeiros anos da década de 80, importantes segmentos da população florianopolitana vêm se organizando de forma autônoma ao Estado, lutando não apenas pela implementação, como pela conquista de novos direitos.

A articulação do chamado Movimento de Periferia e a constituição da UFECO durante a década de 80; a participação popular no processo do Orçamento Participativo implantado pelo gestão municipal 1992-1996 que, com seus acertos e erros, contribuiu para o crescimento da articulação comunitária; as lutas das comunidades do Campeche, Ingleses-Santinho e Lagoa contra os planos diretores autoritários e destruidores do patrimônio natural, cultural e social de nossa cidade; bem como os esforços e articulações para participar ativamente da Agenda 21 durante os anos 90 têm sido, entre vários outros exemplos de organização da sociedade civil,

uma demonstração do interesse e da disposição da população em participar ativamente das discussões e proposições acerca dos destinos de nossa cidade.

É certo que os movimentos e organizações vêm historicamente enfrentando e desafiando forças políticas que não economizam esforços para dividir, manipular, caluniar e cooptar as lideranças comunitárias. Um, dentre vários exemplos do descaso deliberado do poder público municipal para com as entidades comunitárias foi o processo de elaboração da Agenda 21 de Florianópolis. Aqui, mais uma vez, a cultura autoritária falou mais forte e a participação da comunidade foi atropelada pela aprovação de uma Agenda 21 “de gabinete”, sem a participação efetiva da comunidade na elaboração do documento final.

Porém, o movimento continua. Teima não apenas em sua luta – histórica e diária - por melhorias urbanas para os diferentes bairros e regiões da cidade, como assume o exercício de uma cidadania caracterizada pelo direito de participar, propor e definir o modelo e as políticas para a nossa cidade. Assim é que, entre tantas investidas de articulação do movimento sócio-comunitário, em junho de 2001, o NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina promove o encontro “Experiências em cena”, intitulado, naquela ocasião “*A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis*”.

Como resultado das discussões, é proposta a criação de um espaço onde os movimentos populares “pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis”, um fórum onde “o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano”. Na mesma época, o congresso nacional aprovava a Lei Federal Nº 10.257 de julho de 2001 conhecida como “Estatuto da Cidade”, avançada peça jurídica que objetiva instalar um novo conceito de *direito à cidade* baseado nas idéias de “função social da propriedade” e de “função social da cidade”, e que tem como diretriz para sua regulamentação, através de leis municipais, a participação popular.

A proposta surgida nesse encontro resultou na realização do “I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário”, que teve como referência o novíssimo Estatuto da Cidade. Tratou-se de um encontro de abrangência municipal que objetivava: (a) discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; (b) conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; (c) potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; (d) fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva no planejamento da cidade que queremos; (e) construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; (f) construir uma rede organizacional metropolitana dos movimentos sociais e comunitários. O encontro, realizado nos dias 5 e 6 de Outubro de 2001 no ginásio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, com a participação de 81 entidades e a presença de 220 pessoas, elaborou uma série de orientações consolidadas em um documento que foi aprovado num novo encontro em 27 de outubro do mesmo ano.

Três resoluções do I Fórum devem ser destacadas: 1. a criação do Fórum da Cidade como espaço permanente de articulação do movimento sócio-comunitário; 2. a entrega de um documento à Câmara de vereadores solicitando a urgente regulamentação municipal do Estatuto da cidade e a criação de uma “Comissão especial de regulamentação do Estatuto da Cidade” que garantisse a participação popular visando à “consolidação da cidadania e à democratização do processo legislativo da cidade”. O Documento foi protocolado na Câmara em 12 de dezembro de 2001 e até agora não houve resposta; 3. a realização de seminários regionais no município de Florianópolis.

Contudo, apesar da falta de ouvidos do poder público, o Fórum da Cidade promoveu, durante o ano de 2002, um conjunto de atividades que visaram: a difusão e discussão do Estatuto da Cidade; a organização e articulação dos movimentos e entidades sócio-comunitárias e o aprimoramento do seu próprio funcionamento e objetivos.

Fruto desse esforço foi a realização de cinco Seminários Regionais realizados na Grande Florianópolis que possibilitaram, entre outras coisas, o conhecimento do Estatuto da Cidade por parte dos cidadãos florianopolitanos e o levantamento dos problemas e prioridades locais regionais. Nesse contexto, foi editada e distribuída uma Cartilha do Estatuto da Cidade – também divulgada através do sítio da *Internet* www.portalsocial.ufsc.br/forumdacidade) –; foram publicados vários artigos e entrevistas nos jornais, além de terem sido realizados vários debates em programas de rádio e TV visando sensibilizar a comunidade, tendo o movimento obtido algumas vitórias como o embargo de duas obras grandes (Lagoa da Conceição e Pântano do Sul), que não realizaram o Estudo de Impacto de Vizinhança, medida prevista no Estatuto da Cidade e ainda não regulamentada pelo Poder Público Municipal.

Uma densa discussão do Fórum da Cidade no percurso do ano 2002 tentou definir a natureza, a estrutura de funcionamento e os objetivos do Fórum da Cidade. A seguir expomos uma breve síntese dos resultados alcançados.

O fórum da Cidade é um espaço de articulação entre diferentes sujeitos (individuais e coletivos) que busca pensar e atuar no processo de elaboração das políticas urbanas do município de Florianópolis na direção da democracia, cidadania e promoção da justiça social; um espaço potencializador das reivindicações e das ações das organizações sócio-comunitárias; de debates das questões da cidade e encaminhamento dos anseios e necessidades da população, buscando uma alta qualidade urbana, nos espaços macro e micro. Um espaço coletivo onde dirigentes do movimento sócio comunitário, profissionais e acadêmicos elaboram políticas, assessoram movimentos sociais, viabilizam espaço de atuação militante e realizam o compromisso social da academia; um espaço supra partidário de discussão de agenda de lutas, na direção da política urbana com participação e gestão democrática da Sociedade Civil.

A estrutura e organização do Fórum da Cidade foi se desenvolvendo no âmbito de um processo de participação de lideranças comunitárias e de professores e alunos da UFSC. Sua estrutura não é linear, tem avanços e retrocessos, dada a sua sustentação em um processo de participação e construção de exercício democrático. Nessa direção foi se desenhando uma estrutura orgânica estável e permanente com um estilo desburocratizado de trabalho. Sua agenda de trabalho busca não conflitar com o papel das entidades comunitárias objetivando as reivindicações mais gerais do movimento.

Os objetivos do Fórum da Cidade partem da decisão de construir (pedagogicamente) uma consciência crítica e atual sobre a política urbana. Em termos políticos gerais, o Fórum da Cidade se dispõe à luta por três aspectos fundamentais trazidos pelo estatuto da Cidade: 1. *Plano Diretor Integrado* para a cidade articulado com os planos diretores das cidades circunvizinhas; 2. *Órgão Gestor* do desenvolvimento urbano democrático, paritário e deliberativo; 3. *Regulamentação municipal do Estatuto da Cidade*. Além disso, e a partir da garantia de assistência jurídica gratuita estabelecida pelo Estatuto da Cidade, o Fórum da Cidade trabalhará pelo estabelecimento de uma Defensoria Pública Municipal, em caráter permanente e com profissionais concursados, no intuito de garantir o direito constitucional de acesso à justiça aos movimentos sociais e indivíduos carentes.

Em termos político-organizacionais, o objetivo central do Fórum consiste em: 1. estabelecer, organizar e sustentar as condições de sua própria articulação ainda embrionária, ampliando a participação; 2. estabelecer sólidas relações político-organizativas com as entidades nacionais que lutam pelos mesmos objetivos; 3. estabelecer vínculos estáveis com as ONGs ambientalistas da cidade e do Estado que ainda não participam do Fórum da Cidade; 4. a partir do anterior, ganhar capacidade para, a partir das inúmeras e variadas necessidades específicas de cada comunidade ou associação, organizar e realizar as ações políticas conjuntas.

Fundamentados no anteriormente exposto, os abaixo assinados, participantes do Fórum da Cidade, expressam nesta declaração a decisão de continuar a desenvolver ações por uma cidade democrática, participativa, igualitária, ecológica e socialmente sustentável. É nesta perspectiva que convocamos as Associações e todos os cidadãos e cidadãs para se incorporarem ativamente nesta luta que é a de *exigir* os direitos que, embora constitucionalmente assegurados, são na prática constantemente sonogados pelos órgãos de governo municipal que orientam suas ações tendo em vista privilegiar uma minoria em detrimento dos interesses gerais da cidade. O poder público de nossa cidade, além de desrespeitar a própria Constituição do país, navega na contra-mão da história, cada vez mais marcada pela busca do diálogo e da participação social.

Florianópolis, 01 de Dezembro de 2003.

A

Câmara Municipal de
Florianópolis Excelentíssimo
Presidente Vereador Marcílio Ávila

A gestão democrática participativa constitui-se em ação estratégica fundamental na formulação, execução e controle social da política pública urbana e, na construção e ampliação de processos político-organizativos da sociedade civil que façam públicas as diferentes demandas dos segmentos populacionais.

O Estatuto da Cidade, em vigência de 10/10/2001, exige sistemáticas ações de mobilização social para um debate e modo de participação sócio-política qualificadas a partir de importantes instrumentos que dão vida à cidadania, tais como: audiências públicas, conferências, orçamento e planejamento participativos, criação de conselhos de desenvolvimento urbano, plebiscitos e referendo popular.

O Fórum da Cidade e a UFECO realizaram o II Fórum da Cidade com a presença de 608 delegados, representantes de 100 entidades provenientes de todas as regiões da cidade, bem como, organizaram a Conferência da Cidade de Florianópolis em agosto de 2003, tendo sido debatido amplamente a sustentabilidade sócio-ambiental de nossa querida cidade.

Essas Entidades, expressão da sociedade civil organizada, se sentem no dever de vir a público denunciar a continuidade do processo de destruição de Florianópolis devido à uma política municipal que não está baseada na defesa do interesse público e que viola permanentemente o espírito e a letra do Estatuto da Cidade.

O Fórum da Cidade e a UFECO defendem para a cidade de Florianópolis:

1. Enterrar definitivamente o planejamento parcelado e sem participação da comunidade e construir um **Plano Diretor** integrado, democrático, participativo e sócio-ambiental que permitam a sustentabilidade da cidade.
2. Aprovar imediatamente um projeto de lei suspendendo qualquer alteração de zoneamento até que se aprove o novo Plano Diretor Integrado.
3. Regulamentar as **audiências públicas** de modo que deixem de ser meras formalidades e passem a ser espaços públicos de, discussão e deliberação, respeitados na hora de legislar.
4. Definir e demarcar imediatamente todas as áreas de patrimônio ambiental, em parceria com ONG's, Universidades, CREA e IAB e representações sócio-comunitária, respeitando a legislação ambiental, em particular, a aplicação da Resolução 303/02 do CONAMA, que prevê a preservação das áreas de restinga até 300 metros da preamar, atualmente desrespeitada pelos órgãos competentes na hora de licenciar loteamentos e construções na orla marítima.
5. Retirar o projeto de lei complementar 442/2003 que regulamenta o Estatuto da Cidade até a construção de um substitutivo global ao projeto do executivo municipal que contemple integralmente o disposto no Estatuto da Cidade, em particular a discussão democrática com a sociedade. Para tal, aprovar imediatamente uma lei municipal regulamentando a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança.
6. Produzir uma profunda reforma no funcionamento dos órgãos municipais de planejamento e fiscalização, que garanta a articulação desses órgãos e a renovação de seus recursos humanos, aumentando substancial e imediatamente a quantidade e a qualidade do serviço de fiscalização.
7. Criar um Conselho da Cidade, democrático e participativo, que contemple as diretrizes do Estatuto da Cidade e as resoluções da Primeira Conferência Nacional das Cidades realizada em outubro do corrente ano.

8. Implementar imediatamente um processo de orçamento participativo municipal, em concordância ao Estatuto da Cidade.
9. Regulamentar, através de Lei Municipal, a criação de assistência técnica e jurídica para assessorar a implementação do Estatuto da Cidade.
10. Revisar os licenciamentos irregulares de construções, impondo modificação de projetos quando necessário e, fundamentalmente, não licenciar mais construções ou atividades que violem as legislações ambientais e culturais.
11. Implementar, imediatamente, um processo de regularização fundiária na cidade segundo os princípios e ações estabelecidos na Lei 10.257, Estatuto da Cidade em parceria com o programa Papel Passado do Ministério das Cidades, em particular as áreas de interesse social.

Fórum da Cidade

UFECO

III Fórum da Cidade

Florianópolis - 2004

Debates

Regionais com candidatos a vereador

>>Norte - 1/9 [Acadepol, próximo ao trevo de Canasvieiras] 19h

>>Centro e Maciço do Morro da Cruz - 2/9
[auditório da Catedral Metropolitana] 19h

>>Bacia da Lagoa - 4/9 [Sociedade Amigos da Lagoa] 15h

>>Sul - 6/9 [Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares] 19h

>>Continente - 8/9 [Colégio Est. Aníbal Nunes Pires, Capoeiras] 19h

>>Bacia Itacorubi até Sambaqui - 9/9
[Fórum Judicial do Norte da Ilha, atrás do CCJ - Ufsc] 19h

Grande debate com candidatos à Prefeitura - 25/9

[Centro de Eventos da Universidade Federal de Santa Catarina] 14h



DOCUMENTO PARA DEBATE

Apresentação

O Fórum da Cidade é um espaço suprapartidário de articulação entre diferentes sujeitos, individuais e coletivos, provenientes das entidades comunitárias, dos movimentos sociais, das organizações não-governamentais e da comunidade acadêmica, que busca pensar e atuar no processo de elaboração das políticas públicas do município de Florianópolis na direção da democracia participativa, da justiça social e da sustentabilidade ecológica.

Tem pautado suas ações pela busca do diálogo com o poder público, reivindicando os legítimos direitos de participação popular na concepção, planejamento e gestão da cidade, organizando-a para a melhoria da qualidade de vida do conjunto de seus moradores, sem privilégios para determinados setores.

O Fórum da Cidade recusa os modelos de urbanização que incentivam o adensamento populacional, especulam o valor da terra, causam a exclusão territorial, promovem a concentração de renda, descaracterizam a identidade cultural da cidade, geram poluição e demandam grandes quantidades de matéria prima e de energia.

Em seus mais de quatro anos de existência, foram promovidos diversos fóruns de debate coletivo, de onde foram recolhidas as aspirações, opiniões e necessidades levantadas por centenas de munícipes, organizados ou não em torno de entidades sociais representativas.

As 140 *Propostas Populares para o Planejamento e Gestão da Cidade* estão aqui sintetizadas sob a forma de diretrizes de atuação e de prioridades de implementação. Acerca dessas propostas, nesta data e ocasião solicitamos o pronunciamento dos candidatos a prefeito de Florianópolis sobre sua disposição de implementá-las em caso de sua eleição no pleito próximo.

Propostas

1. Regulamentar o Estatuto da Cidade (Lei 10257/2001) atendendo suas diretrizes básicas de democracia participativa e sustentabilidade sócio-econômica, cultural e ambiental;
2. Regulamentar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (Lei 7661/88) através da implantação do Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro;
3. Criar o Conselho Municipal da Cidade com representatividade efetiva de todos os setores da sociedade e com caráter deliberativo, que interaja organicamente com os Conselhos Temáticos (ou de Direitos) existentes e os a serem criados que atuem como gestores das políticas públicas setoriais (Saúde, Saneamento, Meio Ambiente, Educação, Segurança, Mobilidade, Cultura, Assistência Social e Moradia), bem como reconhecer os Fóruns populares como interlocutores legítimos da sociedade civil na construção das políticas públicas e na gestão da cidade;
4. Encerrar os processos de confecção dos Planos Diretores regionais isolados e instaurar um processo de Plano Diretor Unificado considerando as regionalidades, realizado de forma participativa e pautado pela justiça social e pela sustentabilidade ecológica da cidade, coibindo as alterações menos restritivas ao Plano Diretor atual;

5. Cancelar as licenças e alvarás para construção de empreendimentos comerciais contestados pela sociedade civil organizada e em desacordo com as leis ambientais vigentes, bem como ampliar os espaços para uso público, impedir a privatização dos existentes e dar prioridade aos empreendimentos que não gerem impactos sociais, espaciais e ambientais negativos, fazendo uso dos Estudos de Impacto de Vizinhança;
6. Estabelecer a capacidade de suporte (ecológica, demográfica, de infra-estrutura) do município, especialmente da sua parte insular, através de um diagnóstico socioambiental completo e com a participação da sociedade civil organizada;
7. Garantir a sustentabilidade da base natural da cidade através do controle dos diversos tipos de efluentes e resíduos, da implementação das Unidades de Conservação existentes e da criação de outras para ecossistemas desprotegidos, da recuperação das áreas degradadas e do resguardo da qualidade das águas superficiais e subterrâneas e das demais relações ecológicas;
8. Dirigir o orçamento da cidade para o atendimento das necessidades coletivas e criar Fundos de Investimento para as políticas setoriais sob o controle dos Conselhos Temáticos;
9. Promover a política habitacional de interesse social estimulando os processos autogestionários e efetuar a regularização fundiária da cidade, garantindo o acesso de infra-estrutura urbana a todas as moradias, considerando imprópria a ocupação das áreas de risco, de proteção ambiental e de difícil acesso e realocando gradativamente as famílias nessas condições para áreas que ofereçam condições dignas de vida ou regularizando, quando for possível, as ocupações irregulares;
10. Implementar amplos programas educacionais e assistenciais de inclusão social que possibilitem e fortaleçam a proteção dos direitos, a autonomia econômica, o exercício democrático e a identidade cultural local;

11. Orientar as políticas públicas de mobilidade urbana prioritariamente para o transporte coletivo e para as formas de mobilidade não-motorizada, desestimulando o uso do automóvel particular e atendendo as necessidades de toda a população (trabalhadores, estudantes, idosos, portadores de necessidades especiais), democratizando o acesso e diminuindo os custos das tarifas do transporte coletivo;
12. Promover uma profunda reforma na estrutura administrativa do município, dotando-a de equipamentos adequados e pessoal suficiente e qualificado com vistas a torna-la mais eficiente, democrática e transparente, iniciando esse processo pelos órgãos de planejamento e fiscalização;
13. Criar políticas de investimento público e privado de geração de trabalho e renda nas atividades econômicas relacionadas com a pesca, a aqüicultura, o turismo ecológico e de eventos e a indústria de tecnologia de informação, priorizando a organização de cooperativas de trabalhadores e combatendo a concentração de renda, promovendo a transição do modelo econômico para uma forma mais condizente com os sérios limites dos ecossistemas do município.

Fórum da Cidade – Florianópolis/SC

www.forumdacidade.org.br contato@forumdacidade.org.br



*Toda canção de liberdade vem do cárcere
in Mário de Andrade*

1 – Apresentação

O III Fórum da Cidade foi discutido, deliberado, planejado e executado de forma participativa e voluntária pelos integrantes do Fórum da Cidade - representantes do movimento sócio-comunitário e de ONGs -, que se organizaram em 4 Comissões de Trabalho (Relatoria, Divulgação, Finanças e Mobilização) articuladas por uma Comissão Executiva.

Ciente de seu papel articulador das aspirações da sociedade civil organizada, o Fórum da Cidade assumiu a tarefa de apresentar suas propostas - elaboradas em mais de quatro anos de debates coletivos - para o planejamento e gestão da cidade e de abrir espaços para o diálogo entre todos os pleiteantes a cargos eletivos e a população.

O III Fórum da Cidade contou com o apoio financeiro, logístico e estrutural da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular - NESSOP da UFSC, da Tractebel Energia, da Eletrosul, do Banco do Estado de Santa Catarina – BESC e da Associação dos Professores da UFSC - APUFSC.

O Fórum da Cidade agradece ainda, pela cessão dos auditórios: ACADEPOL (Academia de Polícia do Norte da Ilha), Sociedade Amigos da Lagoa, Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares, Catedral Metropolitana de Florianópolis, Colégio Aníbal Nunes Pires, Fórum Judicial do Norte da Ilha e Ordem dos Advogados do Brasil.

Informações sobre o Histórico, Objetivos, Estrutura e Entidades participantes do Fórum da Cidade estão disponíveis em www.forum-dacidade.org.br.

2 – Calendário do evento

O III Fórum da Cidade foi composto de oito eventos, relacionados a seguir:

- Lançamento: 19/8, 15 h, na Câmara Municipal
- Debates com as candidaturas a vereador:
- Região Norte: 1/9, 19h, na ACADEPOL, em Canasvieiras (Academia de Polícia do Norte da Ilha);
- Região Centro e Maciço do Morro da Cruz: 2/9, 19h, no Auditório da Catedral Metropolitana de Florianópolis, no centro da Capital;
- Região da Bacia da Lagoa: 4/9, 15h, na Sociedade Amigos da Lagoa/SAL, Lagoa da Conceição;
- Região Sul: 6/9, 19h, no Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares;
- Região do Continente: 8/9, 19h, no Colégio Aníbal Nunes Pires, Capoeiras;
- Região da Bacia do Itacorubi até Sambaqui: 9/9, 19h, no Fórum Judicial do Norte da Ilha, na UFSC.
- Debate com as candidaturas a prefeito no primeiro turno: 25/10, 14 h, no Centro de Cultura e Eventos da UFSC;
- Debate com as candidaturas a prefeito no segundo turno: 27/10, 18h, no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, na Av. Beira Mar Norte.

3 – Divulgação e mobilização

A divulgação do III Fórum foi realizada por diversos meios, entre os quais: cartazes, distribuídos em vários locais da cidade e afixados nos ônibus do transporte coletivo; quinze mil jornais impressos, distribuídos por toda a cidade; serviço de som móvel (motocicleta) em todas as regiões da cidade; distribuição constante de *releases* e informes aos principais meios de comunicação da cidade; entrevistas em rádios; sítio eletrônico do Fórum da Cidade (www.forum-dacidade.org.br); distribuição de “mosquitinhos”; publicidade paga nas Rádios Band FM e Itapema FM; divulgação no Boletim Ambiente Meiembipe; convite para todas as associações comunitárias filiadas à União Florianopolitana de Entidades Comunitárias – UFECO e para as demais das quais se possui formas de contato; convite, por meio eletrônico, para as ONGs ambientalistas e demais organizações do terceiro setor dos quais se possui contato; emissão de mensagens eletrônicas para grupos virtuais, endereço pessoais e institucionais.

Todas as candidaturas foram convidadas através de carta protocolada entregue nos diretórios dos partidos políticos com sede na cidade e dos comitês de campanha dos candidatos a prefeito.

4 – Cobertura da imprensa local

A imprensa local prestou uma cobertura considerada mediana. Foram registradas diversas inserções nos jornais impressos AN Capital, e em menor quantidade no Diário Catarinense e no Jornal O Estado, estes dois últimos contendo erros. Não foi computada cobertura da imprensa televisiva.

As rádios Guarujá e Guararema veicularam boletins e informes; as rádios CBN Diário e Guararema entrevistaram o Secretário Executivo do Fórum da Cidade.

Na mídia eletrônica, houve inserções no jornal Folha do Norte, no Portal da Ilha e no Universidade Aberta (www.unaberta.ufsc.br).

O debate com os candidatos a prefeito no primeiro turno foi transmitido ao vivo pela Rádio Ponto FM, do Curso de Jornalismo da UFSC.

5 – Regulamento dos debates

O Regulamento dos debates foi elaborado participativamente pelo Fórum da Cidade e enviado aos candidatos antecipadamente. Uma vez que cada debate contou com um número de candidatos diferentes, houve pequenas alterações na sua dinâmica, contando com a aprovação dos presentes.

O regulamento dos debates está disponível em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/regulamento.htm.

6 – Lançamento do III Fórum da Cidade

Cerca de quarenta pessoas estiveram presentes no evento, entre candidatos a

vereador, representantes de sete partidos da capital catarinense (PcdoB, PL, PMDB, PSB, PT, PTC, PV), candidatos a prefeito Sérgio Grandó e Gerson Basso, candidato ao cargo de vice-prefeito e atual vereador Nildão, além de vereadores, militantes, membros de entidades da sociedade civil e estudantes.

Na ocasião foram apresentados aos agentes políticos, à imprensa e à comunidade, os objetivos do III Fórum da Cidade, bem como o cronograma dos debates com candidatos a vereador e prefeito que serão realizados nas seis principais regiões de Florianópolis e as regras a serem adotadas pelos seus participantes.

7 - Debates regionais com candidaturas a vereador/a

Os seis debates com os/as candidatos/as a vereador/a foram planejados para cobrir as principais regiões da Cidade, facilitando o acesso dos moradores e possibilitando a abordagem de temáticas específicas das várias comunidades da cidade.

A estrutura básica dos Debates Regionais foi: Abertura, Apresentação pessoal dos candidatos, Leitura das Propostas Populares para o Planejamento e Gestão da Cidade, Comentário dos candidatos às mesmas, Respostas dos candidatos às perguntas encaminhadas por escrito pelos participantes e Encerramento. As Propostas apresentadas foram em número de 12 (ver abaixo o item

Em ordem alfabética, com seus respectivos partidos, foram os seguintes os 31 candidatos a vereador/a que compareceram nos debates:

Alciomar Tomaz, PSTU	Gentil Mello, PSB	Marcos Neves, PT
Alexandre Fontes, PP	Getúlio Manoel Inácio, PTB	Maria Conceição Carvalho, PSTU
Angela Albino, PCdoB	Janete Teixeira, PT	Mauzy José da Luz Maciel, PP
Anselmo Doll, PP	João Itamar Silveira, PMDB	Ramon Tartari, PSDB
Antônio Roberto, PPS	José Luiz Sarda, PSDB	Rogério Wildner, PSB
Aurélio Oliveira, PMDB	Laureano Teixeira, PT	Roseli Pereira, PMDB
Carlos Holthausen, PSDB	Lídia Aparecida Marques, PT	Rui da Luz, PT
Cedenir Simon, PT	Lino F. B. Peres, PT	Schirlei Ribeiro, PT
Edinho dos Santos, PT	Manoel Jaime Braga, PFL	Sidnei Corrêa Paula, PSB
Edinon Manoel Rosa, PT	Márcio Anísio Silveira, PSTU	
Ézio Darós, PT	Márcio de Souza, PT	

8 – Comunidades e bairros de cada região

- Região Norte: Ratoles, Daniela, Praia do Forte, Jurerê Internacional, Jurerê, Canasvieira, Cachoeira do Bom Jesus, Ponta das Canas, Lagoinha, Praia Brava, Ingleses, Vila, Santinho, Sítio do Capivari, Vila União, Vargem do Bom Jesus, Vargem Grande, Vargem Pequena e proximidades;
- Região da Bacia da Lagoa: Muquém, Rio Vermelho, Jardim Moçambique, Barra da Lagoa, Fortaleza da Barra, Praia Mole, Retiro da Lagoa, Joaquina, Costa da Lagoa, Canto dos Araçás, Ponta das Almas, Lagoa da Conceição, Canto da Lagoa, Porto da Lagoa e proximidades;
- Região Sul: Trevo da Seta em direção ao sul, Carianos, Tapera, Pedregal, Alto Ribeirão da Ilha, Ribeirão da Ilha, Loteamento Bandeirante, Caiacangaçu, Caeira da Barra do Sul, Naufragados, Praia da Solidão, Costa de Dentro, Costa de Cima, Açores, Pântano do Sul, Praia do Matadeiro, Armação, Lagoa do Peri, Morro das Pedras, Areias do Campeche, Jardim das Castanheiras, Campeche, Loteamento Novo Campeche, Loteamento Costa Leste, Rio Tavares, Fazenda do Rio Tavares, Cachoeira da Fazenda do Rio Tavares e proximidades;
- Região da Bacia do Itacorubi até Sambaqui: Pantanal, Carvoeira, Cidade Universitária, Trindade, Jardim Anchieta, Córrego Grande, São Jorge, Santa Mônica, Itacorubi, Vila Ivan Mattos, João Paulo, Caminho da Cruz, Monte Verde, Vila Cachoeira, Parque da Figueira, Saco Grande II, Sol Nascente, Cidade das Abelhas, Cacupé, Santo Antônio de Lisboa, Sambaqui e Barra do Sambaqui;
- Região do Centro e do Maciço do Morro da Cruz: Centro, Morro da Penitenciária, Vila Santa Rosa, Morro do Horácio, Santa Vitória, Agrônômica, Morro do Céu, Ângelo La Porta, Monsenhor Topp, Major Costa, Mont Serrat, Nova Descoberta, Morro do Tico-Tico, Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Prainha, José Mendes Morro da Queimada, Alto da Caeira, Caeira, Saco dos Limões, Serrinha, Morro do Limoeiro, Costeira e proximidades;

- Região do Continente: Balneário, Jardim Atlântico, Coloninha, Canto, Esteito, Capoeiras, Morro do Geraldo, Bairro de Fátima, Jardim Ilha Continente, Morro da Caixa, Monte Cristo, Nova Esperança, Novo Horizonte, Santa Terezinha, Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória, Cond. Panorama, Sapé, Coqueiros, Condomínio Argus, Praia do Meio, Itaguaçu, Bom Abrigo, Abraão e Vila Aparecida.

9 – Debate com os candidatos a prefeito no primeiro turno

O debate com os candidatos a prefeito foi programado em conjunto com os demais, contando com um reforço adicional na divulgação.

O debate foi inserido na programação da 4ª SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSC, contando com a presença da Profª Eunice Sueli Nodari, Pró-Reitora de Cultura e Extensão da UFSC, na mesa de abertura do evento.

Teve a mesma estrutura básica dos Debates Regionais, entretanto com dois blocos para o comentário às propostas apresentadas pelo Fórum. As propostas para esse evento foram sintetizadas em número de doze.

Compareceram, no debate 8 candidatos, sendo eles, em ordem alfabética, com as respectivas coligações:

Afrânio Boppré, PT/PCdoB/PL	Gilmar Salgado, PSTU
Chico Assis, PP/PFL/PSC/PSL/PMN/PRTB	Osmar Pickler, PTC/PTN
Elpídio Neves, PHS/PSDC	Pedro Eduardo, PTdoB
Gerson Basso, PV	Sérgio Grando, PPS/PMDB/PDT/PTB/PSB

O candidato Dário Berger (PSDB/PMN) não compareceu, alegando outros compromissos.

No debate, compareceram diversos movimentos comunitários organizados, que levaram diversas faixas, entre as quais: “III Fórum da Cidade – Pelo direito à cidade que queremos”; “Saneamento básico na cidade – UFECO Regional Sul da Ilha”; Plano Diretor participativo e integrado – UFECO”; “Tirem as mãos da terra da Comunidade Santa Rosa – Fora Santander e Tarumã”; Florianópolis com sua frágil natureza não pode aceitar mais loteamentos e prédios absurdos”.

10 – Debate com os candidatos a prefeito no segundo turno

O debate no segundo turno da campanha para prefeito foi anunciado durante a realização do debate do primeiro turno e delimitado durante reuniões posteriores do Fórum da Cidade.

O debate ocorreu no Auditório da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo contado com a presença de representante da instituição na abertura dos trabalhos.

O formato do evento foi o mesmo do debate no primeiro turno, entretanto a divulgação e convite foi realizado para entidades e movimentos organizados da sociedade civil; além disso, as Propostas Populares para o Planejamento e Gestão da Cidade foram apresentadas uma a uma, num total de 13.

Neste último debate, apenas o candidato Chico Assis (PP/PFL/PSC/PSL/PAN/PRTB) compareceu; novamente o candidato Dário Berger (PSDB/PMN) não compareceu, desta vez sem sequer avisar aos organizadores.

11 – Tabulação dos resultados dos debates

Abaixo, uma síntese da tabulação dos resultados do III Fórum da Cidade. O documento completo pode ser encontrado em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/tabulacao.pdf.

11.1 Debates regionais

- Partidos políticos participantes, em número de 10, com a respectiva quantidade de vereadores por partido, num total de 31:

PCdoB, 01	PMDB, 03	PPS, 01	PSDB, 02	PTB, 01
PFL, 02	PP, 03	PSB, 03	PSTU, 03	PT, 12

- Total de candidatos participantes: 31;
- Total de participantes: 443;
- Total participantes, incluindo os candidatos: 496;
- Média de participantes por debate: 83;
- Média de participantes por debate, sem os candidatos: 74;
- Total de perguntas dos participantes: 94;
- Média de perguntas dos participantes por debate: 15,6;
- Relação participantes/pergunta: 5,2/1.

11.2 Debate com os candidatos a prefeito no primeiro turno

- Total de participantes: aproximadamente 700;
- Total de candidatos: 8;
- Total de perguntas dos participantes: 99 (sendo que 16 delas foram desconsideradas por serem dirigidas a candidatos específicos);
- Relação participantes/pergunta: 7/1.

11.3 Debate com os candidatos a prefeito no segundo turno

- Total de participantes: 65;
- Entidades presentes: 37;
- Total de candidatos: 1;
- Total de perguntas dos participantes: 28;
- Relação participantes/pergunta: 2,3/1.

11.4 Todos os debates

- Total de participantes: 1261;
- Total de perguntas dos participantes: 221 (mais 16, desconsideradas por serem dirigidas a candidatos específicos);
- Média de participantes por debate, sem os candidatos: 157,6;
- Média de perguntas dos participantes por debate: 27,6;
- Relação participantes/pergunta: 5,7/1.

12 – Propostas populares para o planejamento e gestão da cidade

Em mais de quatro anos de existência do Fórum da Cidade, foram levantadas diversas propostas de cunho democrático e sócio-transformador para o planejamento e a gestão da cidade de Florianópolis.

Tais propostas, após sistematizadas, formaram um conjunto de 140, divididas nos temas Mobilidade Urbana, Gestão Ecológica, Gestão Democrática, Moradia e regularização fundiária, Saúde e saneamento, Educação, Cultura e lazer e Segurança pública. As propostas estão disponíveis para consulta em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/propostas.htm.

Nos Debates Regionais, este conjunto foi sintetizado em 36 propostas que, juntamente com um texto introdutório, foi apresentado e lido em cada debate e entregue sob a forma de Carta Compromisso a todos os candidatos a vereador presentes, solicitando-se dos mesmos a indicação das propostas de sua concordância e a subscrição com assinatura. As propostas sintetizadas estão disponíveis em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/propostas_sintetizadas.pdf.

Dez candidatos a vereador que entregaram o documento assinado, os quais são, com as respectivas ressalvas:

- Ângela Albino, PCdoB, sem ressalvas;
- Cedenir Simon, sem ressalvas;
- Edinho dos Santos, PT, sem ressalvas;
- Edinon Manoel da Rosa, PT, sugerindo pormenores em relação à coleta dos resíduos sólidos, políticas públicas em relação aos idosos e a abertura de espaços públicos para a comunidade nos períodos ociosos;
- Janete Teixeira, PT, sem ressalvas;
- João Inácio da Silveira, PMDB, sem ressalvas;
- Lídia Aparecida Marques, PT, sem ressalvas;
- Lino F. B. Peres, PT, sem ressalvas;
- Marcos Neves, PT, indicando ressalvas para as propostas nº 6 de Mobilidade Urbana, nº 3 de Saúde e Saneamento e nº 2 de Segurança Pública;
- Rui da Luz, PT, sem ressalvas.

No debate com os candidatos a prefeito, a síntese foi ainda maior: 12 propostas elaboradas, sob a forma de diretrizes de atuação e de prioridades de implementação foram lidas e apresentadas em telão no auditório. Cada candidato contou com dois blocos de 4 minutos para comentar as 12 propostas, sendo 6 de cada vez. As propostas sintetizadas para o debate com os candidatos a prefeito estão disponíveis em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/propostas_prefeitos.htm.

No debate no segundo turno com os candidatos a prefeito, houve nova redação a uma das propostas e acrescentada uma ao conjunto, totalizando 13 propostas.

Assim como os candidatos a vereador/a, os candidatos a prefeito também receberam o documento com as 36 propostas para serem entregues assinadas e com a indicação das propostas que se comprometem em promover, caso eleitos. Nenhum candidato entregou ao Fórum da Cidade a assinatura de concordância com as propostas.

13 – Perguntas dos participantes aos candidatos

As perguntas foram encaminhadas por escrito à mesa em formulário específico. Em todos os debates houve questionamentos dos presentes. 221 perguntas foram realizadas em todos os debates

As perguntas versaram sobre assuntos diversos e foram analisadas e agrupadas por similaridade pela Comissão de Relatoria de cada evento. Os temas transportes, saúde, saneamento e de regularização fundiária foram os mais frequentes.

Nos Debates Regionais, foram encaminhadas 94 perguntas à mesa, totalizando a média de 15,6 perguntas por debate. Exceto no debate da Região da Bacia do Itacorubi até o Sambaqui, as perguntas foram dirigidas em dois blocos aos candidatos.

No debate com os candidatos a prefeito no segundo turno, foram encaminhadas 99 perguntas à mesa. A sistematização das mesmas levou em conta critérios como não estarem contidas nas propostas do Fórum da Cidade e não serem ofensivas direta ou indiretamente a algum candidato.

Devido à exigüidade do tempo, foram seis as perguntas aos candidatos a prefeito, divididas em dois blocos:

- O que você entende por democracia e por sociedade civil? O que pensa acerca do Orçamento Participativo?
- Qual a política de segurança pública que os candidatos têm para a cidade?
- Quais são as suas propostas para a área de cultura e lazer?
- De que forma sua gestão irá se relacionar com o Fórum da Cidade?
- Quais as suas propostas para impedir o avanço da cunha salina, que está contaminando o lençol freático nas restingas, e para resolver o problema da falta de água na cidade?
- Qual o seu projeto para o terreno e instalações da penitenciária? Pretende mantê-la 100% para a comunidade, ou que parcela?

14 – Documentos entregues por demais organizações

Nos Debates Regionais foram entregues ao III Fórum da Cidade, por outras organizações da sociedade civil organizada, documentos para serem incorporadas à sua agenda de reivindicações, os quais encontram-se disponíveis no sítio eletrônico do Fórum da Cidade e arquivados entre a documentação da mesma:

- Fórum do Maciço do Morro da Cruz, entregou a “Carta Compromisso”, já anteriormente apresentada para a subscrição dos candidatos a prefeito de Florianópolis; a carta contém 12 reivindicações distribuídas em seis eixos: Infra- estrutura urbana, Educação, Esporte, cultura e Lazer, Meio Ambiente, Geração de trabalho e renda e Segurança pública; documento acessível em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/forum_macico.pdf;
- Fórum Municipal de Educação Infantil, entregou a “Carta para os candidatos a prefeito do Município de Florianópolis”, contendo histórico do Fórum e 32 propostas no campo da educação infantil para serem aplicadas como políticas públicas pelo prefeito eleito; documento acessível em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/forum_educacao.pdf;
- Conselho Comunitário de Ingleses, entregou carta distribuída aos candidatos a prefeito solicitando dos mesmos o compromisso com 13 propostas divididas nas temáticas Plano Diretor, Educação, Meio ambiente, Saneamento, Saúde e Segurança pública; documento acessível em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/conselho_ingleses.pdf;
- Movimento Campeche Qualidade de Vida e outras organizações (Associação de Moradores do Campeche, Instituto Socioambiental Campeche, Movimento SOS Esgoto Sul da Ilha, Movimento Nosso Bairro e Ass. de Pais e Amigos da Criança e do Adolescente), entregaram o documento intitulado “Compromisso do Campeche”, contendo 12 prioridades em políticas públicas para serem aplicadas pelos legisladores e prefeito na região; documento acessível em www.forumdacidade.org.br/iii_forum/compromisso_campeche.pdf.

15 – Avaliação e comentários finais

Segundo as opiniões recolhidas dos candidatos e do público participante, o III Fórum da Cidade foi um evento repleto de êxito, que orgulha os integrantes do Fórum da Cidade.

Em uma sociedade em que a democracia representativa inibe a participação popular, denigre a política e mascara interesses e práticas de dominação econômica, qualquer iniciativa de fortalecimento da cidadania efetivamente comprometida com projetos de transformação social enfrenta inúmeras dificuldades, as quais estiveram presentes na organização do III Fórum da Cidade.

Erros e falhas do evento, neste contexto, devem ser utilizadas para a realização de uma avaliação realista e que as superem na realização das próximas atividades. Não se pode esperar que, trabalhando de modo voluntário e nas horas disponíveis, os agentes políticos da sociedade civil cubram as falhas históricas da política social.

Esta avaliação já foi feita internamente ao Fórum da Cidade, cujos membros sentem-se mais coesos, experientes, realizados e fortalecidos.

Os encontros possibilitam, embora em pouco tempo, o conhecimento dos candidatos entre si e destes para os munícipes, abrindo espaços valiosos de confrontação de ideologias e práticas.

O público participante, embora não tenha composto número expressivo, mostrou-se interessado e fez uso do espaço a ele reservado com maturidade e apresentando boas questões pontuais e de profundidade analítica.

Os documentos encaminhados por outras organizações da sociedade civil revelaram congruência nas aspirações, criando uma sensação de unidade entre as lutas.

Deve ser destacado, porém, que o evento, por seu caráter democrático – e, até poderia ser dito, de utilidade pública -, merecia ser mais destacado pela imprensa local. O Fórum da Cidade entende que, por serem serviços essenciais exercidos por concessão pública, os meios de comunicação estão muito aquém de assumirem com vigor suas responsabilidades sociais no processo de consolidação da democracia substantiva.

Além disso, devemos considerar um descaso com a sociedade civil organizada, e com a população como um todo, a ausência de grande parte dos candidatos a vereador nos debates. Todos os partidos foram comunicados com suficiente antecedência, mas a maior parte deles, apesar de suas chapas numerosas, compareceram com muito pouco representantes.

Nos debates com os candidatos a prefeito, mais do que um descaso, avalia-se como uma ofensa a ausência do Candidato Dário Berger, do PSDB, líder nas pesquisas eleitorais. Deve-se destacar que os candidatos a vice-prefeito também poderiam representar a candidatura. Esta opção do candidato traz indicações do tipo de relação que estabelecerá com os representantes da sociedade civil, caso seja eleito, o que reforça a necessidade da organização popular, caso isso ocorra, para a implementação de políticas públicas justas, democráticas e ecologicamente saudáveis.

Também era esperado que todos os candidatos a vereador que receberam o documento com as Propostas Populares, o devolvessem por escrito, manifestando pública e oficialmente seu compromisso com as aspirações democráticas da população - aspirações estas confirmadas pelos questionamentos do público participante. O Fórum da Cidade encaminha esses resultados preocupantes à avaliação dos munícipes na ocasião da escolha de seus representantes no poder legislativo.

As propostas consolidadas nesse processo, que permanecem contudo em permanente discussão, servem como balizas para a construção de uma sociedade baseada na justiça social, na integridade ecológica e na democracia participativa, embalando o trabalho do Fórum da Cidade para a constituição de uma sociedade que realize autenticamente a beleza e grandiosidade da cultura humana.

Comissão de Relatoria do III Fórum da Cidade
Florianópolis, Santa Catarina, Brasil
Novembro de 2004

Fórum da Cidade – Florianópolis/SC

www.forumdacidade.org.br contato@forumdacidade.org.br

Fórum da Cidade

CAMPANHA “ACORDA, FLORIPA”

A UFECO e o Fórum da Cidade convidam a comunidade a participar da campanha “Acorda, Floripa”, porque temos a certeza de que quase todos os moradores sentem que alguma coisa está errada com a nossa cidade. Esse sentimento talvez apareça quando estamos parados no trânsito, em cruzamentos que há pouco tempo fluíam bem. Ou talvez ele nos pegue quando sentimos o cheiro de esgoto- e isso infelizmente pode acontecer em quase todos os bairros da cidade. Sintamos o problema quando vemos um jovem voltando cedo da aula porque falta professores na escola, ou quando uma mãe reclama da falta de vagas na creche, ou então quando os idosos ficam horas na fila do posto de saúde. Sem dúvida estamos alarmados com o espantoso aumento da violência na cidade, com a destruição das áreas verdes e a poluição das águas. Como valorizar as culturas e tradições locais é um assunto que recebe ainda menos atenção.

Cada um de nós percebe vários sinais de que a qualidade de vida e a dos serviços públicos em Florianópolis estão piorando. E quando passamos em frente aos incontáveis canteiros de obras, onde altíssimos prédios estão sendo construídos, sentimos que a situação só tende a piorar. Para agravar o quadro, falta respeito pelos espaços públicos, como o terreno da Penitenciária, do Parque da Luz e da Ponta do Coral, que estão ameaçados de privatização. Ao mesmo tempo, poucos esforços são feitos para garantir moradia e emprego de qualidade para os milhares de moradores que não contam com isso.

Estamos lançando a campanha “**Acorda, Floripa**” para reverter a situação antes que seja tarde. De norte a sul da ilha, há mega-projetos sendo promovidos ou aprovados pelo poder público que vão mudar para sempre, e para pior, a vida ao redor. Colocando esses projetos no mapa produzido para a campanha, podemos perceber que a cidade vai literalmente explodir se tudo isso for realmente construído. A Florianópolis que todos amamos, e que atraiu tantos novos moradores, logo estará irreconhecível.

Temos uma opção a propor, planejamento que respeite as leis urbanas e ambientais as quais estão sendo diariamente ignoradas. Queremos a ligação entre o crescimento e a capacidade real de infra-estrutura e serviços urbanos e públicos; queremos igual direito à dignidade para todos os moradores atuais e também para a bela natureza da cidade, antes que se pense em mais crescimento insustentável.

A campanha “**Acorda, Floripa**” começa com metas simples:

- A elaboração de um **diagnóstico sócio-ambiental** da cidade para determinar sua capacidade e seus limites.
- Um **Plano Diretor Municipal integrado e participativo**, elaborado e gerenciado com respeito ao Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257 de 2001.
- O fim das mudanças isoladas no zoneamento municipal.
- **Audiências públicas e estudos de impacto ambiental e de vizinhança** antes da aprovação de qualquer obra que provoque impacto no trânsito, infraestrutura e serviços urbanos.
- Legislação municipal e estadual que permita **referendos populares** e projetos-de-lei de iniciativa popular.

Vamos lançar a campanha quarta-feira dia 27 de julho, às 15 horas na Rua Felipe Schmidt, esquina com a Deodoro. Se seu grupo quer aderir à campanha, colocando seu nome neste manifesto, entre em contato com Azevedo Modesto 99614953 ou Jeffrey Hoff 99631369 jeffhoff@floripa.com.br.

Propostas do IV Fórum da cidade de Florianópolis

(realizado em 23 e 24 de junho de 2006)

1. Constituição do núcleo gestor plural que no mínimo contemple as seguintes entidades e representações: FC; UFECO; FEEC; CREA; IAB; ACIF; SINDUSCON; CONSEGS; Universidades; PMF/IPUF/SUSP/ FLORAM e Representações Regionais
2. Incorporar também ao debate o Ministério Público-SC e da União, Cartório, Imobiliárias, OAB. Esfera do Estado: Secretaria de Planejamento Urbano, IBAMA, INSS, FATMA, CELESC, CASAN, Caixa, Banco do Brasil, Ministério da Agricultura. Organizações de Classe:, SANTUR, Construtoras, Incorporadoras, Sindicatos de Trabalhadores. Instituições:, Conselhos Profissionais e Universidades. Executivo Municipal: todas as secretarias municipais. Legislativo: Técnicos da Câmara, Vereadores, representantes de partidos. Movimentos Sociais e ONGs.
3. Promoção de Audiência Pública de Lançamento do Processo do PD.
4. Revisão da Operação Tapete Preto, promovendo a inversão de prioridades para o saneamento ambiental de acordo com o maciço entendimento da população Florianopolitana.
5. Que o Executivo Municipal aprove a proposta do Conselho da Cidade elaborada no decurso de 5 meses de trabalhos, a partir da 2ª Conferência das Cidades com a participação democrática de diferentes segmentos organizados da cidade e encaminhe imediatamente o projeto de lei ao Legislativo municipal.
6. Que o Plano Diretor integrado leve em consideração a identidade de cada distrito. O Plano deve ser de toda a cidade mas que considere na sua gestão a criação de um comitê distrital como base local de discussão (do distrito para a cidade como um todo).

7. Que seja levado em consideração o planejamento das bacias hidrográficas, pois seus limites coincidem com os limites dos distritos.
8. Que os estudos e propostas acumuladas pelas comunidades e segmentos organizados da sociedade civil sejam considerados no processo de elaboração do Plano Diretor integrado e participativo. Resgatando as experiências já realizadas: avaliação crítica e avanços em relação aos processos participativos dos planos diretores setoriais.
9. Seja considerado que, o atual Plano Diretor apresenta um paradigma jurídico que está em conflito com a atual legislação ambiental.
10. Moratória (Câmara de Vereadores) imediata para alteração de zoneamento e obras de grande impacto porém devem continuar propostas de zoneamento mais restritivas e as de inquestionável interesse público.
11. Que o executivo municipal reestruture o Conselho de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA, conferindo-lhe deliberativo e normativo para que atue em conjunto com o Conselho da Cidade.
12. Que o IPUF (Representante Executivo Municipal) se articule num calendário único e construído em conjunto com a Sociedade Civil para gestar e elaborar o Plano Diretor.
13. Que o processo de divulgação do PDP considere espaços tais como: escolas, ônibus, outdoor, cartazes, rádio, faixas, terminais de ônibus dos bairros, carros de som, imprensa e TV, incluindo a TV Câmara.
14. Que a Câmara Municipal promova alterações no seu regimento interno, estabelecendo procedimento especial para a tramitação do projeto de lei do Plano Diretor participativo com base no Estatuto da Cidade e Resolução nº 25, do Concidades Nacional, com ênfase ao impedimento de alterações de conteúdo sem consulta à população.

15. Que o Executivo Municipal encaminhe Projeto de Lei criando assessoria jurídica e técnica gratuita para assessoria aos menos favorecidos, conforme artigo 4º, V, letra “r” da Lei 10.257/2001.
16. Que seja criado pela Câmara Municipal programa semanal sobre o Plano Diretor e Estatuto da Cidade na TV Câmara e que essa no decurso do Plano Diretor seja um canal de divulgação permanente do processo.
17. Que se leve em conta a capacidade de suporte por bairro e rua no Plano Diretor e que o Código Florestal seja respeitado no Plano Diretor.
18. Que se de mais ênfase e importância ao Plano de Desenvolvimento Urbano do Continente.
19. Instituição do zoneamento ambiental, com Mapeamento das áreas de recarga de aquífero, inventário do nosso potencial da fauna e flora, biodiversidade disponível e não-disponível na forma de reserva e se criar mais reservas.
20. Que os processos para liberação de alvará e licenciamento de obras de significativo impacto ambiental sejam mais claros e que obras sejam apreciados em audiência pública na comunidade atingida.
21. Que no Plano Diretor fique garantida a arborização de vias públicas.
22. Que seja feito um debate sobre a destinação de áreas públicas no Plano Diretor aplicando de imediato o direito de Preempção as áreas (preferência para aquisição das áreas) .
23. Que o Plano Diretor contemple as exigências legais para o tratamento/reciclagem de resíduos domésticos, hospitalares e da construção civil, e exigindo que seja incluído no orçamento municipal incentivo financeiro aos “recicladores” pelos relevantes serviços prestados a cidade e na minimização da poluição ambiental.

24. Que o Plano Diretor contemple as dimensões da habitação popular, saneamento básico, segurança pública, projetos sócio-assistenciais de interesse da população mais pobre.
25. Que os projetos do executivo municipal em andamento sejam incluídos na discussão do Plano Diretor Integrado e participativo (metrô de superfície, transporte marítimo, centro multiuso e policlínicas).
26. Que o Plano Diretor resguarde as diretrizes dos Sistemas Nacional e Estadual de Unidades de Conservação.
27. Que se altere, imediatamente, o regimento interno da Câmara de Vereadores e que as alterações de zoneamento só possam ocorrer a partir da aprovação de 2/3 dos vereadores (quorum qualificado).
28. Que o processo participativo de elaboração do Plano Diretor não se reduza ao mês de outubro (a priori) como o momento de aprovação de princípios genéricos. Que isso seja somente uma primeira meta no desenvolvimento do processo.
29. Que estas propostas fiquem expostas no site do IPUF na página do CONCIDADES.
30. Que o processo de participação democrática do Plano Diretor assegure o acesso irrestrito a toda e qualquer informação cartográfica, planos e projetos de grande porte em debate, sejam eles de domínio da iniciativa privada ou dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e as universidades.
31. Que as áreas de domínio dos órgãos/ministérios de Estado, sejam garantidos como áreas de interesse social, buscando cumprir a função social da propriedade pública.

32. As escolas públicas do município possuem edifícios e equipamentos que normalmente ficam ociosos durante os fins de semana, os feriados e férias.

Proposta: que os atores sociais na suas discussões e ações, dentre outras a do plano diretor, sejam propositivas quanto ao uso desses espaços e equipamentos, enquanto bens públicos, no sentido de resgatar a função social da escola, transcendendo a educação só para os alunos, tornando a escola usufruída por toda a população, em polo gerador de cultura, centros esportivos, de lazer e convívio e de formação profissional para geração de renda.

33. Que seja implementado o plano de ordenamento marítimo concomitante e de maneira articulada ao PDP.
34. Que o Plano Diretor contemple o parque de visitação às dunas dos Ingleses e, na rua Angra dos Reis.
35. Que o Fórum da Cidade faça um encontro anual como controle social do processo de planejamento urbano da cidade.
36. Criação de unidades habitacionais pela COHAB para a população mais pobre do município.
37. Saneamento básico e segurança e regularização fundiária mais eficiente para o Maciço do Morro da Cruz.
38. Que se implantem formas de reparações de obras com impactos ambientais e urbanos licenciados como por exemplo o Sapiens Park, Shoppings Santa Mônica e Florianópolis e Costão Golf.

Regimento Interno do Fórum da Cidade

Capítulo I – Da Natureza

Art 1º - O Fórum da Cidade, denominado de “Fórum da Cidade, Organização Popular e Social de Florianópolis”, é uma organização sem personalidade jurídica formal e atua, atendendo às suas instâncias deliberativas, como consenso representativo da Cidade de Florianópolis.

Parágrafo único – O Fórum da Cidade, Organização Popular e Social não tem discriminação étnica, de gênero, de religião, de classes sociais e político-partidárias.

Capítulo II – Dos Princípios

Art. 2º - O Fórum da Cidade será regido pelos seguintes princípios: Direitos Humanos, Pluralidade de Pensamento, Exercício da Cidadania, Solidariedade, Autonomia, Gestão Democrática, Democracia Participativa, Sustentabilidade Ambiental, Qualidade de Vida, Justiça Social e Econômica.

Capítulo III – Dos Objetivos

Art.3º - São objetivos do Fórum da Cidade:

- I – Constituir-se em espaço público de participação, debates e deliberações com as mais variadas esferas e segmentos sociais da cidade para a constituição de uma cidade regida pelos mesmos princípios elencados no Art. 2º;
- II – Realizar um movimento representativo das bases comunitárias na formulação e execução da Política Urbana;
- III – Oportunizar a articulação dos representantes dos movimentos sociais comunitários, sindicais, de conselhos de direitos, representações políticas do campo popular e outros, com unificação das suas agendas e das lutas voltadas para a Política Urbana de Florianópolis;

- IV – Buscar a superação dos problemas da cidade e a defesa do Plano Diretor Participativo;
- V – Agir em favor da qualificação social das seguintes políticas públicas: moradia e questão fundiária, saneamento e meio ambiente, mobilidade e acessibilidade, educação, cultura, saúde, segurança, gênero, etnia e outras;
- VI – Fortalecer os movimentos sociais e o processo organizativo popular-comunitário para o Controle Social da Política Urbana.

Capítulo IV – Da Organização

A organização do Fórum da Cidade deve oportunizar a união dos movimentos sociais da cidade, respeitando suas identidades, características, ideologias, integrando-os sob a forma de rede social, para atender as demandas da Política Urbana através de suas instâncias deliberativas e executivas.

Seção I – Das Instâncias Deliberativas

Art. 4º - São instâncias deliberativas do Fórum da Cidade:

- I – O Congresso da Cidade;
- II – As Plenárias.

Seção II - Do Congresso da Cidade

Art. 5º- Compete ao Congresso da Cidade:

- I – Realizar, com periodicidade regular, um amplo diálogo com a sociedade civil de Florianópolis e debater sobre a Cidade e a Política Urbana;
- II – Formular e debater análises, prioridades de ação e proposições sobre a Cidade e a Política Urbana;
- III – Eleger as instâncias executivas do Fórum da Cidade;
- IV – Realizar parcerias com os demais Fóruns existentes na Cidade para a programação e execução do Congresso da Cidade;

- V – Produzir informações sobre as questões urbanas e debates sobre as demandas da Política Urbana;
- VI – Interagir e dar continuidade ao processo organizativo popular-comunitário e da sociedade civil para o Controle Social da Política Urbana.

Seção III – Das Plenárias

Art. 7º- Compete a estas instâncias deliberativas:

- I – Planejar, instrumentalizar e controlar as ações do Fórum da Cidade e das suas instâncias executivas;
- II – Submeter à apreciação as análises técnicas, deliberações e ações propositivas das Câmaras Temáticas;
- III – Propor, instrumentalizar, monitorar e avaliar a Política Urbana, com o controle das ações deliberadas pelo Fórum da Cidade.

Capítulo V – Das Instâncias Executivas

Art.8º- São instâncias executivas do Fórum da Cidade o Comitê Gestor e as Câmaras Temáticas.

Art. 9º - O Comitê Gestor (CG) é uma instância colegiada, composta de três ou cinco membros titulares e respectivos suplentes, indicados no Congresso da Cidade e tem como competência:

- I – Dirigir as Plenárias do Fórum da Cidade;
- II – Participar da Coordenação Geral do Congresso da Cidade;
- III – Cumprir as deliberações das Plenárias;
- IV – Submeter à apreciação das Plenárias do Fórum da Cidade, as propostas encaminhadas pelas Câmaras Temáticas;
- V – Representar ou indicar representação do Fórum da Cidade;
- VI – Articular as Câmaras Temáticas;
- VII – Coordenar a Estrutura do Comitê Gestor:
 - a. Comissão de Secretaria e Expediente;
 - b. Comissão de Finanças;
 - c. Comissão de Comunicação.

Capítulo VI – Das Câmaras Temáticas

- Art.9º- As Câmaras Temáticas (CT) serão constituídas nas Plenárias e legitimadas pela indicação de no mínimo três membros titulares e três suplentes, representantes de entidades ou instâncias vinculadas ao Fórum da Cidade.
- Parágrafo I – Cada CT elegerá entre seus titulares, um coordenador e um relator com a atribuição de conduzir os trabalhos atendendo aos princípios do Fórum da Cidade e às deliberações de suas Plenárias;
- Parágrafo II – As Câmaras Temáticas deverão propor políticas e ações específicas às suas temáticas;
- Parágrafo III – Qualquer decisão da CT será proveniente de seus participantes, e suas ações deverão ser objeto de conhecimento e deliberação nas Plenárias;
- Parágrafo IV - Seus documentos elaborados só poderão ser divulgados e assinados pelo coordenador e pelo relator do Comitê Gestor do Fórum da Cidade.

Capítulo VII- Dos Membros

- Art. 10 - Pode ser membro do Fórum da Cidade: cidadãos e representações de Entidades Comunitárias, Fóruns, ONGs, Movimentos Sociais, Sindicatos, Instituições Acadêmicas, Conselhos Regionais de Profissão e outras instâncias organizadas da Sociedade Civil.
- Art.. 11 - Para participar como membro do Fórum da Cidade, o cidadão deve preencher ficha de inscrição contendo os objetivos de sua adesão ao Fórum da Cidade, e apresentar cópia da carteira de identidade e do comprovante de residência. As representações deverão apresentar por escrito, os objetivos de sua adesão ao Fórum da Cidade, o nome de seu representante e de um suplente, e fotocópias do Estatuto e da Ata de Eleição da diretoria em exercício.
- Art. 12 - As solicitações de ingresso ao Fórum da Cidade serão analisadas pelo Comitê Gestor e apresentadas à Plenária para aprovação.

- Parágrafo I – As plenárias são abertas, mas apenas seus membros registrados possuirão direito a voto, desde que tenham comparecido nas três plenárias imediatamente anteriores;
- Parágrafo II – O voto individual do cidadão corresponderá a 1/5 do voto de um representante;
- Parágrafo III – O não comparecimento dos membros a três 3 plenárias consecutivas ou a cinco alternadas sem justificativa, no prazo de seis meses, implicará na sua exclusão do FC.

Capítulo VIII – Das Disposições Gerais

- Art. 13 - Os membros do Fórum da Cidade podem desvincular-se a qualquer tempo, apresentando comunicação por escrito.
- Art. 14- O Fórum da Cidade se reunirá uma vez por mês em Plenária e extraordinariamente sempre que for convocado por seu Comitê Executivo ou por 2/3 de seus membros.
- Art. 15- Este Regimento poderá ser alterado em Plenária, desde que especificado tal tema na Convocatória expedida com antecedência mínima de 15 dias, exigindo-se para tanto maioria dos votos dos presentes.

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO E ÀS AUTORIDADES DE FLORIANÓPOLIS

No dia 11 de julho de 2009, realizou-se o "I Seminário de Transporte de Florianópolis", promovido pela Câmara de Transporte do Fórum da Cidade. O Fórum da Cidade: Organização Popular e Social de Florianópolis é uma organização autônoma da sociedade civil que reúne diversas entidades do movimento social e conta com a colaboração de professores e estudantes universitários e profissionais capacitados principalmente em temas urbanos. O objetivo do seminário foi o de ouvir, dialogar, refletir e formular políticas de mobilidade e acessibilidade a partir do diagnóstico do sistema de transporte coletivo da cidade. Durante os debates, verificou-se que o Poder Público não possui um plano para solucionar os graves problemas da cidade; que falta transparência nos processos de elaboração de políticas públicas e que a atual administração municipal não tem assumido a responsabilidade como gestora do sistema de transporte urbano.

Há décadas que o automóvel e o sistema viário que lhe dá suporte e circulação vem definindo a organização das cidades brasileiras. Em Florianópolis não é diferente. Estamos sofrendo com o acelerado processo de urbanização na região da Grande Florianópolis, apesar disso, não existem ações para criar um Plano Metropolitano de Mobilidade e Acessibilidade Urbana. O que vemos é um desordenado crescimento urbano, a marginalização das populações mais pobres, um total estrangulamento do sistema de transporte, a repressão das modalidades não-motorizadas de mobilidade e a diminuição da qualidade de vida da população em geral. Por isso, queremos inserir a discussão do transporte no contexto de um novo Plano Diretor Municipal, cujo processo participativo foi interrompido pelo Executivo Municipal, instrumento urbanístico que compatibiliza o uso do espaço urbano com a localização dos serviços públicos.

Nesses longos anos de luta por um transporte de qualidade, pessoas foram agredidas e presas. Os participantes deste evento repudiam este ataque e truculência contra o direito de livre manifestação e de defesa a um sistema de transporte público de qualidade e com acesso a todos; não aceita esse estado de coisas e quer resgatar a dignidade e combater toda a forma de criminalização dos movimentos sociais.

Partimos do princípio de que o transporte coletivo, assim como outras questões relativas à mobilidade e acessibilidade urbana, é uma responsabilidade constitucional e de fato do Poder Público. Neste sentido, a nossa luta atual é para que o poder público municipal assuma a sua responsabilidade pela gestão do sistema e acabe de vez com os

desmandos praticados pelas empresas privadas e seus aliados políticos. Acreditamos que há um esgotamento do modelo de concessão do transporte para a exploração da iniciativa privada. Defendemos que o serviço de transporte coletivo é uma concessão pública e assim deva ser tratado. Uma das formas de o poder público mostrar a sua responsabilidade é retirar o contraditório Projeto de Licitação enviado à Câmara de Vereadores, para que a população e os movimentos sociais possam ser ouvidos e propor soluções e um substitutivo global ao projeto.

Em Florianópolis, os empresários do transporte controlam os terminais e o fluxo de passageiros através da COTISA (Companhia Operadora de Terminais de Integração S/A), e do Sindicato de Empresas de Transporte Urbano de Passageiros da Grande Florianópolis (SETUF). A prefeitura não possui um órgão encarregado da arrecadação do sistema e não apresenta propostas nesse sentido. Nós queremos, portanto, a municipalização da COTISA e a criação de um órgão de controle e gestão do sistema de transportes que atenda a toda Região da Grande Florianópolis.

Além disso, entendemos que para ser plenamente eficiente, é necessário que ao transporte coletivo seja concedido tratamento de prioridade no sistema viário, o que requisita medidas de restrição ao uso do automóvel particular, a criação de corredores exclusivos e integrados para os ônibus e a construção de estruturas seguras, confortáveis e universalmente acessíveis para a sua integração com as diversas modalidades de transporte, sobretudo com os pedestres, cadeirantes e ciclistas.

Por fim, reafirmamos a necessidade de Florianópolis adotar um modelo público de gestão com um efetivo controle social, enfatizando a necessidade de participação da Sociedade Civil organizada nas decisões relativas aos serviços públicos. Neste sentido, os participantes deste Seminário propõem a ampliação dos poderes do Conselho Municipal de Transportes, para que este se tome deliberativo e paritário e passe a debater as diferentes propostas das entidades e buscar a representação do movimento social existente.

Pela retirada do Projeto de Licitação do transporte da Câmara de Vereadores e pela proposição de um substitutivo global!

Pela Municipalização da COTISA!

Por uma gestão pública do sistema de transporte, mobilidade e acessibilidade sob controle social de toda a sociedade!

Contra a criminalização dos movimentos sociais!

Subscrevem:

Fórum da Cidade de Florianópolis

União de Entidades Comunitários de Florianópolis (UFECO)
Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina
(FAMESC)

Associação dos Ciclouários da Grande Florianópolis (VIACICLO)

Movimento Passe Livre (MPL)

Juventude Socialista do PDT/Fpolis

Campanha pela Licitação Limpa Já

Conselho das Associações do Bairro Monte Cristo (CARMOCRIS)

Gabinete do Vereador Dr. Ricardo Camargo Vieira

Sindicato dos Empregados do Comércio (SEC)

Federação do Comércio do Estado de Santa Catarina (FECESC)

Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis (SINDVIG)

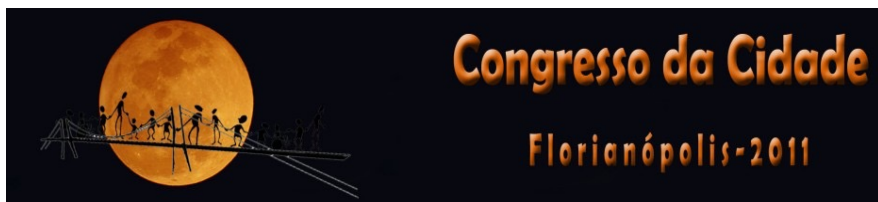
Sindicato de Asseio e Conservação (SINDLIMP)

Floripa Acessível

Núcleo Gestor Acessível da UFSC

Núcleo Distrital do Ribeirão da Ilha

Subnúcleo da Baía do Itacorubi para o PDP



Relatório Síntese Congresso da Cidade 2011

- Lista de siglas
- 1. Introdução
- 2. Etapas do Congresso
- 2.1 Primeiro Momento
- 2.2 Segundo Momento
- Anexos

Lista de Siglas

- APL: Área de Preservação Permanente com Uso Limitado
- APA: Área de Proteção Ambiental
- APP: Área de Preservação Permanente
- AMECON: Associação Metropolitana dos Conselhos Comunitários de Segurança
- CELESC: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
- CMAS-FC: Câmara Setorial de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade
- CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- CNUC: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
- CONAMA: Conselho Nacional do Meio Ambiente
- CONSEMA: Conselho Estadual do Meio Ambiente (Santa Catarina)
- COMDEMA: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Florianópolis)
- COMINTER: Comitê interuniversitário UNISUL - UDESC – UFSC
- EIA: Estudo de Impacto Ambiental
- ETE: Estação de Tratamento de Influentes
- FATMA: Fundação do Meio Ambiente (Estado de Santa Catarina)
- FC: Fórum da Cidade: Organização Popular e Social de Florianópolis
- FLORAM: Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis
- GERCO: Gerenciamento Costeiro
- IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMBio: Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade

- IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- IPUF: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
- MMA: Ministério do Meio Ambiente
- LP: Área Legalmente Protegida
- MOSAL: Movimento Saneamento Alternativo
- NESSOP: Núcleo de estudos em Serviço Social e Organização Popular
- PDP: Plano Diretor Participativo
- RESEX: Reserva Extrativista
- RIMA: Relatório de Impacto Ambiental
- RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural
- SEUC: Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (Estado de Santa Catarina)
- SEPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do município de Florianópolis
- SISNAMA: Sistema Nacional do Meio Ambiente
- SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
- UC: Unidade de Conservação
- UFECO: União Florianopolitana de Entidade Comunitárias
- ZA: Zona de Amortecimento

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório foi organizado pela equipe do Projeto de Assessoria ao Fórum da Cidade/NESSOP com base na sistematização preliminar realizada por membros da coordenação geral do evento. Possui como objetivo facilitar o acesso às informações e deliberações do Congresso da Cidade realizado em 2011.

Breve histórico Congresso da Cidade¹

O Congresso da Cidade, realizado em dois momentos, o primeiro nos dias 1 e 2 de julho de e o segundo nos dias 22, 23 e 24 de setembro, contando com uma plenária final em 8 de outubro de 2011. Foi o mais recente capítulo, de uma longa história de tentativas de articulação de ações e propostas, organizado pela fração popular da sociedade civil, na tentativa de dar um horizonte humano ao processo de desenvolvimento urbano na Cidade de Florianópolis. Vejamos um pouco dessa história.

Apesar de poder estabelecer momentos anteriores, um bom ponto de partida para o breve histórico que pretendemos esboçar, é a conjuntura do começo dos anos 90. Neste momento inicia-se um interessante processo na cidade no qual é relevante prestar uma atenção especial. Por um lado, temos mais uma tentativa de elaboração do Plano Diretor do Distrito Sede (segundo informa Edson Wolf², o Plano estava em elaboração desde 1982 e esta era a terceira tentativa de levar adiante a discussão). No mesmo ano, o IPUF envia para a CMF o projeto de Plano Diretor para a região do Campeche, denominado Plano de Desenvolvimento do Campeche. Por outro lado com a ECO 92 se fortalecia o Movimento Ambientalista que, também desde 1982, com a criação do Movimento Ecológico Livre (MEL), se difundia na cidade.

1 Texto elaborado por Gert Schinke e Raul Burgos, complementado por Zulamar Maria Bittencourt e Castro.

2 WOLF, Edson. Histórico do Plano Diretor do Distrito Sede. In: Teixeira, José Paulo; SILVA, Jorge E. (orgs) **O Futuro da Cidade. Florianópolis: Cidade Futura**, 1999, p. 16)

Em 1993, com a assunção do prefeito Sergio Grando, um movimento público exige que o Plano Diretor do Distrito Sede seja submetido à discussão pública. A implementação desta discussão dá-se a partir de fevereiro de 1994, vinculando, desde então, estreitamente a *questão urbana* com a *questão ambiental*. O seminário “**Uma cidade numa Ilha**”³ organizado pelo Centro de Estudos Cultura e Cidadania - CECCA em dezembro de 1996 é uma manifestação explícita desta junção de questões fundamentais para entender o processo atual do Plano Diretor. O **Movimento Contra os 18 Andares** que visava a retirada da emenda que ampliava para 18 andares o gabarito dos prédios na Cidade e o **Movimento Pela Participação Popular no Plano Diretor** são momentos importantes do movimento social na época.

No segundo semestre de 1996, mesmo em pleno processo eleitoral para prefeito e vereadores, o PD do Distrito Sede é aprovado. Será sancionado em fevereiro de 1997 pela nova prefeita da Cidade, Ângela Amim.

Contudo, no mesmo ano de 1997, começa a intensa luta pelos planos diretores dos balneários, começando pelo maior deles, o Plano de Desenvolvimento do Campeche, que previa uma nova cidade de 400.000 habitantes na Planície do Campeche. Contra este plano megalômico se insurgiu a comunidade do Campeche, seguida por outras. Surge assim o diverso **movimento dos planos diretores alternativos** (além da comunidade do Campeche: Ingleses, Lagoa, Pântano, Santo Antonio de Lisboa), no qual as comunidades locais criticam o planejamento burocrático de gabinete e decidem a elaboração de planos diretores alternativos a partir da participação direta dos moradores. É interessante lembrar que, portanto, a discussão sobre o Plano Diretor para a cidade começa nestes anos, na forma de planos diretores parciais. Nem os planos oficiais para os diversos bairros, nem os planos alternativos emplacaram e a discussão se estende, sem solução de continuidade, até os dias de hoje.

3 CECCA/FNMA. **Uma cidade numa Ilha**. Relatório Sobre os Problemas Sócio-ambientais na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Insular, 1996.

Em maio de 1998, é instalado o Fórum da Agenda 21 de Florianópolis, dando início à discussão pública da Agenda 21 para o município. Depois de dois anos intensos de discussão o processo participativo é frustrado com a imposição pelo executivo municipal de uma Agenda 21 burocrática elaborada nos gabinetes do poder público, no ano 2000. Contudo, o movimento ambientalista, embora amargando a derrota no processo, sai fortalecido pelos anos de discussão e articulação propiciado pela Agenda 21.

Em outubro de 2001 entra em vigor em nível nacional a Lei 10257, o Estatuto da Cidade, e no mesmo mês inicia uma das experiências de articulação do movimento sócio-ambiental mais importantes da cidade: o Fórum da Cidade. O **Fórum da Cidade**, constrói em torno de seus 4 eventos principais (do 1º Fórum em outubro de 2001 ao 4º Fórum em junho de 2006) um denso programa para o desenvolvimento urbano ecológica, social, econômica e culturalmente sustentável.

A partir da criação do Ministério das Cidades, no primeiro governo Lula, inicia-se o processo de **Conferências da Cidade**. Mais uma vez a luta é intensa em Florianópolis: em 2003, durante o processo da 1ª Conferência da Cidade, com a anulação judicial da conferência oficial (depois restabelecida, também judicialmente) e a realização da 1ª Conferência Democrática da Cidade de Florianópolis a cidade será representada na Conferência Nacional tanto pelos delegados eleitos na conferência popular quanto os eleitos na conferência do Executivo Municipal. A 2ª Conferência da Cidade (2005) é caracterizada pelos consensos alcançados em torno da proposta, oriunda do movimento popular, do Plano Diretor Participativo e Integrado e da Gestão Democrática da Cidade. A conferência designa uma comissão que elabora a primeira proposta para formação do Conselho da Cidade. A terceira conferência (2007) é realizada nos marcos do intenso trabalho do PDP. A quarta conferência da cidade (2010) passará sem pena nem glória na cidade que não adere à etapa municipal.

Em 12 de junho de 2006, mediante o Decreto nº 4215/2006 o executivo municipal inicia o processo participativo para a elaboração de um Plano Diretor integrado para a cidade. Em julho e agosto desse ano, no TAC realizaram-se duas expressivas assembleias populares que marcaram o início do processo. Criou-se para a coordenação dos trabalhos um Núcleo Gestor Municipal de características inovadoras

a partir da pressão dos segmentos dos bairros: 10 representantes do poder público, 16 representantes dos diversos segmentos da sociedade civil e 13 representantes dos distritos em que se encontra dividida a cidade. Criaram-se os Núcleos Distritais nas quais se centro o foco principal dos trabalhos daquilo que se denominou a “leitura comunitária”. Durante dois anos e meio um número inédito de cidadãos se dispuseram a participar no desenho do futuro da cidade.

É importante mencionar o Seminário Floripa Real realizado nos dias 21, 25, 26 e 27 de julho de 2007 e organizado pelo segmento popular da Sociedade Civil dentro do NGM com apoio do mesmo⁴. O seminário produziu uma importante síntese de propostas para a cidade fundamentais para o processo posterior.

O processo de elaboração do PDP foi interrompido unilateralmente pelo executivo municipal em dezembro de 2008, frustrando as enormes expectativas geradas pelo processo⁵.

No início de 2009, quando ficou evidenciado que a prefeitura havia fechado o processo participativo, duas ações oriundas da representações no NGM serão de especial significação. Em primeiro lugar, em 18 de março, por iniciativa do Fórum Jurídico do Núcleo da UFSC do PDP⁶, coordenado pelo Professor José Isaac Pilati, organiza o seminário “Processo Participativo do PDP de Florianópolis. Avaliação e Perspectivas”. O evento, que contou com a presença de autoridades, Ministério Público, representações da Sociedade Civil no NGM e um público que lotou a sala dos conselhos da UFSC, realizou uma dura crítica ao fechamento do processo e colocou em pauta a ilegalidade do procedimento alertando para as conseqüências do ato.

4 Do lado empresarial o NGM apóia a realização do projeto Floripa 2030, coordenado pela ONG empresarial Floripa Amanhã.

5 Desenvolver no que seja necessário (anotações do texto original)

6 O Núcleo da UFSC do PDP é um coletivo informal mais ativo e propositivo de professores, estudantes e técnicos da UFSC que apóiam e subsidiam a representação dos representantes da UFSC no NGM Lino Péres (titular) e Elson Pereira (suplente).

Em segundo lugar, mais fundamental em relevância histórica, a parte popular do NGM produz um fato inédito de enorme transcendência no processo que estamos descrevendo: em 26 de março desse ano, membros do NGM se auto-convocam regimentalmente alcançando quórum para reiniciar os trabalhos de condução do PDP. Nascia o NGM Auto-convocado e sua luta pela retomada do processo participativo.

Em 6 de abril, desmascarando o ato ilegal de alijar a participação popular do processo de planejamento, o executivo municipal envia telegrama aos representantes distritais notificando do fechamento dos núcleos distritais e reclamando a devolução dos equipamentos alocados nestas bases. Alguns Núcleos Distritais se negam a entregar os materiais alegando a ilegalidade do ato de clausura do processo participativo.

Com o objetivo de finalizar a “leitura técnica” a PMF contratou em 2009 a empresa argentina CEPA que ficou responsabilizada da elaboração do projeto de lei do PDP.

No mesmo mês de abril, a partir do NGM Auto-convocado e o Fórum Jurídico do Núcleo UFSC do PDP, começa a ser elaborada coletivamente, sob a coordenação do Prof. Pilati, uma minuta para a Ação Civil Pública contra a PMF exigindo a retomada do Processo Participativo. A peça, belo exemplo de trabalho coletivo, será a base sobre a qual o Advogado Marlon Charles Bertol, em 2 de dezembro de 2009, em nome da UFECO na qualidade de entidade representante do NGM Auto-convocado, apresenta liminar solicitando suspensão dos trabalhos referentes ao PDP conduzidos pela empresa CEPA, caracterizados como ilegais pela falta de participação popular e propondo a retomada do processo participativo.

Em 19 de novembro de 2009, a PMF pretende apresentar em audiência pública alguns resultados do trabalho da CEPA. A fração popular se nega a participar do evento.

Confiante na impunidade até o momento, a PMF convoca a população à apresentação do projeto de lei do PDP elaborado pela CEPA, no Teatro Álvaro de Carvalho, em 18/3/2010. A reação popular no teatro lotado não apenas impediu a apresentação do trabalho, mas se tornou num marco da luta da sociedade florianopolitana.

Na “ata” da revolta popular elaborada no calor do movimento se afirma:

“Em virtude da ausência das propostas levantadas na leitura comunitária desvirtuadas no ante-projeto de lei do “suposto” plano a sociedade reivindica a sustação do ante-projeto, e que se instaure o legítimo processo de participação popular interrompido em 2008 sob coordenação do Núcleo Gestor. Para tanto, a população aqui reunida compreende ser imperativo a restauração/reinstalação de todos os núcleos distritais para que “de fato” seja legítimo o plano participativo e democrático através de audiências públicas locais.”

A revolta do TAC selará a tentativa da PMF de aprovar o projeto de Plano Diretor. O processo se alastrará até o executivo reconhecer publicamente o erro na sustação do processo e editar o Decreto N. 9052, de 31 de maio de 2011 que “constitui comissão especial para coordenação, acompanhamento e encaminhamento do anteprojeto do plano diretor participativo sustentável de Florianópolis” nomeando – posteriormente – o Prof. Rodolfo Pinto da Luz para presidir a Comissão Especial que coordenaria os trabalhos de elaboração do PDP.

Neste período chave, mobilizadas pelo Fórum da Cidade, diversas entidades participantes do processo de construção do I Congresso da Cidade de Florianópolis começam a preparação do evento destinado a discutir o futuro da cidade. Constituiu-se uma coordenação com representantes das entidades: Fórum da Cidade e Câmaras Temáticas (Mobilidade; Moradia e Regularização Fundiária; Meio Ambiente e Saneamento); União Florianopolitana de Entidade Comunitárias (UFECO); Comitê interuniversitário UNISUL - UDESC – UFSC (COMINTER); Fórum da Bacia do Itacorubi; Fórum Social do Saco Grande; Movimento Saneamento Alternativo (MOSAL); Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP -DSS/UFSC); Núcleo Gestor Auto Convocado do Plano Diretor Participativo; Revista Pobres e Nojentas; e Associação Metropolitana dos CONSEGs de Florianópolis (AMECON).

Em função da nova conjuntura relacionada com o PDP, a comissão organizadora resolve dividir a realização do Congresso em dois momentos: o primeiro, nos dias 1 e 2 de julho dedicado a discutir o PDP à luz das diretrizes surgidas no processo de audiências

públicas e o segundo programado para o mês de agosto, mas realizado finalmente em 22, 23 e 24 de setembro de 2011 com uma plenária final em 8 de outubro.

O **Primeiro Momento do Congresso** tornou-se um momento crucial do processo. No segundo dia deste primeiro momento, o Coordenador do PDP expressa o compromisso da PMF de restauração do processo participativo.⁷

Este compromisso será efetivado na reunião de mediação coordenada pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal em 24 de agosto do mesmo ano. Esta audiência pode ser considerada a retomada efetiva do processo encerrado unilateralmente pela PMF em dezembro de 2008.

O **Segundo Momento do Congresso** caracterizou-se pela intensa discussão sobre os problemas fundamentais do desenvolvimento urbano. A complexidade dos temas e a intensidade das discussões obrigou à realização de uma plenária final no dia 8 de outubro de 2011 para a aprovação das resoluções que agora estamos publicando neste documento⁸.

2. I CONGRESSO DA CIDADE:

“A sociedade civil discutindo o futuro de Florianópolis passado dez anos da aprovação do Estatuto da Cidade”.

O I Congresso da Cidade aconteceu em dois momentos, sendo o primeiro em julho e o segundo em setembro de 2011. Como a Plenária deliberativa do Segundo Momento do Congresso não pode ser concluída em setembro por falta de tempo, realizou-se uma Plenária final do Congresso no dia 08 de outubro de 2011.

7 As resoluções e propostas deste primeiro momento foram publicadas no seguinte endereço: <http://congressodacidade.wordpress.com/resolucoes-do-i-momento/>

8 No texto original se sugere que o documento seja complementado com as seguintes informações do Congresso: organização do evento; entidades participantes; material de difusão; campanha financeira (lista de apoiadores); trabalho de secretaria; relato da organização (número de reuniões etc.).

A programação e as deliberações de cada momento estão descritas a seguir.

2.1 Primeiro momento: o Plano Diretor de Florianópolis à luz das diretrizes distritais

Data: 01 e 02 de julho de 2011

Local: Auditório da OAB-SC - Rua Irineu Bornhausen, 4860, Agrônômica.

Objetivo: discutir o Plano Diretor de Florianópolis à luz das diretrizes distritais para o Plano Diretor Participativo, surgidas no processo de audiências públicas.

Programação:

01 de Julho de 2011

- Abertura do Congresso
- Inscrições
- Abertura do Congresso
- Palestras
- Debates

02 de Julho de 2011

- Oficina 1: apresentação das Diretrizes Distritais pelos representantes dos Núcleos Distritais com foco na vocação e no uso e ocupação do solo.
- Oficina 2: contraposição das Diretrizes Distritais com a proposta do CEPA/PMF. Oficinas por região.
- Plenária: síntese das Diretrizes da Gestão Democrática: esboço de grandes lineamentos para o desenvolvimento da cidade.
- Ato de encerramento do Primeiro Momento.

Deliberações:

As deliberações do Primeiro Momento do Congresso da Cidade, definidas no dia 02 de julho de 2011, foram publicadas no blog do Congresso (<<http://congressodacidade.wordpress.com/>>) e estão reproduzidas abaixo.

Em relação ao processo de retomada do PDP

1 – Construir uma agenda objetivando finalizar o projeto do Plano Diretor Participativo (PDP) até o final do ano, incluindo um plano de comunicação/divulgação com orçamento, garantindo-se que, na mencionada agenda, conste o cronograma e as questões de organização tais como: relação com mídia, metodologias próprias da bancada dos movimentos sociais, etc..

2 – Exigir a reconstituição das bases distritais com a estrutura mínima adequada para garantir a qualidade desta nova etapa.

3 – Exigir transparência documental do poder público (sítio oficial do PDP) com toda a informação necessária ao processo, tanto a documentação produzida na 1º etapa, quanto os novos documentos relativos 2º etapa iniciada depois do decreto N.º. 9052, de 31 de maio de 2011.

4 – Exigir como requisito indispensável (*sine qua non*) para a retomada do processo de elaboração do PDP, o zoneamento oficial ambiental (não o do CEPA): Unidades de Conservação (UCs), Parques, Áreas de Preservação Permanente e Limitada; mata em estado de recuperação primário e secundário; mapa hídrico completo da cidade (lagoas, rios, córregos, valas); áreas alagáveis; aquíferos; manguezais com delimitação precisa das áreas “não – edificáveis”). Demarcar, EM CAMPO, as áreas não – edificáveis legalmente protegidas em Florianópolis.

5 – Solicitar toda a informação elaborada pelo Comitê de Gerenciamento Costeiro (GERCO) do Estado de Santa Catarina. Levantar publicamente questionamento da falta de representação social no GERCO. Garantir vinculação imediata da discussão do PDP de Florianópolis com o GERCO.

6 – Exigir que seja respeitado o novo processo e as decisões construídas pelas bases distritais na 1º etapa do processo do PDP, resultado de audiências distritais.

Em relação Câmara de Vereadores e executivo municipal

7 – Solicitar à Câmara Municipal de Florianópolis (CMF) para sobrestar até a aprovação do PDP os demais Planos Municipais em tramitação (saneamento, código ambiental e o bloco de 80 projetos de zoneamento acumulados trazidos novamente a discussão da CMF pelo Req. 250/2011).

8 – Reafirmar a solicitação à CMF, realizada na 1º etapa do PDP, de compromisso político dessa casa de representantes para acatar o projeto aprovado para o PDP no processo conduzido pelo Núcleo Gestor Municipal;

9 – Promover a articulação política e acompanhar o cumprimento dos parlamentares na Câmara, postura ativa no momento em que se reinstalar o Núcleo Gestor.

10 – Solicitar que o Núcleo Gestor (NG) Autoconvocado encaminhe o pedido de imediata intermediação da CMF para garantir a publicização dos novos dados produzidos pela Prefeitura/CEPA para o Plano Diretor.

11 – Reafirmar a exigência de “defeso amplo” para a Cidade de Florianópolis até a aprovação final do PDP, conforme já aprovação do Núcleo Gestor Municipal (NGM), exigindo-se também do governo municipal que nenhuma licença para construção seja dada se não observar a legislação referente ao lençol freático.

Em relação ao NGM

12 – Sugerir que o NGM crie uma comissão composta por técnicos do próprio NGM para acompanhamento e controle social do trabalho da Comissão Especial para Coordenação, Acompanhamento e Encaminhamento do Anteprojeto do Plano Diretor Participativo Sustentável de Florianópolis/IPUF.

13 – Sugerir ao NG Autoconvocado esforço especial para a retomada dos contatos com os Sindicatos para que estes retomem seu envolvimento na discussão sobre o PDP.

Em relação ao Congresso da Cidade

14 – Realizar divulgação na mídia das deliberações do Congresso da Cidade

15 – Criar blog do Congresso da Cidade para a comunicação de tudo o que se refere ao Congresso e suas temáticas, disponibilizando a leitura comunitária realizada pelas bases distritais e de todas as propostas oriundas do movimento social em relação ao PDP, assim como todos os materiais pertinentes ao processo.

16 – Dedicar esforços do Congresso da Cidade para agregar outras forças populares, do movimento social e Sindical, na discussão do PDP

17 – Formar comissão do Congresso da Cidade para contribuir na mobilização dos 22 representantes do NG auto-convocado, garantindo-se que os Núcleos Distritais ausentes na primeira sessão do Congresso da Cidade e outras entidades (UFECO, UFSC) apresentem suas temáticas e diretrizes encaminhadas ao NGM sobre o PDP e recebam assessoramento, se necessário.

(Disponível em <<http://congressodacidade.wordpress.com/resolucoes-do-i-momento/>> Acesso em: 28 de fev. 2013).

2.2 Segundo Momento: diagnósticos sobre a cidade

O segundo momento do Congresso aconteceu nos dias 22, 23 e 24 de setembro. Devido à impossibilidade de conclusão das discussões no último dia do evento por falta de tempo, encaminhou-se a realização de uma Plenária final, que foi realizada no dia 08 de outubro de 2011. A programação de cada etapa deste segundo momento, bem como suas resoluções, estão descritas abaixo.

Data: 22, 23 e 24 de setembro de 2011

Local: Auditório do Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC

Objetivo: Formular uma síntese dos diagnósticos sobre a cidade elaborada pelos movimentos sociais a partir do Estatuto da Cidade; elaborar diretrizes e planos de ação para a construção de uma cidade social, cultural, ambiental, política e economicamente sustentável.

Total presentes: 276 participantes

Plenária Final: aprovação das resoluções

Data: 08 de outubro de 2011

Local: Auditório do SINJUSC - Rua Mauro Ramos, 448.

Total de participantes: 36 pessoas

Programação:

Data: 22 de setembro de 2011

*PARTE I – Abertura do Congresso da Cidade II momento:
Políticas Públicas Urbanas e a Gestão Democrática da Cidade*

Local: Auditório do Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC

- Inscrições
- Abertura da mesa
- Ângela Maria Liuti – UFECO – Oradora
- Tema: Políticas Públicas Urbanas e a Gestão Democrática da Cidade
- Daniel Montandon – Diretor de Planejamento Urbano, Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades.
- Verônica Kroll – Dirigente do Fórum dos Cortiços e Sem Teto de São Paulo, filiado à União Nacional de Movimentos de Moradia – UMN.

Data: 23 de setembro de 2011

PARTE II – Perfil sócio cultural e urbano da cidade

Local: Auditório do Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC

- Palestras, Exposições e Debates
- Palestras do COMINTER (Comitê Interuniversitário – UFSC, UDESC E UNISUL)
- Tema Geral: Perfil sócio cultural e urbano da cidade
- Perfil Geofísico – Prof. Luiz Pimenta – GEO/UDESC
- Perfil Sócio Cultural – Profa. Cristiana Tramonte – CED /UFSC e Profa. Lígia Lüchmann – CFH/UFSC
- Questão Urbana e Habitacional – O Direito à Cidade – Prof. Lino Peres – ARQ/UFSC
- Exposição dos Grupos Temáticos

- » Meio ambiente e saneamento: Lise Torok – Câmara de Meio Ambiente e Saneamento do Fórum da Cidade – CMAS-FC, Gert Schinke – MOSAL
- » Mobilidade e transporte urbano: Werner Kraus Jr – UFECO/ Câmara de Mobilidade do Fórum da Cidade- FC
- » Habitação e regularização fundiária: Eleonora Cristina Kaczur – Fórum Social da Bacia do Saco Grande/Câmara de Moradia e Regularização Fundiária- FC
- » Controle social e gestão democrática da cidade – problematizando os conselhos de direito: Ci Ribeiro – Fórum da Cidade
- » Segurança pública: Carlos Thadeu Pires – CONSEGPANSUL / AMECOM
- » Plano Diretor – Núcleo Gestor: Flávio de Mori – Representante Distrital Ratonos no NGM-PD

Data: 24 de setembro de 2011

PARTE III – Grupos temáticos

Local: salas no Centro Sócio Econômico – UFSC

Horário: 8:30/12:30h

- Inscrições e orientações de onde acontecerão os Grupos Temáticos.

Grupos temáticos

- » 1. Meio Ambiente e Saneamento
- » 2. Habitação e Regularização Fundiária
- » 3. Mobilidade e Transportes
- » 4. Plano Diretor – Núcleo Gestor / Autoconvocado
- » 5. Segurança Pública

PARTE IV – Plenária de apresentação, discussão e aprovação das propostas dos grupos de trabalho e deliberações

Local: Auditório do Fórum Distrital do Norte da Ilha – UFSC

Esta Plenária deliberativa do Segundo Momento do Congresso não pode ser concluída no dia 24 de setembro de 2011 por falta de tempo. Diante disto, encaminhou-se uma Plenária Final do Congresso para o dia 08 de outubro de 2011.

Data: 08 de outubro de 2011

PARTE V - Plenária Final: aprovação das resoluções

Local: Auditório do SINJUSC - Rua Mauro Ramos, 448.

Total de participantes: 36 participantes

Deliberações:

Na dinâmica das deliberações, cada grupo temático apresentou suas propostas e a Plenária indicou aprovações, rejeições e destaques. Conforme deliberação da Coordenação geral do Congresso da Cidade, todas as propostas foram incluídas no relato, com as observações pertinentes (aprovação, rejeição, destaque). A dinâmica destas apresentações ocorreu da seguinte forma: na plenária ocorrida no dia 24.09.11 foi realizada apenas a apresentação do grupo 4- Plano Diretor, devido ao tempo disponível na ocasião. Na Plenária final realizada no dia 08.10.11 os demais grupos temáticos (Habitação; Segurança; Mobilidade; Meio Ambiente e Saneamento) apresentaram suas propostas na mesma dinâmica, isto é, com as indicações da Plenária de aprovação, rejeição e/ou destaque.

As deliberações destas duas Plenárias estão organizadas neste relato de acordo com os grupos temáticos. Constam todas as propostas com as observações pertinentes, sendo que os itens sublinhados representam o tema da proposta e os itens com destaque em negrito são as propostas aprovadas (tendo em vista ressaltá-las).

Apresentação das propostas do grupo temático Plano Diretor na Plenária do dia 24.09.11

Grupo Plano Diretor

Propostas do grupo PLANO DIRETOR aprovadas pela plenária em 24.10.11

Coordenador(es): Zulamar Maria Costa

Relator(es): Cristina C. Nunes

Participantes do Grupo de Trabalho: Flavio De Mori, Manuella E. Moreira, Fabiola Sartori, Maria Maria da Rocha Lamas, Zulamar Maria Costa, Maria Tereza Santos, Ataide Silva e Cristina C. Nunes.

Mobilização

- a. Necessidade de uma forte mobilização dos distritais e segmentos sociais para a retomada do processo de elaboração do PDP para garantir que as diretrizes e demandas comunitárias sejam contempladas na lei.
- b. Forma de mobilizar – corpo a corpo a partir da base que já está mobilizada. *(aprovada com destaque de conteúdo na Plenária 24.09.11).*

Aspectos operacionais

- c. Garantir a representação dos segmentos sociais e dos representantes distritais, os quais foram eleitos em audiência pública.
- d. Incluir no regimento interno um artigo que garanta o andamento do processo estabelecendo um quórum de 1/3 dos membros do NG para viabilizar a reunião.
- e. Garantir infraestrutura e condições operacionais para mobilizar e consultar as comunidades.

Aspectos metodológicos

- f. Garantir a continuidade do processo sem retrocessos a etapas já concluídas.
- g. Continuidade do processo do PDP, contemplando as diretrizes e demandas dos segmentos (distritos e outras representações do NG), devidamente instrumentalizados para este fim. Esta continuidade se dará através de mapas temáticos, prioritariamente o mapa de zoneamento ambiental; (resgatar a proposta do artigo 4. do congresso anterior) *(aprovada com destaque de conteúdo na Plenária 24.09.11)*.
- h. A responsabilidade de elaboração dos mapas será da equipe técnica da prefeitura com acompanhamento de uma comissão do NG;
- i. Aprovação do PDP, tendo como ponto de partida, as 3 primeiras fases (1. Macro, 2. Micro e 3. Revisão do macro): *(aprovada com destaque de conteúdo na Plenária 24.09.11)*.
 - 1ª fase – Contempla o macrozoneamento, os mecanismos de gestão democrática da cidade (controle, acompanhamento e definição de prioridades), e os instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade;
 - 2ª fase – microzoneamento;
 - 3ª fase – revisão macrozoneamento.
- j. Reafirmação das deliberações do I momento do Congresso (Comissão de acompanhamento do NG composta por técnicos do próprio núcleo junto,...) *(aprovada com destaque de conteúdo na Plenária 24.09.11)*.

Apresentação das propostas por grupos temáticos

– Plenária Final 08.10.11

GRUPO DE MORADIA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Organização do movimento de moradia

- Organizar seminários de lideranças para a construção do movimento de moradia, com o objetivo de definir sua organização autônoma, estrutura funcional e financeira, definir bandeiras de luta/mobilização, como programas de habitação e regularização fundiária, áreas de interesse social, promover ocupações urbanas;
- Articular os movimentos sociais visando a formação do movimento de moradia em Florianópolis e Santa Catarina: Câmara de moradia e regularização fundiária FC, Associações de Moradores, UFECO, grupos de apoio – sindicatos, universidade, profissionais;
- Organização comunitária – fortalecer Câmara de moradia e regularização fundiária FC;
- Articulação política de apoio ao movimento – sindicatos, ONGs, apoios técnicos;
- Articulação política das lideranças locais – protagonistas; Articulação política dos lideranças nacionais – apoio;
- Atuar junto ao movimento sindical, que hoje está a parte da discussão da cidade como um todo (moradia para o trabalhador);
- Adequação das entidades comunitárias para a autogestão de recursos e projetos de habitação;
- Atuar nas comunidades a partir do protagonismo de quem é da comunidade;
- Construir audiências públicas para discutir o plano e programas de habitação e regularização fundiária, o caráter, o papel e a composição do conselho municipal, a gestão do FMHIS.

Mobilização imediata (2)

(destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11)

- Que o congresso estabeleça uma estratégia no sentido de obter vitórias concretas e significativas, construindo moradias segundo o desejo e necessidade das comunidades. Para isso eleger quais as maiores chances de vitória, para encaminhar o esforço conjunto das mobilizações;
- Apoio aos projetos atuais em andamento: Papaquara, Siri/Arvoredo, Ponta do Leal, Panaia, Carmocris.

Comunicação e imprensa do movimento (3)

(destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11)

- Reforçar os meios e instrumentos de comunicação que articulem / divulguem as visões do movimento popular, dando visibilidade das lutas à toda a população;
- Divulgar através das diversas mídias os direitos à cidadania e o combate a sua discriminação;
- Estímulos a construção de mídias comunitárias – ex. carros de som, megafones, rádio – para mobilização comunitária da luta por moradia.

Formação e assessoria técnica

- Constituir grupo de estudos / legislação / mapeamento de áreas;
- Parceria com as universidades na estruturação de assessorias técnicas;
- Incentivar a formação de assessorias técnicas multidisciplinares;
- Instrumentalizar o movimento.

Prioridades para o movimento

- Debater moradia popular nas escolas e comunidades;
- Agrupar as lutas de moradia de toda a cidade, não fragmentar por área;
- Intercâmbio de experiências de projetos habitacionais com outros municípios;

- Mapear: vazio urbano, prédios, antigas áreas Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP) e Banco Nacional de Habitação (BNH), áreas Secretaria do Patrimônio da União (SPU);
- Debater a atual política do Minha Casa Minha Vida / Programa Aceleração Crescimento que se articula a política e os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Plano Diretor Participativo (obrigatório)

- Ampliação das áreas de lazer, mirantes, trilhas, acesso à orla, bordas d'água;
- Regularização fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
- Instituir o imposto progressivo nos vazios urbanos: lotes e glebas vazias com estrutura urbana;
- Utilizar a preempção para Habitação de Interesse Social (HIS);
- Relacionar moradia com meio ambiente e mobilidade urbana;
- Áreas públicas para Habitação Interesse Social e lazer, não para órgãos públicos (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*).
- Proposta aprovada: **priorizar áreas públicas para HIS e lazer** (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*)
- Lutar pela institucionalização das ZEIS nas áreas informais;
- ZEIS em vazios;
- Definição de novas ZEIS nos bairros centrais do distrito sede e/ou em áreas já urbanizadas – localização;
- Localizar novas ZEIS nas centrais: pavimentação, transporte público, escolas/creches/atividades culturais, posto de saúde/ Unidades de Pronto Atendimento (UPA's), correio, lixo, saneamento básico.
- Mapear: vazio urbano, prédios, antigas áreas (INOCOOP e BHN), áreas SPU;
- Identificar áreas públicas e vazios urbanos para HIS;

- Mapear vazios urbanos para HIS e imposto progressivo (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Mapear vazios urbanos em áreas edificáveis para HIS e imposto de renda (*proposta aprovada por consenso da maioria na Plenária 08.11.11*);
- Mapear áreas públicas para HIS (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Utilizar dos vazios urbanos para HIS (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*).

Conselhos de Direitos, gestão e controle social (obrigatório)

- Exigir moradia digna: dimensão da moradia, qualidade da construção, terrenos adequados, conforto/ambiente, desenho universal (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Construir lei municipal para regulamentar localmente a lei 11.888/08 de assistência técnica para HIS;
- Programa para os 64 assentamentos irregulares;
- Despertar a cidadania (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Propor ações e campanhas de conscientização sobre os direitos à moradia e cidadania (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Gestão democrática e controle social;
- Fiscalização FMHIS;
- Exigência dos recursos do solo criado previsto no PD para HIS;
- Conselho de habitação - ativo / deliberativo;
- Posicionar-se contrário ao edital da PMF que anula a eleição dos conselheiros e propõe nova eleição;
- Criação do Conselho Municipal da Cidade deliberativo.

Propostas aditivas apresentadas na Plenária 08.11.11:

- Eliminar burocracia para assegurar conversão de posse ao direito de propriedade;
- Critérios para conversão de posse ao direito de propriedade;
- Eliminar burocracia para assegurar conversão de posse ao direito de propriedade – ressalvados os critérios de aprovação da propriedade;
- Eliminar burocracia para assegurar conversão de posse ao direito de propriedade – ressalvados os critérios de aprovação da propriedade e contemplando critérios de uso do solo de natureza ambiental e social;
- Eliminar burocracia para assegurar a conversão do direito de posse ao direito de propriedade para moradia– ressalvados os critérios de aprovação da propriedade e contemplando critérios de uso do solo de natureza ambiental e social;
- Eliminação burocracia para assegurar a conversão do direito de posse ao direito de propriedade para moradia popular;
- Simplificar burocracia para assegurar a conversão do direito de propriedade para moradia popular – ressalvados os critérios de aprovação da propriedade contemplando critérios de uso do solo de natureza ambiental e social (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*).

GRUPO SEGURANÇA PÚBLICA

Gestão

- Interação e integração entre as Polícias;
- Transparência orçamentária (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Propor Revisão Constitucional para a destinação e limite de efetivo policial para os Órgãos Públicos;
- Valorização profissional: melhoria de condições de trabalho, físicas e operacionais;
- Melhoria salarial dos efetivos policiais;

- Aparelhamento das polícias Civil e Militar;
- Efetivo policial: Que seja adequada a situação florianopolitana atual de um policial para cada 850 habitantes, para a realidade proposta pela ONU, de 1/250 habitantes;
- Redução da Maioridade Penal (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- Que o ambiente carcerário tenha características educacionais e empresariais, e que seja dada opção ao indivíduo encarcerado de estudar, trabalhar e produzir durante o tempo de cumprimento de sua pena (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- Que o potencial ofensivo da infração (crime mais ou menos grave) determine o ambiente de recolhimento no Sistema Carcerário (*proposta rejeitada por maioria, com abstenções na Plenária 08.11.11*);
- Que o Estado assuma a construção e gestão de instituições voltadas a abrigar a criança e adolescente infrator (*proposta rejeitada por maioria, com abstenções na Plenária 08.11.11*);
- Que a ressocialização seja foco da reabilitação;
- Investimento em educação: o investimento mais barato para solução de todas as mazelas é o Estado investir em Educação em sua plenitude, principalmente no substrato humano formador que é o professor, dando-lhe condições dignas de exercício profissional;
- Implementação prática da filosofia de Polícia Comunitária (integração comunidade/polícia);
- Policiamento itinerante como paliativo para a atual falta e impossibilidade de recomposição de efetivo;
- Que seja fomentado (por meios de propaganda oficial) as condutas de estímulo a participação comunitária em órgãos de representação comunitária para mapeamento das áreas de ocorrência recorrente (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);

- Que seja estimulado o debate nas entidades comunitárias sobre as questões de segurança de desencadeando um movimento social para construção de uma política de segurança pública participativa, que garanta o bem estar e o combate à criminalização das camadas populares e dos movimentos sociais (*proposta aprovada por consenso da maioria na Plenária 08.11.11*);
- Investimento em iluminação pública eficiente em pontos passíveis de abrigar atividades marginais (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Investimento em iluminação pública em todas as áreas públicas da cidade estimulando o uso pela comunidade (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Investimento em aparelhos públicos de lazer em todas as comunidades do Município (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Investimento em equipamentos públicos de lazer em todas as comunidades do município (*proposta aprovada por consenso na Plenária 08.11.11*);
- Instalação de câmeras de vigilância (*proposta rejeitada por maioria, com abstenções na Plenária 08.11.11*).

Propostas aditivas apresentadas em Plenária 08.11.11:

- Transparência orçamentária e contábil (*proposta aprovada por consenso da maioria na Plenária 08.11.11*);
- Pelo investimento na prevenção da criminalidade, investindo-se em: geração de emprego, projetos sociais, educação integral, planejamento familiar (*proposta rejeitada com abstenções na Plenária 08.11.11*);
- Que os órgãos públicos de segurança pública atuem em defesa da população contra os crimes sem representação (*proposta aprovada por consenso da maioria na Plenária 08.11.11*).

Propostas aditivas para o Plano Diretor sobre segurança apresentadas na Plenária 08.11.11 e não discutidas

- Realizar seminário do movimento social sobre segurança pública;
- Que os órgãos públicos de segurança pública atuem em defesa da população contra os crimes e sem repressão aos movimentos políticos reivindicatórios;
- Que os órgãos públicos de segurança pública devem atuar na defesa dos direitos humanos e se sintonizem com a promoção do bem estar social nos setores da saúde, educação, habitação, transporte, cultura e lazer;
- Que o Plano Diretor Participativo estabeleça distribuição dos equipamentos de segurança pública por toda a região metropolitana para atender eqüitativamente a toda população, sem privilegiar os setores de maior renda;
- Orientar a inclusão da discussão de Segurança Pública, realizada nos CONSEGS hoje como pauta particular, nos marcos institucionais da discussão do Plano Diretor Participativo, não apenas no nível do NGM, mas também dos núcleos distritais de modo a integrar as políticas públicas e o planejamento.

GRUPO TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

- Coordenador(es): Lino Peres / Hélio Carvalho Filho / Werner Kraus Junior
- Relator(es): Denise Siqueira / Werner Kraus Junior

Marco Regulatório

- Conceber a questão do transporte coletivo de forma integrada com outros temas relacionados ao território em sua concepção e em sua gestão;
- **Reafirmar os encaminhamentos que foram propostos durante o processo de discussão que vem sendo construída ao longo do tempo, tais como:** *(proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11);*
- Priorização dos investimentos públicos em mobilidade para transporte coletivo;

- Descentralização dos investimentos públicos e privados em direção à região metropolitana;
- Descentralização das funções urbanas, principalmente na parte continental de Florianópolis e **região metropolitana** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- **Criação de novas centralidades na parte continental articuladas com o sistema de mobilidade** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- Garantir intervenções ambientais mínimas se considerada a maximização dos benefícios a toda a Sociedade (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- Aproveitamento dos leitos das rodovias e das avenidas existentes, reduzindo o impacto ambiental e os custos das desapropriações para transporte público;
- Facilitar o acesso aos equipamentos urbanos e públicos para toda a população da Grande Florianópolis que hoje se encontram concentrados, em sua maioria, na região central da ilha, tais como Hospitais, Clínicas, Escolas, Parques, Escritórios, Serviços Públicos e o grande Comércio;
- Levar benefícios aos moradores das áreas mais extremadas como os do Norte e Sul da Ilha bem como os moradores de Biguaçu e Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz na área continental que deixarão de perder horas preciosas de suas vidas percorrendo vias congestionadas (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- Doze pontos do Fórum da Cidade (2009) e MPL (2009/2011):
- Valorizar a integração das funções urbanas associadas a uma melhor distribuição da densidade de usos e da ocupação do solo, possibilitando a promoção de uma nova mobilidade;
- Integração das iniciativas municipais, estaduais e federais no apoio a investimentos e incentivo no sistema de transporte público e também com base em energia renovável;

- **Criação de um fundo municipal de transportes com controle público e social** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*) com objetivo de garantir um subsídio amplo, com controle social e pelo poder público municipal e que vise separar custo do transporte do valor da tarifa; conselho municipal de transportes; outra instância de controle do fundo; controle deve ser público e paritário (*indicativo da Plenária 08.11.11: discussão posterior*);
- Eliminação do atual regime de concessão do transporte coletivo (Lei 034/99);
- Criação de uma empresa pública de transporte que sirva de modelo e referência para controle público da operação dos transportes (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- Implementação de uma política de mobilidade urbana de escala metropolitana e regional;
- Inversão da lógica da concentração de investimentos públicos que está voltada ao uso do transporte individual por automóvel;
- **Promover o escalonamento de horários das demandas de mobilidade e tráfego, induzidas por usos de equipamentos e serviços urbanos, buscando otimizar a infra-estrutura viária e os meios de transporte existentes e planejados, e garantir a sua sustentabilidade, fruição, segurança e qualidade. Iniciar este processo a partir do escalonamento de horários (entrada e saída) dos serviços e equipamentos públicos** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- Diminuição da dependência do sistema de energia fóssil, reconvertendo-o para o uso de energia limpa e com facilidade de renovação;
- Implementação de uma política de incentivo a tecnologias alternativas e meios de transporte coletivo de massa;
- Participação e controle efetivo, por parte da população, das políticas públicas urbanas, baseando-se nas diretrizes do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de julho de 2001;

- Implementação de um Plano Diretor de Mobilidade Urbana, de forma participativa, adotando um sistema integrado e metropolitano de transporte público, sob controle Social e do Estado;
- Realizar seminários temáticos sobre: (a) discussão sobre três tipos de operação dos transportes (i) gestão pública com concessão para exploração privada dos serviços de transporte; (ii) gestão pública com concessão e empresa pública de referência (sistema misto); (iii) estatização da gestão e operação dos transportes; (b) discussão sobre a relação entre mobilidade e uso do solo;
- Garantir que empresas públicas tem que ser de fato públicas, isentas de influências partidárias (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*);
- **Regularizar o passe do idoso no transporte municipal e estadual a partir da idade de 60 anos a exemplo do transporte interestadual** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- Construir a gestão e operação estatais dos transportes visando política de subsídios (*indicativo da Plenária 08.11.11: discussão posterior*);
- **Criar fundo regional de mobilidade para subsidiar os transportes com abrangência na região metropolitana** (*proposta aprovada por consenso da maioria na Plenária 08.11.11*);
- **Lutar pela Tarifa Zero** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*).

Suspendeu-se o debate a partir deste item 13

- Defender a necessidade de um diagnóstico muito bem elaborado para um bom projeto (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Sugerir que Universidades desenvolvam efetivamente projetos de políticas públicas de mobilidade integradas na região metropolitana (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Constituir comitê de transporte público e mobilidade urbana composto por sindicatos, câmara de vereadores, associação de moradores, fóruns e sociedade civil que possa levar o debate à sociedade (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Lutar para colocar na agenda pública a questão do transporte de qualidade, estimulando que os sindicatos e associações de trabalhadores sediados em Florianópolis e região metropolitana a inclusão da questão da mobilidade nas suas respectivas pautas de luta;
- Incorporar o conceito de sustentabilidade nos transportes;
- Usar recursos do pré-sal para transporte coletivo de massa visando sua destinação social (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Revisar urgentemente o atual sistema desintegrado de transporte público (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Exigir a observância, pelos poderes públicos, da lei de Acessibilidade;
- Promover a integração modal (intermodalidade) com cicloviário (bicicletários em terminais, por exemplo), marítimo, teleféricos e funiculares, túnel no Maciço (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Atenção à acessibilidade na questão do terminal “Cidade de Florianópolis” e sua integração com o TICEN; padronização das calçadas pela Prefeitura (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Retornar a construção das calçadas para responsabilidade do Poder Público (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);

- Criar rede de carona solidária;
- Reforçar integração modal;
- Exigir da Prefeitura que faça a fiscalização da correta implantação de calçadas (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Exigir sistemas sonoros em travessias de pedestres nos semáforos;
- Proibir a implantação de qualquer sistema viário de grande porte (corredor arterial) para suprir demandas de veículos particulares não deve atravessar a Bacia do Itacorubi pelo Bairro Pantanal (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Implantar o controle social sobre os projetos desenvolvidos pelo Ministério das Cidades com verbas do PAC;
- Estudar propostas de túneis através do Maciço do Morro da Cruz, inclusive de traçado longitudinal (N-S) conforme previsto nas diretrizes aprovadas na audiência pública do Plano Diretor Participativo da Bacia do Itacorubi e Maciço de Costeira (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Promover políticas de acessibilidade para crianças (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Lutar pela implantação de uma rede metropolitana de BRTs como solução de curto e médio prazo (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Defender políticas restritivas ao automóvel em favor do transporte coletivo;
- Exigir estudos de longo prazo para exame de alternativas de modais pois BRT pode ter limitações de capacidade para o futuro;
- Defender BRT como solução taticamente interessante para o momento atual, aproveitando a expertise surgida com projetos da Copa (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Atentar para cômputo de todos os custos sociais e ambientais quando se discute BRT como sendo mais barato;
- Trem no sentido N-S e não O-L como definido pelo projeto de Luis Henrique da Silveira (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);

- Exigir ônibus com elevadores em todo o país a partir de 2014;
- Considerar os elementos climáticos da cidade: exigir condições de caminhabilidade a despeito das intempéries; exigir pontos de parada de ônibus que abriguem todos da chuva;
- Exigir ônibus com piso sem desnível facilitando o embarque e desembarque (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Questionar segregação espacial gerada por eixos viários (ex.: de Cacupé para Saco Grande é preciso ir até Viaduto do Monte Verde) (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Tomar posição contrária à quarta ponte, contra o mau uso dos recursos públicos (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Discutir usos futuros da Ponte Hercílio Luz reformada.

Plano Diretor Participativo

- Criação de Conselho Metropolitano, o qual trate de temas estruturantes como habitação, saneamento, mobilidade (transporte público de massa com intermodalidade) (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Apoiar e encaminhar ao NGMPDP as deliberações das audiências públicas na forma de diretrizes distritais sobre mobilidade (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Reforçar as vocações naturais do território para fins de mobilidade;
- Exigir aprovação do Plano Diretor como condicionante à aprovação de qualquer projeto e ampliações do sistema viário;
- Lutar no conselho estadual de mobilidade para que se tenha um plano estadual da mobilidade (*destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Estruturação do sistema de mobilidade tem que ter concepção metropolitana, implicando em Plano Diretor de Mobilidade da Região Metropolitana de Florianópolis sob responsabilidade do Governo Estadual;

Conselhos de Direitos, gestão e controle social

- Efetivar a democracia participativa e deliberativa nas questões referentes aos transportes e à mobilidade;
- Rever a composição do Conselho Municipal de Transporte para que tenha representatividade social;
- Controle Social dos transportes;
- Defender uma Reforma Jurídico-Política que incorpore na Constituição Federal a ideia da democracia participativa e deliberativa;
- Reforçar o controle público sobre o sistema de transportes.

Propostas aditivas para mobilidade apresentadas na Plenária 08.11.11:

- Promover, via PDP, política de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e de Uso e Ocupação do Solo, a partir do conceito de transversalidade das funções do solo urbano, que incentive o comércio e serviços locais (fim das áreas de uso exclusivo), para geração de empregos e distribuição de rendas, que reduza mobilidades desnecessárias, combata a especulação imobiliária (devido a estoques restritos e ou exclusivos de determinados usos do solo), os monopólios comerciais e os pólos geradores e indutores de tráfego;
- Defender o Transporte como instrumento de apoio ao direito à cidade, de acessibilidade ao trabalho e aos equipamentos e serviços de saúde, educação, lazer, cultura, esporte, moradia e interação social;
- Implantar um domingo gratuito ao mês como instrumento de debate sobre a função social do transporte coletivo;
- Criação de “contribuição-transporte coletivo municipal” (no padrão da taxa de iluminação pública) sobre os serviços e equipamentos (eventuais e permanentes), privados e públicos, residenciais (condomínios e loteamentos), de serviços, comerciais e industriais, geradores e/ou indutores de tráfego (*destaque de texto Plenária 08.11.11*);

- Criação de Fundo Municipal de Transporte Público e da Mobilidade Urbana, através da revisão política tributária de financiamento, para investimentos no setor (definir percentual sobre as políticas fiscais dos produtos, comércio e serviços que abastecem a mobilidade e infra-estrutura viária urbana, indústria, com destaque para o IPI – ICMS – IPVA – CIDE – multas – gestão de trânsito - zona azul – estacionamentos) e de recursos do orçamento da união, estados e municípios (*destaque de texto Plenária 08.11.11*);
- Defender o Transporte Coletivo como instrumentos de apoio indispensáveis ao direito à cidade, de acessibilidade ao trabalho e aos equipamentos e do direito público aos serviços de saúde, educação, lazer, cultura, esporte, moradia e interação social;
- Inverter a lógica de tarifação do transporte coletivo, substituindo o conceito paga quem usa, pelo conceito paga quem se beneficia (tarifa zero);
- **Promover o escalonamento de horários das demandas de mobilidade e tráfego, induzidas por usos de equipamentos e serviços urbanos, buscando otimizar a infra-estrutura viária e os meios de transporte existentes e planejados, e garantir a sua sustentabilidade, fruição, segurança e qualidade. Iniciar este processo a partir do escalonamento de horários (entrada e saída) dos serviços e equipamentos públicos** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- Redefinir o papel do Conselho Municipal Transporte, predominantemente hegemônico pela questão tarifária (mero mecanismo de legitimação da espoliação tarifária) por Conselho de Gestão Setorial (Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana) articulado com o Conselho de Política Urbana.

GRUPO MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

- Coordenador: Cid Neto
- Relatores: Renata e Fernanda
- Número de participantes: 30
- Exposições: Gerco e Projeto Orla: Marcos Polette (UNIVALI); ALPs: Cid Neto (Coletivo UC da Ilha); Saneamento: Gert Schinck (MOSAL) e João Manoel (COMSAB).

GERCO (Gerenciamento Costeiro)

- Inserir o GERCO municipal e o projeto Orla no PDP conforme o item 'Plano Diretor';
- Solicitar a Superintendência do Patrimônio União (SPU) a garantia da participação da sociedade civil na Câmara Técnica do Gerco municipal e Projeto Orla;
- **Proposta do Parque Cultural das 3 Pontas ser inserida na discussão do Projeto Orla** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*).

Áreas Legalmente Protegidas (ALP)

- Apoio à criação do Parque Natural da Planície do Pântano do Sul, Parque Cultural do Campeche (PACUCA), Parque Natural Municipal das Dunas Ingleses Santinho e Parque Natural Ingleses Cachoeira (aprovados nas diretrizes do PDP);
- Dar importância às questões de ALPs e Unidades de Conservação (UC) à área continental da Grande Florianópolis;
- Criação de uma Câmara Intermunicipal de Salvaguarda das Baías;
- Adequação à realidade atual Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) e implementação dos Parques Municipais e outras UC existentes;
- Regularização da situação do Pontal do Sambaqui;
- Expansão da Reserva de Carijós englobando a áreas vizinhas que jamais foram antropizadas;

- Demarcação física e jurídica das ALPs e UC;
- Adicionar às leis municipais das UCs já existentes as coordenadas UTM existentes;
- **Revitalização e ações de preservação da mata ciliar de todos os cursos d'água insulares e continentais** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- **Concurso público imediato para compor a equipe técnica para todas as instâncias da FLORAM e outros órgãos responsáveis pela gestão ambiental e de saneamento determinado em conjunto com a sociedade civil o efetivo necessário** (*proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11*);
- Apoio à manutenção da área das 3 Pontas (Ponta do Lessa, Ponta do Coral e Ponta do Goulart) como 100% pública;
- Apoio às resoluções do Floripa Real;
- Identificar e definir todas as Áreas protegidas do Município conforme a legislação ambiental vigente, e produzir um mapa municipal indicando a delimitação básica para a real área passível de zoneamento urbano;
- Identificar áreas potenciais para a criação de Unidades de Conservação priorizando Áreas de Preservação Permanente, remanescentes de vegetação e recursos hídricos;
- Ampliar as Unidades de Conservação existentes incorporando Áreas de Preservação Permanente e remanescentes de vegetação;
- Criar um mosaico de Unidades de Conservação sob a forma de gestão integrada entre as esferas federal estadual e municipal com a participação da sociedade civil, para permitir a efetiva implementação das unidades de conservação existentes;
- Reafirmar e enfatizar a resolução do primeiro momento do Congresso da Cidade, que indica: (a) Exigir como requisito indispensável (*sine qua non*) para a retomada do processo de elaboração do PDP, o zoneamento oficial ambiental (não o do CEPA): Unidades de Conservação (UC), Parques Urbanos, Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Preservação de Usos Limitados; mata em estado de recuperação inicial e secundário;

mapa hídrico completo da cidade (lagoas, rios, córregos, valas); áreas alagáveis; aquíferos; manguezais; com delimitação precisa das áreas “não – edificáveis”). Demarcar, EM CAMPO, as áreas não – edificáveis legalmente protegidas em Florianópolis; (b) Solicitar ao IPUF um mapeamento completo de todas as áreas verdes de lazer e áreas comunitárias institucionais decorrentes do processo de parcelamento do solo na cidade de Florianópolis a exemplo do levantamento realizado pelo projeto de extensão universitária “Levantamento de áreas verdes e Área Comunitária Institucional (ACIs) na região do distrito do Campeche” nos marcos da *Sala Verde/UFSC (destaque de texto Plenária 08.11.11)*. Neste sentido propomos: (i) Criar garantias de proteção pública destas áreas (demarcação e sinalização física); (ii) Garantir discussões coletivas sobre o uso destas áreas na retomada da discussão do PDP nos núcleos distritais do PDP; (iii) Exigir do poder público engajamento popular/comunitário na produção de projetos arquitetônicos de usos destas áreas;

- Alertar para o intenso processo de terraplanagem e aterro de áreas úmidas na região da Planície do Campeche (Entre Mares) realizado sem nenhum tipo de estudos de impactos ambientais e às vezes (como o caso do terraplanagem ao lado da subestação sul da ilha da Celesc) como mistura de interesses públicos e privados;
- Solicitar a urgente suspensão do aterro do córrego ao lado da Policlínica do Sul da Ilha (por motivo de construção de estacionamento). Os cursos d’água e suas matas ciliares estão protegidos por lei e são fundamentais elementos para a produção dos corredores ecológicos entre áreas verdes;
- Regularização fundiária nas UC: exigir o cumprimento da legislação (SNUC/SEUC);
- Repúdio a emissão de licenças para empreendimentos sem os devidos estudos ambientais prévios;
- Repúdio ao licenciamento de qualquer tipo de equipamento e ocupação sobre ALPs, em especial o caso das restingas e dunas (APPs) (Teleférico Costão Golf) (*proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11*).

Saneamento

- **Modelos de saneamento básico descentralizados e adaptados à realidade local no âmbito da bacia hidrográfica, adotando o princípio da pluralidade de sistemas tecnológicos, dependendo das áreas a serem implantadas, e da utilização prioritária das alternativas descentralizadas quando esta se mostrem mais eficazes do ponto de vista técnico, econômico, social e da garantia da qualidade das águas tanto superficiais quanto subterrâneas.** *(proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11);*
- Criação de um fórum metropolitano de discussão do Saneamento básico integrado;
- Discussão do plano de resíduos sólidos no âmbito da região metropolitana;
- **Rediscussão completa do Plano Municipal de Saneamento, e metas mais ambiciosas com a ampliação do tempo e da abrangência para a discussão para o Plano Municipal de Saneamento com processo participativo** *(proposta aprovada por consenso em Plenária 08.11.11)*, sob pena de, o movimento social ter que recorrer ao Ministério Público e à justiça para garantir seu direito legal *(proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11);*
- O congresso rejeita enfaticamente a utilização do sistema de emissários;
- **Utilização dos sistemas de tratamento mais avançados tecnicamente para garantir a qualidade das águas tanto superficiais (rios e mar) como subterrâneas** *(proposta rejeitada por maioria na Plenária 08.11.11);*
- Nenhum sistema centralizado na cidade deve ser instalado com funcionalidade aquém da potabilização d'água;
- O Congresso orienta à elaboração de um plano específico de demarcação, manejo, e proteção dos mananciais subterrâneos da Ilha de Santa Catarina *(proposta não contemplada na Plenária 08.11.11);*

- O congresso denuncia enfaticamente a falta de uma efetiva Implantação do Projeto Sócio-Ambiental (e de uma efetiva participação popular na sua elaboração) no caso do PAC saneamento na região do Campeche. Neste sentido, o Congresso exige a imediata convocação da sociedade civil organizada da região do Campeche para a elaboração e implantação do Projeto Sócio-ambiental (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*).

Áreas verdes

- Apoiar a manutenção do Parque de Coqueiros (*proposta não contemplada na Plenária 08.11.11*);
- Conclusão da implantação em termos de infraestrutura e dos equipamentos da praça das Areias conforme projeto participativo já existente (*proposta não contemplada na Plenária 08.11.11*);
- Priorizar o ajardinamento com espécies nativas (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*).

Plano Diretor Participativo (obrigatório)

- Apoio à manutenção da área das 3 Pontas como 100% pública (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- O Congresso da cidade alerta para a impossibilidade técnica e política de tratar do Plano Diretor de Florianópolis sem vincular íntima e organicamente com o desenvolvimento do Plano de Gerenciamento Costeiro Estadual e municipal. Sendo assim propomos: (a) necessidade imperiosa de que, no momento da instalação do NGM seja inserido na discussão do PDP o GERCO municipal como parte integrante da discussão do PDP. Isto é a discussão do gerenciamento costeiro deve necessariamente parte integrante do processo do PDP; (b) incluir as discussões do Projeto Orla necessariamente como parte integrante do PDP utilizando os mecanismos participativos oferecidos pelo projeto orla como parte integrante do processo participativo do PDP; (c) Suspender todas as discussões referentes ao Gerco Municipal e o Projeto Orla como órgão independentes e vincular organicamente como câmara Técnica do NGM na discussão do PDP;

- (d) Solicitar ao Observatório do Litoral de Santa Catarina, coordenado pelos professores Marcus Polette e Paulo Freyre Viera um papel ativo de assessoria e construção de indicadores para a elaboração da parte da orla e áreas marinhas litorâneas do PDP de Florianópolis; (e) Urgente democratização do órgão estadual de gerenciamento costeiro - atualmente a sua estrutura privilegia o governo estadual e os empresários (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Reaplicar o conceito de Zonas de Amortecimento Natural conforme o SNUC; propor zoneamento ambiental do continente. Blindagem?...Conceito cidade lenta... (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
 - Criação de um sistema integrado de gestão, manejo e proteção ambiental (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*).

Conselhos de Direitos, Gestão e Controle Social (obrigatório)

- Representação paritária nos conselhos municipais, com destaque para o Conselho Municipal de Saneamento e Conselho Municipal de Meio Ambiente (CONDEMA) (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Rejeição de cargos comissionados, mas sim efetivos dentro dos conselhos e que a presidência seja por eleição (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Que os conselhos municipais sejam deliberativos, transparentes e com direito a voz para os suplentes (*proposta não contemplada na Plenária 08.11.11*);
- Que todos os conselhos sigam o modelo do Núcleo Gestor do Plano Diretor, com representação de eleitos pelos distritos (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);
- Acompanhar, fiscalizar e controlar socialmente o conselho municipal de política cultural na elaboração do plano municipal de cultura e dos editais para financiamento pelo fundo municipal de cultura, em especial para o patrimônio material e imaterial (*proposta não contemplada e com destaque de conteúdo na Plenária 08.11.11*);

Considerações finais:

O presente relatório síntese não se configura como o documento final do Congresso da Cidade. O intuito do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP/DSS/UFSC) ao organizar este relatório síntese, foi de aglutinar as informações para contribuir com o movimento que luta pela gestão democrática da cidade. Compreende que a realização do I Congresso da Cidade foi um evento de grande importância na medida em que reuniu diferentes personalidades da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais na discussão pela construção de uma política urbana participativa. Tal processo, perpassado pela disputa entre o projeto mercantilista e a luta pelo direito à cidade, tem nas deliberações do I Congresso da Cidade propostas fundamentais.

Florianópolis, 27 de março de 2013.

ANEXO A – FOLDER GERAL DO EVENTO



A sociedade civil discutindo o futuro de Florianópolis passados dez anos da aprovação do Estatuto da Cidade

Jul e ago 2011
Auditório da OAB- SC
Avenida Governador Irineu Bornhausen, 4860 - Agronômica
Objetivo geral

Contribuir para o fortalecimento organizacional da sociedade civil, em particular das organizações e movimentos sociais, através do debate sobre o futuro da Cidade e os grandes lineamentos para o seu desenvolvimento sustentável integral (ambiental, social, econômico e político)

Primeiro Momento 1 e 2 de julho

Objetivo
Discutir o Plano Diretor de Florianópolis à luz das Diretrizes Distritais para o Plano Diretor Participativo surgidas no processo de Audiências Públicas.

Organização

Sexta-feira 1º de julho Abertura do Congresso

19:30 h Inscrições
20:00 h Abertura do Congresso
20:30 h Palestras
21:30 h Debate

Sábado 2 de julho

8:30h Oficina 1:
Apresentação das Diretrizes Distritais pelos representantes dos Núcleos Distritais com foco na vocação e no uso e ocupação do solo.

14:00h Oficina 2:
Contraposição das Diretrizes Distritais com a proposta do CEPA/PMF.
Oficinas por região.

18:30h Plenária:
Síntese das Diretrizes da Gestão Democrática: esboço de grandes lineamentos para o desenvolvimento da Cidade.

20h:
Ato de Encerramento da Primeira Sessão

Segundo Momento 18, 19 e 20 de agosto

Objetivo
Formular uma síntese dos diagnósticos sobre a Cidade elaborados pelos movimentos sociais a partir do Estatuto da Cidade. Elaborar diretrizes e planos de ação para a construção de uma cidade social, cultural, ambiental, política e economicamente sustentável.

Organização

Sexta-feira 18 de agosto

18:30h Inscrições
19:30h Abertura da Segunda Sessão do Congresso
20:00h Palestra
21:00h Debate

Sábado 19 e Domingo 20 de agosto (sujeito a alterações)

Parte I:
Perfil Geofísico, Sócio-cultural, Político e Urbano da Cidade
Parte II:
A Política Urbana e a Gestão Democrática da Cidade
Parte III:
Grupos de Trabalho e Sistematização
1. Meio Ambiente e Saneamento Básico
2. Habitação e Regularização Fundiária
3. Mobilidade e Transportes
4. Mecanismos de Gestão Democrática da Cidade
5. Cultura e Patrimônio Histórico e Paisagístico
6. Segurança Pública
Parte IV: Plenária final do Congresso
Ato de Encerramento do Congresso

ORGANIZADORES

COMINTER (UFSC/UDESC/UNIVALE)

Fórum da Baía do Itacorubi

Fórum da Cidade – FC
Câmara Temática de Meio Ambiente/Saneamento – FC
Câmara Temática de Transporte (Mobilidade e Acessibilidade)
Câmara Temática Habitação e Regularização Fundiária -FC

Fórum Social da Baía Hidrográfica do Saco Grande

Movimento Saneamento Alternativo- MOSAL

NESSOP/DSS/UFSC

Núcleo Gestor do Plano Diretor – Auto convocado

Revista Pobres e Nojentas - RPCC

União Florianopolitana de Entidades Comunitárias- UFECO

APOIADORES

Associação dos Moradores Vila do Arvoredo - Associação dos Moradores Vila Tecnópolis – AMOVI
Associação dos Moradores da Vargem do Bom Jesus - Associação dos Moradores Ponta do Leal
Centro de Direitos Humanos da Grande Florianópolis- CDHGF- Conselho Comunitário do Pantanal – CCPAN
Conselho Comunitário dos Ingleses – CCI - Conselho Comunitário Jardim Cidade Universitária – CONJARDIM
Conselho Comunitário da Ponta Daniela – CCPONTAL- Conselho Comunitário do Saco Grande- COMOSG
Frente Única pelos Transportes - GEMURB - Movimento Floripa Acessível - Movimento Passe Livre - MPL
Sindicato dos Bancários - Sindicato dos Jornalistas - SINERGIA - UC da ilha- Aliança Nativa

ANEXO B – FOLDER/CARTAZ CONGRESSO DA CIDADE II MOMENTO

I CONGRESSO DA CIDADE

10 ANOS DO ESTATUTO DA CIDADE
II MOMENTO - FLORIANÓPOLIS,
22, 23 e 24 de SETEMBRO DE 2011



FLORIANÓPOLIS NÃO É UMA ILHA

*É Capital do capital.
Cidade espelho da sociedade.
Imagem concreta da exclusão, da discriminação.
Conglomerado urbano. Metrôpole/Pobreza.
Povo anônimo/Riqueza evidente.
Participação? só com muita luta.
Moradia? sem saneamento,
segurança e conforto.
Transporte público?
sem qualidade,
sem respeito, impagável.
Mobilidade? um sacrifício, imobilidade.
Acessibilidade? uma desconsideração total.
Saúde? uma vergonha.
Segurança? só ontem.
Meio ambiente? Natureza? em plena degradação.
Paisagem? concretada.
Educação, cultura, arte, riquezas históricas? desprezadas.*

**ESTA NÃO É A CIDADE QUE QUEREMOS!
VENHA DEBATER ESTA SITUAÇÃO NO
"I CONGRESSO DA CIDADE" DE FLORIANÓPOLIS.**

Local: FORUM DISTRIAL DO NORTE DA ILHA
Av. Des. Vítor Lima, 208, Trindade, Campus Universitário,
atrás do Centro Sócio-Econômico e da Igreja da UFSC.

Dia 22 das 18:00 às 22:00h _____ 18:00h - **Inscrições**; 21:00h - **Abertura / Palestras**
Dia 23 das 19 às 22h _____ **Palestras**
Dia 24 das 8:30 às 12:30h - **Trabalho em Grupo**; das 13:30 às 19:00h - **Plenária Deliberativa**

UFECO-FORUM DA CIDADE-COMINTER/UFSC/UDESC/UNISUL-NESSOP/UFSC-NG/PDP-MOSAL
Contato Comissão de Organização e Mobilização:
NESSOP: 3721-9297 r 22 das 14:00 as 18:00 h, UFECO: Ângela: 9961-4953

SOBRE AS AUTORAS

SIDIANE DOS SANTOS ALVARISTO

Assistente social graduada pela UFSC (2013). Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó (2018). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó. Atua como Assistente Social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, na Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste/SC.

MARIA TERESA DOS SANTOS

Assistente social graduada pela Universidade de Taubaté (1984). Mestre (1996) e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (2004). Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da UFSC. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop). Membro da coordenação do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) Movimentos Sociais e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Gestão 2021 – 2022.

ILIANE KOHLER

Assistente social graduada pela UFSC (1976). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUCRJ (1980). Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da UFSC (1980 – 2009). Editora Responsável da Revista Katálysis (1997 – 2004). Membro fundadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop).

ZULAMAR MARIA BITTENCOURT E CASTRO

Assistente social graduada pela UFSC (1963). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP (1992). Professora do Departamento de Serviço Social da UFSC (1966-1992). Coordenadora de Extensão do Departamento de Serviço Social/CSE/UFSC (1983-1992). Membro fundadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (Nessop).

Apoio financeiro
PROEX UFSC
CSE UFSC

Realização
Núcleo de Estudos em
Serviço Social e Organização
Popular – Nessop

